

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

**PROCESSO DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS ANUAL**

EXERCÍCIO 2014

Protocolo nº DP.E.244.2015

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

RIO DE JANEIRO
2015

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições:
da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, de 4 de dezembro de 2013 (alterada pela DN TCU nº 139/2014); da Portaria TCU nº 90/2014, de 16 de abril de 2014; e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 522, de 4 de março de 2015).

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Coordenação de Informações Corporativas
Rio de Janeiro
2015

SUMÁRIO

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

INTRODUÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

- 1.1 Identificação da unidade jurisdicionada
- 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade
- 1.3 Organograma Funcional
- 1.4 Macroprocessos finalísticos

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

- 2.1 Estrutura de Governança
- 2.2 Atuação da unidade de auditoria interna
- 2.3 Sistema de Correição
- 2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos
- 2.5 Remuneração Paga a Administradores

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

- 3.1 Canais de acesso do cidadão
- 3.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
- 3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada
- 3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada
- 3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

- 4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada
- 4.2 Informações sobre o ambiente de Gestão e de Negócios

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

- 5.1 Planejamento da unidade
- 5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
- 5.3 Informações sobre outros resultados da gestão
- 5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional
- 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços
- 5.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 6.1 Programação e Execução das despesas
- 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda
- 6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- 6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
- 6.5 Transferências de Recursos

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

- 7.1 Estrutura de pessoal da unidade
- 7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários
- 7.3 Medidas adotadas para revisão dos contratos
- 7.4 UJ patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar
- 7.5 Órgãos e entidades que executam acordos de cooperação internacional, com a contratação de consultores na modalidade “produto”

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.8 Relatório de Auditoria Independente

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

II. ANEXOS

Anexo I – Relatório de Auditoria Independente FRG

Anexo II – Parecer Atuarial Plano BD e CD

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Quadro A.2.5.2.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.2.5.2.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Quadro A.2.5.3 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.5.5 – Variações de Custo

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro A.7.1.2 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR [..](#)

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em outras sociedades

Quadro B.58.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2014 de Furnas Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo a Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013 (alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139/2014), e a Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 522, de 4 de março de 2015).

Esta UJ é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976.

Os itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, detalhados pela Portaria TCU nº 90/2014, **que não se aplicam** a Furnas Centrais Elétricas S.A são os seguintes:

Item 2.3 – Sistema de Correição
Item 3.2 – Carta de Serviços ao Cidadão
Item 3.5 – Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada
Item 5.2.1 – Programa Temático
Item 5.2.1.1 – Análise Situacional
Item 5.2.2 – Objetivo
Item 5.2.2.1 – Análise Situacional
Item 5.2.3.1 – Ações - OFSS
Item 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS
Item 5.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS
Item 6.1.2 – Movimentação de Créditos Interna e Externa
Item 6.1.3.2 – Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ
Item 6.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ
Item 6.1.3.5 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
Item 6.1.3.6 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Item 6.1.3.7 – Análise crítica da realização da despesa
Item 8.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário
Item 8.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros
Item 12.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Os itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, detalhados pela Portaria nº 90/2014, **que não constam** do Conteúdo Geral do Relatório de Gestão relacionado a Furnas Centrais Elétricas S.A (Quadro A1 da DN TCU nº 134/2013) são os seguintes:

Item 6.6 – Suprimento de Fundos
Item 6.7 – Renúncias sob a Gestão da UJ
Item 6.8 – Gestão de Precatórios
Item 8.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros
Item 10.1 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
Item 12.3 – Conformidade Contábil
Item 12.4 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
Item 12.5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

É importante destacar que além dos itens aplicados à Furnas da Parte A, este Relatório responde, também, aos itens 19, 58, 59 e 63 da Parte B do Anexo II DN TCU nº 134/2013 inseridos no relatório de gestão conforme orientação do manual “Estrutura dos conteúdos do relatório de gestão estabelecida no novo sistema de prestação de contas (e-contas) para as contas do exercício de 2014”.

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 27.05.2015, por meio da RD nº 002/2819.

O Relatório da Administração, junto com as Demonstrações Financeiras de Furnas 2014, foram publicados em 17 de abril de 2014, no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DORJ) e encontram-se disponíveis no *website* da Empresa (www.furnas.com.br).

Principais Realizações

Encerrado o ciclo de grandes mudanças iniciado em 2011, Furnas seguiu firme na direção do crescimento sustentável em 2014, exercício marcado pelo avanço e consolidação de diversas ações empresariais estruturantes e estratégicas voltadas ao enfrentamento dos desafios trazidos pela evolução do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro.

Em 2014, solidificou-se a estratégia empresarial concebida para Furnas, baseada no tripé Eficiência Operacional, Adequação ao Novo Modelo Regulatório e Crescimento Sustentável, que tem orientado todas as ações da Diretoria Executiva, podendo ser traduzida por meio de programas de treinamento de pessoal, planos de investimento em reforços e melhorias no parque de geração e transmissão, políticas de gestão de parcerias e de participação em leilões, bem como medidas de enquadramento aos contornos do novo modelo regulatório.

Com respeito a este último ponto, após o sucesso do PRO-Furnas, projeto de reestruturação organizacional encerrado em 2013, Furnas deu início a sua segunda etapa, o PRO-Furnas II, implementando uma série de iniciativas de otimização de processos que proporcionaram, em 2014, apropriação definitiva de economia de R\$ 156 milhões com pessoal próprio e não efetivos, 44% da meta a ser atingida pelo projeto.

Em paralelo, foi elaborado o quadro qualiquantitativo de referência, com a visão de futuro do quadro de pessoal da companhia e com iniciativas para atingi-lo de forma gradual e sem impactos desnecessários na força de trabalho. Ainda no âmbito da reestruturação, destaca-se a bem-sucedida implantação do Centro de Serviços Compartilhados, dentro das melhores práticas de mercado e de forma inédita nas empresas do sistema Eletrobras.

Se 2013 foi marcado por grande expansão da carteira de participações de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) de geração e transmissão, por meio de vitórias importantes em leilões de novos empreendimentos, 2014 caracterizou-se pela busca perseverante da consolidação deste portfólio. Para tanto, grande ênfase tem sido dada ao aperfeiçoamento da gestão de participações, visando garantir que os respectivos empreendimentos sejam capazes de prover ao investidor o retorno previsto no plano de negócio.

Este caminho, todavia, não foi livre de percalços. Os efeitos do déficit na geração das hidrelétricas, conhecido pela sigla GSF (Generation Scaling Factor) e o Fator de Indisponibilidade (FID), que atingiram algumas investidas, em especial a Madeira Energia S.A. (MESA), produziram efeito negativo no resultado final da empresa. No exercício, a MESA, SPE responsável pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, maior empreendimento com participação de Furnas, foi obrigada a liquidar operações de venda de energia no mercado de curto prazo, em um momento de preços

altos. Tal operação gerou perdas, cobertas via aportes dos sócios, o que, evidentemente, trouxe a Furnas prejuízos com os quais a empresa não contava e que exigiram esforço adicional para minimização do impacto nas atividades da companhia.

Apesar do ano difícil, Furnas já demonstra recuperação financeira, fechando 2014 com Lucro Bruto de R\$ 839,804 milhões, o que representa crescimento considerável quando comparado com o obtido no exercício anterior.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2015.

Flavio Decat de Moura
Diretor-Presidente

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia (MME)

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)

Código SIORG: 2852

Código SIORG: 226

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa: Furnas Centrais Elétricas S.A.

Denominação Abreviada: Furnas

Código SIORG: 060478

Código LOA: 01.30.32.228

Código SIAFI: 32228

Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista

CNPJ: 23.274.194/0001-19

Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica

Transmissão de Energia Elétrica

Comércio Atacadista de Energia Elétrica

Código CNAE: 3511-5

Código CNAE: 3512-3

Código CNAE: 3513-1

Telefones/Fax de contato:

(21) 2528-4480

(21) 2528-4545

(21) 2528-4378

Endereço Eletrônico: presidencia@furnas.com.br

Página na Internet: www.furnas.com.br

Endereço Postal: Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de "Minas Gerais", em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

A Companhia está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

No Estatuto Social da Empresa consta a seguinte divisão do capital social:

Art. 5º O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentas e dez mil, seiscentas e setenta e oito) ações todas nominativas e sem valor nominal.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras (Código de Ética, Política de Sustentabilidade, Política de Risco, Política Ambiental e Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração, Fiscal, da Auditoria Interna e da Diretoria Executiva, Políticas de Estoques, de Informática, de Gestão de Pessoas, de Responsabilidade Social, Transportes, de Segurança Empresarial, de Segurança da Informação, de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, de Segurança Patrimonial, Ambiental, de Recursos Hídricos, de Recursos Florestais, de Propriedade Intelectual, de Gestão Sociopatrimonial, de Gestão de Resíduos, de Educação Ambiental, de Contratação, de Gestão de Riscos e Controles Internos, Atos Normativos e Instrumentos de Comunicação. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde 2010, as Políticas de Sustentabilidade e de Risco e o Código de Ética definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apoiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas por Diretoria, até o nível de Divisão.

A Relação de Coordenadores de Processo e de Programas Especiais, de Gestores de Projetos e Suplente e de Gestores do Projeto Pro-Furnas II, Integrantes do PRO-Furnas - Projeto de Reestruturação Organizacional de Furnas. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como Separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno e apresenta a seguinte composição:

– Administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Administração; Finanças; Operação e Manutenção; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

– As atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Gerência/Assessoria, Divisão, Coordenação e Gestores de Projetos.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos acima citados afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para a colocação de material em disponibilidade na Empresa, definindo a classificação do Material quanto ao estado e condição, fixando as competências dos Órgãos envolvidos no processo. Este manual envolve: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

Manual de Administração Financeira – Estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.

Manual de Contabilidade – Define e divulga os princípios de funcionamento do Sistema de Contabilidade, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa e define as entidades de informação do Sistema de Contabilidade.

Manual de Pessoal – Estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.

Manual de Saúde – Estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva, do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.

Manual de Segurança e Higiene Industrial – Estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para isto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos e responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas.

Coletânea de Atos Normativos Diversos – Complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Fonte: Intranet e Internet de Furnas.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

- “a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.”

Criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão a ela associado, interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principal acionista a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Furnas atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e atualmente possui instalações em todas as regiões do Brasil, abrangendo 15 estados e o Distrito Federal.

1.3 Organograma Funcional

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas (*)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (**)
Assembleia Geral dos Acionistas	Ver descrição abaixo	-	-	-
Conselho Fiscal	Ver descrição abaixo	Sônia Regina Jung	Conselheiro	abr/10
		Ticiane Freitas de Sousa	Conselheiro	jun/11
		Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Conselheiro	abr/12
Conselho de Administração	Ver descrição abaixo	José da Costa Carvalho Neto	Conselheiro	ago/11
		Flavio Decat de Moura	Conselheiro	fev/11
		Vladimir Muskatirovic	Conselheiro	abr/10
		Francisco Romário Wojcicki	Conselheiro	abr/08
		João Guilherme Rocha Machado	Conselheiro	abr/14
		Mauro de Mattos Guimarães	Conselheiro	abr/14

Superintendência de Auditoria Interna (AD)	Ver descrição abaixo	Paulo Roberto Gomes	Auditor	jun/14
Diretoria Executiva	Ver descrição abaixo	Flavio Decat de Moura - DP	Diretor	fev/11
		Flávio Eustáquio Ferreira Martins - DE	Diretor	ago/13
		Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista - DN	Diretor	dez/11
		Cesar Ribeiro Zani- DO	Diretor	set/09
		Luís Fernando Paroli Santos - DA	Diretor	abr/08
		Nilmar Sisto Foletto - DF	Diretor	jan/12
Superintendência de Desenvolvimento de	Ver descrição abaixo	Luiz Eduardo Marques Moreira	Superintendente	nov/13

Áreas/ Subunidades Estratégicas (*)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (**)
Novos Negócios (SN.N)				
Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)	Ver descrição abaixo	João Luiz Fontes de Almeida	Superintendente	nov/13
Superintendência de Comercialização (CE.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Roberto Alves Correia	Superintendente	mai/13
Superintendência de Operação (SO.O)	Ver descrição abaixo	Mario Fernando Ellis	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Oeste (PO.O)	Ver descrição abaixo	Geraldo Magela Aoun	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)	Ver descrição abaixo	Angelo Marcio Fernandes Pereira	Superintendente	nov/13
Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção (EM.O)	Ver descrição abaixo	Roberto Junqueira Filho	Superintendente	abr/13
Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)	Ver descrição abaixo	Claudio Guilherme Branco da Motta	Superintendente	mai/13
Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)	Ver descrição abaixo	Ronaldo Nahar Neder	Superintendente	nov/13
Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)	Ver descrição abaixo	Júlio César Ribeiro D'Armada	Superintendente	mai/13

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

(*) Refere-se a “as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão”. Para elaboração do relatório foi considerado que estas áreas são as áreas líderes dos macroprocessos finalísticos.

(**) Na coluna Período de Atuação está indicada a data de início de atuação no cargo, que se estende até dezembro/2014.

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral e constituída pelo presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;

- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 deste estatuto.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos neste Estatuto.

O valor em reais estabelecido no inciso I será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de Comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Superintendência de Auditoria Interna (AD)

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Superintendência de Auditoria Interna:

- definir políticas e objetivos da Auditoria Interna;
- coordenar e implementar metodologias e ferramentas necessárias para as atividades da Auditoria Interna;
- planejar, executar e controlar a realização de trabalhos de auditoria interna, conforme programação específica, previamente definida, emitir relatório com recomendações para os achados de auditoria no exercício e parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais do exercício anterior;
- acompanhar a definição e implementação de ações correntes decorrentes de trabalhos realizados;
- promover a realização de trabalhos especiais de auditoria, determinados pela Alta Administração da Companhia, não previstos na programação anual;
- acompanhar os atendimentos dos órgãos externos de fiscalização e controle como TCU e CGU, a fim de verificar o cumprimento das demandas dirigidas a Companhia, monitorar as recomendações expedidas por estes órgãos até a sua implementação ou analisar e avaliar as justificativas para descumprimento e providências adotadas pelo gestor;
- liderar o macroprocesso de Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 27, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;

- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;
- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 deste Estatuto;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;

- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)

Promover a modernização dos critérios de projeto e especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de soluções tecnológicas para as mesmas.

Coordenar os acessos ao sistema de transmissão da Companhia, por agentes de geração e consumidores livres.

Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de Estudos e Projetos de Geração, Transmissão e Telecomunicações, para novos projetos e para intervenções autorizadas.

Coordenar e executar a elaboração dos estudos técnicos, investigação e viabilização técnica e econômica de empreendimentos de transmissão e geração.

Liderar os macroprocessos de Estudos e Projetos de Geração e de Transmissão.

Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)

Coordenar a formulação de diretrizes e políticas para compatibilizar as atividades de gestão ambiental e fundiária, com as exigências legais e com as diretrizes da Companhia, para empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar a liberação fundiária para implantação de empreendimentos de geração e transmissão. Coordenar o licenciamento e os estudos ambientais dos empreendimentos em implantação e em operação, conforme demandas da Companhia.

Coordenar a participação nos estudos ambientais e fundiários para viabilização de novos negócios de geração e transmissão, conforme demandas da Companhia.

Liderar o macroprocesso de Meio Ambiente e Gestão Fundiária.

Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)

Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com receita autorizada pelo regulador.

Comissionar os empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, bem como sua transferência para a responsabilidade da Operação de Furnas.

Acompanhar e controlar os resultados de escopo, custo, prazo e qualidade relativos à implantação dos empreendimentos e intervenções autorizadas.

Participar nos estudos de viabilização de novos negócios, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Liderar os macroprocessos de Implantação de Empreendimentos de Geração e de Transmissão.

Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)

Acompanhar e analisar o desempenho dos projetos de P&D e Inovação, cobrando dos responsáveis os eventuais desvios.

Prospectar e avaliar novos negócios em Geração, Transmissão, Telecomunicações e Fontes Alternativas, em conformidade com o Plano Estratégico.

Coordenar as negociações com entidades e empresas, nacionais e estrangeiras, e elaborar acordos de cooperação de caráter abrangente, que prevejam a participação de Furnas.

Coordenar, visando a participação em leilões de energia e transmissão, o processo de análise e habilitação técnica de novos empreendimentos.

Liderar o macroprocesso de Desenvolvimento de Novos Negócios.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

Elaborar e propor políticas corporativas referentes à participação de Furnas em SPE, de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Estabelecer procedimentos de governança para SPE, visando subsidiar a atuação de Conselheiros e Diretores.

Comercializar serviços relacionados à Geração e Transmissão de energia elétrica e de Telecomunicações.

Liderar o macroprocesso de Gestão de Participações.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

Elaborar políticas corporativas a respeito das atividades de Comercialização de Energia e de Transmissão.

Elaborar estratégias de negociação para Comercialização de Energia e de Transmissão.

Elaborar estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização da produção energética.

Coordenar, em articulação com outros órgãos envolvidos, a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.

Liderar o macroprocesso de Comercialização de Energia e Transmissão.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.

Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Geração.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.

Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Transmissão.

Superintendência de Operação (SO.O)

Coordenar, supervisionar e controlar, em tempo real, a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de FURNAS, bem como do Sistema de Telecomunicações.

Coordenar as intervenções no sistema de Geração e de Transmissão, em articulação com o ONS.

Realizar estudos elétricos, energéticos e hidrometeorológicos, de forma a, em articulação com o ONS, elaborar o planejamento elétrico e a programação energética da operação.

Promover a análise de desempenho do sistema eletroenergético e dos sistemas de controle associados, propondo ajustes e medidas para a sua otimização.

Realizar estudos e determinar os ajustes dos sistemas de proteção dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos.

Promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, propondo medidas corretivas para minimizar ou eliminar tais ocorrências.

Desenvolver, testar e implantar os sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados.

Estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços associados às instalações em operação.

Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção - EM.O

Planejar, coordenar e executar as atividades de engenharia de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

Prestar apoio técnico aos órgãos regionais responsáveis pelas atividades de execução de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

Definir e normatizar políticas de gestão de ativos, gestão de riscos, otimização de custos e padrões de desempenho dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

Planejar, coordenar e executar obras que não possuam receita autorizada pelo regulador, necessárias à manutenção da confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, a solução dos problemas de manutenção dos equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso (*)	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento de novos negócios	Prospecção de Oportunidades Estruturação e Viabilização do Negócio	- participação em leilões de novos negócios - constituição de SPE		SN.N
Gestão de Participações	Gestão Societária de Participações Gestão Econômico-Financeira de Participações	- gestão das SPE		SP.N
Estudos e projetos de geração	Desenvolvimento de Projeto de Geração Serviços de Segurança de	- projetos de geração - projetos de melhorias		SE.E

Macroprocesso (*)	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Barragens Desenvolvimento de Estudos Técnicos da Geração Planejamento da Expansão da Geração Projetos de Melhoria do Sistema de Geração	de geração		
Implantação de Empreendimentos de Geração	Gestão e Fiscalização de Obras de Geração Execução de Obras de Geração	- construção dos empreendimentos de geração		SI.E
Estudos e Projetos de Transmissão	Desenvolvimento de Projeto de Transmissão Desenvolvimento de Estudos Técnicos de Transmissão Planejamento da Expansão da Transmissão Projetos de Melhoria do Sistema de Transmissão	- projetos de transmissão - projetos de melhorias de transmissão		SE.E
Implantação de Empreendimentos de Transmissão	Gestão e Fiscalização de Obras de Transmissão Execução de Obras de Transmissão	- construção dos empreendimentos de transmissão		SI.E
Meio Ambiente e Gestão Fundiária	Gestão Ambiental Gestão Fundiária	- Licenciamentos ambientais - Regularização fundiária		GA.E
P&D e Serviços Tecnológicos	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Laboratórios Para Testes e Ensaios Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras Tecnologia de Materiais e Equipamentos	- Execução de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento - Serviços de tecnologia		SE.E
Comercialização de Serviços	Prospecção de Mercado Identificação e Especificação do Portfólio	- Pesquisa de mercado - Gestão de contratos		SP.N

Macroprocesso (*)	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	de Serviços Negociação e Venda de Serviços Gestão de Contratos de Serviços	de comercialização de serviços		
Comercialização de Energia e Transmissão	Compra e Venda de Energia Gestão de Contratos de Comercialização de Transmissão Relacionamento Comercial	- Gestão de contratos de energia		CE.N
Operação de Geração e Transmissão	Operação em Tempo Real de Instalações de Geração Operação em Tempo Real de Instalações de Transmissão Operação em Tempo Real de Instalações de Geração e Transmissão	- Operação dos empreendimentos		PO.O e PS.O
Manutenção de Geração e Transmissão	Engenharia de Manutenção de Geração e Transmissão Planejamento da Manutenção de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Telecomunicação de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Sistemas de Controle de Transmissão em Corrente Contínua Execução da Manutenção de Sistemas de Proteção e Controle da Geração e Transmissão Controle das Conformidades Técnicas nas Instalações em Operação de Geração e	- Planejamento e execução das manutenções dos empreendimentos de geração e de transmissão		PO.O e PS.O

Macroprocesso ^(*)	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Transmissão Apoio à Operação e à Manutenção			
Operação de Sistema	Pré-Operação de Ativos do Sistema Pós-Operação de Ativos do Sistema Operação dos Sistemas de Telecomunicação Engenharia de Proteção e Automação do Sistema Engenharia de Operação do Sistema Operação em Tempo Real do Sistema Hidrometeorologia Engenharia de Manutenção de Sistemas de Proteção	- supervisão e controle da operação do sistema elétrico e do sistema de telecomunicações; - programação das intervenções no sistema elétrico; - planejamento da operação elétrica; - programação da operação energética; - ajuste dos sistemas de proteção e controle; - análise de perturbações.		SO.O

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

(*) Cabe ressaltar que, embora tenha sido definida uma arquitetura de processos na qual é possível identificar os macroprocessos de negócio e seus líderes, não foi realizado o mapeamento completo dos macroprocessos. Há iniciativas de mapeamento de alguns processos atendendo a demandas específicas. Cabe, ainda, esclarecer que o mapeamento existente não contempla a informação de “principais clientes”.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2014, o capital social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) encontrava-se assim distribuído:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Vale destacar que a empresa possui, registrado em suas DFs, o montante de R\$ 38 milhões – correspondente ao valor atualizado pela taxa Selic do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) concedido em 2011 – o qual será, posteriormente, integralizado como disposto em cláusula contratual entre Furnas e Eletrobras.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2013 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente da empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2014, este colegiado reuniu-se 16 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três

anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2014, foram realizadas 54 reuniões.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2014, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2014. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2013 a março de 2014.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros e arquivos de documentos e dados, bem como o cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2014, foram realizados 45 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais ainda quatro trabalhos referentes a 2013, o que resultou na emissão de 70 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade à citada lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da empresa no exercício de 2014, a emissão de cujo relatório é prevista para o primeiro trimestre de 2015, após o término dos trabalhos de certificação. Foram testados 328 controles referentes a 20 processos de negócio, 4 de Tecnologia da Informação e um de *Entity Level Controls* (Controles no Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios

de auditoria destinados aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e respectivas recomendações.

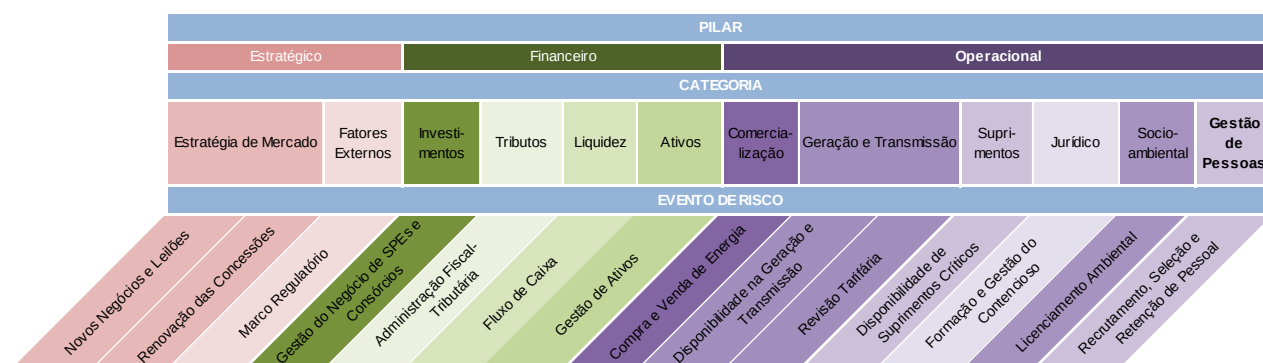
O relacionamento da empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, com o intuito de cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Gestão de Riscos

As atividades relacionadas a identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa.

A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e esta fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

Sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou doze eventos de risco para o exercício de 2015, como disposto a seguir.



Neste contexto, foi elaborado plano de ação, a vigorar em 2015, definindo a metodologia a ser adotada para a avaliação dos riscos corporativos priorizados, a qual possibilitará uma visão quantitativa e financeira dos mesmos.

A implantação de um sistema dinâmico de avaliação de risco mediante coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais a empresa esteja submetida também é parte integrante deste plano de ação.

Controles Internos

O exercício de adequado controle interno das empresas modernas é de fundamental importância, abrangendo todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de suas informações contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Operado pela alta administração da empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento de seu objeto social, visando respeitar e cumprir políticas e procedimentos traçados, bem como garantir o desenvolvimento ordenado e eficaz das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações.

Os sistemas de controles internos da empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui direito de negociar ações no nível II na Bolsa de Valores de Nova York, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da empresa. No ano de 2014, foram selecionados 23 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Previdência Complementar, Transação entre Partes Relacionadas e Controles Corporativos (*Entity Level Controls*).

A seguir, quadro comparativo dos resultados referentes aos testes relacionados à Lei Sarbanes-Oxley.

Grau de Materialidade	2012	2013	Variação
Fraquezas Materiais (<i>Material Weaknesses</i>)	36	8	-78%
Deficiências Significativas (<i>Significant Deficiencies</i>)	12	20	+67%
Deficiências de Controle (<i>Control Deficiencies</i>)	17	20	+18%
Total	65	48	-26%

No decorrer de 2014, a empresa atuou com empenho para desqualificar as fraquezas materiais. Adicionalmente, com o propósito de melhor avaliar seus controles internos, Furnas decidiu adotar o *framework* do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) denominado *Internal Control – Integrated Framework* (Estrutura Integrada de Controles Internos). Publicado em 1992, este *framework* vem sendo aceito globalmente como uma estrutura adequada para aplicação nas organizações a fim de conduzir o processo de controles internos de forma eficiente e eficaz. A versão a ser utilizada por Furnas em sua Certificação SOx 2015 é “Coso – Controles Internos 2013 – Integração das ações de Controles Internos e Gestão de Riscos”.

Após 20 anos de lançamento, o Comitê decidiu revisar esta estrutura, dado que as corporações foram impactadas duramente pelas mudanças do ambiente de negócios, cada vez mais integrados globalmente e muito mais complexos. Paralelamente, a grande demanda por melhor governança corporativa em busca de maior transparência, bem como o efeito da tecnologia da informação nos processos operacionais, sugeria maior responsabilidade quanto à integridade dos sistemas de controles internos corporativos. A grande mudança desta revisão foi ampliar o escopo original, que tinha como meta apenas a comunicação financeira, passando a visão mais abrangente que considera também informações não financeiras.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se:

Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial - Apoiar a Diretoria Executiva nas deliberações relativas ao Planejamento Estratégico e Empresarial de Furnas, tendo como meta a criação de diretrizes estratégicas para a Companhia.

Coordenar a elaboração e a divulgação do Plano Estratégico e do Plano de Metas e Ações do Plano de Negócios da Companhia.

Atribuições:

- Acompanhar e avaliar de forma permanente, no processo de planejamento estratégico e empresarial de Furnas, a integração e a aderência dos seguintes temas:

- Identidade empresarial e governamental - negócio, valores, missão e visão;
- Avaliação estratégica imediata e prospectiva dos Planos de Furnas, analisando os aspectos econômicos e sócio-ambientais em diferentes e possíveis cenários;
- Macro-orientações Estratégicas;
- Objetivos estratégicos, Estratégias, Diretrizes estratégicas e Ações estratégicas;
- Indicadores de desempenho de ocorrências e de tendências relacionados a assuntos estratégicos e empresariais;
- Programas e projetos executivos da organização.
- Acompanhar a conformidade das ações decorrentes do Plano Estratégico de Furnas, bem como do Plano de Metas e Ações, com as Estratégias Corporativas e os Objetivos Estratégicos aplicáveis do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras - PESE.
- Acompanhar e auxiliar na elaboração do Plano de Negócios de Furnas, em conformidade com os Planos Diretores de Negócios derivados do PESE e alinhado com as ambições estratégicas da empresa.
- Acompanhar a adequação das ações de planejamento e respectivas programações desenvolvidas pelos órgãos executivos de Furnas ao Plano de Metas e Ações e ao Plano de Negócios de Furnas.
- Propor a constituição de Grupos de Trabalho específicos para o desenvolvimento dos temas selecionados no processo de planejamento de Furnas.

Informática – Promover o alinhamento, à estratégia global de Furnas, das ações associadas à tecnologia de informação no contexto das iniciativas de negócio.

Atribuições:

- Estimular na Companhia a racionalização dos processos e da utilização de recursos de tecnologia da informação, dentro da perspectiva de custo benefício.
- Obter da alta administração de Furnas o suporte às ações de tecnologia da informação, assegurando o diálogo contínuo com as áreas de negócio.
- Assessorar o órgão de informática na alocação de recursos e priorização de projetos, garantindo o permanente alinhamento às necessidades de negócio e propondo eventuais mudanças.
- Assessorar o órgão de informática no desenvolvimento de critérios normativos no campo da tecnologia da informação.
- Acompanhar o andamento e avaliar os resultados dos projetos considerados relevantes.
- Propor a constituição de grupos de trabalho para o tratamento de assuntos mais específicos relacionados à tecnologia da informação, quando se fizer necessário.

Recursos Humanos - Promover, de forma permanente e sistemática, as ações corporativas relativas à área de Gestão de Pessoas, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pela Diretoria Executiva de Furnas.

Atribuições:

- Debater, priorizar e propor ações corporativas, relativas à área de Gestão de Pessoas, que estimulem, na Companhia, a Gestão de Pessoas de forma homogênea e integrada, considerando os aspectos específicos de cada Diretoria.
- Propor estudos que visem subsidiar a atuação da área de Gestão de Pessoas, no que se refere ao aprimoramento do desempenho gerencial, técnico e operacional dos empregados de Furnas.
- Disseminar melhores práticas de Gestão de Pessoas, na Companhia.
- Promover a avaliação dos impactos e reflexos das ações relativas à Gestão de Pessoas no âmbito de cada Diretoria e na Companhia.
- Sugerir alterações de critérios, a serem propostas, para inclusão no Manual de Pessoal, pela Superintendência de Gestão de Pessoas - RH.G.

Seguros – Coordenar, em toda a Companhia, de forma permanente e sistemática, as ações relativas à contratação de seguros relacionados a riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil.

Atribuições:

- Subsidiar e propor ações relativas à contratação de seguro relacionado a riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil, cujos reflexos atinjam as diversas Diretorias da Companhia.
- Atuar de forma a preservar e a garantir que as ações referentes à contratação de seguro estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia.
- Propor estudos que visem o aprimoramento da contratação de apólices e da análise de riscos referentes a seguros da Companhia.

Comercialização de Energia – Propor as diretrizes de Comercialização de Energia Elétrica em Furnas.

Atribuições:

- Alinhar as ações de Comercialização de Energia Elétrica às diretrizes estratégicas da Companhia.
- Promover a interação entre todas as áreas envolvidas com o macro-processo de Comercialização de Energia Elétrica na Companhia, de forma a maximizar sua eficiência e a eficácia.
- Definir, para submeter à aprovação da Diretoria Executiva, as linhas estratégicas de Comercialização de Energia Elétrica na Companhia.
- Deliberar, no seu campo de atuação, sobre os negócios de Comercialização de Energia Elétrica da Companhia.

Segurança da Informação – Promover o alinhamento das ações ligadas a Segurança da Informação às diretrizes do Planejamento

Atribuições:

- Debater e propor diretrizes, projetos e iniciativas relativas à Segurança da Informação na Companhia.
- Zelar pelo cumprimento da Política de Segurança da Informação, garantindo que nos processos de negócio da Companhia sejam considerados os aspectos de Segurança da Informação.
- Acompanhar o desenvolvimento e a implantação dos projetos e iniciativas de Segurança da Informação.
- Promover a avaliação dos impactos na Companhia dos projetos e iniciativas de Segurança da Informação.
- Disseminar na Companhia as melhores práticas de Segurança da Informação.
- Propor a criação de Grupos de Trabalho para o tratamento de assuntos mais específicos relacionados à Segurança da Informação, quando se fizer necessário.

Novos Negócios – O Comitê de Novos negócios (CNN) tem por objetivo assessorar a Diretoria Executiva e Conselho de Administração em deliberações relativas a projetos envolvendo investimentos corporativos e em Participação de Furnas, bem como no acompanhamento dos resultados destes projetos.

Atribuições:

- Avaliar e opinar sobre os projetos de Investimentos em Novos Negócios de Furnas - Corporativos ou em Participações, considerando os objetivos aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração de Furnas.
- Avaliar e opinar sobre os projetos de Investimentos em Novos Negócios de Furnas - Corporativos ou em Participações, considerando os objetivos aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração de Furnas.
- Avaliar e acompanhar os Investimentos de Furnas em negócios Corporativos ou em Participações, com base nos parâmetros dos projetos - cronogramas, escopos dos trabalhos, riscos, retornos contratados, entre outros, e encaminhá-los à Diretoria Executiva para deliberação, ou para o Conselho de Administração, quando demandado.
- Avaliar e acompanhar o desenvolvimento de Estudos para potenciais Novos Negócios em Leilões - Corporativo e em Participações, bem como em Aquisições de Participações.
- Avaliar e formular recomendações à Diretoria Executiva referentes à formatação, negociação, constituição e implementação de parcerias, consórcios e participações societárias em aquisições ou em Leilões.
- Avaliar e formular recomendações em potenciais oportunidades e efetuar abordagens estratégicas a serem sugeridas para atuação e negociação em processos de aquisição de ativos.
- Opinar, sob demanda da Diretoria Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações - DN ou da Presidência - DP, sobre Processos de interesse de Furnas, associados à reavaliação

dos Planos de Negócios, propostas de novos investimentos, processos de aquisição, alienação ou cisão de suas empresas subsidiárias integrais e controladas.

- Avaliar estratégias de aquisição e venda de energia, em articulação com a Superintendência de Comercialização de Energia.
- Monitorar o desempenho e recomendar à Diretoria Executiva ações corretivas quanto à implantação dos Projetos aprovados, visando assegurar os objetivos aprovados pela Alta Administração.

Sustentabilidade Empresarial – O Comitê tem como objetivo promover a incorporação, à gestão de Furnas, dos conceitos e práticas de Sustentabilidade Empresarial em suas dimensões econômico-financeira, social e ambiental.

Atribuições:

- Propor, à Diretoria Executiva, o desenvolvimento e a implementação de diretrizes de Sustentabilidade Empresarial.
- Promover, a divulgação e a implementação dos conceitos, políticas e diretrizes de Sustentabilidade Empresarial de Furnas.
- Promover a análise e a implementação de ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente, bem como acompanhar e avaliar os resultados.
- Promover o alinhamento dos programas e ações de Sustentabilidade ao Planejamento Estratégico da Companhia.
- Acompanhar os programas e ações de Sustentabilidade, orientando seu desenvolvimento, especialmente na elaboração e execução orçamentária, bem como na definição, avaliação e controle de indicadores.
- Articular, com as diversas áreas da Companhia, a disponibilização e a atualização permanente das informações referentes à Sustentabilidade, visando atender demandas externas de acionistas, organismos de fomento do desenvolvimento, mercado financeiro e de capitais, organismos de fiscalização do Poder Público e sociedade civil.
- Promover a publicação de relatórios segundo padrões mundialmente aceitos e que possam ser usados como instrumento de comunicação com públicos diversos.
- Identificar novos conhecimentos e práticas de Sustentabilidade Empresarial, com foco em suas aplicações ao setor elétrico e às empresas estatais.
- Propor a constituição de Grupos de Trabalho específicos para o desenvolvimento dos temas relacionados com a Sustentabilidade Empresarial de Furnas.

Gestão Sociopatrimonial – Orientar a Companhia, de forma permanente e sistemática, nas ações relativas à Gestão Sociopatrimonial dos seus empreendimentos, compreendendo usinas, canteiros de obras, subestações, linhas de transmissão, reservatórios e outras instalações essenciais ao desempenho de sua atividade fim.

Atribuições:

- Zelar pelo cumprimento da Política de Gestão Sociopatrimonial de Furnas e de todas as diretrizes dela emanadas, bem como promover a sua atualização.
- Promover e orientar a representação de Furnas em fóruns de gestão sociopatrimonial.

- Orientar na elaboração de planos, projetos e programas internos da Companhia que envolvam a gestão sociopatrimonial.
- Analisar, sempre que necessário, a legislação e a regulamentação relativa à gestão sociopatrimonial nas esferas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e seu impacto para a Companhia.
- Fomentar a integração das bases de dados existentes em Furnas para que contemplem as questões sociopatrimoniais.
- Promover, quando necessária, a articulação entre os diversos órgãos da Companhia para solução de conflitos relacionados à gestão sociopatrimonial.
- Promover a criação de um espaço virtual dedicado aos assuntos relativos à gestão sociopatrimonial, que permita a todos os empregados da Companhia a troca de conhecimento e informações sobre o tema.

Gestão de Riscos – Promover a incorporação dos conceitos e práticas de Gestão de Riscos Corporativos em Furnas.

Atribuições:

- Propor à Diretoria Executiva o desenvolvimento de diretrizes para a Gestão de Riscos Corporativos, alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia e aos aspectos regulatórios do setor.
- Promover a análise e a implementação de metodologias de Gestão de Riscos Corporativos na Companhia.
- Avaliar e formular recomendações à Diretoria Executiva sobre decisões estratégicas referentes à Gestão de Riscos Corporativos.
- Apoiar a consolidação do ambiente de controles internos, atuando como interlocutor entre as áreas gestoras de processos de negócio e as demais áreas envolvidas.
- Propor a constituição de Grupos de Trabalho específicos para o desenvolvimento dos temas relacionados com a Gestão de Riscos Corporativos.

Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização da Área Federal – Objetivos:

- Definir critérios para a prestação de informações a Órgãos Fiscalizadores Externos, visando a garantir que as informações prestadas, em nome de Furnas, obedeçam a um critério uniforme e coerente, representando um posicionamento oficial da Companhia, compatível com as suas políticas e diretrizes.
- Estabelecer a organização do Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização – CAOEF, criado no âmbito de Furnas, para avaliar e analisar as informações a serem liberadas aos Órgãos Fiscalizadores Externos, definindo suas responsabilidades e dos demais órgãos envolvidos no processo.

Atribuições:

- acompanhar, no âmbito de suas respectivas Diretorias, a liberação de informações requisitadas pelos Órgãos Fiscalizadores Externos.

Revisão das Receitas de Transmissão – Coordenar as atividades relativas aos ciclos da Revisão Tarifária Periódica.

Atribuições:

- Coordenar as ações da Companhia direcionadas ao reposicionamento da receita anual permitida, relativa aos ativos de transmissão em operação e sujeitos à revisão.
- Elaborar um plano de trabalho visando o próximo ciclo de revisão tarifária, contemplando o elenco de atividades, etapas e recursos necessários.
- Formular um plano de ação que possibilite, durante o ciclo de revisão tarifária, estabelecer metas a serem alcançadas, visando o melhor resultado possível para a Companhia.
- Acompanhar as ações em andamento, de modo a permitir a implementação dos ajustes que se fizerem necessários.
- Estimular e apoiar a cooperação e a integração dos órgãos envolvidos, como também com entidades externas, envolvendo o intercâmbio permanente de informações, aprimoramento de processos, desenvolvimento de ferramentas e outras atividades.
- Acompanhar as pendências relativas aos ciclos anteriores da Revisão Tarifária Periódica, contribuindo para sua solução.

Composição e Organização

- O Comitê estará diretamente vinculado à Diretoria de Finanças - DF e seu Coordenador será indicado pelo Diretor de Finanças.
- O Comitê será composto por 1 (um) representante de cada Diretoria.
- Os membros deste Comitê não terão suplentes e, conseqüentemente, o comparecimento às reuniões será atribuição exclusiva dos representantes designados.
- A designação de representantes, bem como a substituição dos mesmos, será divulgada por Circular Geral, emitida pelo Diretor Presidente, com base nas indicações dos respectivos Diretores.
- Os representantes designados deverão ter disponibilidade para atuar pessoalmente nos trabalhos que serão desenvolvidos pelo Comitê, inclusive para informar, consultar e articular junto às demais áreas de sua Diretoria os assuntos ali tratados.

Monitoramento de Informações Contábeis e Contratação - Promover ações para aprimoramento das Informações Contábeis da Companhia.

Atribuições:

- Promover e monitorar a elaboração de documentos contábeis segundo as diretrizes do Plano de Ação de Reestruturação Contábil do Sistema Eletrobras, tendo como prioridades:
 - Demonstrações Contábeis;
 - Relatório Resumo do Fechamento Contábil (RFC);
 - Relatório de Informações Gerenciais (RIG).
- Melhorar os padrões de informações das SPE para controle contábil e monitoramento econômico e financeiro dos projetos ou participações.
- Orientar e solicitar ações na Companhia relativas aos processos de controles internos, elaborados em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

- Avaliar e formular recomendações à Diretoria Executiva sobre ações destinadas à melhoria contínua das informações contábeis da Companhia.
- Propor à Diretoria Executiva o desenvolvimento de diretrizes para as Informações Contábeis, alinhadas com as orientações do Comitê de Monitoramento da Implementação do Plano de Ação de Reestruturação Contábil do Sistema Eletrobras.
- Propor a constituição de Grupos de Trabalho específicos para o desenvolvimento dos temas relacionados com o monitoramento de informações contábeis.

Comissão de Ética - Orientar e aconselhar aquele que por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional à Companhia, a qualquer título, sobre a ética profissional, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio da Companhia.

Atribuições:

- Elaborar, divulgar, bem como revisar, sempre que necessário ou a cada dois anos, o Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional de Furnas, submetendo à apreciação do Diretor Presidente, para posterior encaminhamento e aprovação pela Diretoria Executiva.
- Zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional, garantindo que sejam considerados aspectos que digam respeito à ética nos processos de negócio da Companhia.
- Assessorar a Direção Superior, emitindo pareceres para a tomada de decisão concernente a atos que impliquem no descumprimento do Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional de Furnas.

Políticas Internas

As Políticas Internas da empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Estoques, Informática, Recursos Humanos, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

Todos os contratos firmados com fornecedores incluem cláusula em que o contratado se compromete a adotar o Código de Ética de Furnas.

No Portal Ética, na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por e-mail, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2014, a Comissão de Ética recebeu 18 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2014 e após a devida análise, quatro encontravam-se em andamento, com três casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, receberá Censura Ética, encaminhada ao Departamento de Pessoal. As informações relativas aos processos foram obtidas junto à Ouvidoria, Comissão de Ética, Recursos Humanos, Comunicação, Auditoria, setor de Logística de Suprimento e Jurídico.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e importante instrumento da democracia participativa à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, serviço aos gestores da empresa e reforçando o compromisso de Furnas com a sociedade.

Além de atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União, estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Com a aprovação da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a Controladoria Geral da União (CGU) desenvolveu sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei. Em obediência à nova legislação, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que disponibiliza, no *website* de Furnas, diversas informações de interesse público.

A Ouvidoria administra ainda o canal “Fale com o Presidente”, exclusivo para o público interno, voltado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários.

Em 2014, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 887 demandas, sendo 734 manifestações postadas na Ouvidoria, 86 pedidos de informação dirigidos ao SIC, dos quais 16 tiveram recursos (13 dirigidos ao chefe hierárquico e três à autoridade máxima), e 67 mensagens encaminhadas ao “Fale com o Presidente”.

As 887 demandas são dos tipos agradecimento (7), comunicação (91), reclamação (216), solicitação (263), sugestão (31), pedido de informação (86), meio ambiente (15), denúncia (106), elogio (5) e “Fale com o Presidente” (67).

No que tange à origem, das 734 demandas registradas em 2014 na Ouvidoria, destacamos que 461 (63%) são de origem externa, 206 (28%), interna e 67 (9%), não identificada.

Principais Relacionamentos de Furnas

Em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional, Furnas mantém relacionamento com as entidades representativas do País no setor de energia elétrica, como o Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos nas esferas estadual e municipal.

A empresa também participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, como Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção (Abendi), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council – WEC*), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques – Cigré*), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams – Icold*) e Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association – IHA*), entre outras.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

a) A Auditoria Interna de Furnas não apresenta unidades descentralizadas; as unidades de sua estrutura organizacional estão localizadas na sede da empresa. A Auditoria Interna está organizada da seguinte forma: uma Superintendência de Auditoria Interna (AD), vinculada ao Conselho de Administração e à qual se subordinam três coordenadores de processos: Coordenador de Programação de Auditoria, Coordenador Operacional de Auditoria e Coordenador de Segurança da Informação.

b) Foram realizadas auditorias em todas as diretorias de Furnas e no respectivo fundo de pensão (Fundação Real Grandeza). Foram emitidos 20 relatórios para a Diretoria de Administração – DA, 12 relatórios para a Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE, 11 relatórios para a Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações – DN, 9 relatórios para a Diretoria de Operação e Manutenção - DO, 9 relatórios para a Diretoria de Finanças, - DF, 8 relatórios para Diretoria da Presidência – DP e 1 relatório para Fundação Real Grandeza. Foram realizadas auditorias em processos, em programas de investimentos, em despesas estruturais (operacionais), em novos negócios, tecnologia da informação e financeira.

Destacamos os seguintes resultados e benefícios para a empresa decorrentes das ações da auditoria interna realizadas no exercício de 2014:

- Melhoria na segurança dos sistemas informatizados, como, por exemplo, aprimoramento ou viabilização da segregação de função; melhorias na administração de usuários, como, por exemplo, revisão de concessão e cancelamento de senhas.
- Aprimoramento das normas internas e implantação de controles, propiciando o fortalecimento dos controles internos da empresa.
- Aperfeiçoamentos nos processos licitatórios e gestão de contratos no tocante ao cumprimento da Lei nº 8.666/93.
- Disseminação, na empresa, das mudanças decorrentes de novos procedimentos, principalmente no que tange às ações focadas em riscos e controles; ações que proporcionaram o início da mudança da cultura departamental para a de processos, além de maior integração entre as áreas.
- Inclusão de diversos compromissos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, para atender às determinações da Circular Geral 012.2004, emitida por Furnas, e à legislação pertinente.
- Maior agilidade no atendimento às fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria-Geral da União - CGU através da coordenação do atendimento pela Auditoria Interna.
- Acompanhamento das informações prestadas pelas diversas áreas ao TCU e CGU, uniformizando o posicionamento oficial da empresa.

c) Foram realizadas 45 das 46 auditorias previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, e uma está em curso. Até o final de dezembro de 2013 foram emitidos 70 relatórios de auditoria, dos quais quatro referem-se à conclusão de trabalhos referentes ao exercício de 2013.

Com relação aos trabalhos executados no exercício de 2014 destacamos os seguintes relatórios:

Relatório de Auditoria 003/2014 – Auditoria de Contratações de Tecnologia da Informação

Principais não conformidades:

- Falta de evidência de alinhamento entre a contratação e o Plano de Diretor Tecnologia da Informação;
- Deficiência de planejamento com elementos técnicos que definam os padrões esperados para a contratação em Tecnologia da Informação;
- Desatualização de equipamento;
- Ocorrências com tempo de atendimento ao usuário superior ao estipulado em contrato.

Relatório de Auditoria 006/2014 - Auditoria no Contas a Receber

Principal não conformidade:

- Pendências de recebimento registradas no Contas a Receber.

Relatório de Auditoria 009/2014 – Auditoria em Convênios

Principais não conformidades:

- Falta de apresentação do parecer da Gerência de Análise Financeira;
- Falta de apresentação das contrapartidas estipuladas;
- Falta de apresentação das prestações de contas.

Relatório de Auditoria 024/2014 – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Principais não conformidades:

- Falta de submissão à alçada competente para aprovação das contratações de P&D, levando em consideração o valor total dos projetos;
- Ausência de documento formal, emitido pelo Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento, de indicação dos projetos de P&D;
- Ausência de informações atualizadas sobre os Projetos de P&D;
- Divergências entre os valores aprovados pela Diretoria Executiva e os valores constantes nos pareceres da Assessoria Financeira;
- Ausência de clara definição para padronização da documentação de suporte e acompanhamento das medições para desembolso dos Projetos de P&D.

Relatório de Auditoria 031/2014 – Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

Principais não conformidades:

- Falta de normativo de Furnas onde se estabeleça a definição de responsabilidade nos processos de acompanhamento das SPEs;
- Ausência de declaração ou adesão expressa às Diretrizes e à Política Antitruste do Sistema Eletrobras, consideram-se a existência de parceiros privados nas SPEs;
- Falta de canal formal de comunicação entre os conselheiros indicados por Furnas nos conselhos das SPEs;
- Não há formatação padronizada para documentos societários;
- Não há rotina de monitoramento de indicadores financeiros e operacionais;
- Morosidade na implantação dos processos relacionados à gestão de participações;
- Dificuldade na obtenção de licenças ambientais nos prazos estabelecidos nos respectivos Planos de Negócios, gerando atrasos nos cronogramas das obras.

A Auditoria Interna mantém um controle de recomendações pendentes de implementação, com base nos prazos estabelecidos na Ata de Reunião, avaliando trimestralmente o *status* de cada uma, a partir da data de emissão do Relatório da Auditoria. Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos em sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

Os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados mensalmente aos Conselhos de Administração e Fiscal de Furnas e ao Diretor da área envolvida e anualmente, através do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Das 309 não conformidades identificadas nos trabalhos realizados, 244 (79%) estão regularizadas, 37 (12%) pendentes de implementação da recomendação e 28 (9%) ainda dentro do prazo para resposta.

d) A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração de Furnas e está organizada da seguinte forma: uma Superintendência de Auditoria Interna (AD) e três Coordenações: Coordenação de Programação de Auditoria, Coordenação Operacional de Auditoria e Coordenação de Segurança da Informação. Esta última foi criada por meio da Resolução de Diretoria 002/2781, de 14.10.2014, tendo como atribuições:

- Identificar e avaliar riscos vinculados à segurança da informação, recomendando as medidas preventivas e corretivas necessárias;
- Monitorar e avaliar eventos e incidentes relacionados com informações estratégicas e confidenciais de Furnas;
- Recomendar parâmetros e orientações estratégicas de segurança e, a partir de sua existência, propor a elaboração de normas, procedimentos e padrões de segurança, compondo uma política completa de segurança da informação, assegurando sua divulgação, compreensão e aplicação por toda a organização;
- Propor e monitorar a estratégia de segurança da informação, visando a garantir a confidencialidade, integridade, legalidade e disponibilidade das informações de propriedade, controladas ou processadas por Furnas;
- Propor soluções para a Tecnologia da Informação (TI) corporativa na prospecção, desenvolvimento, implementação e monitoramento dos mecanismos de controle de acesso à Rede Corporativa;
- Assegurar a classificação das informações da organização quanto à confidencialidade, integridade e disponibilidade, de acordo com sua relevância e criticidade para os processos empresariais, e que tenham seus gestores identificados;
- Colaborar na promoção, junto à área de educação corporativa, de ações de capacitação sobre segurança da informação para todos os envolvidos em projetos e atividades que envolvam a geração, manuseio e disponibilidade de informações de interesse de Furnas.

e) Com base nos resultados obtidos na realização dos trabalhos de auditoria, considerando os escopos e abrangências registrados, consideramos que há necessidade de aperfeiçoar controles internos.

2.3 Sistema de Correição

Não se aplica a Furnas.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Continua

Continuação

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente				X	

relacionadas com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise crítica e comentários relevantes: A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos. Com relação à Lei Sarbanes Oxley (SOx), e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos, em que o Presidente e o Diretor Financeiro da Eletrobras devem certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos independentemente da avaliação executada pelos auditores externos, foi realizada a avaliação dos Controles Internos da Administração pela Auditoria Interna, juntamente com a Consultoria Deloitte, contratada pela Eletrobras para o exercício de 2014. Cabe esclarecer que os procedimentos e instruções operacionais referidos na avaliação 5 dizem respeito ao corporativo como um todo, e não apenas a atividades de Operação e Manutenção (O&M), visto que estas, pelo grau de exigência técnica e regulatória que lhe é associado, encontram-se padronizadas e postas em documentos formais, em nível de excelência.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gerência de Riscos e Controles Internos – GRI.P

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2014, é de 10% da remuneração média mensal (excluídos os benefícios) percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292/1996, o que correspondeu, em dezembro de 2014, a R\$ 3.933,16.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva foi fixada pelo Conselho de Administração, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2014, que resultou num montante de R\$

39.006,54 e para o Diretor Presidente R\$ 40.956,87, não computados os benefícios (seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio-refeição, participação nos lucros e resultados, auxílio-moradia, auxílio creche/educacional e fundo de pensão).

Os benefícios concedidos aos membros da Diretoria Executiva são:

- seguro de vida em grupo;
- seguro funeral;
- plano de saúde;
- ajuda de custo de transferência;
- auxílio refeição;
- auxílio moradia;
- auxílio creche/educacional;
- fundo de pensão.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI	25.04.2008		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
VLADIMIR MUSKATIROVIC	02.04.2010		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
FLAVIO DECAT DE MOURA	15.02.2011		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
JOSE DA COSTA CARVALHO NETO	05.08.2011		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
JOAO GUILHERME ROCHA MACHADO	30.04.2013		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
MAURO DE MATTOS GUIMARAES	11.07.2013		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SONIA REGINA JUNG	02.04.2010		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
TICIANA FREITAS DE SOUSA	16.06.2011		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96
FABIANA MAGALHAES ALMEIDA RODOPOULOS	01.05.2012		3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	3.933,16	7.866,32	50.497,96

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.2.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	6	7	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.746.600,96	3.156.754,11	2.687.070,7
a) salário ou pró-labore	2.532.262,86	2.814.405,47	2.478.002,58
b) benefícios diretos e indiretos	94.263,48	90.704,57	106.467,33
- ticket refeição	56.700,00	53.111,36	70.576,32
- auxílio creche/reembolso educacional	15.963,48	15.993,21	14.291,01
- auxílio moradia	21.600,00	21.600,00	21.600,00
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros (férias)	120.074,62	251.644,07	102.600,79
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	0,00	341.037,07	376.370,34
e) bônus			
f) participação nos resultados	0,00	341.037,07	376.370,34
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	2.746.600,96	3.497.791,18	3.063.441,04
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	Remuneração dos Membros		
	2014	2013	2012
Número de membros:	6	8	7
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	302.987,76	285.652,72	270.498,00
a) salário ou pró-labore	302.987,76	285.652,72	270.498,00
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			

III – Total da Remuneração (I + II)	302.987,76	285.652,72	270.498,00
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	Remuneração dos Membros		
	2014	2013	2012
Número de membros:	3	3	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	151.493,88	143.091,51	133.212,00
a) salário ou pró-labore	151.493,88	143.091,51	133.212,00
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	151.493,88	143.091,51	133.212,00
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

2.5.3 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.2.5.3– Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	428.263,52	1.179.115,47	1.177.107,58
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	428.263,52	838.078,40	800.737,24
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	341.037,07	376.370,34
III – Total (I + II)	428.263,52	1.179.115,47	1.177.107,58

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria da Eletrobras Furnas atua como canal de pós-atendimento aos seus diversos colaboradores, bem como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão em geral, consolidando-se como um importante instrumento à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, um importante serviço aos gestores da Eletrobras Furnas e reforçando o compromisso da empresa com toda a sociedade.

O livre acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou qualquer outro documento. Em todas estas formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Programa “Ouvidoria Itinerante”

Diante dos resultados obtidos no ano anterior, foi mantido o Programa de Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é divulgar e esclarecer a forma de atuação da Ouvidoria junto às áreas regionais da empresa, incentivando o acesso do público interno e ampliando, assim, a escuta em todas as usinas e subestações da empresa.

Foram realizados dez encontros regionais, que contaram com a presença de toda a força de trabalho das usinas e subestações localizadas em Minas – UHE; Mascarenhas de Moraes; Estreito; Marimbondo; Goiânia – GST.E; Brasília – GRB.O; Usina Serra da Mesa; Itumbiara; Subestação Ivaiporã e Subestação de Foz do Iguaçu.

Lei nº 12.527/11 – Acesso à Informação

Com o advento da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu um sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei.

Em Furnas, a Ouvidoria foi designada para coordenar as ações de implantação das medidas previstas na Lei de Acesso à Informação, bem como para supervisionar sua aplicação.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em obediência à nova legislação, Furnas disponibilizou diversas informações de interesse público em seu *website*, acessíveis por meio de *banner* específico em sua página principal.

Caso o cidadão não encontre disponível a informação pretendida na página do SIC Furnas, poderá solicitá-la, preferencialmente por meio do sistema eletrônico do Governo Federal, no endereço <http://www.acessoainformacao.gov.br>, cujo *banner* pode ser acessado no *website* de Furnas.

Poderá ainda, solicitá-la por correio, telefone ou pessoalmente. Para tanto, o interessado deverá preencher um formulário de cadastramento com seus dados pessoais, indicará a empresa que detém

a informação pretendida e formulará sua solicitação, que será retransmitida para o endereço eletrônico sic@furnas.com.br para análise da Ouvidoria.

A fim de atender à transparência passiva, Furnas adotou o sistema do e-sic da Controladoria-Geral da União, que tem por propósito registrar pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da empresa.

Fale com o Presidente

Além de suas competências naturais, a Ouvidoria administra o canal “Fale com o Presidente”. Este canal é exclusivo para comunicação do público interno da empresa, compreendendo funcionários efetivos, contratados e estagiários.

As mensagens encaminhadas via canal “Fale com o Presidente” podem ser dúvidas, comentários e sugestões.

O sistema acima referido gera relatórios das informações solicitadas de diversos órgãos e entidades públicas, inclusive Furnas.

Ao longo do ano de 2014, foram enviadas, aos três canais geridos pela Ouvidoria, 887 demandas, sendo 734 manifestações postadas na Ouvidoria, 86 pedidos de informação dirigidos ao SIC, dos quais 16 tiveram recursos (13 dirigidos ao chefe hierárquico e 3 à autoridade máxima), e 67 mensagens encaminhadas ao “Fale com Presidente”.

Informações Gerenciais e Estatísticas

As 887 demandas são dos tipos Agradecimento (7), Comunicação (91), Reclamação (216), Solicitação (263), Sugestão (31), Pedido de Informação (86), Meio Ambiente (15), Denúncia (106), Elogio (5) e “Fale com o Presidente” (67).

No que tange à origem, das 734 demandas registradas em 2014 na Ouvidoria, destacamos que 461 (63%) são de origem externa, 206 (28%) interna, e 67 (9%) de origem não identificada.

Releva dizer que, do tipo Denúncia, foram postadas 106 manifestações, das quais 83 foram tratadas pela Ouvidoria, 20 não tiveram seguimento (sendo 7 por falta de conteúdo passível de apuração e 13 por duplicidade de protocolo) e 3 retransmitidas diretamente à Comissão de Ética.

Das denúncias tratadas pela Ouvidoria, podemos destacar as que se seguem:

- Cartório de Marzagão (GO) supostamente falsificou documentos referentes à venda, a terceiros, de casas em nome ou propriedade de Furnas.
- Empregado da Usina de Furnas, de São José da Barra, que estaria furtando materiais da Usina.
- Suposta utilização de veículo da empresa para fins diversos.
- Funcionário que teria se utilizado de mão-de-obra de funcionários de Furnas para fins particulares.
- Supostos atos que estariam violando norma interna da empresa e a CLT, como, por exemplo, regra de frequência, diárias de viagens, trabalho em turno, violação à NR 10 - falta de uniforme para os operadores, dentre outras.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica a Furnas.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos usuários de produtos e serviços

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação relativa a prazo, atendimento e usabilidade do canal, não tendo por competência realizar pesquisas de satisfação do cidadão quanto ao serviço prestado pela empresa.

Contudo, é disponibilizada à alta administração, anualmente, relatório contendo dados das demandas recebidas pelo referido canal, que podem ser úteis para tomada de decisão e melhoria dos processos e serviços da empresa.

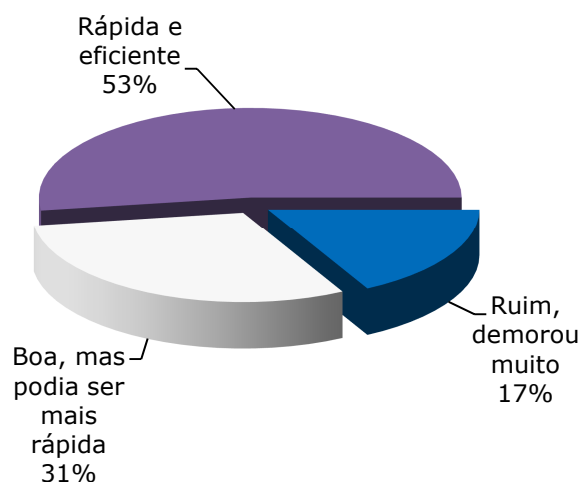
O referido relatório é disponibilizado no *website* de Furnas, após a apresentação aos órgãos de administração da empresa.

No item 3.1, encontram-se os principais dados estatísticos das manifestações referentes ao ano de 2014 registradas na Ouvidoria.

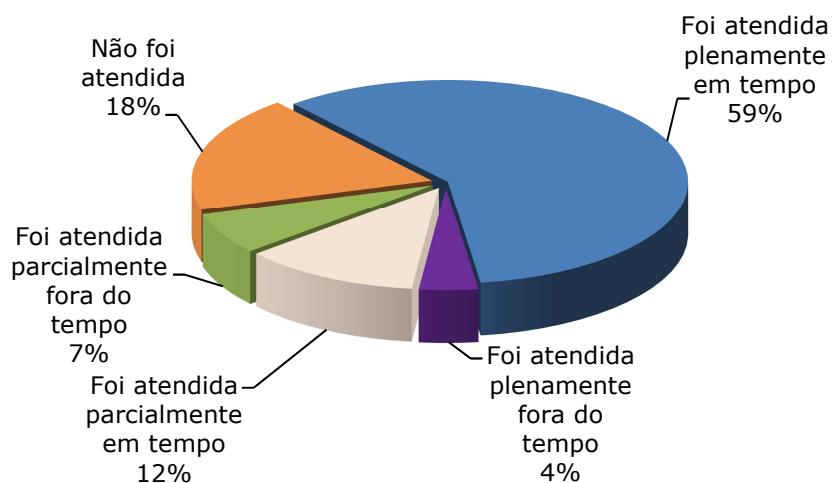
Avaliações dos Manifestantes

Após a conclusão das manifestações, é solicitado aos manifestantes que respondam ao questionário de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria, cujas respostas estão consolidadas nos gráficos a seguir. Estas avaliações foram respondidas por 151 manifestantes.

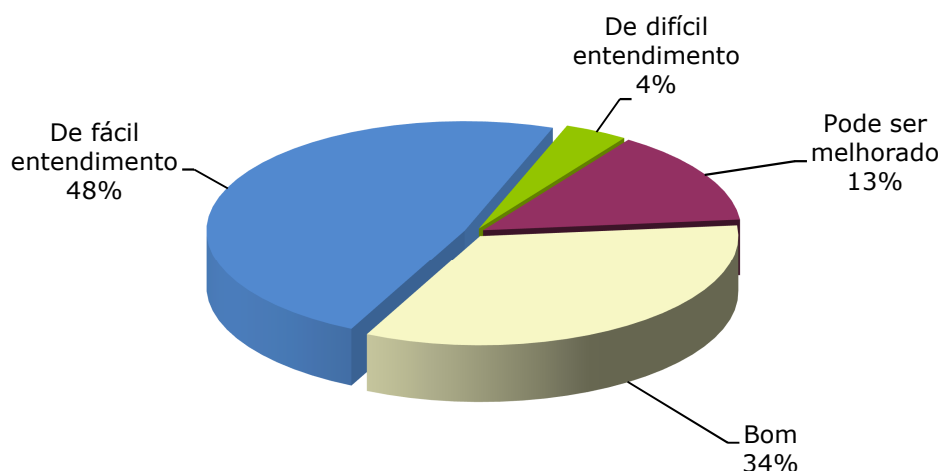
Satisfação com o prazo de solução



Forma de atendimento da manifestação



Forma de navegação no *website*



3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

O caminho de acesso é o *website* institucional de Furnas www.furnas.com.br, aba "publicações".

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Não se aplica a Furnas.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Ações de acessibilidade em consonância com a legislação vigente já implantadas no:

➤ **Escritório Central**

a) Comunicação e sinalização

- Sinalização tátil de corrimão na rampa e escadas do acesso principal do Escritório Central, situado na Rua Real Grandeza.
- Sinalização visual de degraus na escada do acesso principal, na Rua Real Grandeza, no acesso ao Bloco C e na entrada do Centro Furnas Cultural.
- Sinalização sonora em 20 elevadores (blocos A, B, C e E), com indicação do andar de parada, para orientação de deficientes visuais.
- Sinalização tátil em braile nas botoeiras de 22 elevadores (blocos A, B, C, E e P).
- Sinalização de emergência sonora e visual para orientação de deficientes visuais e auditivos em caso de incêndios e outras emergências, em todos os pavimentos do bloco C.
- Existência de sistema de sonorização que permite realizar avisos de emergência nos blocos A, B e C.
- Existência de sistema de sonorização para avisos aos visitantes na recepção principal, na Rua Real Grandeza.

b) Acessos e circulação

- Existência de rota sem desníveis superiores a 15 mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum dos principais blocos do Escritório Central através de rampas e elevadores, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
- Reforma de pavimentação de acesso na portaria da Rua São João Batista, de modo a prover piso livre de irregularidades e desníveis para acesso ao ambulatório, Prisma e blocos O e P.
- Rampa de acesso na entrada principal, situada na Rua Real Grandeza, dotada de guarda-corpo e sinalização tátil do corrimão.
- Existência de catracas especiais para cadeirantes, pessoas obesas e com dificuldade de locomoção em todos os acessos do Escritório Central (Real Grandeza, Mena Barreto e São João Batista), permitindo tratamento igualitário e livre de constrangimentos.
- Existência de portões especiais para passagem de cadeirantes, pessoas obesas e com dificuldade de locomoção, de modo complementar às catracas, permitindo o acesso ao bloco E e ao refeitório da empresa, no subsolo do bloco A.
- Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso ao bloco C e de guarda-corpo nos degraus de acesso aos pilotis.
- Acréscimo de parada em um dos elevadores do bloco A, de modo a atender ao 17º pavimento.
- Demarcação de oito vagas especiais para cadeirantes no estacionamento, próximas ao acesso das edificações (blocos A, B e C), no padrão indicado pela legislação.
- Destinação de vagas reservadas para acompanhantes de pessoas com deficiência, por meio do Programa Carona Solidária, em locais próximos ao acesso das edificações.
- Retardo no fechamento das portas dos elevadores dos blocos A, B, C e E, de modo a permitir acesso seguro de pessoas com mobilidade reduzida.
- Existência de portas de acesso ao fechamento automatizado por sensor de aproximação nos pilotis dos blocos A (três portas) e C (uma porta), permitindo o livre acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
- Substituição de grelhas de canaletas no acesso à garagem na Rua Mena Barreto, no acesso ao estacionamento e portaria da Rua São João Batista, por modelos com vão de no máximo 15 mm.
- Adaptação total de sete elevadores (quatro no bloco B, dois no bloco E, e um no bloco A), conforme os critérios de acessibilidade previstos em norma técnica, inclusive com rebaixamento da botoeira de chamada externa.
- Implantação de rampa de acesso à Sala de Informática I no térreo do bloco P (Prisma).

c) Sanitários

- Adaptação de banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência nos seguintes blocos e pavimentos: térreo, 8º e 15º andares do bloco A, 2º (auditório) e 8º andares do bloco B, 4º andar do bloco C e banheiro feminino no térreo do bloco P (Prisma). As mudanças incluem elevação da bacia sanitária, lavatório de uso pessoal na cabine sanitária, posicionamento adequado do espelho, aumento da área e porta de acesso da cabine sanitária para permitir

uso da cadeira de rodas e instalação de barras de apoio. As mudanças foram realizadas conforme a disponibilidade de espaço de cada ambiente.

d) Auditórios

- Existência de banheiros adaptados para atendimento aos dois auditórios da empresa (2º e 8º pavimentos do bloco B).
- Reserva de espaço (criado com a remoção de duas poltronas) para cadeirantes, localizados ao lado da rota de escape no auditório do 2º andar do bloco B.

e) Mobiliário

- Existência de balcão de atendimento rebaixado nas recepções das Ruas Real Grandeza e São João Batista, para permitir melhor atendimento a cadeirantes.
- Aquisição de mobiliário especial, com regulagem de altura do tampo, para as funcionárias da central de atendimento portadoras de necessidades especiais.
- Confecção de apoio para os pés para os portadores de necessidades especiais, mediante solicitação do próprio usuário.

f) Outros

- Incorporação de critérios de acessibilidade em todas as intervenções de reforma no Escritório Central, em atendimento à Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Existência de carro elétrico com maca para transporte adequado de acidentados e pessoas com mal súbito entre os blocos principais do Escritório Central e o local para acesso de ambulâncias.

➤ UTE Santa Cruz:

a) Acessos e circulação

- Rampa de acesso para cadeirantes na entrada do restaurante e no acesso para sanitário da Divisão de Manutenção Eletromecânica.

b) Sanitários

- Instalação de barras metálicas de apoio para mãos para facilitar o acesso e movimentação dentro do sanitário da Divisão de Manutenção Eletromecânica.

➤ SE Zona Oeste:

a) Sanitários

- Instalação de sanitário adaptado.

➤ SE Jacarepaguá:

a) Sanitários

- Instalação de sanitário adaptado.

➤ **Escritório de Itapeva:**

a) Acessos e circulação

- Instalação de barras metálicas de apoio para as mãos para facilitar o acesso ao escritório.
- Redução da altura de um degrau da escada de acesso ao escritório.

➤ **SE Ibiúna:**

a) Acessos e circulação

- Rampa de acesso para cadeirantes no estacionamento para acesso à entrada principal dos escritórios.

➤ **SE Foz do Iguaçu:**

a) Acessos e circulação

- Existência de rota sem desníveis superiores a 15 mm, que permite o acesso ao prédio Técnico / Administrativo, Refeitório, Auditório, Garagem e Almojarifado possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
- Rampa de acesso na entrada Lateral e traseira do prédio Técnico / Administrativo.
- Instalação de Relógio de Ponto em Local e altura adequada para cadeirantes, pessoas obesas e com dificuldade de locomoção.
- Adaptação da bancada de *Self Service* no restaurante.
- Existência de portas especiais para passagem de cadeirantes, pessoas obesas e com dificuldade de locomoção, permitindo o acesso às diversas edificações.

b) Sanitários

- Adaptação dos banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência nos prédios Técnicos / Administração (Bloco A – GRP.O e Bloco C – GSS.A).

c) Estacionamento

- Demarcação de vaga especial para cadeirantes no estacionamento.

➤ **SE Ivaiporã:**

a) Acessos e circulação

- Existência de rota sem desníveis superiores a 15 mm, que permite o acesso ao prédio Técnico / Administrativo, Auditório e Garagem possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
- Rampa de acesso na entrada principal e traseira do prédio Técnico / Administrativo.
- Existência de portas especiais para passagem de cadeirantes, pessoas obesas e com dificuldade de locomoção, permitindo o acesso às diversas edificações

b) Sanitários

- Adaptação dos banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência no prédio Técnico / Administrativo.

c) Estacionamento

- Demarcação de vaga especial para cadeirantes no estacionamento.

➤ SE Campos/UTE Campos:

a) Acessos e circulação

- Rampa de acesso na entrada Lateral e traseira do prédio Técnico / Administrativo.
- Instalação de Relógio de Ponto em Local e altura adequada para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.

b) Estacionamento

- Demarcação de vaga especial para cadeirantes no estacionamento.

➤ SE Resende:

a) Acessos e circulação

- Acesso principal com rampa para a casa de força (entrada principal).
- Acesso secundário com rampa para a casa de força (acesso pelos fundos da casa).

➤ UHE Funil:

a) Acessos e circulação

- Acesso principal sem degraus para a casa de força (acesso pela porta do Bloco E).
- Acesso secundário sem degraus para a casa de força (acesso pela porta do Bloco A).

➤ UHE Simplício:

a) Acessos e circulação

- Acesso lateral pela sala de controle com rampa.

➤ SE Mogi das Cruzes:

a) Acessos e Circulação

- Rampa de acesso ao Prédio da GRL.O.
- Rampa de acesso ao Ambulatório Médico.
- Rampa de acesso à Área de Lazer / Quadras Esportivas.
- Rampa de acesso à Sala de Ginástica.

➤ SE Guarulhos:

a) Acessos e circulação

- Rampa de acesso na entrada da casa de controle.

b) Estacionamento

- Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento do prédio administrativo e na sala de controle.

➤ **SE Tijuco Preto:**

a) Acessos e circulação

- Rampa de acesso na entrada lateral do prédio da administração.
- Rampa de acesso à Área de Recuperação Ambiental.

➤ **Gerência de Produção Brasília - GRB.O:**

Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

Sede Gerência de Produção Brasília GRB.O:

a) Comunicação e sinalização

a.1. Existência de sistema de sonorização - Busca a Pessoas - para avisos aos empregados.

a.2. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

b) Acessos e circulação

b.1. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

c) Sanitários

c.1. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O..

d) Auditórios

d.1. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

➤ **UHE Itumbiara:**

a) Comunicação e sinalização

a.1. Sinalização visual de degraus na escada do acesso principal e identificação de acesso as salas de controle.

a.2. Sinalização de emergência sonora e visual para orientação caso de incêndios e outras emergências, em todos os pavimentos.

a.3. Existência de sistema de sonorização que permite realizar avisos de emergência

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum dos principais locais da usina, através de rampas e elevadores, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
- b.2. Reforma de pavimentação de acesso na porta, de modo a prover piso livre de irregularidades e desníveis para acesso ao Ambulatório.
- b.3. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso.
- b.4. Retardo no fechamento das portas dos elevadores, de modo a permitir acesso seguro de pessoas com mobilidade reduzida.
- b.5. Implantação de rampa de acesso à Sala de Controle da SE.
- b.6. Contratação de um transporte especial, tipo táxi (carro com motorista) para atender um Funcionário com deficiência física que por recomendação médica de Furnas, não deve circular no ônibus dos demais Funcionários (não possui rampa acesso).

c) Sanitários

- c.1. Adaptação de banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência nos seguintes blocos e pavimentos: 1º andar e 2º andar (auditório), para permitir uso da cadeira de rodas e instalação de barras de apoio. As mudanças foram realizadas conforme a disponibilidade de espaço de cada ambiente.

d) Auditórios

- d.1. Acesso ao auditório somente por escada.

e) Mobiliário

- e.1. Aquisição de mobiliário especial com regulagem de altura do tampo para os funcionários portadores de necessidades especiais.
- e.2. Confecção de apoio para os pés para os portadores de necessidades especiais, mediante solicitação do próprio usuário.

f) Outros

- f.2. Existência de Ambulância com maca para transporte adequado de acidentados e pessoas com mal súbito.

➤ SE Rio Verde:**a) Comunicação e sinalização**

- a.1. Sinalização visual de degraus na escada do acesso principal e identificação de acesso à sala de controle.
- a.2. Sinalização de emergência sonora e visual para orientação caso de incêndios e outras emergências, em todos os pavimentos.
- a.3. Existência de sistema de sonorização que permite realizar avisos de emergência

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rampa de acesso à Sala de Controle da SE.

c) Sanitários

- c.1. Necessário adaptação de banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência nos pavimentos, para permitir uso da cadeira de rodas e instalação de barras de apoio.

d) Auditórios

d.1. Mini auditório adaptado a portadores de necessidades especiais.

e) Mobiliário

e.1. Mobiliários não adaptáveis a portadores de necessidades especiais.

➤ **SE Bandeirantes:**

a) Comunicação e sinalização

a.1. Sinalização de emergência sonora em caso de incêndios e outras emergências na usina

a.2. Existência de sistema de sonorização, busca pessoa, que permite realizar avisos de emergência nas dependências da usina.

b) Acessos e circulação

b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum nas principais dependências da usina.

c) Sanitários

c.1. Os banheiros da Usina de Corumbá não são adaptáveis a pessoas portadoras de necessidades especiais.

d) Auditórios

d.1. É possível receber cadeirantes no auditório da Usina de Corumbá.

e) Mobiliário

e.1. Mobiliários não adaptáveis a portadores de necessidades especiais.

f) Outros

f.1. Existência de Ambulância com maca para transporte adequado de acidentados e pessoas com mal súbito.

➤ **UHE Batalha:**

a) Comunicação e sinalização

a.1. Sinalização de emergência em caso de incêndios e outras emergências na usina e subestação.

a.2. Existência de sistema telefônico sem fio e radio comunicador na usina e se.

b) Acessos e circulação

b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum nas principais dependências da usina.

c) Sanitários

c.1. Os banheiros da Usina de Batalha não são adaptáveis a pessoas portadoras de necessidades especiais.

d) Auditórios

d.1. É possível receber cadeirantes no Mini auditório da Usina de Batalha.

e) Mobiliário

e.1. Mobiliários não adaptáveis a portadores de necessidades especiais.

➤ **UHE Corumbá:**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Sinalização de emergência sonora em caso de incêndios e outras emergências na usina
- a.2. Existência de sistema de sonorização, busca pessoa, que permite realizar avisos de emergência nas dependências da usina.

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum nas principais dependências da usina.

c) Sanitários

- c.1. Os banheiros da Usina de Corumbá não são adaptáveis a pessoas portadoras de necessidades especiais.

d) Auditórios

- d.1. É possível receber cadeirantes no auditório da Usina de Corumbá.

e) Mobiliário

- e.1. Mobiliários não adaptáveis a portadores de necessidades especiais.

f) Outros

- f.1. Existência de Ambulância com maca para transporte adequado de acidentados e pessoas com mal súbito.

➤ **UHE Manso:**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Sinalização de emergência sonora em caso de incêndios e outras emergências na usina
- a.2. Existência de sistema de sonorização, busca pessoa, que permite realizar avisos de emergência nas dependências da usina.

b) Acessos e circulação

- b.1. Não Existe rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum nas principais dependências da usina. Acesso internos através de escadas.

c) Sanitários

- c.1. Os banheiros da Usina de Manso não são adaptáveis a pessoas portadoras de necessidades especiais.

d) Auditórios

- d.1. É possível receber cadeirantes no Mini auditório da Usina de Manso.

e) Mobiliário

- e.1. Mobiliários não adaptáveis a portadores de necessidades especiais.

f) Outros

- f.1. Existência de Ambulância com maca para transporte adequado de acidentados e pessoas com mal súbito.

➤ **Sede Gerência de Produção Minas:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas, que permite o acesso a administração da GRM.O e Auditório, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **DMLM.O e DMEM.O:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas, que permite o acesso a administração da DMLM.O e DMEM.O, Sala dos Técnicos e Auditório, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **UHE Furnas e SE Itutinga:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas, que permite o acesso a Sala de Controle, administração da DOFU.O e Auditório, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso.
- a.3. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **UHE Mascarenhas de Moraes:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas, que permite o acesso a Sala de Controle, administração da DOMM.O e Auditório, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso.
- a.2. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas e elevador, que permite o acesso a Sala de Controle, administração da DOLB.O, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso.
- a.3. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **SE Poços de Caldas:**

a) Acessos e circulação

- a.1. Existência de rota com rampas, que permite o acesso a Sala de Controle, administração da DOPD.O e Auditório, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Incluindo adaptação de banheiros.
- a.2. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na rampa de acesso.
- a.3. Demarcação de vagas especiais para cadeirantes no estacionamento.

➤ **Gerência de Produção Triângulo Mineiro:**

Por ser uma área de risco, as ações de acessibilidade existentes se restringem aos prédios/loais administrativos.

➤ **Sede GRT.O:**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Sinalização de acessos e locais reservados para pessoas com deficiência física.

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rampas, que permitem o acesso a qualquer prédio administrativo da GRT.O, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.

c) Sanitários

- c.1. Adaptação de banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência no Prédio II da GRT.O.

d) Auditórios

- d.1. Criação de acesso facilitado ao auditório da GRT.O (vide fig. 2).

➤ **Divisão de Operação de Marimbondo e Araraquara (UHE Marimbondo):**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Existência de sistema de sonorização que permite realizar avisos de emergência na Usina (Brigada de Emergência)
- a.2. Existência de sistema de sonorização - Busca a Pessoas - para avisos aos empregados na Usina.

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum da casa de força da UHE Marimbondo através de rampas e elevadores, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
- b.2. Rampa de acesso na entrada principal da casa de força da usina dotada de guarda-corpo.
- b.3. Existência de guarda-corpo e piso antiderrapante na escada de acesso da entrada principal da casa de força.

➤ **Divisão de Operação de Porto Colômbia (UHE Porto Colômbia):**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Existência de sistema de sonorização que permite realizar avisos de emergência na Usina (Brigada de Emergência)
- a.2. Existência de sistema de sonorização- Busca a Pessoas - para avisos aos empregados na Usina.

b) Acessos e circulação

- b.1. Rampa de acesso na entrada principal da Usina dotada de guarda-corpo e piso antiderrapante.

c) Sanitários

- c.1. Adaptação de banheiros para cadeirantes e pessoas com deficiência no hall de entrada da usina e no Espaço do meio dia – Refeitório e laser.

➤ **Divisão de Operação de Serra da Mesa e Barro Alto:**

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.
- a.2. Existência de sistema de sonorização - Busca a Pessoas - para avisos aos empregados na Usina/Subestação.

b) Acessos e circulação

- b.1. Existência de rota sem desníveis superiores a 15mm, que permite o acesso a qualquer pavimento de uso comum da casa de força da UHE Serra da Mesa através de rampas e elevadores, possibilitando o livre acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.

➤ **Divisão de Operação de Brasília:**

Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

a) Comunicação e sinalização

- a.1. Existência de sistema de sonorização- Busca a Pessoas - para avisos aos empregados nas Subestações.

b) Acessos e circulação

- b.1. Rampa de acesso na entrada principal das Subestações

c) Sanitários

- c.1. Para atender a legislação vigente, está em fase de estudos, projetos de acessibilidade para implantação/adequação em todas as áreas da GRB.O.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

a) Segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil atingiu 473,4 TWh em 2014, com alta de 2,2% em relação a 2013, a menor expansão registrada desde 2009, consequência do impacto negativo da crise econômica mundial. Em 2014, o setor industrial foi o principal responsável pelo baixo crescimento do consumo, tendo marcado 178 TWh, queda de 3,6% relativa ao ano anterior. Por outro lado, a categoria comercial atingiu 89,8 TWh, apresentando a maior taxa de crescimento (7,3%) dentre as classes de consumo. As residências também mantiveram consumo elevado, alcançando 132,1 TWh, acréscimo de 5,7% em relação ao registrado em 2013. Tanto a classe residencial quanto a comercial foram impactadas, de forma adversa, pela elevação das temperaturas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente no 1º trimestre do ano.

O atual marco regulatório do Setor Elétrico estabelece dois ambientes para comercialização de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A contratação de energia no ACR se realiza através de leilões públicos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e operacionalizados pela própria Agência ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em tais leilões são firmados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), pelos Agentes Vendedores vencedores dos certames e os Distribuidores de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Os CCEARs são especificados por meio de editais publicados para cada leilão, após a realização de Audiências Públicas, contendo cláusulas e condições fixas, que não são passíveis de alteração pelos agentes contratantes. Já o Mercado Livre ou ACL é o ambiente do setor elétrico, no qual os agentes, à exceção dos Concessionários de Serviço Público de Distribuição, realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, através de contratos bilaterais com condições livremente negociadas.

Em 2014, a Agência Nacional de Águas e Energia Elétrica (Aneel) realizou três Leilões de Energia Nova, que irão agregar cerca de 7,6 GW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) no período de 2017 a 2019. No Leilão de Energia de Reserva foram negociados, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pela primeira vez, montantes de energia provenientes de fonte solar, totalizando 889 MW. A Aneel realizou, ainda, leilão da UHE Três Irmãos, cuja concessão expirou e que foi devolvida à União por seu concessionário anterior por não concordar com a renovação nos termos da Lei 12.783/2013.

Para 2015, estão previstos diversos Leilões de Energia Nova e Transmissão, para atender ao crescimento previsto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de cerca de 4,0% a.a, na demanda por energia elétrica para os próximos dez anos. Nos cinco primeiros anos, há previsão de licitação de diversos empreendimentos hidrelétricos, que agregarão 14,7 GW ao SIN.

No horizonte decenal, estão previstos investimentos de R\$ 301 bilhões, sendo R\$ 223 bilhões para geração de energia e R\$ 78 bilhões para transmissão. Na geração, o destaque deverá ser a UHE São

Luiz de Tapajós, com potência instalada de 8.040 MW. A transmissão tem como destaque o bipolo de integração da UHE Belo Monte ao SIN, com capacidade de transmissão de 4 GW e 2.440 km de extensão.

b) Concorrem, neste mercado, empresas estatais e privadas, inclusive grupos estrangeiros, em geral associados a empresas brasileiras, tanto privadas quanto estatais. Tem sido frequente, após as mudanças regulatórias de 1998 e 2004, a associação de agentes privados e estatais para constituição de consórcios e de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para disputa de empreendimentos em leilões de geração e transmissão.

c) Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia.

Integram seu parque gerador 27 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: i) 19 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de SPE, com potência instalada total de 13.902 MW; ii) 3 são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 187 MW; iii) 3 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 10,3 MW; e iv) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 14.629 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 10.888 MW.

O parque transmissor concentra 24.140 km de linhas, das quais 4.233 km sob a forma de SPE, possuindo ainda 68 subestações, com capacidade de transformação total de 118.243 MVA, já incluídos 14.875 MVA referentes a 18 subestações de SPEs.

A excelência em Operação e Manutenção credenciou a empresa a se engajar em novos projetos, como a Linha de Transmissão Coletora Porto Velho-Araraquara II, mais conhecida como Linhão do Madeira, maior do mundo em corrente contínua, cujas obras foram concluídas em 2013.

No exercício de 2014, a empresa envolveu-se em novos projetos de transmissão, com destaque para sua participação na implantação da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará para o Sudeste a energia da usina de Belo Monte, em construção no estado do Pará.

A médio prazo, por iniciativas com participação de Furnas, o sistema elétrico do País verá sua capacidade ampliada com a entrada em operação das próximas unidades geradoras da UHE Santo Antônio e com a construção de mais duas novas usinas hidrelétricas e 48 parques eólicos, totalizando 4.890 MW de potência instalada adicional, fruto de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, a empresa participa da construção de 14 novas subestações e de aproximadamente 3 mil km de novas linhas de transmissão, bem como realiza obras de ampliação em instalações existentes.

Ao longo do exercício de 2014, Furnas investiu um total de R\$ 2.308 milhões, dos quais R\$ 849 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 1.459 milhões em SPEs nas quais possui participação.

A produção de energia foi de 42.186 GWh, dos quais 25.149 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 17.037 GWh por usinas de investidas.

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBTIDA ajustado individual de R\$ 1,047 bilhão e prejuízo da ordem de R\$ 406 milhões. Este resultado sofreu o impacto da escassez de chuvas, que diminuiu a capacidade hídrica de geração, provocando acentuada elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e, por consequência, obrigando a empresa e suas investidas do negócio de geração, em especial a MESA, a grandes dispêndios para aquisição de energia no mercado *spot* de forma a honrar seus contratos.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2014, a compra de 3.332 GWh e a venda de 40.561 GWh, em total comercializado de 43.893 GWh.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um novo contexto setorial. A empresa contava, ao final do exercício de 2014, com 3.517 empregados efetivos e 1.330 não efetivos, contra 3.547 e 1.339, respectivamente, no exercício anterior.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e pelo respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. A empresa também mantém programas de preservação da biodiversidade, de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e de uso racional da energia, além de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Com relação a novos negócios, em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas passou a praticar a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

Em dezembro de 2014, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 89 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de transmissão e geração em diversas fontes, bem como 333 cadastros ativos de empreendedores, dos quais destacavam-se 144 projetos eólicos e 112 de energia solar. No total, cerca de 19.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, solar e via resíduos sólidos, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

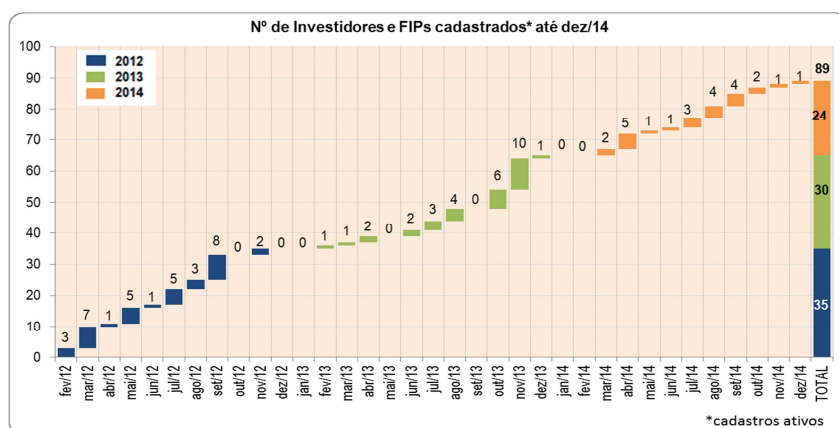
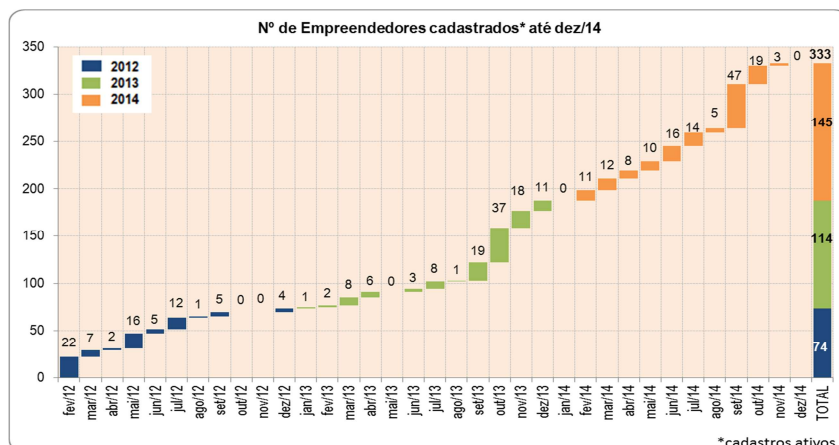
Resumo dos Cadastros – Empreendedores

Número de Cadastros Ativos

Tipo de Cadastro	Nº de Cadastros
Empreendedores	333
Investidores	89
Total	422

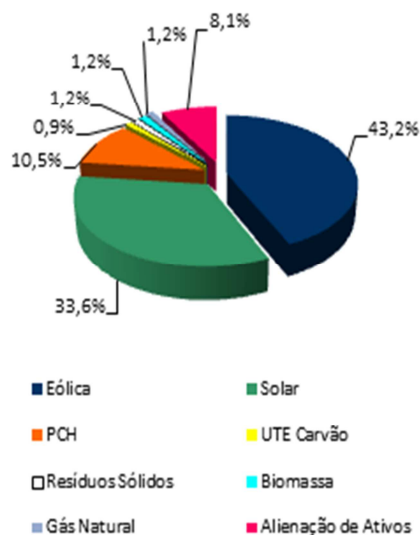
Número de Empresas Cadastradas

Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	164
Investidores	89
Total	253



Tipo de Projeto	Nº de Cadastros	%
Geração	306	91,9%
Eólica	144	43,2%
Solar	112	33,6%
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	35	10,5%
UTE Biomassa	4	1,2%
UTE Gás Natural	4	1,2%
UTE Resíduos Sólidos	4	1,2%
UTE Carvão	3	0,9%
Alienação de Ativos	27	8,1%
Linhas de Transmissão (LTs)	2	0,6%
Eólica	14	4,2%
PCH	7	2,1%
UHE	3	0,9%
Solar	1	0,3%
Total	333	100,0%

Tipo de Projeto Cadastrado



Em resumo, Furnas atua, no setor elétrico, como:

- Concessionária de instalações de geração e de transmissão – nesta qualidade, interage com os agentes oficiais estabelecidos pela legislação que regulamenta esta atividade, a saber, Aneel, CCEE e, ONS. Como concessionária de transmissão, recebe uma tarifa, denominada Receita

Anual Permitida (RAP). Como concessionária de geração, pode comercializar a garantia física de suas usinas, no caso de contratos oriundos de Leilões de Energia Nova (LENs) ou de contratos antigos não renovados nos termos da Lei 12.783/2013, ou receber uma tarifa, denominada Receita Anual de Geração (RAG), no caso de contratos firmados ou renovados nos termos da referida Lei, e que corresponde ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescido de encargos e tributos. Em qualquer caso, trata-se do negócio conhecido no setor elétrico como Operação e Manutenção (O&M).

- *Holding* de participações em empreendimentos de geração e transmissão via Sociedades de Propósito Específico (SPEs) – nesta qualidade, interage apenas com suas investidas e com os demais sócios destas empresas.
- Prestadora de serviços diversos, ligados, direta ou indiretamente, a sua atividade de O&M acima referida.

d) Face à redução acentuada das receitas, ocorrida a partir da promulgação da Lei 12.783/2013. Furnas vem empreendendo ações de adequação a esta nova realidade tarifária, porém o ajuste vem sendo realizado de forma gradual, de modo a não comprometer a segurança e qualidade da atividade de O&M, ao passo que a redução das receitas foi abrupta.

No cenário atual, a principal ameaça aos negócios da empresa, é a possibilidade de não reconhecimento, no todo ou em parte, dos valores pleiteados por Furnas junto à Aneel a título indenização, no contexto da Lei 12.783/2013, e descritos em mais detalhes no tópico 9 deste Relatório. Notar que aqui não se incluem os valores mencionados no *bullet* anterior, trata-se de indenização adicional.

A consequência direta da redução de receita acima referida é a dificuldade de caixa, que afeta de forma mais imediata os investimentos da empresa, notadamente aqueles relativos a empreendimentos em curso.

As oportunidades que, no momento, se apresentam são:

- Crescimento contínuo do mercado, tanto em geração quanto em transmissão, mesmo em períodos de desaceleração econômica.
- Possibilidade de diversificação do investimento em geração, pela ampliação do leque de fontes a serem exploradas.
- Possibilidade de associação a outras empresas e grupos empresariais via constituição de SPEs, o que viabiliza a participação em inúmeros empreendimentos, ao mesmo tempo em que reduz o risco da concentração do investimento em poucos empreendimentos.

Acrescente-se que, durante a revisão do planejamento estratégico, foram identificadas alavancas de valor para atuação de Furnas no curto prazo:

- Participação de mercado: (i) melhorar o sucesso de Furnas nos leilões de geração e transmissão através de maior competitividade nos custos de implantação, operação e manutenção dos empreendimentos a fim de obter maior participação de mercado; (ii) melhorar a geração de caixa e os custos de captação de Furnas a fim de viabilizar os investimentos em novos negócios.

- Prospecção e gestão de novos negócios: (i) avaliar desempenho da unidade de novos negócios considerando os custos de gestão das SPEs e de prospecção de novos negócios; (ii) implantar modelo de gestão de SPEs que permita acompanhamento dos desvios financeiros e operacionais; (iii) alavancar receitas oriundas de serviços prestados às SPEs nas diversas etapas do ciclo de vida dos empreendimentos.
- Retorno sobre o capital investido em melhorias e reforços: recuperar receitas com investimentos realizados em melhorias no sistema de geração e transmissão; melhorar o desempenho dos projetos de reforços – redução dos atrasos de suprimentos e licenciamento, desvios de CAPEX, multas e perda de receita.
- Custos e despesas operacionais: reduzir o custo de PMSO por MW e km de linha nas unidades operativas (desempenho acima da média dos pares) e nas áreas administrativas.

e) Conforme exposto na resposta ao item **a)** acima, os CCEARs não são passíveis de alteração pelos agentes contratantes. Furnas participa dos leilões de energia e, desta forma, comercializa (vende) energia para os Agentes de Distribuição do SIN. A relação com tais agentes se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

Ainda conforme exposto na resposta ao item **a)** acima, o ACL é um ambiente de negociação livre. Furnas, como Concessionária de Serviço Público de Geração sob controle federal, tem seus contratos firmados obrigatoriamente através de processos de leilão ou chamada pública realizados pela própria empresa ou por terceiros, quais sejam, concessionários de geração, comercializadores ou consumidores livres. A relação com tais agentes também se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

f) Os principais riscos a que Furnas se vê exposta no ambiente de negócios em que atua, bem como as respectivas ações preventivas/mitigatórias, podem ser resumidos/classificados nas seguintes naturezas:

- Riscos regulatórios: Envolvem alterações nas regras do setor, que, tal como no caso da Lei 12.783/2013, podem ter impacto muito negativo nos negócios da empresa.
- Riscos ambientais e fundiários: Correspondem à possibilidade de impactos negativos nos empreendimentos de Furnas, especialmente os que se encontram em implantação, devido a dificuldades na obtenção tempestiva de licenças dos órgãos ambientais competentes e a litígios com partes afetadas por empreendimentos em implantação e instalações em operação. A prevenção consiste em aperfeiçoar o relacionamento com órgãos ambientais e comunidades afetadas, aparando arestas e antecipando-se a dificuldades futuras.
- Riscos de construção: São aqueles relacionados à implantação de empreendimentos, em especial os que envolvem a construção de barragens, provocados pela imprecisão característica dos levantamentos geológicos, além de inúmeras situações adversas que podem configurar-se em qualquer obra de grande porte. A prevenção consiste em manter alto nível de exigência na fase de projeto e na contratação de serviços de EPC (da expressão em inglês *Engineering, Procurement and Constuction*), além da contratação de seguro.
- Riscos de operação: Trata-se dos riscos inerentes à atividade de O&M, em especial os ligados à possibilidade de ocorrências meteorológicas com impacto em linhas de transmissão, além do

imponderável na operação de equipamentos quaisquer. A prevenção se faz mediante a busca constante de excelência nos padrões de operação, monitoramento e manutenção, além da contratação de seguro.

- Riscos de parceria: Riscos inerentes à associação com outros agentes para investimento em empreendimentos, relacionados a sua gestão e estratégia, que possuem natureza dinâmica e sobre as quais Furnas não tem controle. A forma de prevenção utilizada é a cuidadosa avaliação de sócios em potencial quanto à situação e capacidade financeira e conformidade jurídica, e dos empreendimentos pretendidos quanto a sua viabilidade técnica e econômica.

g) A Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, entre outras providências, impôs desafios às concessionárias para adaptação ao novo modelo regulatório. Tal como em 2013, os impactos da referida Lei continuaram a permear as atividades da Agenda Regulatória do Setor Elétrico no ano de 2014.

Resoluções Normativas Aneel 596/2013 e 589/2013

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados indenização do valor dos investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados relativos a aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões foram prorrogadas, ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O valor da parcela dos investimentos vinculados aos bens alcançados por esta Resolução deve ser calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e considerará a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação e até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A forma de pagamento da parcela assim calculada deve ser definida pelo poder concedente, que poderá ressarcir a concessionária por meio de indenização ou reconhecimento do valor devido na base tarifária.

As usinas de Furnas com concessão prorrogada segundo a Lei nº 12.783/2013 são: Corumbá I, Estreito, Funil, Furnas, Porto Colômbia e Marimbondo.

Para as concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013, a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013, estabelece critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão consideradas não depreciadas e existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica Sistema Existente / Parcela da RAP Referente às Instalações de Transmissão Classificadas como DIT - RBSE/RPC), para fins de indenização.

Resolução Normativa Aneel 642/2014

A principal diferença conceitual introduzida pela Lei nº 12.783/13, e que afeta os geradores hidráulicos que renovaram suas concessões, ou que venham a arrematar concessões nos termos da referida Lei, é que não mais praticarão preço, mas sim receberão uma tarifa para a adequada prestação do serviço.

A tarifa inicial definida pelo poder concedente objetiva assegurar recursos para que o agente opere a usina dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela regulamentação vigente. Esta tarifa, entretanto, não cobre investimentos adicionais que precisem ser realizados nas instalações para mantê-las adequadas ao exercício da atividade. Trata-se de empreendimentos antigos que, em muitos casos, precisarão passar por obras de revitalização para garantir a qualidade e atualidade da produção de energia elétrica, compreendendo a modernização de equipamentos e instalações e sua conservação.

Para tanto, a Resolução Normativa nº 642/2014, de 3 de outubro de 2014, estabelece critérios e procedimentos para realização de investimentos que serão considerados no cálculo das tarifas de aproveitamentos hidrelétricos alcançados pela Lei nº 12.783/2013, quando da realização de ampliações e melhorias.

Além das usinas que tiveram suas concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 e da UHE Três Irmãos, são regidas pelo novo regramento as concessões de usinas para as quais Furnas foi designada prestadora de serviços temporária, as PCHs Dona Rita, Neblina e Sinceridade.

h) Não se aplica.

4.2 Informações sobre o ambiente de Gestão e de Negócios:

(Para atendimento ao item 19)

Furnas - Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia.

O parque gerador de Furnas é composto por 27 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 19 são hidrelétricas (UHE), sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com potência instalada total de 13.902,11 MW; b) 3 são eólicas em regime de SPE, potência instalada total de 187,04 MW; c) 3 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), com potência instalada total de 10,3 MW; e d) 2 são termelétricas com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 14.629,45 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 10.887,95 MW.

As UHE afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e que estão sendo operadas e mantidas por Furnas são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo

e Porto Colômbia. As UHE não afetadas de Itumbiara e Mascarenhas de Moraes têm fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente.

A UHE Batalha, com potência instalada de 52,5 MW, teve sua operação comercial iniciada em maio de 2014 e o Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, com 333,7 MW de potência instalada, que compreende as UHE Simplício e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, iniciou sua operação em junho de 2013 com a UHE de Simplício adicionando 305,7 MW ao sistema elétrico brasileiro. A PCH Anta, composta por duas unidades geradoras (UG1 e UG2) de 14 MW cada, tem previsão de entrada em operação comercial: a) UG1 em agosto de 2015 e b) UG2 em março de 2016, completando a capacidade instalada de 333,7 MW do complexo. A data de término das concessões das UHE Simplício e Batalha, já em operação, é agosto de 2041.

No parque gerador de Furnas está incluída a potência instalada de 1.275 MW relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657,14 MW (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 617,87 MW (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW, cabendo 148,40 MW (70%) a Furnas e 63,60 MW (30%) à Proman.

O parque transmissor de Furnas concentra 24.140 km de linhas, das quais 4.233 km sob a forma de SPE, possuindo ainda 68 subestações, com capacidade de transformação total de 118.243 MVA, já incluídos 14.875 MVA referentes a 18 subestações de SPEs.

Além dos parques de geração e transmissão próprios, Furnas participa, em Sociedade de Propósito Específico (SPE) com outras empresas, na construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações. Em decorrência da Lei 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e encargos setoriais, Furnas vem sendo remunerada a título de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) naqueles ativos anteriormente citados cuja renovação de concessão fora submetida ao referido diploma legal.

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia e consumidores livres de todo o território nacional.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

(Para atendimento ao item 19)

Na revisão do planejamento estratégico levada a cabo entre o final de 2013 e meados de 2014, a empresa estabeleceu os seguintes direcionadores estratégicos:

- Excelência operacional: Furnas considera, em sua atuação como empresa de Operação e Manutenção (O&M), a excelência operacional como primordial, tendo em vista a importância de seu parque industrial no contexto do sistema elétrico do País, e deste para a vida nacional.
- Crescimento com sustentabilidade: O objetivo da empresa é o crescimento de seus negócios ou, em outras palavras, disputa de *market-share*, porém sem sacrifício: a) do meio-ambiente; b) das comunidades de alguma forma afetadas por seus empreendimentos e instalações; e c) de sua rentabilidade atual e futura.
- Adequação ao modelo regulatório: Furnas tem como norte a adequação permanente de sua atuação e de seus negócios à dinâmica da regulação do setor.

Conforme ilustrado no Capítulo 5 deste relatório, foram definidos os objetivos estratégicos alinhados a estes direcionadores estratégicos, assim como os indicadores estratégicos associados aos mesmos.

A seguir são apresentadas as descrições dos objetivos estratégicos definidos, agrupados por perspectiva.

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Resultados Financeiros

Garantir o retorno financeiro das unidades de negócios de O&M e Empreendedora

Consiste em assegurar o retorno financeiro esperado sobre os investimentos em Novos Negócios, por meio de SPEs, e sobre as atividades de O&M dentro da nova realidade pós MP579; através de uma gestão integrada, ativa e contínua de todas as unidades de negócio.

Expandir e proteger receitas

Se fundamenta:

- Obter reconhecimento junto à ANEEL da revisão do modelo de remuneração pelo O&M dos ativos;
- Otimizar a estratégia de comercialização de energia;
- Garantir a precificação adequada dos serviços prestados (serviços de engenharia e estudos de viabilidade);
- Otimizar as receitas de geração e transmissão das SPE via dividendos;
- Reivindicar junto a ANEEL, a remuneração pelas Melhorias realizadas nos ativos das concessões prorrogadas antecipadamente;
- Evitar perda de receita em função das parcelas variáveis;
- Recuperar o valor contábil dos ativos através das indenizações.

Ajustar custos e despesas operacionais

Obter redução dos custos e despesas operacionais através da implantação de iniciativas que promovam incremento de produtividade e da excelência operacional de Furnas

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Partes Interessadas

Aumentar a Participação nos mercados de G e T, garantindo rentabilidade

Aumento da participação nos mercados de geração e transmissão através da entrada em empreendimentos com taxas de retorno iguais ou superiores ao previsto no planejamento financeiro de Furnas (Plano Diretor)

Gerir interação com as partes interessadas, minimizando os impactos no negócio

Conduzir a administração do relacionamento de Furnas com as partes interessadas no negócio, destacando-se os seguintes exemplos: Órgãos Licenciatórios, Órgão Regulador, Sociedade, Governo, Parceiros, Fornecedores e Acionistas

Otimizar a disponibilidade e confiabilidade do sistema

Operar sustentavelmente e assegurar a correta realização de manutenções no sistema elétrico de Furnas, garantindo com que o serviço de geração e transmissão não sofra interrupções não planejadas

Melhorar imagem

Se baseia em um processo de cultivo de relações positivas com as partes interessadas e na qualidade da prestação de serviços de geração e transmissão de energia, tendo impacto direto e indireto na opinião pública e na imagem da empresa

Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (1/2)

Otimizar processos de prospecção e gestão de participações

Estruturar de maneira mais sustentável e rentável, as estratégias de prospecção de novos parceiros e empreendimentos sob o modelo de SPEs, assim como aprimorar e dar maior visibilidade para a gestão

Implantar os empreendimentos nos prazos e custos definidos

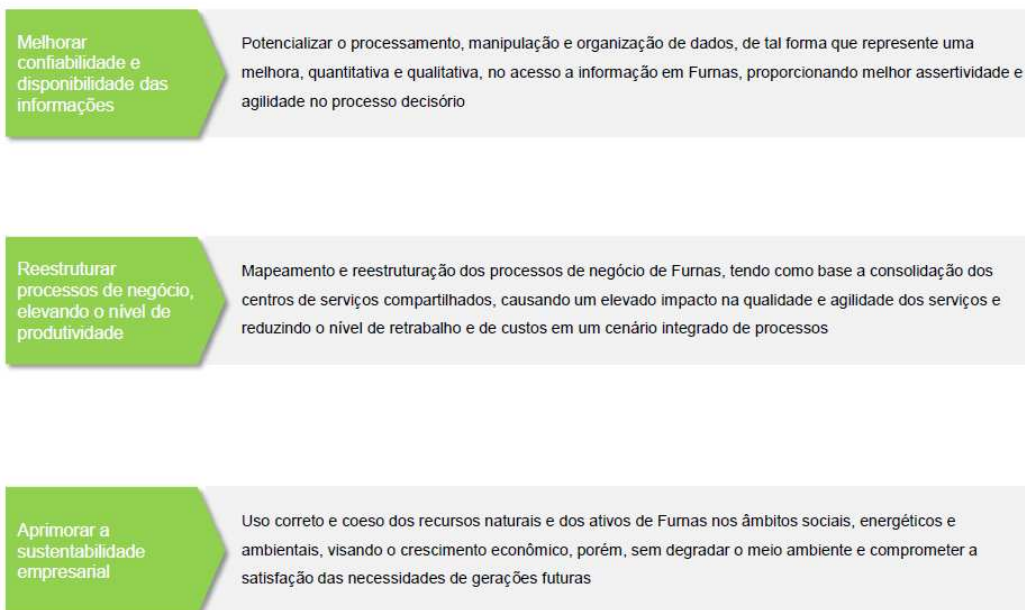
Aprimorar os processos de execução e gerenciamento de implantação dos empreendimentos, de modo que o cronograma, planejamento de recursos e retorno esperado sejam respeitados e atendidos

Gerir risco de forma integrada

Medir, integralmente na empresa, o grau de incerteza na obtenção do retorno esperado, destacando-se as naturezas de riscos: Operacional, Financeiro, Corporativo, etc.

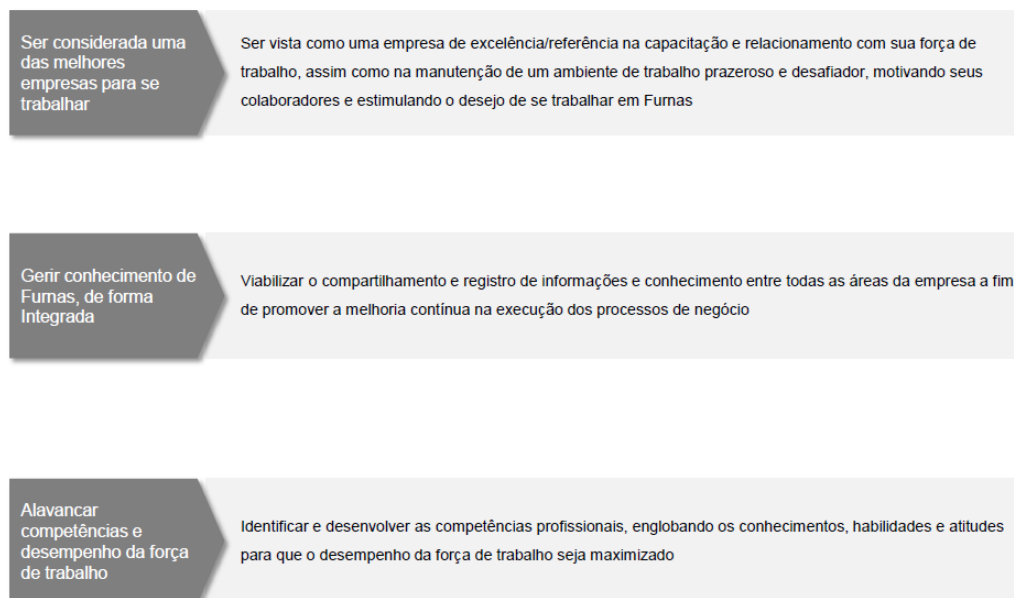
Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Processos Internos (2/2)



Descrição dos objetivos estratégicos

Perspectiva de Aprendizado e Crescimento



A figura abaixo apresenta o Painel de Bordo Corporativo com os indicadores estratégicos que são acompanhados durante as Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAEs.

Furnas		Painel Gestão Estratégica Corporativo		accenture High performance. On demand.	
Indicadores do Mapa Estratégico		Status		 	
Resultados Financeiros	Receita operacional líquida				
	EBITDA ajustado / ROL				
	Lucro líquido / ROL				
	Índice de realização do investimento				
	Índice de realização do PMSO				
	Índice de endividamento				
Partes Interessadas/ Mercado	Market Share de geração				
	Market Share de transmissão				
	Variação da taxa de retorno das SPes				
	Índice de qualidade de exposição na mídia				
	Índice de disponibilidade de geração				
	Índice de disponibilidade das linhas de transmissão				
Processos Internos	Índice de disponibilidade dos transformadores				
	Indicador de não-conformidades SOX				
	Índice de atraso dos empreendimentos				
	Índice de desempenho de custo dos empreendimentos				
Aprendizado	Índice de sustentabilidade empresarial				
	Índice de satisfação na pesquisa de clima				

Os indicadores estratégicos são apurados pelas seguintes Diretorias:

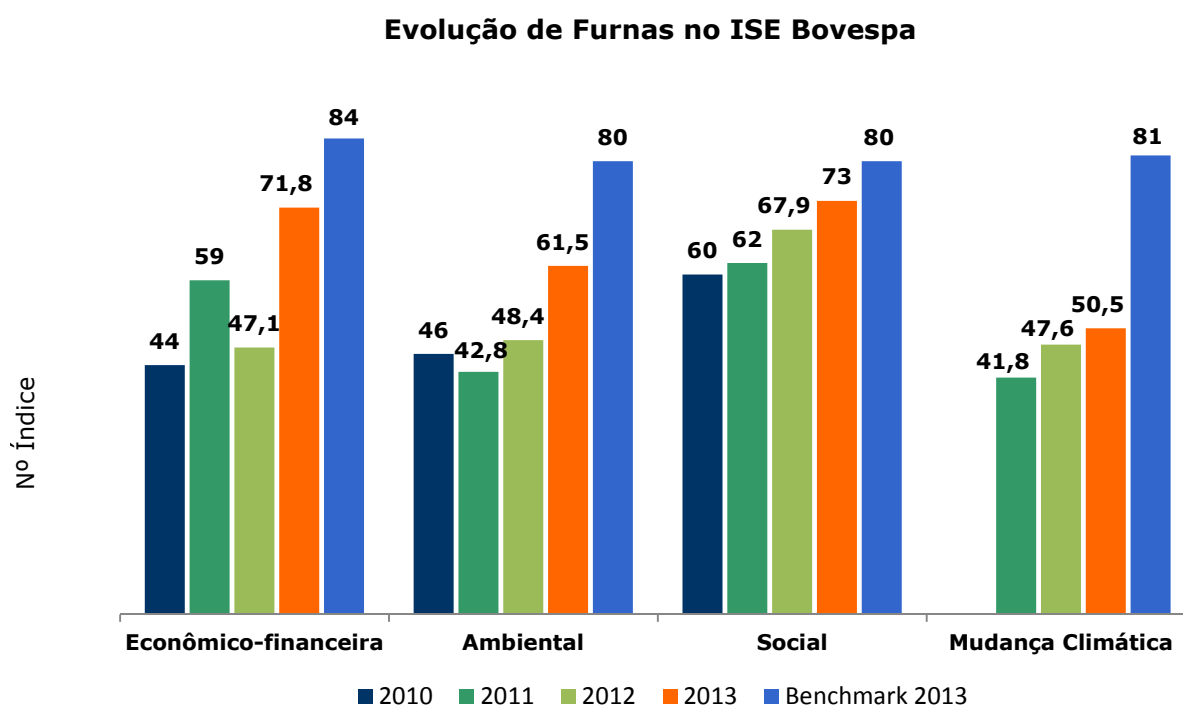
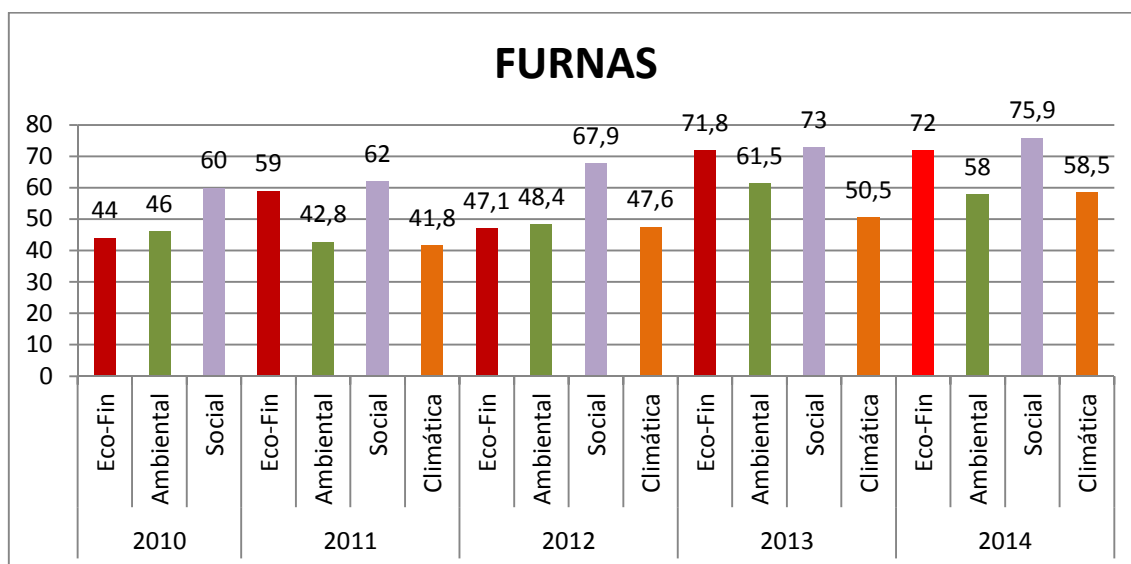
- Diretoria de Finanças: todos os indicadores da perspectiva “Resultados Financeiros” e “Indicador de não-conformidades SOX”;
- Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações: os indicadores “Market Share de geração”, “Market Share de transmissão” e “Variação da taxa de retorno das SPes”;
- Diretoria da Presidência: os indicadores “Índice de qualidade de exposição na mídia” e “Índice de sustentabilidade empresarial”;
- Diretoria de Operação e Manutenção: Os indicadores “Índice de disponibilidade de geração”, “Índice de disponibilidade das linhas de transmissão” e “Índice de disponibilidade dos transformadores”;
- Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos: Os indicadores “Índice de atraso dos empreendimentos” e “Índice de desempenho de custo dos empreendimentos”;
- Diretoria de Administração: o indicador da Perspectiva Aprendizado.

O indicador estabelecido para a avaliação de desempenho para o objetivo “Aprimorar a sustentabilidade empresarial” é o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo – ISE Bovespa, em suas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

Apesar de não terem ações negociadas na Bovespa e na qualidade de empresas controladas da Eletrobras, a pontuação do ISE das empresas do sistema pode ser utilizada como indicador de evolução em sustentabilidade.

Como ações relacionadas ao objetivo incluído no Mapa Estratégico de Furnas, foram estabelecidas as iniciativas “aprimorar a gestão de fornecedores em questões de sustentabilidade” e “introduzir temas de sustentabilidade na estrutura de governança das SPEs”.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução da pontuação de Furnas nos questionários do ISE nos últimos cinco anos:



Nota: A dimensão Mudança Climática foi incorporada ao ISE em 2011.

O Conselho de Administração da Eletrobras definiu diretrizes para a holding e para as controladas visando ao estabelecimento de uma estrutura ótima de capital para todas as empresas do grupo, num processo dinâmico e progressivo com acompanhamento rígido dos resultados e correções imediatas dos desvios que possam afetar a eficiência, a capacidade de expansão e a rentabilidade das controladas.

Para tanto, foram aprovadas deliberações relativas à governança corporativa das controladas e à elaboração de um Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE, que estabelece metas e resultados quinquenais a serem alcançados para a maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira de todas as empresas do grupo.

Entre as cláusulas incluídas no CMDE, com objetivos a serem alcançados pelas controladas, constam metas baseadas nas pontuações das empresas no ISE Bovespa.

O CMDE estabelece metas anuais, no período de 2013 a 2017, para todas as dimensões do índice e sanções para o não cumprimento dessas metas.

Restrições de acesso a recursos financeiros (financiamentos, empréstimos ou aportes de capital) podem ser impostas à controlada inadimplente com o atingimento das metas estabelecidas no CMDE.

Desta forma, as pontuações das controladas no ISE Bovespa consolidam-se como importante balizador de melhoria na gestão corporativa de todas as empresas do grupo Eletrobras.

5.1 Planejamento da unidade

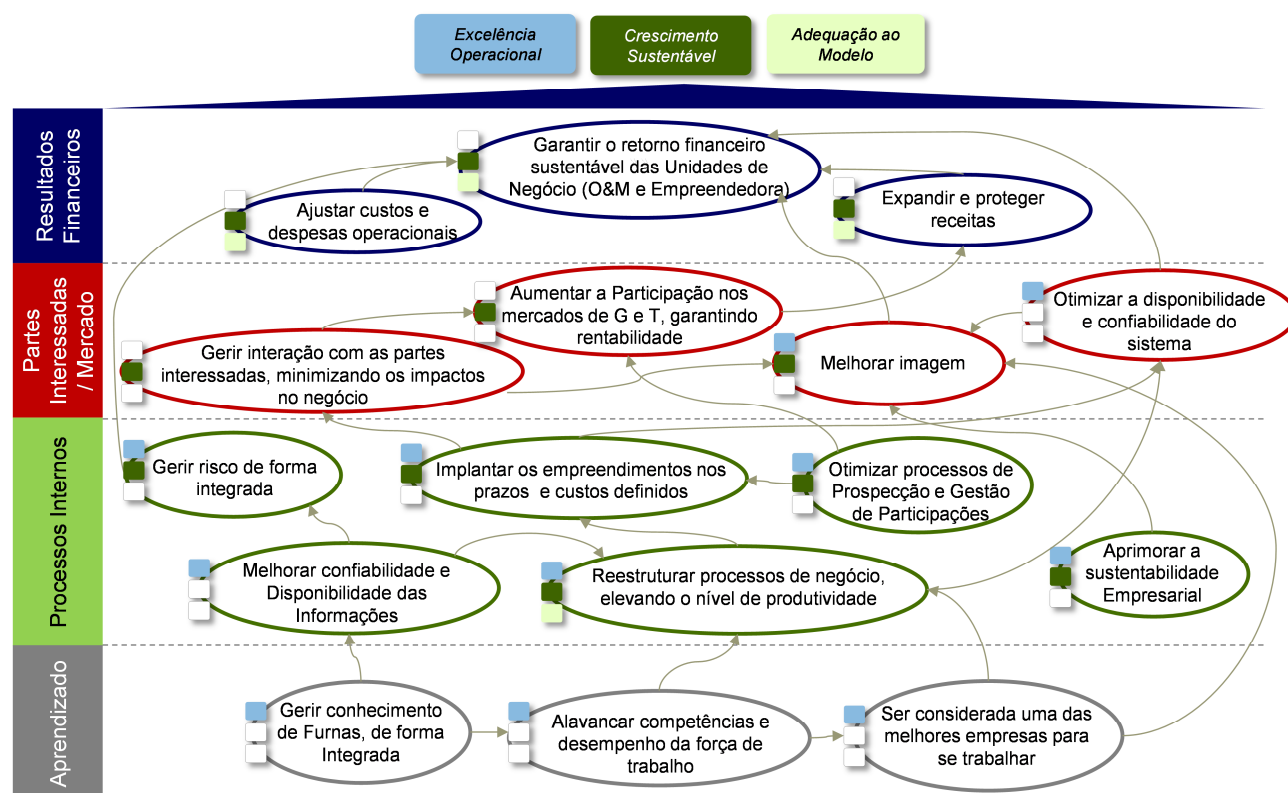
A Medida Provisória (MP) 579, posteriormente convertida na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, veio alterar significativamente o marco regulatório do Setor Elétrico e demonstrou a disposição do Governo Federal em reduzir as tarifas, de forma a gerar um ambiente de maior competitividade no País.

Consciente da importância de dar mais uma contribuição ao desenvolvimento nacional, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada ao final de 2012 aprovou a adesão às condições impostas pela MP 579. As mudanças introduzidas, entretanto, tiveram impacto significativo na operação e na geração de caixa de Furnas, tendo em vista a perda estimada de receita da ordem de R\$ 2 bilhões anuais.

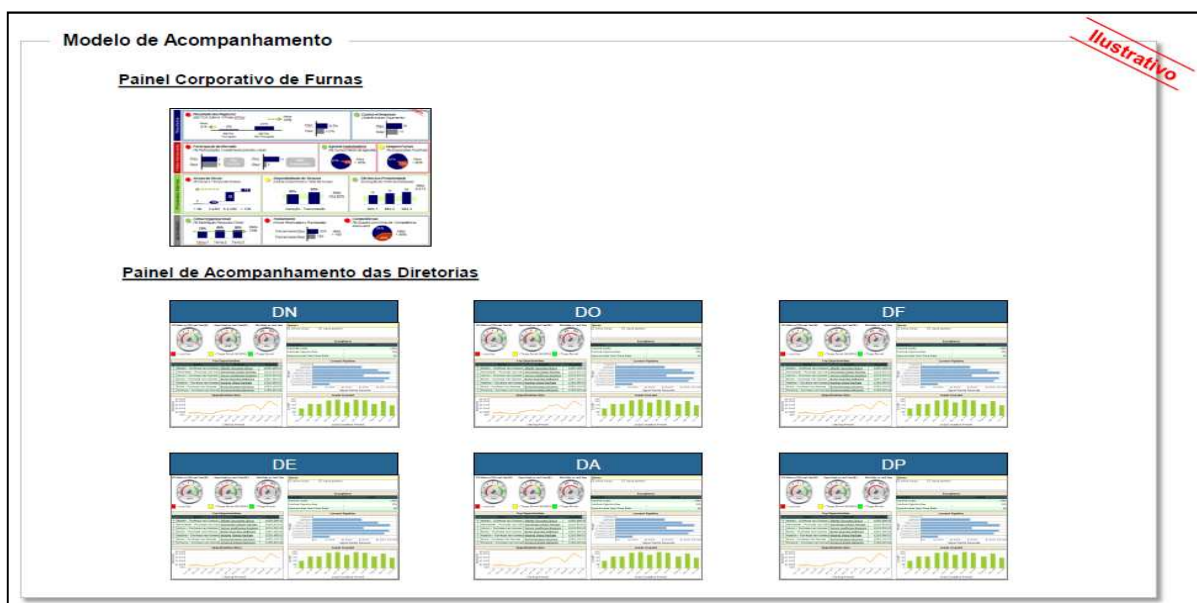
No contexto acima descrito, a empresa intensificou seus esforços no que se refere ao planejamento estratégico, com vistas à rápida readequação às novas regras setoriais e à consolidação de seu posicionamento como empresa de geração e transmissão de energia elétrica sustentável, inovadora e de grande relevância nacional. Diante deste quadro, ao final do exercício de 2013, o Planejamento Estratégico 2008-2018 foi revisado com apoio da consultoria Accenture.

Além de adaptar o plano estratégico ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para atuação de Furnas no curto prazo, foram analisados os custos empresariais, bem como definidos os objetivos e metas gerenciais das seis Diretorias e 22 Superintendências para os próximos anos, em alinhamento com os direcionadores estratégicos emanados da Diretoria Executiva: crescimento sustentável, excelência operacional e readequação às tarifas. Outro foco do projeto foi a efetiva implantação do plano e o desdobramento do modelo para acompanhamento da estratégia, com base nas melhores técnicas de gestão.

A figura abaixo apresenta o Mapa Estratégico de Furnas, com os objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas (Resultados Financeiros, Partes Interessadas/Mercado, Processos Internos e Aprendizado) e ancorados nos direcionadores estratégicos.



Conforme já exposto, um dos focos principais do projeto foi a efetiva implantação do plano e o desdobramento da estratégia, segundo o modelo ilustrado a seguir.



O principal resultado da retomada do planejamento estratégico foi a institucionalização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação de diretores, assistentes e superintendentes, desde a apuração dos indicadores estratégicos até sua apresentação em reunião. O objetivo das RAEs é promover a discussão acerca dos resultados da empresa a partir de indicadores e iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada diretoria relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, que reúnem, no momento, 56 objetivos, 87 indicadores e 72 iniciativas, os desafios de cada área são compartilhados com a alta e média direção, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos estratégicos. Iniciadas em maio de 2014, as RAEs têm sido bimestrais.

O principal ganho obtido com este modelo de gestão estratégica é a evolução de Furnas rumo a uma cultura de resultados, com base em postura proativa frente aos problemas e tomadas ágeis de decisão. A gestão estratégica já se anuncia como instrumento para o alcance de patamares superiores de desempenho empresarial e superação dos efeitos ocasionados pela perda de receita gerada no processo de prorrogação das concessões, bem como promoção das condições necessárias ao crescimento sustentável e com excelência operacional.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

Não se aplica a Furnas.

5.2.1.1 Análise Situacional

Não se aplica a Furnas.

5.2.2 Objetivo

Não se aplica a Furnas.

5.2.2.1 Análise Situacional

Não se aplica a Furnas.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações - OFSS

Não se aplica a Furnas.

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Não se aplica a Furnas.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não se aplica a Furnas.

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI e

5.2.3.5 Análise Situacional

Quadros A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1G96.0001			Tipo: Projeto		
Título		Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)					
Iniciativa		04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
26.169.684	29.706.852	20.929.283	Adicionar 52,5 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	1%	1%	1%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E;

Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional:

A Usina Hidrelétrica Batalha está localizada no Rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com 52,5 MW de potência instalada, composta de duas turbinas Kaplan, de 26,25 MW cada, e de sistema de transmissão associado, composto da conexão da UHE Batalha à SE Paracatu por meio de linha de transmissão em 138 kV de interesse restrito, com 75 km de extensão (MG/GO).

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16.12.2005. O Contrato de Concessão nº 002/2006 – MME foi assinado em 15.08.2006.

Este empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e, em 2014, atingiu 100% de execução física global (SIGPLAN dez/2014).

As duas unidades geradoras da usina entraram em operação comercial em 17 de maio de 2014, conforme Despacho Aneel nº 1.547, de 16 de maio de 2014, e Publicação no Diário Oficial da União, de 19 de maio de 2014;

Tiveram andamento as atividades de construção civil, de fornecimento de equipamentos e de montagem eletromecânica, além das voltadas à gestão fundiária e ambiental, como o atendimento às condicionantes do Licenciamento Ambiental, Plano de Recuperação de áreas Degradadas – PRAD, Programa de Assentamento à população atingida e instalação de defensas metálicas nos acessos a subestação e casa de força de UHE Batalha.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1G98.0030			Tipo: Projeto		
Título		Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)					
Iniciativa		000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
62.995.812	43.028.206	20.139.593	Adicionar 333,7 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	1%	1%	1%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,

Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

A UHE Simplício está localizada Rio Paraíba do Sul entre os municípios de Sapucaia e de Três Rios, no Rio de Janeiro e de Chiador e de Além Paraíba, em Minas Gerais, com 333,7 MW de potência instalada total, sendo 3 turbinas tipo Francis, de 101,9 MW cada, totalizando 305,7 MW na UHE Simplício, e 2 turbinas tipo Kaplan, de 14 MW cada, totalizando 28 MW na PCH Anta. O Sistema de Transmissão Associado é composto da conexão da UHE Simplício ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com 120 km de extensão, entre a Subestação de Simplício e a Subestação de Rocha Leão. A interligação da UHE Anta a UHE Simplício é feita por meio de uma linha de transmissão de 138 kV com aproximadamente 30 km de extensão.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº. 003/2006 – MME foi assinado em 15/08/2006.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW ao sistema elétrico interligado através de três unidades geradoras na UHE Simplício e duas unidades geradoras na PCH Anta.

- Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2014, atingiu 98,02 % de execução física global.
- As três unidades geradoras da UHE Simplício entraram em operação comercial junho/2013. Faltam entrar em operação as duas unidades geradoras da PCH Anta.

Em 2014, destacamos o andamento das seguintes atividades:

- Gestão fundiária e ambiental: atendimento às condicionantes do Licenciamento Ambiental, do Plano de Recuperação de áreas Degradadas – PRAD, do Programa de Assentamento à população atingida e da implantação dos sistemas isolados, que abrangem as áreas que não foram atendidas pela rede convencional de esgoto.
- Obras complementares na área do reservatório: implantação de ancoradouros, reforma da Biblioteca Municipal, paisagismo da Estação Ferroviária de Chiador e urbanização da Praça Ieda Reis, em Sapucaia.

PCH Anta:

- As atividades de obras civis foram concluídas;
- Tiveram andamento os serviços de montagem eletromecânica das unidades geradoras 1 e 2.
- Em função do atraso ocorrido no fornecimento de equipamentos, o novo cronograma para a entrada em operação passou a ser:
 - UG1 – prevista para janeiro/2015
 - UG2 – prevista para junho/2015

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.3292.0031		Tipo: Projeto			
Título		Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)					
Iniciativa		O1G1 - Manutenção do parque gerador de energia					
Objetivo		Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema Código: 0437					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
50.442.140	56.816.722	44.136.306	Contempla a modernização da UHE Furnas, que consiste na atualização tecnológica das 8 Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina.	Usina modernizada	2%	2%	1%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Com potência instalada de 1.216 MW a UHE Furnas está localizada no Rio Grande entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, em Minas Gerais.

A modernização da UHE Furnas consiste na atualização tecnológica das unidades geradoras contemplando a implantação de novos sistemas de controle, de comando (possibilidade de operação remota), de supervisão, de monitoramento e de proteção da usina.

Em 2014 destacamos a realização das seguintes atividades:

- A modernização da unidade geradora 8 foi concluída e o retorno à operação ocorreu em 28/12/14.
- Tiveram andamento as atividades de modernização da unidade geradora 7 e da Subestação 345 kV, cujos retornos para operação estão previstos para janeiro de 2015.
- As modernizações das unidades geradoras 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 foram concluídas.

Essa ação atingiu 99,33 % de realização global.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.3414.0033			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com crêscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)					
Iniciativa		002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação					
Objetivo		Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema Código: 0037					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
61.851.859	75.000.000	19.588.559	Considera a ampliação da UTE Santa Cruz, com o aumento da capacidade das unidades 1 e 2, por meio da implantação de ciclo combinado a gás natural, disponibilizando 350 MW novos.	% Usina ampliada	1%	1%	0,3%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Um novo processo licitatório precisou ser realizado e o contrato para a prestação de serviços de reforma, condicionamento e comissionamento dos ciclos combinados a gás natural 1 e 2 da UTE Santa Cruz foi assinado em fevereiro/2014. Esse contrato compreende as fases de partida, de operação inicial, de ajustes dos controles e de testes até a entrada em operação comercial dos dois ciclos combinados, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Em 2014, tiveram andamentos o fornecimento de equipamentos e materiais.

Além disso, foram realizados serviços na caldeira de recuperação, no sistema de água de circulação, no sistema de vapor, no sistema de água de alimentação, no sistema de água clarificada, no sistema de água desmineralizada, no sistema de supervisão química do ciclo combinado, no sistema de ar de instrumentos, no sistema de ar comprimido, no sistema de água de resfriamento. E também, os serviços de recuperação do Sistema de Controle e Supervisão – DCS, de substituição das grades fixas, existentes em almoxarifado, e de reparo das guias, do lado das unidades 1 e 2, com secagem do canal.

O empreendimento encontra-se com 98,3% de execução física.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L2.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste					
Iniciativa		000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Ampliações do sistema de geração de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de usinas hidrelétricas, nas quais cada usina hidrelétrica tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA.	Sistema implantado	1%	1%	0

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E

Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Em 2014 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L5.0001			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica					
Iniciativa		000X - Implantação de Parques Eólicos					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	28.840.836	0	Implantação de usinas geradoras de energia elétrica que utilizem a fonte eólica para gerar energia, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Parque implantado	1%	1%	0

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Em 2014 não houve atividade para esta ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L6.0001		Tipo: Projeto			
Título		Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa					
Iniciativa		000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis Código: 0025					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Implantação de usinas termelétricas de geração de energia elétrica que utilizem a biomassa como combustível, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Usina implantada	1%	1%	0

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Em 2014 não houve atividade para esta ação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14LE.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação					
Iniciativa		002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação					
Objetivo		Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e de transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código: 0037					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Promover implementações em usinas de geração de energia elétrica que visem aumentar a capacidade de energia a ser disponibilizada ao sistema, considerando os empreendimentos cujo valor total do investimento seja inferior ao valor considerado para a criação de uma Iniciativa.	Capacidade ampliada	1%	1%	0

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Em 2014 não houve atividade para esta ação.

Identificação da Ação							
Código			25.752.2033.1G97.0035		Tipo: Projeto		
Título			Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)				
Iniciativa			0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações				
Objetivo			Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN) para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036				
Programa			Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:
Unidade Orçamentária			32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Ação Prioritária			(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
17.148.649	23.968.376	21.947.774	O empreendimento consiste basicamente na construção das instalações dos circuitos em 345 kV Tijuco Preto- Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti-Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas de um circuito) e os respectivos equipamentos terminais de manobra, proteção, supervisão e controle, telecomunicações.	Linha implantada	2%	7%	7%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 001/2005 (lote G), de 17/11/2005. O contrato de concessão N° 007/2006 foi assinado em 27/04/2006.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 100% de execução física global em 2014.

O 1º trecho, entre as Subestações Tijuco Preto e Itapeti, entrou em operação em 07/01/2013.

Em 2014, tiveram andamento as seguintes atividades de implantação do 2º trecho entre as Subestações Itapeti e Nordeste (circuito duplo em 345 kV e extensão de 29 km): gestão fundiária e ambiental, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil e montagem eletromecânica.

Em 31/12/2014, o 2º trecho do empreendimento entrou em operação.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.121X.0031			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
11.921.841	21.717.886	20.478.751	Ações necessárias para a implantação de LT 500 kV, com extensão aproximada de 180 km, origem na SE Bom Despacho 3 e término na SE Ouro Preto 2. Contempla 2 entradas de linha, 1 interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral e dos barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, e demais instalações associadas.	Sistema implantado	1%	14%	14%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão nº. 003/2009 – Aneel foi assinado em 28/01/2009.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 99% de execução física global em 2014.

A Licença de Operação está prevista para se emitida em 31/03/2015

Em 2014, tiveram andamento as seguintes atividades de implantação do empreendimento: gestão fundiária e ambiental, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil e montagem eletromecânica. A Linha de Transmissão e as Subestações foram concluídas e energizadas em 10/06/2014.

Em função da Licença Ambiental de Operação não ter sido emitida pelo órgão ambiental até a presente data o empreendimento encontra-se desenergizado.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em 31/03/2015.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.12DB.0030			Tipo: Projeto		
Título		Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
54.043.954	30.294.939	16.424.317	Ações necessárias para a implantação da LT Mascarenhas-Linhares, 230 kV, com extensão de 99 km; da SE Mascarenhas 230 kV com 1 entrada de linha; e da SE Linhares 230/138 kV, com módulo geral 230 kV, 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, de 150 MVA (3 unidades de 50 MVA e 1 reserva), e conexões associadas, interligação de barras 230 kV, interligação de barras 138 kV, 1 entrada de linha 230 kV e 4 entradas de linha 138 kV.	Obra executada	31%	29%	15%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão N°. 006/2010 – Aneel foi assinado em 12/07/2010.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2014, atingiu 42 % de execução física global.

A LT Mascarenhas – Linhares teve sua construção iniciada em julho de 2014.

No ano de 2014, foram iniciadas as atividades de construção da linha. Tiveram andamento as atividades de gestão ambiental e fundiária, de fornecimento de equipamentos e materiais para a linha e subestações e de obras civis e de montagens eletromecânicas na linha de transmissão.

Na SE Linhares foram concluídos os serviços de terraplenagem. Em 17/07/2014, a subestação foi invadida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e, em 24/07/2014, a área foi parcialmente liberada, possibilitando o retorno das atividades de obras civis.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em 31/10/2015.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L3.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras. Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
23.448.495	45.058.633	26.718.574	Ampliações do sistema de transmissão de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de linhas de transmissão e de subestações nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Sistema ampliado	3%	4%	2%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

LT 230 kV Xavantes – Pirineus:

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel nº 004/2011 Lote D de 02/09/2011. O Contrato de Concessão nº. 014/2011-Aneel foi assinado em 09/12/2011.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 50% de execução física global em 2014.

A construção foi iniciada em 01/03/2014.

Em 2014, tiveram andamento as seguintes atividades de implantação da linha de transmissão: gestão ambiental e fundiária, obras civis, montagens eletromecânicas e fornecimento de materiais.

O contrato de construção das subestações foi rescindido e um novo processo licitatório será iniciado para contratação de uma nova empresa construtora.

A energização do empreendimento está prevista para ocorrer em 30/06/2016.

SE Zona Oeste 500/138 kV

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel nº 002/2012 Lote E de 09/03/2012. O Contrato de Concessão nº 016/2012-Aneel foi assinado em 10/05/2012.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 100% de execução física global em 2014.

A obra só foi iniciada em maio de 2014, pois houve atraso na emissão da Autorização de Supressão de Vegetação.

Em 2014, tiveram andamento as atividades de fornecimento, de obras civis e de montagens eletromecânicas, além dos serviços de comissionamento dos equipamentos da subestação.

A Licença de Operação foi emitida em 12/05/2014.

A energização do empreendimento ocorreu em 10/12/2014.

Identificação da Ação							
Código		25.122.0807.4101.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção e Adequação de Bens Imóveis					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:					
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
27.764.752	12.010.235	5.622.440	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F
Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2014, tiveram andamento as atividades referentes à implantação do empreendimento Integração de Sistemas de Segurança Eletrônica de Furnas. Esse sistema consiste na integração de um conjunto de equipamentos e sistemas de supervisão de imagens e alarmes através de circuitos internos de TV, ligados ao centro do Monitoramento do Sistema de Segurança Eletrônica de Furnas, localizado no Escritório Central (RJ).

Foi realizada a aquisição de infraestrutura e de materiais referentes à Integração dos Sistemas de Segurança Eletrônica (CITV) e Controle de Acesso (Segurança Patrimonial) de 5 subestações de Furnas (fase 1), além da realização de serviços de instalação e comissionamento do sistema.

Foram, ainda, realizadas as seguintes ações envolvendo unidades operativas da empresa:

- Ampliação da guarita da portaria principal da SE Foz do Iguaçu visando proporcionar maior segurança patrimonial da instalação, tornando melhor e mais eficaz o controle de acesso às instalações da subestação, bem como oferecer maior proteção física aos porteiros e vigilantes.
- Edificação da central de ar condicionado do prédio do Centro Técnico de Ensaios, buscando melhoria no sistema de refrigeração.
- Construção da rampa de acesso para PNE (pessoas portadoras de necessidades especiais), em cumprimento à NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Construção de uma guarita, buscando melhorias no sistema de segurança e no controle de acesso às dependências do prédio do Centro Técnico de Ensaios.
- Serviços de pintura do prédio da nova oficina de reparos de equipamentos de alta tensão localizada da Divisão de Ensaios e Apoio à Manutenção, buscando melhorias no suporte à manutenção.

Identificação da Ação											
Código		25.122.0807.4102.0001						Tipo: Atividade			
Título		Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos									
Objetivo		Código:									
Programa		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						Código: 0807		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.									
Ação Prioritária		() Sim (x)Não						Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria ()	
		Outras									
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
47.846.765	57.087.503	43.267.492	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio	*	*	*	*				

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F
Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2014, foram realizadas aquisições de equipamentos e de instrumentos para os laboratórios e diversas áreas de Furnas, tais como: caminhões, veículos leves, conjuntos receptores de sinais da constelação – GPS e estações total, perfilador eólico sônico, microcalorímetro, sistema de ampolas, mini escavadeira, aparelho de blaine, penetrador de agregados, prensa hidráulica, triturador de galhos-folhas, rompedor elétrico, sensor fotométrico, aparelhos de ar condicionado etc.

Foram, ainda, adquiridos diversos equipamentos, instrumentos e implementos necessários às atividades de manutenção e operação do sistema de transmissão em corrente contínua e corrente alternada, tais como:

- **Veículos leves** para manutenção e inspeção das linhas de transmissão.
- **Caminhões com cesto aéreo isolado** nas tensões de 765 kV / 600 kV para realização de trabalhos em equipamentos e linhas energizadas do sistema de transmissão em Corrente Contínua e Corrente Alternada nas subestações Foz do Iguaçu, Ivaiporã e Linhas de Transmissão; caminhões classe de isolamento categoria A, sendo 7 unidades para 500 kV e 3 para 750 kV, distribuídos para as 10 Gerências Regionais de Produção de Furnas em todo o Brasil. Este investimento teve como objetivos prover as equipes de manutenção eletromecânica de uma ferramenta moderna e eficiente que atenda a norma vigente - Anexo 12 da NR12 – e manter FURNAS em atualidade com o estado da arte neste segmento, possibilitando a realização de atividades de manutenção em sistemas energizados, com a vantagem competitiva de mitigar significativamente a possibilidade de interrupção do fornecimento de energia, aumentando a disponibilidade do sistema e reduzindo, conseqüentemente, o pagamento de parcela variável (PV) por conta desta redução de indisponibilidade.
- **Plataforma Articulada** - 26 metros - para trabalhos de manutenção em altura em equipamentos e linhas de transmissão.
- **Instrumentos e implementos diversos** necessários às atividades de Manutenção e Operação tais como: triturador de galhos e vassoura recolhadora, localizador de falhas, medidor de isolamento, máquina sistema *airless* - pulverização e pintura, unidade de teste de releamento monofásica, máquina de emendas de fibra ótica e clivador de fibra ótica, medidor de ponto de orvalho, tripé de resgate e guincho resgatador - ambiente confinado, ar condicionador split, gerador diesel 12 kVA, dinamômetro digital, termovisor portátil, circuito interno de TV, Motosserra, turbidímetro, etiquetadora de impressão térmica, analisador de condutância de baterias, dentre outros.
- **Trator** para serviços de manutenção das linhas de transmissão da Gerência Regional de Brasília, adquirido em substituição ao trator CBT (de 1987), já obsoleto com mais de 25 anos de uso. O trator adquirido possui características mínimas que possibilitam a execução de atividades de manutenção de linhas de transmissão.

Identificação da Ação							
Código		25.126.0807.4103.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:					
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
27.488.853	31.038.423	23.864.386	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E

Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A

Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Manutenção evolutiva e corretiva do sistema geográfico de informações de Furnas (Gisfurnas);
- Aquisição de equipamentos para atendimento à atualização tecnológica do sistema de detecção de descargas atmosféricas - SISDAT.
- Ampliação do sistema de sincronismo de Furnas - Fase I;
- Instalação, comissionamento, projeto executivo e treinamento para o Sistema de Comunicação Rádio, que tem como objetivo melhorar o atendimento às equipes de segurança e manutenção do Escritório Central;
- Renovação e aquisição de licenças de software;
- Implantação da rede operativa de telecomunicações, compreendendo as redes locais para atendimento aos serviços de proteção, de controle e de supervisão das usinas e subestações;
- Aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento dos Sistemas de Telecomunicações para a LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2.
- Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software.

- Aquisição de Licenças para atualização da versão SUÍTE IBM Rational.
- Ampliação e manutenção da ferramenta de Gestão – SAP ERP de Furnas com serviços de implantação dos módulos da Suíte SAP Business Objects GRC Access Control, serviços de implementação dos processos da contabilidade por meio da utilização dos módulos SAP BPC e Ata de Registro de Preços para contratação de uma solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP-ECC, para utilização na gestão de ativos.
- Projeto de Gestão de documento que contém a gestão de documentos da área de engenharia utilizando cessão do direito de uso de licenças do software EMC EPFM e a gestão de documentos do restante da empresa com a implantação e a prestação de serviços de gestão de documentos técnicos e documentos administrativos com software EMC Captiva e a prestação de serviços de desenvolvimento, documentação e sustentação de sistemas de Informação.
- Aquisição de fontes de alimentação (quarta e última fase) faz parte do Projeto de Modernização da Infraestrutura de Switches da Rede Local do Escritório Central.
- Expansão da rede sem fio nas instalações da área central em Botafogo.
- Aquisição de biblioteca de dados automatizada.
- Prestação de serviços de implementação, desenvolvimento, suporte técnico e operacional para a implantação do Planejamento Econômico-financeiro, Orçamentário e Fluxo de Caixa de Furnas.
- Projeto de melhoria da área de segurança da rede de Furnas com a aquisição de solução de monitoramento de ameaças de segurança e APT, contratação da solução DEEP SECURITY TRENDMICRO e aquisição de serviço de sistema de firewall de aplicação.
- Ampliação do sistema comunicação entre as áreas da empresa, via VPN, com a aquisição de 10 firewalls.
- Aquisição de licenças de softwares como archiving, SQL, Oracle, Notes Sametime.
- Contratação de expansão do Subsistema de armazenamento Dell Compellent .
- Modernização do parque tecnológico, tanto nas áreas regionais como no escritório central, com aquisição de 100 scanners com compatibilidade com os computadores atuais.
- Aquisição de solução de monitoramento de dados para atender a requisitos de auditoria.
- Aquisição de *tablets* para atender à necessidade de mobilidade dos gerentes da empresa.
- Fornecimento da solução de desktops na nuvem, com aquisição de software e hardware.
- Aquisição, pelo Centro Técnico de Ensaios, de vários equipamentos de informática, tais como: plotters, impressoras jato de tinta, notebooks e workstations móveis. Este investimento teve como objetivo a substituição por obsolescência e a atualização e padronização dos equipamentos de informática, buscando garantir a qualidade dos serviços prestados.
- Aquisição de licenças para atualização dos bancos de dados do Sistema de Medição de Faturamento (SMF) buscando garantir a continuidade da aquisição, tratamento e envio de dados da energia gerada por Furnas à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Aquisição de licenças para desenvolvimento de relatórios especiais de termografia e detecção de corona, desenvolvidos pela Divisão de Ensaios e Apoio à Manutenção.
- Aquisição de licenças para desenvolvimento de relatórios, correspondências, planilhas etc para o Centro Técnico de Ensaios, buscando garantir a padronização dos trabalhos.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2119.8549.0001			Tipo: Atividade			
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
30.863.234	24.995.028	12.499.954	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Entre os principais eventos de 2014, destacam-se a realização de: Programas de Recuperação de Áreas Degradadas, Termos de Ajustamento de Conduta e Condicionantes Ambientais, voltados ao cumprimento de exigências inerentes à obtenção e renovação de Licença de Operação de diversas instalações.

As atividades de recuperação de áreas remanescentes e compensações ambientais, associadas à construção de empreendimentos de Furnas, tiveram continuidade através do plantio de espécies arbóreas nativas.

Foram realizados programas ambientais de monitoramento da ictiofauna e limnologia, bem como os programas de educação ambiental e de comunicação social.

Nas UHEs de Marimbondo e Itumbiara, as atividades de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP tiveram continuidade, para atender às condicionantes de Licenças de Operação.

Na UTE Campos, atendendo a exigências de órgãos ambientais, foram realizados os serviços de adequação dos sistemas de proteção e combate a incêndio – SPCI e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, além de serviços de recuperação ambiental.

Na UHE Funil, atendendo a exigências de órgãos ambientais, tiveram andamento os serviços de construção de depósito de óleo e produtos inflamáveis.

Foram realizados serviços de operação e manutenção dos hortos florestais localizados nas UHEs Funil, Itumbiara, Marimbondo, Estreito e Furnas.

Visando o atendimento às condicionantes de renovação da Licença de Operação da UHE Corumbá, tiveram andamento as atividades para a consolidação do Parque Estadual de Paraúna e do Parque estadual Altamiro de Moura Pacheco.

Na LT Itaberá – Tijuco Preto 3 e na UHE Serra da Mesa foram realizados o monitoramento e o gerenciamento de programas ambientais, que são requisitos das Licenças de Operação.

Nas UHEs Simplício e Batalha tiveram andamento as ações ambientais complementares, para atendimento ao plano ambiental.

Foram realizadas as atividades de recuperação de áreas remanescentes e compensações ambientais associadas à construção de empreendimentos de Furnas

Foram realizadas indenizações fundiárias na UHE Serra da Mesa e do APM Manso, além de aquisição de áreas para atendimento às áreas invadidas na UHE Itumbiara.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.200J.0001			Tipo: Atividade			
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa	002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações						
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código:0037						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
358.304.214	320.769.676	223.025.259	Implantação de reforços e melhorias em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em função do aumento da demanda no país visando adequar o sistema elétrico, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão, da Empresa de Pesquisa Energética, e as indicações Plano de Ampliação e Reforços do ONS. Compreende os reforços e melhorias autorizados pela Aneel nas instalações que compõem o sistema de transmissão de Furnas.	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

A cada ano, novos projetos são incorporados ao elenco existente (em fase de implantação), através de Resoluções Autorizativas da Aneel, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2014, doze (12) empreendimentos descritos abaixo foram energizados:

- **LT Santa Cruz/Jacarepaguá II (repotencialização):** recondutoramento da LT 138 kV, circuito duplo, Santa Cruz – Jacarepaguá, linha 2, entre a SE Santa Cruz e a torre 37A, nas proximidades da SE Palmares e da torre 37A até a SE Palmares.
- **SE Bandeirantes (transformador Emergencial):** instalação provisória de um banco de autotransformadores 345/230-13,8 kV, composto por 3 unidades de 166,6 MVA.
- **SE Furnas:** substituição de 3 disjuntores e 15 chaves seccionadoras em 345 kV, superadas por corrente, nos vãos das linhas LT 345 kV Campinas - Guarulhos e Guarulhos - Poços de Caldas circuitos 1 e 2.
- **SE Mascarenhas de Moraes:** substituição de 4 disjuntores, 8 chaves seccionadoras e 12 transformadores de corrente em 138kV, para os vãos de máquina UG1, UG2, UG3 e UG4; 8 disjuntores, 16 chaves seccionadoras e 24 transformadores de corrente em 345 kV, sendo 1 disjuntor, 2 chaves seccionadoras e 3 transformadores de corrente para os vãos das unidades geradoras UG1, UG2, UG3, UG4, UG5, UG6, UG7 e UG8 e 2 disjuntores e 4 chaves seccionadoras em 345 kV.
- **SE Mascarenhas (vão de linha 138 kV Cássia I):** substituição de equipamentos de manobra em 138 kV superados por curto-circuito.
- **SE Ivaiporã:** instalação de 2 bancos de reatores e uma unidade reserva 69 kV/180 MVar para o terciário do autotransformador AT03, e instalação de 2 módulos de conexão 69 kV (3 seccionadores e 2 disjuntores) para os bancos de reatores.
- **SE Águas Lindas (CELG) – C:** seccionamento da linha de transmissão 230 kV Barro Alto-Brasília Sul, com a implantação de dois trechos de 50 m de linha 230 kV para a SE Águas Lindas; instalação de dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla 4 chaves e construção de casa de controle.
- **SE UTE Campos:** substituição de 6 transformadores de corrente nos vãos de linha de 138 kV para Mombaça 1 e 2.
- **SE Luiz Carlos Barreto 345 kV:** substituição de 3 transformadores de corrente no vão de entrada de linha de Jaguará.
- **SE Guarulhos 345 kV:** substituição de trechos dos barramentos onde estão conectadas as LT 345 kV Poços de Caldas C1 e C2, Campinas e Terminal Nordeste
- **SE Brasília Geral:** instalação dos vãos de conexão ao autotransformador trifásico 230/34,5 kV – 60 MVA e substituição de 3 transformadores de corrente de 34,5 kV, do módulo de conexão do transformador de força TR05.
- **Brasília Sul:** instalação do 4º banco de autotransformadores 345/230 kV, 3 X 75 MVA, e vãos associados.

Em 2014, foram energizados/concluídos parcialmente os seguintes empreendimentos:

- **SE Furnas:** substituição de 1 disjuntor no vão de 345 kV da Unidade Geradora 06, 1 disjuntor no vão de 345 kV da Unidade Geradora 07, 1 disjuntor no vão de 345 kV da Unidade Geradora 08, 2 chaves seccionadoras no vão de 345 kV da Unidade Geradora 06, 2 chaves seccionadoras no vão de 345 kV da Unidade Geradora 07 e 2 chaves seccionadoras no vão de 345 kV da Unidade Geradora 08; 3 transformadores de corrente no vão de 345 kV da Unidade Geradora 06, 3 transformadores de corrente no vão de 345 kV da Unidade Geradora 07 e 3 transformadores de corrente no vão de 345 kV da Unidade Geradora 08.
- **SE Mogi das Cruzes:** substituição 3 transformadores de corrente no vão de linha 345 KV da LT Itapeti- Mogi C2.
- **SE Mascarenhas de Moraes:** instalação de 3 disjuntores, 6 seccionadores e 02 transformadores de corrente.
- **SE Tijuco Preto:** instalação de 1 disjuntor de 750 kV , 3 transformadores de corrente de 750 kV e 1 chave seccionadora na conexão de 750 kV do autotransformador AT07 e 1 chave seccionadora na conexão de 750 kV e 1 transformador de força 750/345 kV no banco AT07.
- **SE Adrianópolis:** substituição de 3 transformadores de corrente na entrada de linha 345 kV Jacarepaguá C1.
- **SE Niquelândia:** substituição de 1 chave seccionadora com lâmina de terra no vão de linha LT 230 kV Barro Alto/Niquelândia.
- **SE Barro Alto:** substituição de 1 chave seccionadora com lâmina de terra no vão de linha LT 230 kV Barro Alto-Niquelândia.
- **SE Brasília Sul:** substituição de 3 transformadores de corrente na entrada de linha de Transmissão de 230 kV para Brasília Geral C2.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.20OM.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica					
Iniciativa		01G1 - Manutenção do parque gerador de energia					
Objetivo		Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
74.253.260	59.175.224	47.154.268	Implantação de ações necessárias à manutenção e modernização em Usinas em operação de forma a garantir as condições operacionais adequadas ao atendimento à demanda com confiabilidade e segurança, além de aprimorar e otimizar as condições de funcionamento das unidades geradoras, preservando o desempenho e a maior eficiência das usinas.	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Essa Ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2014, foi concluída na UHE Porto Colômbia a construção da BEM (Brigada de Emergência) e do CDA (Centro de Defesa Ambiental).

E tiveram andamento as seguintes atividades:

- Sistema de Hidrometeorologia de Furnas-SHF: fornecimento de equipamentos, elaboração de documentação técnica, projeto executivo de interligação, treinamento, inspeção e testes de aceitação em fábrica e serviços de instalação e comissionamento. Foi concluída a instalação de 17 estações da rede telemétrica hidrológica e 2 estações da Rede Telemétrica Meteorológica.
- UHE Mascarenhas de Moraes: adequação dos sistemas de água e esgoto da vila residencial da usina, construção da oficina/ferramentaria e escritório de campo na área industrial e construção de edificação do transporte leve da usina.
- Elaboração dos estudos e do projeto básico para a modernização das Unidades Geradoras da UHE Mascarenhas de Moraes fase 2.

Tiveram andamento, ainda, as seguintes atividades:

- Recuperação e Substituição de peças das turbinas a gás TGs 11 e 21 da UTE Santa Cruz. Serviços executados de modo a garantir a Confiabilidade e Disponibilidade Operacional da Usina.
- Recuperação do Sistema de Ventilação e Exaustão, do Sistema de Resfriamento Evaporativo (CRE) e da Ventilação da UHE Serra da Mesa que se encontravam parcialmente deteriorados em função da alta taxa de corrosão. O principal objetivo foi tornar o sistema operacional adequado, mantendo a equipe de O&M em condições seguras de trabalho, já que a Casa de Força é do tipo Caverna (em rocha), aumentando assim a Confiabilidade Operacional da Usina.
- Recuperação do Sistema de Drenagem e Esvaziamento da UHE Itumbiara que se encontrava obsoleto e com desgaste acentuado nos grupos de bombeamento. O principal objetivo foi tornar o sistema operacional adequado, mantendo a equipe de O&M em condições seguras de trabalho, evitando possível inundação na Casa de Força, aumentando assim a Confiabilidade Operacional da Usina.
- Modernização dos Circuitos de Comando e Controle das 9 Comportas do Vertedouro da UHE Porto Colômbia, devido à obsolescência e falta de peças, com o objetivo de aumentar a Confiabilidade Operacional da Usina.
- Modernização do sistema de proteção e incêndio de CO₂ das Unidades Geradoras da UHE Porto Colômbia que se encontrava obsoleto e sem peças de reposição. O principal objetivo foi prover as unidades geradoras de um sistema de proteção seguro, de modo a aumentar a Confiabilidade e a Disponibilidade Operacional da Usina.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.4478.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica					
Iniciativa		01G2 - Manutenção do sistema de transmissão					
Objetivo		Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437					
Programa		Energia Elétrica		ódigo: 2033	Tipo:		
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
376.541.720	432.497.984	297.709.533	Implantação de ações e atividades necessárias para garantir a operação e a manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando assegurar as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos	*	*	*	*

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E,
Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle – GPO.F

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como Atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

No ano de 2014, foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Operação, que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos elétricos, que estão superados por obsolescência, falta de sobressalentes e/ou final de vida útil.

Em 2014, foram energizados/concluídos parcialmente os seguintes empreendimentos:

- **SE Campos:** aquisição e substituição 1 disjuntor de 345kV no barramento principal.
- **SE Itumbiara:** aquisição e substituição de 1 autotransformador trifásico de 345/230/13,8kV – 225MVA.
- **SE Tijuco Preto:** aquisição e substituição de 10 disjuntores na conexão de 345 kV; 3 disjuntores de interligação de barra de 345 kV; 7 disjuntores de entrada de linha de 345 kV; 1 disjuntor de entrada de linha de 500 kV e 1 conexão de 750/500 kV do autotransformador AT03.
- **SE Viana:** aquisição e substituição 1 disjuntor de entrada de linha de transmissão de 345 kV e 1 seccionador do banco de reatores para a linha de transmissão 345 kV para Campos.
- **SE Guarulhos:** aquisição e substituição por obsolescência de 18 para-raios de 345 kV, sendo 3 na barra A; 3 na Barra B; 3 no Vão de Linha Poços de Caldas; 3 no vão de linha da LT Guarulhos-Campinas; 3 no vão de linha da LT Guarulhos Poços de Caldas II e 3 no vão de linha da LT Guarulhos-Terminal Nordeste.
- **SE Jacarepaguá:** aquisição e substituição de 12 para-raios de 138 kV, sendo 1 na entrada de linha do Terminal Sul C1, 1 para-raio na entrada de linha do Terminal Sul C2, 1 no vão de linha para SE Mato Alto, 1 no vão de linha para SE Ari Franco, 1 no vão de linha para SE Grajaú, 1 no vão de linha para SE Vila Valqueire 1; 1 no vão de linha para SE Vila Valqueire 2, 1 no vão de linha para SE Itapeba 2, 1 no vão de linha para SE Santa Cruz, 1 no vão de linha para SE Cosmos; 1 no vão de linha para SE Zin e 1 no vão de linha para SE Itapeba 1e 1 de 345 kV no vão de linha para SE Adrianópolis 1. Além da aquisição e instalação de 02 seccionadores na conexão 138 kV do Banco de Capacitores A/B.
- **Modernização do Sistema de Proteção nas Subestações de Furnas (proteção e teleproteção):** proteção nas Subestações Bandeirantes (vão da LT Itumbiara 2 em 345 kV), Campinas (vão da LT Guarulhos em 345 kV), Cachoeira Paulista (vão para LT Angra em 500 kV), Itumbiara (no vão da LT Bandeirantes 1 em 345 kV), Jacarepaguá (vão para LT Adrianópolis 1 em 345 kV), Samambaia (vão para LT Bandeirantes 2 em 345 kV), Tijuco Preto (vão para LT Cachoeira Paulista em 345 kV e vão para LT Ibiúna 1 em 345 kV) e Imbariê (vão para LT Alcântara em 138 kV). Teleproteção nas Subestações Foz do Iguaçu (vão para LT Ivaiporã 1, 2 e 3 em 750 kV), Ivaiporã (vão para LT Itaberá 1, 2 e 3 em 750 kV), Poços de Caldas (vão para LT Campinas em 345 kV), Tijuco Preto (vão para LT Itaberá 3 em 750 kV) e Itaberá (vão para LT Ivaiporã 1, 2 e 3 em 750 kV). Proteção e teleproteção nas Subestações Adrianópolis (vão para LT Jacarepaguá 1 em 345 kV, vão para LT Alcântara 1, 2 e 3 em 138 kV, (vão para LT Magé 1 e 2 em 138 kV e vão para LT Alcântara em 138 kV), Bandeirantes (vão para LT Samambaia 1 e 2 em 345 kV e vão para LT Itumbiara 1 em 345 kV), Campinas (vão para LT Poços de Caldas em 345 kV), Cachoeira Paulista (vão para LT Campinas em 500 kV e vão para LT Tijuco Preto em 500 kV) e Itumbiara (vão para LT Bandeirantes 2 em 345 kV).

Foram realizadas ainda as seguintes ações e atividades:

- Montagem de cinco novas estruturas em substituição às estruturas 333, 334, 335, 336 e 341, cabos condutores e para-raios, cadeia de isoladores e acessórios, contratação de mão de obra, máquinas e aquisição de materiais necessários ao restabelecimento e energização da Linha LT FI IV 3 - 765 kV derrubada por temporal com fortes ventos ocorridos em 24 de Setembro 2014 no município de Cafelândia - Paraná.

- Aquisição de equipamentos (TC, TPC, Para-raios, Capacitores) para a substituição de equipamentos em fim de vida útil, para o atendimento a Procedimentos de Rede do ONS, por obsolescência, etc.
- Aquisição de 267,8 toneladas de componentes de estruturas metálicas de linhas de transmissão da classe de tensão de 750 kV, para complementação do estoque das torres tipo A71 (SADE), A72 (SADE), A73 (SADE), B7 (SBE), C7 (SADE) e D7 (SBE) para utilização na LT Itaberá - Tijuco Preto 2, em situações emergenciais. Esta linha de transmissão compõe o sistema responsável pela transmissão da energia gerada na Usina de Itaipu, que é de fundamental importância ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por abastecer as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A indisponibilidade deste circuito pode levar a cortes de carga nas regiões por essas linhas atendidas ou aumentar os riscos de apagões, devido à sobrecarga dos demais circuitos.
- Aquisição de 40.000 isoladores tipo disco de vidro, 120 kN, para reposição da reserva estratégica da operação. Este material é empregado na ampla maioria das linhas de transmissão de FURNAS e seu consumo é constante ao longo do calendário anual de manutenções.
- Aquisição de equipamentos para tele supervisão, telecontrole e automação de usinas e subestações, bem como para as redes de comunicação de dados que suportam as redes de automação.

Cabe informar que os reparos visam devolver aos ativos a capacidade de operação interrompida em função da ocorrência de falha, restituindo a vida útil completa dos equipamentos. As revitalizações de equipamentos de transformação (reatores e transformadores), por sua vez, visam devolver aos ativos a vida útil e a confiabilidade necessárias à operação perdidas em função de fim de sua vida útil, obsolescência etc. As revitalizações efetuadas restituem a vida útil original dos equipamentos, que voltam a ser considerados como novos.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

(Para atendimento ao item 19)

Ao final de 2014, Furnas participava de 81 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), sendo 61 no segmento de geração e 20 no segmento de transmissão e prestação de serviços, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Geração:

Grupo	Código	Nome da SPE	Part.de Furnas (%)	Situação
Usina hidrelétrica	UH1	Enerpeixe S.A	40,00	Operação
	UH2	Serra do Facão Energia S.A.	49,47	Operação
	UH3	Chapecoense Geração S.A.	40,00	Operação
	UH4	Baguari Energia S.A	15,00	Operação
	UH5	Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	Operação
	UH6	Madeira Energia S.A.	39,00	Operação parcial
	UH7	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	24,50	Implantação
	UH8	Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33	Implantação
	UH9	Tijoa Participações e Investimentos S.A.	49,90	Operação

Grupo	Código	Nome da SPE	Part.de Fornos (%)	Situação	
Aproveitamento hidrelétrico		AH1	Inambari Geração de Energia S.A. - IGESA	19,60	Paralisado
Usina Eólica	Complexo Brasventos	UE1	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos 1)	24,50	Operação
		UE2	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba 3)	24,50	Operação
		UE3	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	Operação
	Complexo Energia dos Ventos	UE4	Energia dos Ventos I S.A. (Goiabeira)	49,00	Implantação
		UE5	Energia dos Ventos II S.A. (Ubatuba)	49,00	Implantação
		UE6	Energia dos Ventos III S.A. (Santa Catarina)	49,00	Implantação
		UE7	Energia dos Ventos IV S.A. (Pitombeira)	49,00	Implantação
		UE8	Energia dos Ventos V S.A. (São Januário)	49,00	Implantação
		UE9	Energia dos Ventos VI S.A. (Nossa Senhora de Fátima)	49,00	Implantação
Usina Eólica	Complexo Energia dos Ventos	UE10	Energia dos Ventos VII S.A. (Jandaia)	49,00	Implantação
		UE11	Energia dos Ventos VIII S.A. (São Clemente)	49,00	Implantação
		UE12	Energia dos Ventos IX S.A. (Jandaia I)	49,00	Implantação
		UE13	Energia dos Ventos X S.A. (Ventos de Horizonte)	49,00	Implantação
	Complexo Famosa	UE14	Central Eólica Famosa I S.A.	49,00	Implantação
		UE15	Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,00	Implantação
		UE16	Central Eólica Rosada S.A.	49,00	Implantação
		UE17	Central Eólica São Paulo S.A	49,00	Implantação
	Complexo Punaú/Baleia	UE18	Bom Jesus Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE19	Cachoeira Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE20	Pitimbu Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE21	São Caetano Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE22	São Caetano I Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE23	São Galvão Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE24	Carnaúba I Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE25	Carnaúba II Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE26	Carnaúba III Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE27	Carnaúba V Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE28	Cervantes I Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE29	Cervantes II Eólica S.A.	49,00	Implantação
		UE30	Punaú I Eólica S.A.	49,00	Implantação
	Complexo Famosa III	UE31	Arara Azul S.A.	90,00	Implantação
		UE32	Bentevi S.A.	90,00	Implantação
		UE33	Ouro Verde I S.A.	90,00	Implantação
		UE34	Ouro Verde II S.A.	90,00	Implantação
		UE35	Ouro Verde III S.A.	90,00	Implantação
	Complexo Serra do Mel	UE36	Serra do Mel I S.A.	90,00	Implantação
		UE37	Serra do Mel II S.A.	90,00	Implantação
		UE38	Serra do Mel III S.A.	90,00	Implantação
	Complexo Itaguaçu da Bahia	UE39	Itaguaçu da Bahia S.A.	49,00	Implantação
		UE40	Santa Luzia S.A.	49,00	Implantação

Grupo	Código	Nome da SPE	Part.de FURNAS (%)	Situação
	UE41	Santa Madalena S.A.	49,00	Implantação
	UE42	Santa Marcella S.A.	49,00	Implantação
	UE43	Santa Vera S.A.	49,00	Implantação
	UE44	Santo Antônio S.A.	49,00	Implantação
	UE45	São Bento S.A.	49,00	Implantação
	UE46	São Cirilo S.A.	49,00	Implantação
	UE47	São João S.A.	49,00	Implantação
	UE48	São Rafael S.A.	49,00	Implantação
	UE49	Santa Rosa	90,00	Implantação
	UE50	Uirapuru	90,00	Implantação
	UE51	Ventos de Angelim	90,00	Implantação

Transmissão:

Grupo	Código	Nome da SPE	Part.de FURNAS (%)	Situação
Transmissão	TR1	Companhia Transleste de Transmissão	24,00	Operação
	TR2	Companhia Transudeste de Transmissão	25,00	Operação
	TR3	Companhia Transirapé de Transmissão	24,50	Operação
	TR4	Cia de Transmissão Centroeste de Minas	49,00	Operação
	TR5	Transenergia Renovável S.A.	49,00	Operação
	TR6	Transenergia São Paulo S.A.	49,00	Operação
	TR7	Transenergia Goiás S.A.	49,00	Operação Parcial
	TR8	Interligação Elétrica do Madeira S.A. – IE Madeira	24,50	Operação
	TR9	Goiás Transmissão S.A.	49,00	Operação
	TR10	MGE Transmissão S.A.	49,00	Operação
	TR11	Caldas Novas Transmissão S.A.	49,00	Operação
	TR12	Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	49,00	Operação Parcial
	TR13	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50	Implantação
	TR14	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49,00	Implantação
	TR15	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,00	Implantação
	TR16	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90	Implantação
	TR17	Lago Azul Transmissão S.A.	49,90	Implantação
	TR18	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	Implantação
	TR19	Energia Olímpica S.A.	50,00	Implantação
Prestação de Serviços	PS1	Centro de Soluções Estratégicas S.A. (CSE)	49,90	Operação

III – a)

A participação de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) na expansão do setor de energia elétrica nacional encontra respaldo no art. 15º da Lei 3.890-A/1961, que autorizou a União a constituir a Eletrobras, e no art. 4º do Estatuto Social de Furnas. Com base em tal permissão legal, a expansão do setor elétrico nacional, nos últimos anos, tem-se realizado primordialmente por intermédio de investimentos feitos via parcerias entre empresas controladas pelo Poder Público e companhias privadas, que, a partir de projetos estruturados de financiamento (*project finance*), constituem SPEs para construir e operar novos ativos de geração e transmissão de energia elétrica. No caso específico de Furnas, que desempenha um importante papel na expansão do setor no País, sua atuação tem sido a de participar, em parceria, dos leilões de transmissão e geração realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ao final de 2014, a participação de Furnas em SPEs pode ser resumida na seguinte tabela:

	Situação Atual (quantidade de SPEs)			
	Em Estruturação	Em Implantação	Em Operação	Total
Aproveitamento Hidrelétrico	1	-	-	1
Transmissão	1	7	11	19
Usina Eólica	11	37	3	51
Usina Hidrelétrica	-	2	6	8
Prestação de Serviços	-	-	2	2
Total geral	13	46	22	81

Cada uma das sociedades é formada como sociedade anônima por ações e possui estrutura de governança corporativa própria, regida por seu estatuto social e pelas diretrizes do plano de negócio aprovado pelos acionistas. No que se refere à situação de participação acionária de Furnas nas SPEs, a tabela a seguir apresenta um panorama geral. Vale destacar que, na maioria destas sociedades, Furnas tem participação de 25% a 49,9% do capital.

Participação Acionária	Quantidade de SPE				
	Aproveitamento Hidrelétrico	Transmissão	Eólicas	Hidrelétricas	Total
até 24,99%	1	6	3	1	11
entre 25% e 49,9%	-	13	37	7	57
Acima de 50%	-	-	11	-	11

Os empreendimentos são selecionados dentre aqueles colocados em leilão pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), levando em conta as diretrizes do Planejamento Estratégico da Eletrobras e de Furnas, Plano Diretor e as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Eletrobras para os respectivos segmentos de negócio.

Os empreendimentos cadastrados na Chamada Pública são analisados pela área técnica levando em consideração os estudos energéticos, civis, elétricos, ambientais e fundiários e de toda documentação jurídica e financeira. Após a análise são identificadas as oportunidades de negócio.

Em 2014, foram realizados dois Leilões de Energia Nova (LEN), um Leilão de Energia de Reserva (LER) e três licitações de concessões de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Além destes certames realizados, Furnas sagrou-se vencedora do Leilão 002/2014, em parceria com o FIP Constantinopla (51%), realizado em 27 de março de 2014 pela Aneel, para outorga de concessão da UHE Três Irmãos, conforme art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

No que tange aos Leilões de Transmissão, Furnas sagrou-se vencedora do Leilão da LT Xingu-Terminal Minas (Leilão 011/2013), como integrante do consórcio IE Belo Monte, cujos parceiros são Eletronorte (24,5%) e State Grid (51,0%). O certame planejado para ocorrer em 2013 foi realizado em 7 de fevereiro de 2014.

Furnas possui estudos para prospecção de novos negócios - tanto de geração como de transmissão - futuros empreendimentos a serem licitados pela Aneel, como estratégia de crescimento e manutenção do seu market share. Até 2019, a empresa prevê investir mais de R\$ 4 bilhões.

Em 2023, segundo o Plano Decenal de Expansão 2014-2023, o Brasil contará com aproximadamente 195.883 MW instalados e 182.477 km de linhas de transmissão. Neste contexto, para os próximos 10 anos, a expectativa da empresa é de um crescimento em torno de 800 MW/ano de geração de energia e de 1.200 km de linhas.

Seguem abaixo os estudos de Furnas para os próximos leilões de geração e transmissão:

- Em geração hídrica, o início das atividades preparatórias relativas aos empreendimentos hidrelétricos Itaocara I (145 MW), São Luiz do Tapajós (8.040 MW), Tabajara (350 MW), Água Limpa (380 MW), Jamanxim (881 MW) e Bem Querer (709 MW), com previsão de licitação a partir de 2015;
 - Empreendimentos em energia eólica inscritos na Chamada Pública Ampla aberta por Furnas, que totalizam cerca de 9.000 MW em potência, distribuídos em diversos estados brasileiros, formando um grande portfólio para os próximos leilões de geração.
 - Empreendimentos em energia solar inscritos na Chamada Pública Ampla aberta por Furnas, que totalizam cerca de 3.500 MW em potência distribuídos em diversos estados brasileiros, formando um portfólio para os futuros leilões.
 - Em transmissão, Furnas, utilizando a sua expertise em grandes troncos de transmissão instalados pelo País e buscando maior sinergia com projetos de transmissão de seu sistema, mapeou diversas oportunidades de novos negócios em transmissão, dentre as quais o segundo bipolo para escoamento da energia produzida pela UHE Belo Monte.
- b) Furnas seleciona seus parceiros através de critérios e procedimentos definidos em Chamada Pública e regulamentados internamente através de uma Instrução Normativa específica (IN.005.2014 - Formação de Parceria para Novos Negócios).

Furnas utiliza critérios objetivos de seleção (financeiros, técnicos, comerciais, jurídicos e estratégicos) para a pré-seleção e à classificação das empresas aptas, com o apoio dos órgãos envolvidos, e são feitas negociações com os parceiros pré-selecionados, de modo a permitir uma formatação do modelo de negócio que traga maior competitividade, considerando a análise dos aspectos estratégicos, societários e da governança da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída.

- c) Uma das premissas básicas da Chamada Pública de FURNAS é que os potenciais parceiros deverão aceitar a prática de assinatura de principais pré-contratos no âmbito da parceria. FURNAS participa da cotação de preços dos fornecedores de equipamentos e de serviços, do projeto básico, das atividades e estudos relacionados à área de meio ambiente e fundiárias, os requisitos e processos relacionados ao licenciamento ambiental do empreendimento, da consolidação das propostas dos serviços de engenharia, o fornecimento e a construção (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*), da seleção dos fornecedores, da negociação e da redação do escopo técnico dos pré-contratos.
- d) Foram estabelecidos critérios e normas para a governança em parcerias nos negócios de geração e transmissão, inclusive no que se refere à coordenação do envolvimento das áreas internas de FURNAS em todo o processo. Os trabalhos englobam análise técnica, seleção de parceiros, estruturação societária e financeira, elaboração de instrumentos contratuais e societários, coordenação da aprovação de planos de negócio e das atividades das SPEs constituídas e, por fim, assinatura dos contratos de concessão ou de Outorga de Autorização.

O controle de gestão, durante as fases de implantação e operação das SPEs, é realizado com uma estrutura de governança que segue as diretrizes e orientações da Lei das S/A (lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Nas SPEs, a governança se consolida por meio de: Assembleia de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Por força dos Acordos de Acionistas e dos Estatutos Sociais específicos, FURNAS promove a indicação de uma parcela de representantes para exercer estas funções, em consonância com sua participação em cada sociedade.

Além da governança das próprias SPEs, FURNAS estabeleceu uma estrutura própria dentro de seu organograma. O controle de gestão está centralizado em uma superintendência específica (Superintendência de Gestão de Negócios e Participações – SP.N), subordinada à Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações – DN).

Ainda com relação ao ambiente de gestão e de negócios e em conformidade com as melhores práticas de mercado e com o que preconiza o *PMI – Project Management Institute*, FURNAS deu andamento ao processo de consolidação da implantação de seu Escritório de Projetos.

No ano de 2014, o Escritório de Projetos atuou na implantação de 190 projetos referentes ao PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação e 5 empreendimentos obtidos através de Leilões de Concessão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, sendo que, deste total, foram concluídos totalmente 15 empreendimentos e parcialmente 15. Neste ambiente, foram considerados 107 projetos de Resolução Autorizativa da Aneel, além da atuação em tempo integral de 12 gestores de projeto.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O planejamento estratégico corporativo de FURNAS definiu diversos fatores críticos de sucesso que impactam o desempenho da empresa.

Dentre estes fatores críticos de sucesso, o que está mais ligado com a área operacional é “Otimizar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema”.

Para medir a evolução deste fator crítico de sucesso foram estabelecidos 6 indicadores estratégicos que são calculados e monitorados pela DO - Diretoria de Operação e Manutenção mensalmente, além de serem apresentados na Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAE.

Passamos agora a descrever cada um destes indicadores e avaliar e seus resultados no ano de 2014:

Disponibilidade de Geração

Tem como objetivo medir de forma percentual o tempo em que as unidades geradoras que compõem o sistema de geração de Furnas estão disponíveis para o sistema elétrico interligado. Tendo-se em vista que a baixa disponibilidade acarreta perdas financeiras para as empresas de geração, manter este indicador acima do limite de 89,4%, estabelecido pela Aneel como referência, é estrategicamente importante para a empresa. A meta desafiadora que Furnas estabeleceu para o indicador é de 92%. No ano de 2014 este indicador em alguns momentos ficou abaixo do limite de 89,4% em função do baixo nível de água armazenada nos reservatórios. Com os níveis baixos, as unidades geradoras das usinas são desligadas pelo ONS para que a água não se esgote, transferindo a energia a ser gerada para as usinas térmicas. Como aproveitamento do fato que as máquinas já estariam desligadas por ordem do ONS, Furnas realizou diversas manutenções preventivas e corretivas que estavam solicitadas ao ONS há anos e que nunca foram autorizadas por este operador para não ter que desligar as unidades geradoras quando os reservatórios estavam cheios. Desta forma, a razão para que o indicador esteja próximo do limite inferior está relacionado com a melhoria da confiabilidade do sistema, pois as manutenções que foram realizadas em 2014 visam prevenir falhas imprevistas ou corrigir seus efeitos.

Disponibilidade de Linhas de Transmissão

Da mesma forma como na geração, no sistema de transmissão, baixos valores de disponibilidade acarretam pesadas perdas financeiras para os agentes de transmissão, especialmente em função do mecanismo da Parcela Variável. No ano de 2014, as linhas de transmissão de Furnas tiveram desempenho acima do limite estabelecido pela Aneel – 99,5%, e próximos da meta desafiadora estabelecida pela empresa – 99,8%. Deve-se ressaltar ainda que os valores de indisponibilidade, embora baixos, tiveram como maior causa os desligamentos programados, quando o agente desliga a linha de transmissão para fazer manutenção e desta forma manter a confiabilidade dos ativos. Os desligamentos forçados, quando as linhas desligam por falhas e defeitos em componentes, foram praticamente desprezíveis no período.

Disponibilidade de Transformadores

O desempenho dos transformadores de Furnas em 2014 foi muito superior à meta de 97% de disponibilidade estabelecida tanto pela empresa como pela Aneel, Tendo chegado a valores da ordem de 99,5 %. Se considerarmos a avançada idade dos ativos e sua exigência extrema em termos de carregamento e temperatura de operação, os valores verificados mostram a eficiência dos programas de manutenção preventiva e preditiva praticados por Furnas para estes equipamentos.

Desligamentos por 100 km de Linhas de Transmissão

Este indicador visa medir a confiabilidade do sistema de transmissão. Uma característica deste indicador é que o mesmo possui uma componente gerenciável pela empresa, através de uma manutenção eficiente e operação dentro dos limites de projeto. Há, entretanto, uma componente

deste indicador que não é gerenciável pelo agente de transmissão, que diz respeito a fatores climáticos. Sendo as linhas de transmissão ativos que operam ao ar livre, fora dos limites das cercas de segurança das usinas e subestações, estão sujeitas às intempéries climáticas, tais como chuva, vento e calor, e aos efeitos da ação humana, tais como queimadas e vandalismo. De fato, estes são historicamente os principais motivos para os desligamentos de Linhas de Transmissão não só em Furnas, mas em todas as empresas de transmissão do Brasil. Pelo fato do ano de 2014 ter sido extremamente seco e com ocorrência muito elevada de vendavais, especialmente nos estados do Paraná e São Paulo, as ocorrências de desligamentos por ação do vento e por queimadas foram mais frequentes este ano que o normal verificado e os indicadores ficaram acima da média em algumas classes de tensão, embora tenham, ficado abaixo da média em outras. O fato do indicadores de disponibilidade de linhas de transmissão ter ficado próximo da meta desafiadora estabelecida por Furnas mostra que mesmo com algumas classes de tensão tendo extrapolado a média de desligamentos por 100 km de LT em 2014, o desempenho do sistema não foi afetado, pois quando as falhas ocorreram, as mesmas foram sanadas em curtos espaços de tempo.

(Para atendimento ao item 19)

- a) capacidade instalada de geração em operação, por fonte (MW): total, própria e em associação (SPEs)

Capacidade Instalada em Operação	2010	2011	2012	2013	2014
Geração					
1) Hidráulica					
a) Própria	7.175,00	7.175,00	7.175,00	2.863,70	2.916,20
b) UHE Lei nº 12.783/2013	-	-	-	4.617,00	4.617,00
c) SPE	1.741,58	1.741,58	2.367,89	2.869,80	4.835,14
d) Propriedade compartilhada	1.487,00	1.487,00	1.487,00	1.487,00	1.487,00
e) PCH designadas cf Lei nº 12.783/2013	-	-	-	10,30	10,30
Subtotal	10.403,58	10.403,58	11.029,89	11.847,80	13.865,64
2) Eólica - SPE	-	-	-	-	187,04
3) Térmica (*)	962,00	962,00	962,00	962,00	530,00
Total Geral	11.365,58	11.365,58	11.991,89	12.809,80	14.582,68

(*) Para Santa Cruz, a potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho No 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2.

b) capacidade instalada de geração em construção, por fonte (MW): total, própria e em associação (SPEs)

Capacidade Instalada em Construção	2010	2011	2012	2013	2014
Geração					
1) Hidráulica					
a) Própria	386,2	386,2	386,2	80,5	28
b) SPE	3.150,76	4.970,76	4.344,45	3.842,52	4.458,13
Subtotal	3.536,96	5.356,96	4.730,65	3.923,02	4.486,13
2) Eólica - SPE	-	-	187,04	476,44	1.148,40
Total Geral	3.536,96	5.356,96	4.917,69	4.399,46	5.634,53

c) capacidade instalada de transmissão em operação (capacidade de transformação em MVA e extensão de linhas de transmissão em km): total, própria e em associação (SPEs)

Capacidade Instalada em Operação	2010	2011	2012	2013	2014
Transmissão					
1) Extensão (km)					
a) Própria	19.397,50	19.419,00	19.420,00	1.119,00	1.148,00
b) Lei nº 12.783/2013	-	-	-	18.748,50	18.758,50
c) SPE	842,90	1097,50	1.479,10	4.222,10	4.222,10
Total	20.240,40	20.516,50	20.899,10	24.089,60	24.128,60
2) Transformação (MVA)					
a) Própria	-	-	92.907,21	900,00	13.160,56
b) Lei nº 12.783/2013	-	-	-	92.907,21	90.207,61
c) SPE	-	-	14.079,79	7.575,00	14.875,00
d) Trafos de Furnas em Instalações de terceiros	-	-	-	-	2.050,33
Total	-	-	106.987,00	101.382,21	120.293,50

- e) capacidade instalada de transmissão em construção (capacidade de transformação em MVA e extensão de linhas de transmissão em km): total, própria e em associação (SPEs);

Capacidade Instalada em Construção	2010	2011	2012	2013	2014
Transmissão					
1) Extensão (em km)					
a) Própria	329,00	379,00	379,00	358,00	329,00
b) SPE	3.677,30	3.570,60	4.156,00	1.804,00	4.554,00
Total	4.006,30	3.949,60	4.535,00	2.162,00	4.883,00
2) Transformação (MVA)					
a) Própria	2.435,00	2.435,00	1.745,00	13.825,00	16.151,00
b) SPE	7.750,00	8.005,00	7.205,00	7.735,00	12.785,00
Total	10.185,00	10.440,00	8.950,00	21.560,00	28.936,00

- f) geração própria de energia (GWh), Energia Elétrica Vendida (GWh), Energia Elétrica Comprada (GWh);

Dados em GWh	2010	2011	2012	2013	2014
Geração Própria de Energia (*)	38.352	34.002	38.658	31.514	25.149
Energia Elétrica Vendida	56.712	54.892	56.230	42.232	40.561
Energia Elétrica Comprada para Revenda	16.372	16.761	17.654	3.947	3.332

(*) UHEs Serra da Mesa e Manso, inclui apenas a geração correspondente ao percentual de Furnas.

f) valor total de investimentos previstos e realizados em empreendimentos próprios, por segmento de negócio;

	2010		2011		2012		2013		2014	
	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
Geração	1.116,98	921,72	715,89	533,11	530,79	516,52	395,18	366,72	292,87	151,95
Transmissão	385,93	253,61	449,08	387,14	558,60	461,61	630,10	489,21	874,31	606,30
Qualidade ambiental	11,61	6,92	26,51	15,06	102,30	101,60	20,14	18,42	25,00	12,50
Infraestrutura	92,93	63,04	72,54	52,53	85,16	68,14	96,80	70,36	104,23	78,42
Total	1.607,44	1.245,29	1.264,02	987,85	1.276,84	1.147,87	1.142,22	944,71	1.296,40	849,17

Valores Correntes em R\$ MM

g) valor total dos investimentos previstos e realizados em participações societárias (SPE), por segmento de negócio;

	2010		2011		2012		2013		2014	
	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado
Geração	260,12	236,19	805,70	828,17	1.239,27	1.181,12	911,32	913,07	1.182,85	1.217,93
Transmissão	115,32	104,20	240,47	203,42	356,01	291,98	272,09	214,01	357,65	240,79
Total	375,43	340,39	1.046,18	1.031,60	1.595,28	1.473,10	1.183,40	1.127,08	1.540,50	1.458,72

Valores Correntes em R\$ MM

h) resultado do exercício, EBITDA, Patrimônio Líquido, ROL, Custos e Despesas Operacionais.

Com base no pronunciamento CPC 19 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em vigor desde de 1º de janeiro de 2013, Furnas passou a incorporar os investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) a suas demonstrações financeiras com base no método da equivalência patrimonial.

Há que se destacar a reclassificação de contas do Ativo, Passivo, Demonstração de Resultado e Demonstração de Valor Adicionado referentes ao exercício de 2013, explicitadas no item 3.4 das Notas Explicativas do Balanço Patrimonial 2014, sendo a mais relevante o deslocamento da conta “Ganho (perda) – Lei nº 12.783/2013”, para a conta “Receitas (Despesas) Operacionais”.

Como já referido, após o impacto da perda de receita ocasionado pela Lei nº 12.783/2013, as medidas de gestão envolvendo a reestruturação da empresa e adoção de controle e otimização de custos começaram a dar resultados expressivos já a partir de 2014.

Observa-se que o resultado do Serviço de Energia Elétrica reverteu uma situação deficitária de R\$ 293 milhões para um valor positivo de R\$ 1.345 milhões.

Entretanto, o efeito dos resultados negativos da Equivalência Patrimonial, de R\$ 887 milhões, e Financeiro, de R\$ 458 milhões, anulou o resultado positivo do Serviço de Energia Elétrica.

O principal fator para o resultado obtido da Equivalência Patrimonial é a liquidação de diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, principalmente das SPEs em operação, destacando-se o caso da Santo Antonio Energia S.A. (SAESA), que, em 2014, despendeu R\$ 1.783 milhões referentes a gastos com Fator de Ajuste de Geração (*Generation Scaling Factor* – GSF) e Fator Índice de Disponibilidade (FID).

O extrato da Demonstração de Resultado é apresentado a seguir.

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado	2012 Reclassificado	2011 Reclassificado	2010 Reclassificado
Receita Operacional Líquida	6.182	4.292	7.266	7.049	6.450
Custo Operacional/Construção	(5.342)	(4.260)	(5.268)	(5.406)	(5.303)
Lucro Operacional	840	32	1.998	1.643	1.147
Receitas (Despesas) Operacionais	474	(326)	(1043)	(883)	61
Resultado do Serviço	1.314	(294)	955	760	1.208
Resultado da Equivalência Patrimonial	(887)	152	49	(59)	(72)
Resultado Financeiro	(458)	(524)	(106)	(301)	(167)
Resultado Antes da Lei nº 12.783/2013	(31)	(666)	898	400	969
Ganho (Perda) Lei nº 12.783/2013	31	-	(2.067)	-	-
Resultados Antes dos Impostos	(0)	(666)	(1.169)	400	969
Impostos (IRPJ + CS)	-	-	(36)	(140)	(333)
Impostos (IRPJ + CS) diferidos	(406)	(152)	(101)	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(406)	(818)	(1.306)	260	636

R\$ Milhões

É importante observar que, na renovação da concessão do sistema de transmissão de Furnas, somente foram indenizados os ativos referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Por este motivo, a empresa mantém entendimentos com a Aneel e elabora relatório para reconhecimento de investimentos efetuados também na Rede Básica Sistemas Existentes (RBSE), com possibilidade de ressarcimento da ordem de R\$ 4 bilhões.

Ademais, no cálculo da Receita Anual Permitida (RAP), a Aneel não considerou investimentos em equipamentos de compensação para potência reativa. A revisão deste cálculo poderá gerar receita adicional acima de R\$ 300 milhões anuais. Este pleito encontra-se em análise pelo órgão regulador.

Demonstração do Valor Adicionado

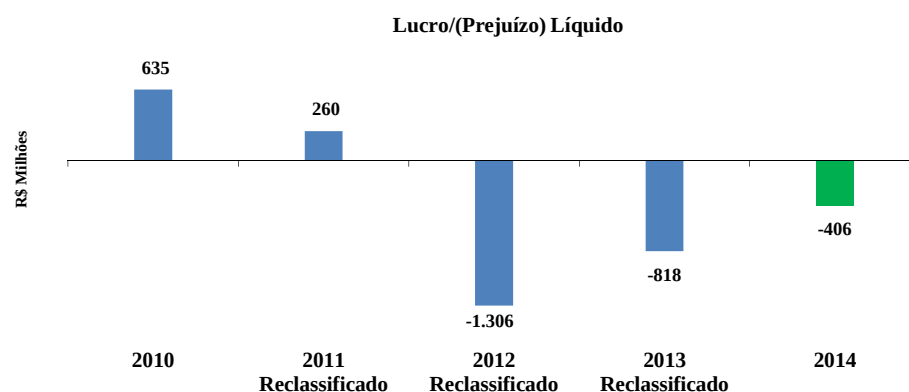
Em 2014, a gestão dos negócios e o controle de gastos resultaram em um valor a distribuir superior em 25% ao do ano anterior, como demonstra o quadro a seguir:

R\$ Milhões					
1. Geração do Valor Adicionado	2014	2013 Reclassificado	2012 Reclassificado	2011 Reclassificado	2010 Reclassificado
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	6.924	4.963	8.346	7.652	6.963
Outras Receitas Operacionais	134	6	-	-	263
Insumos					
Custo de Energia Comprada	(1.943)	(674)	(1.881)	(2.390)	(2.585)
Materiais	(32)	(37)	(47)	(43)	(42)
Serviços de Terceiros	(727)	(692)	(680)	(624)	(580)
Outros Custos Operacionais	(1.507)	(1.763)	(1.991)	(1.459)	(1.092)
2. Valor Adicionado Bruto	2.849	1.803	3.747	3.136	2.927
Depreciação e Amortização	(222)	(186)	(236)	(241)	(222)
Constituição / Reversão de Provisões	567	(12)	(2.364)	(447)	(28)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	3.194	1.605	1.147	2.448	2.678
Receitas Financeiras (Transferências)	581	551	531	207	214
Equivalência Patrimonial	(887)	152	49	(59)	(72)
4. Valor Adicionado a Distribuir	2.888	2.308	1.727	2.596	2.821
5. Distribuição do Valor Adicionado					
Remuneração do Trabalho	1.098	1.221	1.174	1.081	949
Governo (Impostos e Contribuições)	934	668	845	443	586
Encargos Financeiros e Variação Monetária	1.039	1.076	637	509	381
Dividendos	-	-	-	64	18
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	193	54
Encargos Setoriais	223	161	377	304	269
Lucros (Prejuízos) Retidos	(406)	(818)	(1.306)	2	564
Total da Distribuição do Valor Adicionado	2.888	2.308	1.727	2.596	2.821

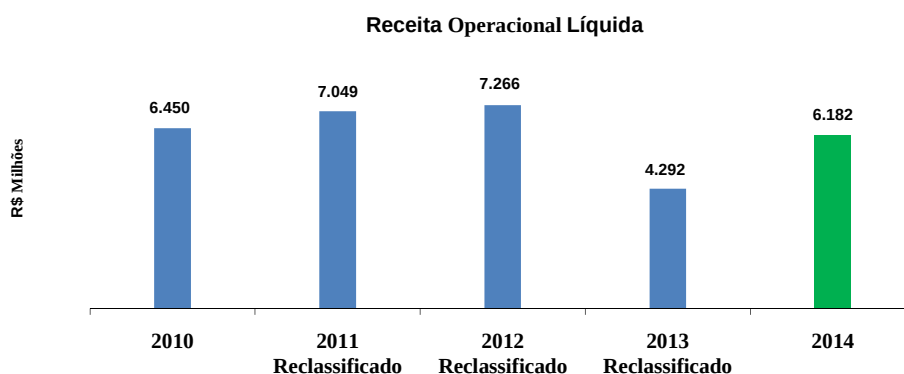
Indicadores Econômico-Financeiros

Conforme informado no Relatório da Administração 2013, a empresa vem consolidando sua recuperação financeira.

A questão conjuntural do Fator de Ajuste de Geração (*Generation Scaling Factor* – GSF), que afetou significativamente a equivalência patrimonial, bem como a comercialização de energia da própria empresa, impediu que, já em 2014, houvesse reversão do prejuízo verificado no ano anterior.



O aumento da Receita Operacional Líquida em cerca de 44% deve-se, principalmente, ao resultado de venda de energia no leilão A, de energia existente, com entrega a partir de maio de 2014, o qual proporcionou acréscimo de cerca de R\$ 1,4 bilhão na receita proveniente do suprimento de energia elétrica. Esta operação foi viabilizada pela disponibilidade de energia proveniente da usina de Serra da Mesa.



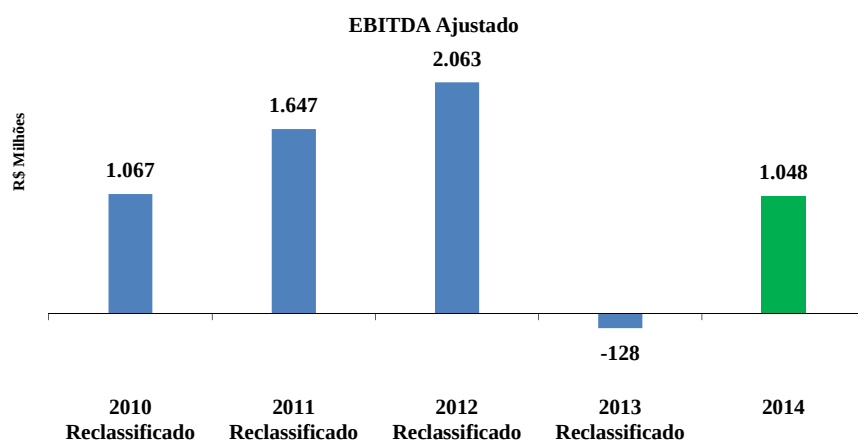
O custo de operação cresceu 5% em relação ao exercício anterior, apesar de ter havido redução de 10% nos custos de pessoal.

No que tange a despesas operacionais, observa-se que, desconsiderando os valores de provisões, *impairment*, ressarcimento de energia, resultado atuarial, que são despesas não recorrentes, não houve, praticamente, aumento das despesas operacionais recorrentes, uma vez que estas passaram de R\$ 175 milhões em 2013 para R\$ 177 milhões em 2014.

O quadro a seguir detalha a composição dos custos e despesas operacionais:

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado	31.12.2012 Reclassificado	31.12.2011 Reclassificado	31.12.2010 Reclassificado
R\$ Milhões					
Custo Operacional	4.673	3.678	4.756	4.988	4.923
Custo com Energia Elétrica (compra e encargos)	1.943	1.075	2.320	2.844	3.020
Custo de Operação	2.730	2.603	2.436	2.144	1.903
Pessoal	1.097	1.133	1.078	982	844
Material	32	37	47	43	42
Serviços de Terceiros	727	692	680	624	580
Depreciação e Amortização	223	186	236	241	222
Utilização de Recursos Hídricos	134	164	222	185	182
Combustível e Água para Produção de Energia Elétrica	493	367	147	45	7
Outros	24	24	26	24	26
Despesas (Receitas) Operacionais	(505)	326	1.043	883	(72)
Provisão/(Reversão) – Preq	(12)	222	(51)	341	-
Provisão/(Reversão) – Contencioso	(46)	(310)	242	65	79
Provisões/(Reversões) – Créditos de Liquidação Duvidosa	66	61	233	42	36
Estimativa com baixa de Ativo Financeiro	(496)	496	-	-	40
Ajuste <i>Impairment</i>	(47)	32	335	349	(321)
Outras Despesas Operacionais	177	175	359	245	182
Ressarcimento por Indisponibilidade de Energia	-	51	79	-	-
(Reversão) Atuarial – Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	(12)
(Reversão) Reservas Técnicas FRG	-	-	-	-	(76)
(Ganhos)(Perdas) Atuariais	(116)	88	(154)	(159)	-
Provisão/(Reversão) Contrato Oneroso	(31)	(489)	-	-	-
Custo Operacional + Despesas Operacionais	4.168	4.004	5.799	5.871	4.851

Em função dos ajustes efetuados e como reflexo da melhoria dos processos de gestão implementados nos últimos anos, a empresa reverteu uma situação negativa para um EBITDA positivo de mais de um bilhão de reais.

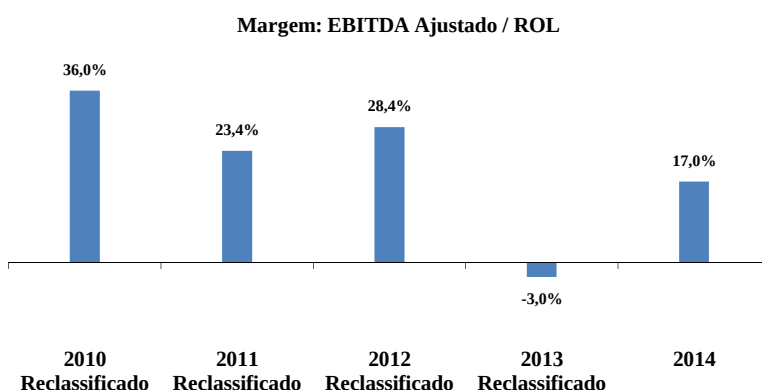


O quadro a seguir demonstra o cálculo do EBITDA Ajustado para os exercícios 2013 e 2014, desconsiderando os itens sem correspondência de caixa, bem como os não recorrentes.

R\$ Milhões

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado	31.12.2012 Reclassificado	31.12.2011 Reclassificado	31.12.2010 Reclassificado
Lucro Operacional Bruto	840	32	1.998	1.643	1.147
Depreciação	222	186	236	241	222
Provisão/(Reversão) <i>Impairment</i>	(47)	32	335	349	(321)
(Provisões)/Reversões não recorrentes	-	-	630	456	(41)
(Reversões) benefícios pós emprego – reservas técnicas	-	-	-	-	(88)
(Ganhos)/Perdas atuariais	(116)	88	(154)	(159)	148
Outras (Receitas)/Despesas Operacionais	54	(466)	(982)	(883)	-
EBITDA	1.047	(128)	2.063	1.647	1.067

Como consequência do crescimento significativo do EBITDA, sua margem também reverteu situação negativa, marcando 17%, com tendência de melhoria para os próximos exercícios.



5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Quadro A.5.5 – Variações de Custos

Em R\$

	Custo Total			Variação % Custo unitário		Economia	
	2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012	Total em 2014 com base em 2013	Total em 2014 com base em 2012
Produtos/Serviços							
Geração	3.691.676.184,91	2.896.149.361,61	4.358.851.574,93	27%	-15%	795.526.823,30	667.175.390,02
Transmissão	1.322.175.674,99	2.039.491.761,38	2.060.970.593,17	-35%	-36%	717.316.086,39	738.794.918,18
TOTAL	5.013.851.859,90	4.935.641.122,99	6.419.822.168,10	2%	-22%	78.210.736,91	1.405.970.308,20

Observações:

1 - Acerca da solicitação do TCU, inferiu-se que o objetivo é o de buscar uma forma de obter informações relevantes para a auditoria. Contudo, destaca-se que o conceito de custo unitário, que é amplamente utilizado em indústrias de transformação ou em empresas prestadoras de serviços, não se aplica à Fumas porque a Empresa não controla a quantidade de energia produzida ou transmitida. Fumas tem apenas um custo para manter seu parque gerador e transmissor em funcionamento. De todo o modo, foi considerado as das atividades de Geração e Transmissão como os produtos e foram demonstrados seus custos.

2 - A economia observada em 2014 com base em 2012 é devida, principalmente a diminuição de custos com pessoal.

5.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

(Para atendimento ao item 59)

- a) os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais, etc;

Tendo em vista que: (i) o empréstimo BID 2549/OC-BR, de US\$ 128,7 milhões, sendo US\$ 123,6 milhões para as modernizações das Usinas Furnas e Luiz Carlos Barreto, é implementado em parcelas para reembolso de investimento realizado, em dólares convertidos em reais, à taxa de câmbio na data do aporte (ii) até dez/2014 foram efetuados 10 (dez) aportes totalizando US\$ 124,559 milhões, sendo US\$ 64,047 milhões em 2012, US\$ 39,478 milhões em 2013 e US\$ 21,034 milhões em 2014 ; (iii) a amortização do contrato de empréstimo somente será efetuada a partir de dez/2015, em 32 parcelas semestrais, a serem pagas em dólares convertidos na data dos respectivos pagamentos;

Conclui-se que: (i) existe impacto da variação cambial na TIR das modernizações, mas o efeito total (negativo ou positivo) somente poderá ser obtido ao final do pagamento do financiamento; (ii) a obtenção de um resultado estimado, neste momento, depende do comportamento do câmbio em face da variação do IPCA, para os próximos 16 anos.

É importante frisar que o efeito da variação cambial na TIR não é significativo frente a outros fatores, tais como, alterações no cronograma, comportamento dos preços de energia, etc".

- b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

1. Contrato de Empréstimo BID 2549/OC-BR - modernizações das UHE's Furnas e Luiz Carlos Barreto.

Resumo dos Impactos nas Modernizações da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho

Ao se deparar com o ineditismo deste tipo de projeto, principalmente desse vulto, constatou-se que os prazos prognosticados no Edital mostraram-se inadequados e insuficientes para tratar a gama de peculiaridades acerca do complexo das Usinas, cujos detalhes construtivos, níveis de desgaste e deformidade, entre outras particularidades, somente tiveram condições de ser conhecidos quando da desmontagem das máquinas, seus componentes, partes e peças, inviáveis de serem conjecturados na fase de projeto básico e visitas técnicas.

Este cenário, além de impedimentos operacionais, trouxe fortes impactos na linha de caminho crítico do planejamento global do empreendimento, dentre os quais destacamos:

- Atrasos na liberação de desligamento de unidades geradoras, decorrentes da não autorização pelo Operador Nacional do Sistema do Sistema Elétrico (ONS);
- Diversidade na solução técnica de projetos de modernização de cada UG, exigindo tratamentos peculiares e adicionais durante a fase executiva;
- Atividades imprevisíveis, conhecidas apenas durante a execução de cada etapa dos serviços, após a desmontagem das máquinas;
- Atividades de testes e ensaios que serviram como registro das condições da unidade geradora antes da modernização, o chamado descomissionamento, realizado com o intuito de avaliar práticas a serem adotadas (impossíveis de serem previstas sem essas verificações iniciais) e de se obter parâmetros de referência para avaliação dos serviços executados;
- Surgimento de serviços imprevistos no decorrer da obra, essenciais à perfeita execução do empreendimento em questão, e que geraram a necessidade de adequações e adaptações técnicas, complementações e melhorias de projeto, incremento de atividades e rotinas técnicas;
- Busca por alternativas e soluções técnicas, que requeriam, previamente à sua aplicação, a execução de ensaios e testes, bem como a submissão à análise e aprovação de Furnas, cuja demanda somente foi constatada na fase executiva da obra; e,
- Adequações não contempladas no escopo original do fornecimento, cuja necessidade foi constatada posteriormente à elaboração do edital, durante as manutenções e revisões periódicas da usina.

Dessa forma, no curso da execução da obra, surgiram fatos e circunstâncias, conforme acima descrito, que obrigaram Furnas a promover modificações no projeto e especificações, de modo a adequar a solução técnica ou tecnológica empregada aos objetivos da contratação.

Assim, aos Fornecedores foram solicitadas modificações dos métodos e da planificação dos trabalhos de forma a compatibilizá-los com as alterações do projeto e das especificações.

Tais alterações/modificações, somadas aos impedimentos de desligamentos de unidades geradoras pelo ONS, acarretaram impactos nos prazos nos fornecimentos, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.”

UG	Início	Término		2004				2005				2006				2007				2008				2009				2010				2011				2012				2013				2014				2015			
				1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4								
Mobilização	01/09/2004	16/12/2004	P																																																
	01/09/2004	01/06/2005	R																																																
06	17/12/2004	16/08/2005	P																																																
	02/06/2005	29/03/2007	R																																																
05	17/08/2005	16/03/2006	P																																																
	30/03/2007	20/02/2008	R																																																
04	17/03/2006	16/10/2006	P																																																
	21/02/2008	30/10/2009	R																																																
03	17/10/2006	16/05/2007	P																																																
	31/10/2009	25/11/2010	R																																																
02	17/05/2007	16/12/2007	P																																																
	26/11/2010	20/01/2012	R																																																
01	17/12/2007	16/07/2008	P																																																
	09/07/2012	17/08/2013	R																																																
08	17/07/2008	17/07/2008	P																																																
	18/08/2013	28/12/2014	R																																																
07	18/07/2008	16/02/2009	P																																																
	10/05/2014	20/01/2015	R																																																

UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho

Principais Etapas: Previsto x Realizado

Atualização: 29/06/2013

UG	Início	Término		2005				2006				2007				2008				2009				2010				2011				2012				2013			
				1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Mobilização	11/05/2005	30/06/2006	P																																				
	11/05/2005	26/12/2006	R																																				
01	01/07/2006	28/02/2007	P																																				
	27/12/2006	20/02/2008	R																																				
02	01/03/2007	30/09/2007	P																																				
	21/02/2008	21/11/2008	R																																				
03	01/10/2007	30/04/2008	P																																				
	22/11/2008	04/09/2009	R																																				
05	01/05/2008	30/11/2008	P																																				
	05/09/2009	03/08/2010	R																																				
04	01/12/2008	30/06/2009	P																																				
	04/08/2010	09/06/2011	R																																				
06	01/07/2009	30/01/2010	P																																				
	10/06/2011	29/04/2012	R																																				

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			945.751.892		605.726.984	1.246.968.488
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			945.751.892		703.333.396	1.200.579.178
Dotação final 2013(B)			1.649.886.977		493.776.427	1.077.449.949
Variação (A/B-1)*100			(42,67)		42,43	11,42
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			1.262.333.172	482.377.485	412.537.489	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			1.296.395.391	1.540.500.000	424.341.877	
Dotação final 2013 (B)			1.142.222.065	1.183.401.468	718.714.198	
Variação (A/B-1)*100			13,49	30,17	(40,95)	

Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F

6.1.1.1 Análise Crítica

Justificativas:

Coluna 1 – Pessoal e Encargos: A variação a menor da dotação orçamentária de 2013 em relação à dotação final de 2014 refere-se basicamente ao desligamento de 700 empregados em 2013 e 83 empregados em 2014, em razão da previsão de pagamento de incentivo, no contexto do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq).

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida: O acréscimo na revisão de 2014 em relação à previsão inicial refere-se ao ajuste do valor previsto de pagamento de encargos de Cédula de Crédito Bancário e a inclusão de encargos oriundos da Caixa Econômica Federal.

A variação de 2013 para 2014 justifica-se pelo aumento dos encargos da dívida dos contratos de Cédula de Crédito Bancário decorrente de novas captações nesta modalidade e da nova dívida obtida junto à Caixa Econômica Federal ao longo do segundo semestre de 2013. Adicionalmente, houve variação positiva dos indicadores econômicos que influenciaram os juros da dívida, como taxa Selic, IPCA e outros.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes: O montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foram considerados Compra de Energia, Combustível Vinculado à Produção e Tributos.

A dotação final teve variação inferior a 10% em relação à dotação inicial.

O acréscimo da previsão de 2013 para 2014 ocorreu, principalmente, em demandas trabalhistas, da ordem R\$ 50 milhões, serviços técnicos administrativos, cujo aumento foi de R\$ 35 milhões, e R\$ 38 milhões distribuídos nos demais contratos de prestação de serviços.

Coluna 4 – Investimentos: Ver item 5.2.3.4.

Coluna 5 – Inversões Financeiras: A variação da dotação orçamentária final em relação à inicial decorreu, principalmente, da previsão de aporte para a UHE Santo Antônio, que demandou recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão durante o ano, sendo que R\$ 331 milhões foram necessários para liquidar a compra de energia na CCEE. A variação de 2013 para 2014 justifica-se pelo cronograma de realização do empreendimento.

Coluna 6 – Amortização da Dívida: A dotação final em relação à inicial teve variação inferior a 10%.

A variação de 2013 para 2014 refere-se, basicamente, à amortização do contrato com o BASA, no valor de R\$ 179 milhões, em 2013. Também em 2013, a *Holding* acrescentou R\$ 120 milhões na revisão final.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO 2014	
DEPTO. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPR. ESTATAIS		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA : FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		VALORES EM R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.705.049.791	Receitas	5.559.267.540
Investimentos	1.296.395.391	Receita Operacional	5.230.483.968
Inversões Financeiras	1.540.500.000	Receita não Operacional	328.783.572
Amortizações Operações Créditos L.P.	424.341.877	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	4.258.878
Operações Internas	149.264.003	Operações de Crédito	2.159.500.000
Outras Fontes	275.077.874	Operações de Crédito Internas – Moedas	2.109.500.000
Outros Dispêndios de Capital	443.812.523	Operações de Crédito Externas – Moedas Outras	50.000.000
Dispêndios Correntes	4.853.599.219	Outros Recursos de Longo Prazo	840.140.781
Pessoal e Encargos Sociais	945.751.892	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	744.000.000
Materiais e Produtos	1.440.161.879	Demais Recursos de Longo Prazo	96.140.781
Serviços de Terceiros	597.492.517	Total das Fontes	8.563.167.199
Utilidades e Serviços	26.977.212	Variação de Capital de Giro	1.070.780.323
Tributos e Encargos Parafiscais	618.052.570	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-40.039.591
Encargos Financeiros e Outros	703.333.396	Variação do Disponível	-1.035.258.921
Operações Internas	500.894.940		
Operações Externas	2.701.057		
Outras Fontes	199.737.399		
Demais Dispêndios Correntes	521.829.753		
Total dos Usos	8.558.649.010	Total Líquido das Fontes	8.558.649.010

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica a Furnas.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.6.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total			
Modalidade de Contratação	Despesa Realizada		
	2012	2013	2014
1. Modalidade de Licitação	1.211.719.571	1.103.528.755	1.159.907.132
Convite	4.509.373	3.291.450	2.681.186
Tomada de Preços	20.248.738	23.059.514	32.306.951
Concorrência	400.365.043	267.808.789	190.190.698
Pregão	786.596.417	809.369.002	934.728.297
Concurso	0	0	0
Consulta	0	0	0
2. Contratações Diretas	347.959.521	407.772.299	178.794.749
Dispensa	238.247.852	292.375.603	101.371.795
Inexigibilidade	109.711.669	115.396.696	77.422.954
3. Regime de Execução Especial	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal	1.383.582.076	1.451.513.900	995.770.5040
Pagamento em Folha	1.376.207.342	1.444.050.502	995.770.504
Diárias	7.374.734	7.463.398	11.093.913,07
5. Outros	246.625.350	459.563.636	660.575.437
6. Total	3.189.886.518	3.422.378.590	1.999.277.317

Observações:

2012: O item 5 - Outros compreende as seguintes despesas:

- R\$ 50.608.031 relativos a Pequeno Vulto
- R\$ 2.291.464 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras
- R\$ 52.529.738 relativos a Convênios
- R\$ 1.155.569 relativos ao contrato com a Roland Berger, cuja licitação foi conduzida de acordo com os critérios do BIRD
- R\$ 137.560.049 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz
- R\$ 2.480.499 outros

2013: O item 5 - Outros compreende as seguintes despesas:

- R\$ 44.585.505 relativos a Pequeno Vulto
- R\$ 683.090 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras
- R\$ 36.883.592 relativos a Convênios
- R\$ 3.815.622 relativos ao contrato com a Roland Berger, cuja licitação foi conduzida de acordo com os critérios do BIRD
- R\$ 373.468.124 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz
- R\$ 127.703 outros

2014:

O item 4 – Diárias se subdivide em:

- Diárias no País totalizaram R\$ 10.597.596,01.
- Diárias no exterior totalizaram US\$ 211.609,86.

A conversão para reais foi feita mensalmente segundo o valor do dólar no último dia útil do mês e segundo a cotação do Bacen (www.bcb.gov.br/?txcambio).

O item 5 - Outros compreende as seguintes despesas:

- R\$ 47.243.732 relativos a Pequeno Vulto
- R\$ 5.971.801 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras
- R\$ 31.661.226 relativos a Convênios
- R\$ 532.775.893 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz
- R\$ 39.635.728 relativos a pagamento de aluguel para a Fundação Real Grandeza
- R\$ 461.047 relativos a pagamentos de AS
- R\$ 1.015.494 relativos a pagamentos da GAP
- R\$ 1.810.516 outros

Fonte: Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A e Superintendência de Finanças Corporativas – GF.F

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a Furnas.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.4.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:				Código UO:			UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa	1.003.278.494	1.444.050.502						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida	717.286.409	521.357.715						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	1.278.812.628	1.488.812.431						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	849.174.868	944.709.971						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	1.458.724.401	1.127.078.312						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida	435.645.415	607.693.418						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro – OP.F

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a Furnas.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Não se aplica a Furnas.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Ver tabelas abaixo		
Legal	Ver tabelas abaixo		
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - GCA.P

Publicidade Institucional:

01/01/2013 A 31/01/2013

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0089 /13	40943	MA	VEILOC	JANEIRO	32.629,66	26.103,73	4.894,45	30.998,18		20013 1104	
INSTITUCIONAL	PAINEL AEROPORTO	FU - 0004 /14	42914	MA	VEILOC	JANEIRO	273.518,00	218.814,40	41.027,70	259.842,10		20014 1006	
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0006 /14	42937	MA	VEILOC	JANEIRO	88.128,00	70.502,40	13.219,20	83.721,60		20014 1152	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42907	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	JANEIRO	42.277,21	33.821,77	6.341,58	40.163,35		20014 1151	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0005 /14	42918	RV	RV. ISTOÉ 2016	JANEIRO	125.658,00	100.526,40	18.848,70	119.375,10		20014 1003	
Total							562.210,87	449.768,70	84.331,63	534.100,33			

01/02/2014 A 28/02/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42908	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	FEVEREIRO	96.093,60	76.874,88	14.414,04	91.288,92		20014 1151	
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0006 /14	42938	MA	VEILOC	FEVEREIRO	88.128,00	70.502,40	13.219,20	83.721,60		20014 1152	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0007 /14	42942	RV	RV. ALMA SURF	FEVEREIRO	20.160,00	16.128,00	3.024,00	19.152,00		20014 1003	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0005 /14	42944	RV	RV. SURFAR	FEVEREIRO	55.702,35	44.561,88	8.355,35	52.917,23		20014 1003	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS TAXIS	FU - 0008 /14	43070	RV	VEILOC	FEVEREIRO	381.018,00	304.814,40	57.152,70	361.967,10		20014 1007	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS TAXIS	FU - 0008 /14	43072	RV	IDEAL PUBLICIDADE	FEVEREIRO	120.000,00	96.000,00	18.000,00	114.000,00		20014 1007	
USINA DE BATALHA	1 PÁGINA	FU - 0007 /14	43035	JN	CORREIO MINEIRO	FEVEREIRO	3.045,39	2.436,31	456,81	2.893,12		20014 1001	
USINA DE BATALHA	1 PÁGINA	FU - 0007 /14	43037	JN	FOLHA DA SERRA	FEVEREIRO	2.983,50	2.386,80	447,53	2.834,33		20014 1001	
USINA DE BATALHA	1 PÁGINA	FU - 0007 /14	43036	JN	JORNAL O LABARO	FEVEREIRO	1.446,59	1.157,27	216,99	1.374,26		20014 1001	
USINA DE BATALHA	SPOT 30"	FU - 0007 /14	43032	RD	RD. BOA VISTA	FEVEREIRO	6.188,86	4.951,09	928,33	5.879,42		20014 1001	
USINA DE BATALHA	SPOT 30"	FU - 0007 /14	43033	RD	RD. JURITI AM	FEVEREIRO	5.491,20	4.392,96	823,68	5.216,64		20014 1001	
USINA DE BATALHA	SPOT 30"	FU - 0007 /14	43034	RD	RD. SERRA DOS CRISTAIS	FEVEREIRO	2.851,20	2.280,96	427,68	2.708,64		20014 1001	
INSTITUCIONAL	FILME 30	FU - 0009 /14	43104	TV	GAS ASSESSORIA	FEVEREIRO	13.745,46	10.996,37	2.061,82	13.058,19		20014 1009	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0011 /14	43511	JN	JORNAL METRO	FEVEREIRO	25.504,80	20.403,84	3.825,72	24.229,56		20014 1011	
Total							822.358,95	657.887,16	123.353,84	781.241,00			

01/03/2014 A 31/03/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42909	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	MARÇO	105.514,40	84.411,52	15.827,16	100.238,68		20014 1151	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0005 /14	42946	RV	RV. PLACAR	FEVEREIRO	37.418,00	29.934,40	5.612,70	35.547,10		20014 1003	
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0006 /14	42939	MA	VEILOC	MARÇO	88.128,00	70.502,40	13.219,20	83.721,60		20014 1152	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS TAXIS	FU - 0008 /14	43071	RV	VEILOC	MARÇO	381.018,00	304.814,40	57.152,70	361.967,10		20014 1007	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS TAXIS	FU - 0008 /14	43073	RV	IDEAL PUBLICIDADE	MARÇO	120.000,00	96.000,00	18.000,00	114.000,00		20014 1007	
INSTITUCIONAL	FILME 30	FU - 0009 /14	43105	TV	GAS ASSESSORIA	MARÇO	18.327,28	14.661,82	2.749,09	17.410,92		20014 1009	
INSTITUCIONAL CARNAVAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0010 /14	43360	RV	REVISTA GLOBAL	MARÇO	87.206,63	69.765,30	13.080,99	82.846,30		20014 1010	
INSTITUCIONAL CARNAVAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0010 /14	43367	RV	ROTEIRO DOS DESFILES	MARÇO	47.250,08	37.800,06	7.087,51	44.887,58		20014 1010	
INSTITUCIONAL CARNAVAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0010 /14	43373	RV	REVISTA SERIE A	MARÇO	22.000,00	17.600,00	3.300,00	20.900,00		20014 1010	
INSTITUCIONAL CARNAVAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0010 /14	43369	RV	SEPARATA RIO SAMBA E CARN.	MARÇO	57.330,00	45.864,00	8.599,50	54.463,50		20014 1010	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0022 /14	43721	JN	O GLOBO - COPA DO MUNDO	MARÇO	324.729,87	259.783,90	48.709,48	308.493,38		20014 1014	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0023 /14	43725	JN	O GLOBO - INTERCOLEGIAL	MARÇO	197.615,37	158.092,30	29.642,31	187.734,60		20014 1014	
INSTITUCIONAL	DIGITAL	FU - 0025 /14	43737	IN	O GLOBO ON LINE	MARÇO	114.545,50	91.636,40	17.181,83	108.818,23		20014 1014	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0012 /14	43711	RD	RD. BAND NEWS FM	MARÇO	43.501,27	34.801,02	6.525,19	41.326,21		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0013 /14	43712	RD	RD. BRADESCO FM	MARÇO	26.965,54	21.572,43	4.044,83	25.617,26		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0014 /14	43713	RD	RD. BRADESCO FM	MARÇO	21.528,00	17.222,40	3.229,20	20.451,60		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0015 /14	43714	RD	RD. BEAT 98 FM	MARÇO	27.937,58	22.350,06	4.190,64	26.540,70		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0016 /14	43715	RD	RD. GLOBO AM / FM	MARÇO	27.073,60	21.658,88	4.061,04	25.719,92		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0017 /14	43716	RD	RD. TUPI AM / FM	MARÇO	17.856,80	14.285,44	2.678,52	16.963,96		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0018 /14	43717	RD	RD. FM O DIA	MARÇO	37.641,60	30.113,28	5.646,24	35.759,52		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0019 /14	43718	RD	RD. TRANSAMÉRICA FM	MARÇO	31.882,79	25.506,23	4.782,42	30.288,65		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0020 /14	43719	RD	RD. IRAD CONSULT - CATEDRAL	MARÇO	5.936,00	4.748,80	890,40	5.639,20		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0021 /14	43720	RD	RD. MANCHETE AM - MENORAH	MARÇO	16.275,00	13.020,00	2.441,25	15.461,25		20014 1012	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	43845	JN	LANCE	MARÇO	61.722,00	49.377,60	9.258,30	58.635,90		20014 1016	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	43848	RD	METRO	MARÇO	37.500,00	30.000,00	5.625,00	35.625,00		20014 1016	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0028 /14	43844	RV	GUIA FONE FACIL	MARÇO	5.000,00	4.000,00	750,00	4.750,00		20014 1017	
Total							1.961.903,31	1.569.522,65	294.285,50	1.863.808,14			

01/04/2014 A 30/04/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42910	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	ABRIL	103.395,40	82.716,32	15.509,31	98.225,63		20014 1151	
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0006 /14	42940	MA	VEILOC	ABRIL	88.128,00	70.502,40	13.219,20	83.721,60		20014 1152	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0005 /14	42943	RV	RV. ALMA SURF	ABRIL	20.160,00	16.128,00	3.024,00	19.152,00		20014 1003	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0005 /14	42945	RV	RV. SURFAR	ABRIL	55.702,35	44.561,88	8.355,35	52.917,23		20014 1003	
INSTITUCIONAL	FILME 30	FU - 0009 /14	43106	TV	GAS ASSESSORIA	ABRIL	18.327,28	14.661,82	2.749,09	17.410,92		20014 1009	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0022 /14	43722	JN	O GLOBO - COPA DO MUNDO	ABRIL	324.729,87	259.783,90	48.709,48	308.493,38		20014 1014	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0023 /14	43726	JN	O GLOBO - INTERCOLEGIAL	ABRIL	197.615,37	158.092,30	29.642,31	187.734,60		20014 1014	
INSTITUCIONAL	DIGITAL	FU - 0025 /14	43738	IN	O GLOBO ON LINE	ABRIL	114.545,50	91.636,40	17.181,83	108.818,23		20014 1014	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0012 /14	43729	RD	RD. BAND NEWS FM	ABRIL	62.550,70	50.040,56	9.382,61	59.423,17		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0013 /14	43734	RD	RD. BRADESCO FM	ABRIL	42.517,68	34.014,14	6.377,65	40.391,80		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0014 /14	43741	RD	RD. BRADESCO FM	ABRIL	41.904,00	33.523,20	6.285,60	39.808,80		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0015 /14	43744	RD	RD. BEAT 98 FM	ABRIL	28.139,74	22.511,79	4.220,96	26.732,75		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0016 /14	43747	RD	RD. GLOBO AM / FM	ABRIL	32.486,40	25.989,12	4.872,96	30.862,08		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0017 /14	43767	RD	RD. TUPI AM / FM	ABRIL	34.673,60	27.738,88	5.201,04	32.939,92		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0018 /14	43770	RD	RD. FM O DIA	ABRIL	82.811,52	66.249,22	12.421,73	78.670,94		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0019 /14	43773	RD	RD. TRANSAMÉRICA FM	ABRIL	66.364,98	53.091,98	9.954,75	63.046,73		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0020 /14	43776	RD	RD. IRAD CONSULT - CATEDRAL	ABRIL	13.059,20	10.447,36	1.958,88	12.406,24		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0021 /14	43780	RD	RD. MANCHETE AM - MENORAH	ABRIL	28.210,00	22.568,00	4.231,50	26.799,50		20014 1012	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	42846	JN	LANCE	ABRIL	61.722,00	49.377,60	9.258,30	58.635,90		20014 1016	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	43849	RD	METRO	ABRIL	50.000,00	40.000,00	7.500,00	47.500,00		20014 1016	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43897	JN	O DIA	ABRIL	4.180,80	3.344,64	627,12	3.971,76		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43894	JN	O GLOBO	ABRIL	29.836,80	23.869,44	4.475,52	28.344,96		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43883	RD	BAND NEWS FM	ABRIL	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43886	RD	BRADESCO FM	ABRIL	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43878	RD	JB FM	ABRIL	35.700,00	28.560,00	5.355,00	33.915,00		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43875	JN	MPB FM	ABRIL	28.931,24	23.144,99	4.339,69	27.484,68		20014 1004	
ESPAÇO FURNAS CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43871	RV	VEJA RIO	ABRIL	10.800,00	8.640,00	1.620,00	10.260,00		20014 1004	
INSTITUCIONAL	PAINEL AEROPORTO	FU - 0029 /14	43916	MA	VEILOC	ABRIL	273.518,00	218.814,40	41.027,70	259.842,10		20014 1015	

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	PÁGINA DUPLA	FU - 0030 /14	43946	RV	ISTOÉ 2016	ABRIL	125.658,00	100.526,40	18.848,70	119.375,10		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0030 /14	43947	RV	FLUIR	ABRIL	17.800,00	14.240,00	2.670,00	16.910,00		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PAINEL DE QUADRA	FU - 0032 /14	44052	MA	IMX	ABRIL	187.500,00	150.000,00	28.125,00	178.125,00		20014 1021	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44046	RD	RD 101,5 FM V. REDONDA	ABRIL	1.490,40	1.192,32	223,56	1.415,88		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44043	RD	RD 88 FM VOLTA REDONDA	ABRIL	2.515,97	2.012,78	377,40	2.390,17		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44034	RD	RD BOAS NOVAS AM	ABRIL	2.515,97	2.012,78	377,40	2.390,17		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44031	RD	RD CULTURA AM	ABRIL	695,30	556,24	104,30	660,54		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44037	RD	RD IMPERIAL AM	ABRIL	2.338,56	1.870,85	350,78	2.221,63		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44025	RD	RD JUVENTUDE FM	ABRIL	734,40	587,52	110,16	697,68		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44028	RD	RD MIX FM	ABRIL	981,36	785,09	147,20	932,29		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44040	RD	RD TRIBUNA FM	ABRIL	2.798,93	2.239,14	419,84	2.658,98		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44049	RD	RD VOLTA REDONDA AM	ABRIL	1.731,60	1.385,28	259,74	1.645,02		20014 1018	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44142	TV	TV BAND	ABRIL	45.846,12	36.676,90	6.876,92	43.553,81		20014 1020	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44143	TV	TV CNT	ABRIL	24.394,35	19.515,48	3.659,15	23.174,63		20014 1020	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	SPOT 30"	FU - 0033 /14	44151	RD	R. INDEPENDÊNCIA DE PASSOS	ABRIL	1.274,40	1.019,52	191,16	1.210,68		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	SPOT 30"	FU - 0033 /14	44144	RD	RD GLOBO PASSOS	ABRIL	636,48	509,18	95,47	604,66		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	SPOT 30"	FU - 0033 /14	44152	RD	RD SOCIEDADE	ABRIL	946,18	756,94	141,93	898,87		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	SPOT 30"	FU - 0033 /14	44153	RD	RD TRANAMÉRICA FM	ABRIL	1.128,00	902,40	169,20	1.071,60		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44121	RD	EPTV SUL DE MINAS	ABRIL	25.779,70	20.623,76	3.866,96	24.490,72		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44164	RD	TV ALTEROSA INTERIOR	ABRIL	5.398,68	4.318,94	809,80	5.128,75		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44163	RD	TV ALTEROSA SUL	ABRIL	6.570,06	5.256,05	985,51	6.241,56		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44118	RD	TV ANHANGUERA PORANGATU	ABRIL	3.846,62	3.077,30	576,99	3.654,29		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44100	RD	TV BANDEIRANTES GOIÂNIA	ABRIL	6.484,06	5.187,25	972,61	6.159,86		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44101	RD	TV BANDEIRANTES P.PRUD.	ABRIL	12.677,84	10.142,27	1.901,68	12.043,95		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44102	RD	TV BANDEIRANTES UBERABA	ABRIL	4.903,66	3.922,93	735,55	4.658,48		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44119	RD	TV GLOBO ITUIATABA	ABRIL	14.741,44	11.793,15	2.211,22	14.004,37		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44165	RD	TV SERRA GOIANIA	ABRIL	15.306,69	12.245,35	2.296,00	14.541,36		20014	
U.PÚBLICA - COMUNICADO	FILME 30"	FU - 0033 /14	44120	RD	TV TEM S.J.R.PRETO	ABRIL	52.191,88	41.753,50	7.828,78	49.582,29		20014	
total							2.418.897,08	1.935.117,66	362.834,56	2.297.952,23			

01/05/2014 A 31/05/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42911	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	MAIO	107.046,15	85.636,92	16.056,92	101.693,84		20014 1151	
INSTITUCIONAL	CARRO ELÉTRICO	FU - 0006 /14	42941	MA	VEILOC	MAIO	88.128,00	70.502,40	13.219,20	83.721,60		20014 1152	
INSTITUCIONAL	FILME 30	FU - 0009 /14	43107	TV	GAS ASSESSORIA	MAIO	18.327,28	14.661,82	2.749,09	17.410,92		20014 1009	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0022 /14	43723	JN	O GLOBO - COPA DO MUNDO	MAIO	324.729,87	259.783,90	48.709,48	308.493,38		20014 1014	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0023 /14	43727	JN	O GLOBO - INTERCOLEGIAL	MAIO	197.615,37	158.092,30	29.642,31	187.734,60		20014 1014	
INSTITUCIONAL	DIGITAL	FU - 0025 /14	43739	IN	O GLOBO ON LINE	MAIO	114.545,50	91.636,40	17.181,83	108.818,23		20014 1014	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0012 /14	43730	RD	RD. BAND NEWS FM	MAIO	62.550,70	50.040,56	9.382,61	59.423,17		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0013 /14	43735	RD	RD. BRADESCO FM	MAIO	42.517,68	34.014,14	6.377,65	40.391,80		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0014 /14	43742	RD	RD. BRADESCO FM	MAIO	41.904,00	33.523,20	6.285,60	39.808,80		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0015 /14	43745	RD	RD. BEAT 98 FM	MAIO	28.139,74	22.511,79	4.220,96	26.732,75		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0016 /14	43748	RD	RD. GLOBO AM / FM	MAIO	32.486,40	25.989,12	4.872,96	30.862,08		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0017 /14	43768	RD	RD. TUPI AM / FM	MAIO	34.673,60	27.738,88	5.201,04	32.939,92		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0018 /14	43771	RD	RD. FM O DIA	MAIO	82.811,52	66.249,22	12.421,73	78.670,94		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0019 /14	43774	RD	RD. TRANSAMÉRICA FM	MAIO	66.364,98	53.091,98	9.954,75	63.046,73		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0020 /14	43777	RD	RD. IRAD CONSULT - CATEDRAL	MAIO	13.059,20	10.447,36	1.958,88	12.406,24		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0021 /14	43781	RD	RD. MANCHETE AM - MENORAH	MAIO	28.210,00	22.568,00	4.231,50	26.799,50		20014 1012	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	43847	JN	LANCE	MAIO	90.873,00	72.698,40	13.630,95	86.329,35		20014 1016	
INSTITUCIONAL	1 PÁGINA	FU - 0026 /14	43850	RD	METRO	MAIO	50.000,00	40.000,00	7.500,00	47.500,00		20014 1016	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43898	JN	O DIA	MAIO	6.968,00	5.574,40	1.045,20	6.619,60		20014 1004	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43895	JN	O GLOBO	MAIO	49.728,00	39.782,40	7.459,20	47.241,60		20014 1004	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43884	RD	BAND NEWS FM	MAIO	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43887	RD	BRADESCO FM	MAIO	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43879	RD	JB FM	MAIO	49.980,00	39.984,00	7.497,00	47.481,00		20014 1004	
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43876	JN	MPB FM	MAIO	41.510,04	33.208,03	6.226,51	39.434,54		20014 1004	

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43872	RV	VEJA RIO	MAIO	10.800,00	8.640,00	1.620,00	10.260,00		20014 1004	
INSTITUCIONAL	PAINEL AEROPORTO	FU - 0029 /14	43917	MA	VEILOC	MAIO	273.518,00	218.814,40	41.027,70	259.842,10		20014 1015	
INSTITUCIONAL	PÁGINA DÚPLA	FU - 0030 /14	43948	RV	PLACAR	MAIO	37.418,00	29.934,40	5.612,70	35.547,10		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0030 /14	43952	RV	GO OUTSIDE	MAIO	14.240,00	11.392,00	2.136,00	13.528,00		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0030 /14	43953	RV	HARDCORE	MAIO	8.900,00	7.120,00	1.335,00	8.455,00		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0030 /14	43948	RV	O2	MAIO	17.077,50	13.662,00	2.561,63	16.223,63		20014 1019	
INSTITUCIONAL	PÁGINA SIMPLES	FU - 0030 /14	43950	RV	RUNNER'S WORLD	MAIO	22.684,00	18.147,20	3.402,60	21.549,80		20014 1019	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44047	RD	RD 101,5 FM V. REDONDA	MAIO	1.821,60	1.457,28	273,24	1.730,52		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44044	RD	RD 88 FM VOLTA REDONDA	MAIO	3.075,07	2.460,06	461,26	2.921,32		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44035	RD	RD BOAS NOVAS AM	MAIO	3.075,07	2.460,06	461,26	2.921,32		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44032	RD	RD CULTURA AM	MAIO	849,82	679,86	127,47	807,33		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44038	RD	RD IMPERIAL AM	MAIO	2.858,24	2.286,59	428,74	2.715,33		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44026	RD	RD JUVENTUDE FM	MAIO	897,60	718,08	134,64	852,72		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44029	RD	RD MIX FM	MAIO	1.199,44	959,55	179,92	1.139,47		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44041	RD	RD TRIBUNA FM	MAIO	3.420,91	2.736,73	513,14	3.249,86		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44050	RD	RD VOLTA REDONDA AM	MAIO	2.116,40	1.693,12	317,46	2.010,58		20014 1018	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44154	TV	TV BAND	MAIO	65.781,28	52.625,02	9.867,19	62.492,22		20014 1020	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44156	TV	TV CNT	MAIO	42.283,54	33.826,83	6.342,53	40.169,36		20014 1020	
INSTITUCIONAL	4 x 20 e 2 x 10	FU - 0035 /14	44419	JN	ESTADO DE MINAS	MAIO	49.200,00	39.360,00	7.380,00	46.740,00		20014 1033	
INSTITUCIONAL	ARROBA BANNER	FU - 0036 /14	44433	IN	JB ON LINE	MAIO	20.000,00	16.000,00	3.000,00	19.000,00		20014 1027	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS	FU - 0037 /14	44502	MA	IDEAL PUBLICIDADE	MAIO	111.000,00	88.800,00	16.650,00	105.450,00		20014 1022	
INSTITUCIONAL	ADESIVOS	FU - 0037 /14	44501	MA	VEILOC	MAIO	130.950,00	104.760,00	19.642,50	124.402,50		20014 1022	
Total							2.395.335,50	1.916.268,40	359.300,33	2.275.568,73			

01/06/2014 A 30/06/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + 5" + TEXTO 10"	FU - 0003 /14	42912	RD	RD. ITATIAIA AM/FM	JUNHO	101.863,68	81.490,94	15.279,55	96.770,50		20014 1151	
INSTITUCIONAL	FILME 30	FU - 0009 /14	43108	TV	GAS ASSESSORIA	JUNHO	22.909,10	18.327,28	3.436,37	21.763,65		20014 1009	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0022 /14	43724	JN	O GLOBO - COPA DO MUNDO	JUNHO	324.729,87	259.783,90	48.709,48	308.493,38		20014 1014	
INSTITUCIONAL	ANÚNCIOS	FU - 0023 /14	43728	JN	O GLOBO - INTERCOLEGIAL	JUNHO	197.615,37	158.092,30	29.642,31	187.734,60		20014 1014	
INSTITUCIONAL	DIGITAL	FU - 0025 /14	43740	IN	O GLOBO ON LINE	JUNHO	114.545,50	91.636,40	17.181,83	108.818,23		20014 1014	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0012 /14	43731	RD	RD. BAND NEWS FM	JUNHO	43.501,27	34.801,02	6.525,19	41.326,21		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0013 /14	43736	RD	RD. BRADESCO FM	JUNHO	26.965,54	21.572,43	4.044,83	25.617,26		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0014 /14	43743	RD	RD. BRADESCO FM	JUNHO	40.680,00	32.544,00	6.102,00	38.646,00		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0015 /14	43746	RD	RD. BEAT 98 FM	JUNHO	28.139,74	22.511,79	4.220,96	26.732,75		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0016 /14	43749	RD	RD. GLOBO AM / FM	JUNHO	32.486,40	25.989,12	4.872,96	30.862,08		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0017 /14	43769	RD	RD. TUPI AM / FM	JUNHO	34.673,60	27.738,88	5.201,04	32.939,92		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0018 /14	43772	RD	RD. FM O DIA	JUNHO	79.047,36	63.237,89	11.857,10	75.094,99		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0019 /14	43775	RD	RD. TRANSAMÉRICA FM	JUNHO	66.364,98	53.091,98	9.954,75	63.046,73		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0020 /14	43778	RD	RD. IRAD CONSULT - CATEDRAL	JUNHO	12.465,60	9.972,48	1.869,84	11.842,32		20014 1012	
INSTITUCIONAL	SPOT 30" + BOLETIM	FU - 0021 /14	43782	RD	RD. MANCHETE AM - MENORAH	JUNHO	27.125,00	21.700,00	4.068,75	25.768,75		20014 1012	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43899	JN	O DIA	JUNHO	5.574,40	4.459,52	836,16	5.295,68		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43896	JN	O GLOBO	JUNHO	39.782,40	31.825,92	5.967,36	37.793,28		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43885	RD	BAND NEWS FM	JUNHO	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43888	RD	BRADESCO FM	JUNHO	-	-	-	-		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43880	RD	JB FM	JUNHO	42.840,00	34.272,00	6.426,00	40.698,00		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43877	JN	MPB FM	JUNHO	35.220,64	28.176,51	5.283,10	33.459,61		20014 1004	
ESPAÇO Fornos CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43873	RV	VEJA RIO	JUNHO	8.100,00	6.480,00	1.215,00	7.695,00		20014 1004	
INSTITUCIONAL	PAINEL AEROPORTO	FU - 0029 /14	43918	MA	VEILOC	JUNHO	273.518,00	218.814,40	41.027,70	259.842,10		20014 1015	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44048	RD	RD 101,5 FM V. REDONDA	JUNHO	1.656,00	1.324,80	248,40	1.573,20		20014 1018	

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44045	RD	RD 88 FM VOLTA REDONDA	JUNHO	2.795,52	2.236,42	419,33	2.655,74		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44036	RD	RD BOAS NOVAS AM	JUNHO	2.795,52	2.236,42	419,33	2.655,74		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44033	RD	RD CULTURA AM	JUNHO	772,56	618,05	115,88	733,93		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44039	RD	RD IMPERIAL AM	JUNHO	2.598,40	2.078,72	389,76	2.468,48		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44027	RD	RD JUVENTUDE FM	JUNHO	816,00	652,80	122,40	775,20		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44030	RD	RD MIX FM	JUNHO	1.090,40	872,32	163,56	1.035,88		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44042	RD	RD TRIBUNA FM	JUNHO	3.109,92	2.487,94	466,49	2.954,42		20014 1018	
INSTITUCIONAL	SPOT 30"	FU - 0031 /14	44051	RD	RD VOLTA REDONDA AM	JUNHO	1.924,00	1.539,20	288,60	1.827,80		20014 1018	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44155	TV	TV BAND	JUNHO	65.164,04	52.131,23	9.774,61	61.905,84		20014 1020	
MARKETING ESPORTIVO	FILME 30"	FU - 0034 /14	44157	TV	TV CNT	JUNHO	42.283,54	33.826,83	6.342,53	40.169,36		20014 1020	
INSTITUCIONAL	4 x 20 e 2 x 10	FU - 0035 /14	44420	JN	ESTADO DE MINAS	JUNHO	112.440,00	89.952,00	16.866,00	106.818,00		20014 1033	
MARKETING ESPORTIVO	30"	FU - 0039 /14	44831	TV	TV BANDEIRANTES	JUNHO	386.516,68	309.213,34	57.977,50	367.190,85		20014 1049	
INSTITUCIONAL	ARROBA BANNER	FU - 0036 /14	44434	IN	JB ON LINE	JUNHO	20.000,00	16.000,00	3.000,00	19.000,00		20014 1027	
INSTITUCIONAL	TOTEM	FU - 0038 /14	44605	IN	GRUPO A3	JUNHO	500.000,00	400.000,00	75.000,00	475.000,00		20014 1042	
INSTITUCIONAL	TOTEM	FU - 0038 /14	44606	IN	VEILOC	JUNHO	500.000,00	400.000,00	75.000,00	475.000,00		20014 1042	
Total							3.202.111,03	2.561.688,82	480.316,65	3.042.005,48			

01/07/2014 A 31/07/2014

CAMPANHA	PEÇA	AP	PI	MEIO	VEÍCULO	MÊS	VALOR BRUTO	VEÍCULO	COMISSÃO	VALOR TOTAL	NF-e ARCOS	PAD	SITUAÇÃO
ESPAÇO Furnas CULTURAL	1 COL X 10 CM	FU - 0027 /14	43874	RV	VEJA RIO	JUNHO	2.700,00	2.160,00	405,00	2.565,00		20014 1004	
MARKETING ESPORTIVO	30"	FU - 0039 /14	44832	TV	TV BANDEIRANTES	JULHO	13.483,32	10.786,66	2.022,50	12.809,15		20014 1049	
Total							16.183,32	12.946,66	2.427,50	15.374,15			

RELATÓRIO DE MÍDIA
RESUMO GERAL DE MÍDIA

TOTAL GERAL - VEÍCULO	TOTAL GERAL - AUTORIZADO	TOTAL GERAL - Furnas
JANEIRO	562.210,87	534.100,33
FEVEREIRO	822.358,95	781.241,00
MARÇO	1.961.903,31	1.863.808,14
ABRIL	2.418.897,08	2.297.952,23
MAIO	2.395.335,50	2.275.568,73
JUNHO	3.202.111,03	3.042.005,48
JULHO	16.183,32	15.374,15
AGOSTO	-	-
SETEMBRO	-	-
OUTUBRO	-	-
NOVEMBRO	-	-
DEZEMBRO	-	-
TOTAIS	11.379.000,06	10.810.050,06

Publicidade Legal:

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106327567	985,92	892,75	05/01/2015	737656	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327565	985,92	892,75	05/01/2015	737655	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327562	1.150,24	1.041,54	05/01/2015	737654	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327559	1.150,24	1.041,54	05/01/2015	737653	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327554	1.150,24	1.041,54	05/01/2015	737652	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327550	985,92	892,75	05/01/2015	737651	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327542	1.150,24	1.041,54	05/01/2015	737650	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106327539	1.150,24	1.041,54	05/01/2015	737649	22/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106326340	1.150,24	1.041,54	22/12/2014	737546	16/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106326337	1.150,24	1.041,54	22/12/2014	737545	16/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106326331	1.314,56	1.190,34	22/12/2014	737544	16/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106326328	1.478,88	1.339,13	22/12/2014	737543	16/12/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106324968	20.431,84	18.501,03	19/12/2014	736278	08/12/2014	O GLOBO
5106324965	5.572,32	5.045,73	19/12/2014	736277	08/12/2014	O GLOBO
5106324962	5.572,32	5.045,73	19/12/2014	736276	08/12/2014	O GLOBO
5106324958	6.501,04	5.886,69	19/12/2014	736275	08/12/2014	O GLOBO
5106324956	6.501,04	5.886,69	19/12/2014	736274	08/12/2014	O GLOBO
5106324950	6.501,04	5.886,69	19/12/2014	736273	08/12/2014	O GLOBO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106323746	700.000,00	633.850,00	08/12/2014	704061-3	28/11/2014	3ª Parcela Pagamento Globo
5106323720	5.553,70	5.028,88	08/12/2014	735419	28/11/2014	O DIA
5106323715	7.955,30	7.203,52	08/12/2014	735418	28/11/2014	O DIA
5106323564	5.572,32	5.045,73	08/12/2014	735166	27/11/2014	O GLOBO
5106323562	7.429,76	6.727,65	08/12/2014	735165	27/11/2014	O GLOBO
5106323561	4.643,60	4.204,78	08/12/2014	735164	27/11/2014	O GLOBO
5106323559	5.572,32	5.045,73	08/12/2014	735163	27/11/2014	O GLOBO
5106323556	1.150,24	1.041,54	08/12/2014	735162	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323479	985,92	892,75	04/12/2014	734416	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323477	985,92	892,75	04/12/2014	734415	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323474	985,92	892,75	04/12/2014	734414	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323471	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734413	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323458	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734412	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323455	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734411	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323452	985,92	892,75	04/12/2014	734410	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323450	985,92	892,75	04/12/2014	734409	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323447	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734408	27/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323265	985,92	892,75	04/12/2014	734407	26/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323206	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734406	25/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323204	821,60	743,96	04/12/2014	734405	25/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323201	985,92	892,75	04/12/2014	734404	25/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323197	1.150,24	1.041,54	04/12/2014	734403	25/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106323195	1.104,48	1.083,60	04/12/2014	734402	25/11/2014	O ESTADO
5106323190	1.104,48	1.083,60	04/12/2014	734401	25/11/2014	O ESTADO
5106323025	5.572,32	5.045,73	08/12/2014	734876	25/11/2014	O GLOBO
5106323024	6.501,04	5.886,69	08/12/2014	734875	25/11/2014	O GLOBO
5106323023	2.499,52	2.263,32	08/12/2014	734874	25/11/2014	CORREIO DA BAHIA
5106323022	2.499,52	2.263,32	08/12/2014	734873	25/11/2014	CORREIO DA BAHIA
5106323021	985,92	892,75	08/12/2014	734640	25/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106322851	2.628,00	2.379,65	27/11/2014	730320	24/11/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106322848	1.351,68	1.223,94	27/11/2014	729369	24/11/2014	O LIBERAL
5106322844	404,40	366,19	27/11/2014	729368	24/11/2014	DIÁRIO DO ALTO TIETÊ
5106322835	1.318,63	1.194,02	27/11/2014	729367	24/11/2014	O POPULAR
5106322827	941,88	852,87	27/11/2014	729366	24/11/2014	O POPULAR
5106322822	2.064,96	1.869,82	27/11/2014	729040	24/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106322818	2.064,96	1.869,82	27/11/2014	729039	24/11/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106322777	2.299,50	2.082,20	27/11/2014	729038	24/11/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106322370	6.478,84	5.866,59	26/11/2014	732753	19/11/2014	ZERO HORA
5106322368	10.416,00	9.431,69	26/11/2014	732425	19/11/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106322365	10.416,00	9.431,69	26/11/2014	732424	19/11/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106322361	645,12	584,16	26/11/2014	732423	19/11/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106322357	4.052,70	3.669,72	26/11/2014	732422	19/11/2014	O DIA
5106322355	5.669,00	5.133,28	26/11/2014	732174	19/11/2014	ZERO HORA
5106322353	794,98	719,85	26/11/2014	732173	19/11/2014	DIÁRIO CATARINENSE
5106322351	1.130,26	1.023,45	26/11/2014	732998	19/11/2014	O POPULAR
5106322345	645,12	584,16	26/11/2014	731436	19/11/2014	NF: 731436 Fornec.: EMPRESA

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
						BRASIL DE COMUNICACAO
5106322337	794,98	719,85	26/11/2014	731969	19/11/2014	NF: 731969 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322284	564,48	511,14	26/11/2014	731968	19/11/2014	NF: 731968 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322273	564,48	511,14	26/11/2014	731967	19/11/2014	NF: 731967 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322269	2.246,40	2.034,11	26/11/2014	733236	19/11/2014	NF: 733236 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322268	2.246,40	2.034,11	26/11/2014	733235	19/11/2014	NF: 733235 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322265	173,91	170,62	26/11/2014	733234	19/11/2014	NF: 733234 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322258	1.318,63	1.194,02	26/11/2014	733704	19/11/2014	NF: 733704 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322256	2.064,96	1.869,82	26/11/2014	734216	19/11/2014	NF: 734216 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322253	2.064,96	1.869,82	26/11/2014	734215	19/11/2014	NF: 734215 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322249	1.507,01	1.364,60	26/11/2014	731788	19/11/2014	NF: 731788 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322246	1.507,01	1.364,60	26/11/2014	731787	19/11/2014	AGÊNCIA MANTENEDORA DA CONTA CORRENTE DO FAVORECI
5106322242	1.578,78	1.429,58	26/11/2014	731435	19/11/2014	NF: 731435 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106322234	37.573,20	34.022,54	26/11/2014	730105	19/11/2014	NF: 730105 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106321798	500.000,00	452.750,00	03/12/2014	704061-2	14/11/2014	2ª Parcela Pagamento Globo
5106318838	1.535,84	1.390,70	06/11/2014	731213	27/10/2014	O POVO
5106318835	1.535,84	1.390,70	06/11/2014	731212	27/10/2014	O POVO
5106318830	7.429,76	6.727,65	06/11/2014	731211	27/10/2014	O GLOBO
5106318826	7.429,76	6.727,65	06/11/2014	731210	27/10/2014	O GLOBO
5106318821	6.501,04	5.886,69	06/11/2014	731209	27/10/2014	O GLOBO
5106318817	6.501,04	5.886,69	06/11/2014	731208	27/10/2014	O GLOBO
5106318811	1.578,78	1.429,58	06/11/2014	730865	27/10/2014	O TEMPO
5106318807	1.318,63	1.194,02	06/11/2014	730627	27/10/2014	O POPULAR
5106318064	1.050,70	951,41	03/11/2014	730104	21/10/2014	O DIA
5106318060	14.109,40	12.776,06	03/11/2014	730103	21/10/2014	O DIA
5106317938	1.150,24	1.041,54	27/10/2014	729904	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106317934	985,92	892,75	27/10/2014	729903	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106317933	2.628,00	2.379,65	27/10/2014	729902	20/10/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106317931	985,92	892,75	27/10/2014	729901	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106317927	985,92	892,75	27/10/2014	729900	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106317925	985,92	892,75	27/10/2014	729899	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106317921	985,92	892,75	27/10/2014	729898	20/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316978	909,02	823,12	20/10/2014	728800	13/10/2014	GAZETA DO POVO
5106316977	779,16	705,53	20/10/2014	728799	13/10/2014	GAZETA DO POVO
5106316976	779,16	705,53	20/10/2014	728798	13/10/2014	GAZETA DO POVO
5106316975	779,16	705,53	20/10/2014	728797	13/10/2014	GAZETA DO POVO
5106316974	909,02	823,12	20/10/2014	728796	13/10/2014	GAZETA DO POVO
5106316608	2.078,40	1.881,99	20/10/2014	728236	09/10/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106316603	6.501,04	5.886,69	20/10/2014	728455	09/10/2014	O GLOBO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106316601	6.501,04	5.886,69	20/10/2014	728454	09/10/2014	O GLOBO
5106316597	6.501,04	5.886,69	20/10/2014	728453	09/10/2014	O GLOBO
5106316459	1.318,63	1.194,02	20/10/2014	727977	08/10/2014	O POPULAR
5106316458	1.351,68	1.223,94	20/10/2014	727976	08/10/2014	O LIBERAL
5106316457	774,20	701,04	15/10/2014	727975	08/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316456	1.314,56	1.190,34	17/10/2014	727974	08/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316454	1.150,24	1.041,54	17/10/2014	727973	08/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316453	1.052,52	953,06	17/10/2014	727972	08/10/2014	O TEMPO
5106316451	1.403,36	1.270,75	17/10/2014	727971	08/10/2014	O TEMPO
5106316448	1.403,36	1.270,75	17/10/2014	727970	08/10/2014	O TEMPO
5106316447	816,20	800,77	17/10/2014	727969	08/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316424	816,20	800,77	17/10/2014	727968	08/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316031	1.318,63	1.194,02	15/10/2014	727662	06/10/2014	O POPULAR
5106316028	842,80	763,15	15/10/2014	727661	06/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316027	1.011,36	915,79	15/10/2014	727660	06/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316025	985,92	892,75	15/10/2014	727659	06/10/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106316023	1.155,00	1.045,85	15/10/2014	727658	06/10/2014	ESTADO DE MINAS
5106315878	20.097,00	18.197,84	15/10/2014	727476	03/10/2014	ESTADO DE MINAS
5106315875	1.501,00	1.359,15	15/10/2014	727475	03/10/2014	O DIA
5106315874	2.401,60	2.174,65	15/10/2014	727474	03/10/2014	O DIA
5106315487	3.902,60	3.533,80	13/10/2014	726921	01/10/2014	O DIA
5106315352	663,60	600,89	10/10/2014	726642	30/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315350	774,20	701,04	10/10/2014	726641	30/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315340	663,60	600,89	10/10/2014	726640	30/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315335	663,60	600,89	10/10/2014	726639	30/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315331	774,20	701,04	10/10/2014	726638	30/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315176	909,02	823,12	06/10/2014	726471	29/09/2014	GAZETA DO POVO
5106315174	1.590,40	1.440,11	01/10/2014	726025	29/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315173	2.299,50	2.082,20	06/10/2014	726024	29/09/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106315172	2.299,50	2.082,20	06/10/2014	726023	29/09/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106315171	1.590,40	1.440,11	06/10/2014	726022	29/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315170	8.254,40	7.474,36	06/10/2014	726021	29/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315169	774,20	701,04	01/10/2014	726020	29/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106315168	1.264,20	1.144,74	06/10/2014	726019	29/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314659	4.643,60	4.204,78	03/11/2014	725491	25/09/2014	O GLOBO
5106314656	6.501,04	5.886,69	03/11/2014	725490	25/09/2014	O GLOBO
5106314652	5.572,32	5.045,73	03/11/2014	725489	25/09/2014	O GLOBO
5106314645	18.574,40	16.819,12	03/11/2014	725488	25/09/2014	O GLOBO
5106314584	6.510,00	5.894,80	02/10/2014	725182	24/09/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106314578	6.510,00	5.894,80	02/10/2014	725181	24/09/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106314569	1.318,63	1.194,02	02/10/2014	725180	24/09/2014	O POPULAR
5106314562	1.150,24	1.041,54	02/10/2014	725010	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314558	985,92	892,75	02/10/2014	725009	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314551	985,92	892,75	02/10/2014	725008	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314546	1.150,24	1.041,54	06/10/2014	725007	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314542	1.150,24	1.041,54	02/10/2014	725006	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106314538	985,92	892,75	02/10/2014	725005	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314534	1.150,24	1.041,54	02/10/2014	725004	24/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314198	1.150,24	1.041,54	01/10/2014	724586	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314196	1.150,24	1.041,54	01/10/2014	724585	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314192	1.314,56	1.190,34	01/10/2014	724584	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314186	1.150,24	1.041,54	06/10/2014	724583	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314182	1.150,24	1.041,54	01/10/2014	724582	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314177	1.150,24	1.041,54	01/10/2014	724581	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314174	985,92	892,75	01/10/2014	724580	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314169	985,92	892,75	02/10/2014	724579	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314165	985,92	892,75	01/10/2014	724578	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314163	985,92	892,75	01/10/2014	724577	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314161	985,92	892,75	01/10/2014	724576	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314159	985,92	892,75	01/10/2014	724575	23/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106314003	1.739,06	1.574,72	06/10/2014	286753	22/09/2014	O POVO
5106313992	1.564,88	1.417,00	06/10/2014	286752	22/09/2014	O POVO
5106313985	1.564,88	1.417,00	06/10/2014	286751	22/09/2014	O POVO
5106313974	2.031,36	1.839,40	06/10/2014	287282	22/09/2014	O DIA
5106313970	1.158,14	1.048,69	06/10/2014	287292	22/09/2014	O POPULAR
5106313965	1.158,14	1.048,69	06/10/2014	287291	22/09/2014	O POPULAR
5106313963	1.564,88	1.417,00	06/10/2014	287838	22/09/2014	O POVO
5106313958	1.564,88	1.417,00	06/10/2014	288050	22/09/2014	O POVO
5106313955	1.564,88	1.417,00	06/10/2014	289280	22/09/2014	O POVO
5106313952	1.011,36	915,79	06/10/2014	295552	22/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106313946	2.133,12	1.931,54	06/10/2014	287296	22/09/2014	A TARDE
5106313932	7.597,80	6.879,81	06/10/2014	294687	22/09/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106313930	930,55	842,61	06/10/2014	286386	22/09/2014	A CRITICA
5106312615	1.130,26	1.023,45	22/09/2014	723676	12/09/2014	O POPULAR
5106312614	5.572,32	5.045,73	22/09/2014	723675	12/09/2014	O GLOBO
5106312613	5.572,32	5.045,73	22/09/2014	723674	12/09/2014	O GLOBO
5106312368	1.535,84	1.390,70	22/09/2014	721912	10/09/2014	O POVO
5106312367	1.535,84	1.390,70	17/09/2014	721911	10/09/2014	O POVO
5106312366	1.535,84	1.390,70	25/09/2014	721910	10/09/2014	O POVO
5106311790	1.130,26	1.023,45		722662	05/09/2014	O POPULAR
5106311789	645,12	584,16		722661	05/09/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106311787	985,92	892,75		722317	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311784	985,92	892,75		722316	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311783	985,92	892,75		722315	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311781	1.150,24	1.041,54		722123	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311779	1.150,24	1.041,54		722122	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311777	1.150,24	1.041,54		722121	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311776	1.150,24	1.041,54		722120	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311775	1.314,56	1.190,34		722119	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311773	1.150,24	1.041,54		722118	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311772	985,92	892,75		722117	05/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311580	900,60	815,49	11/09/2014	720460	04/09/2014	O DIA

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106311578	5.572,32	5.045,73	11/09/2014	720459	04/09/2014	O GLOBO
5106311576	5.572,32	5.045,73	11/09/2014	720458	04/09/2014	O GLOBO
5106311572	4.643,60	4.204,78	11/09/2014	720457	04/09/2014	O GLOBO
5106311570	6.501,04	5.886,69	11/09/2014	720456	04/09/2014	O GLOBO
5106311563	6.501,04	5.886,69	11/09/2014	720455	04/09/2014	O GLOBO
5106311559	750,50	679,58	11/09/2014	720454	04/09/2014	O DIA
5106311556	645,12	584,16	11/09/2014	720453	04/09/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106311548	1.403,36	1.270,75	11/09/2014	720123	04/09/2014	O TEMPO
5106311545	1.403,36	1.270,75	11/09/2014	720122	04/09/2014	O TEMPO
5106311544	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	720121	04/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311540	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	720120	04/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311525	1.351,68	1.223,94	11/09/2014	719877	04/09/2014	O LIBERAL
5106311521	1.351,68	1.223,94	11/09/2014	719876	04/09/2014	O LIBERAL
5106311519	1.351,68	1.223,94	11/09/2014	719875	04/09/2014	O LIBERAL
5106311375	794,98	719,85	11/09/2014	719605	03/09/2014	DIARIO CATARINENSE
5106311370	794,98	719,85	11/09/2014	719604	03/09/2014	DIARIO CATARINENSE
5106311361	794,98	719,85	11/09/2014	719603	03/09/2014	DIARIO CATARINENSE
5106311358	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	719602	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311354	985,92	892,75	11/09/2014	719601	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311349	985,92	892,75	11/09/2014	719600	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311345	985,92	892,75	11/09/2014	719599	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311337	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	719598	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311332	985,92	892,75	11/09/2014	719597	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311328	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	719596	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311326	1.150,24	1.041,54	11/09/2014	719595	03/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106311323	645,12	584,16	11/09/2014	719342	03/09/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106311319	8.503,50	7.699,92	11/09/2014	709170	03/09/2014	ZERO HORA
5106311317	2.834,50	2.566,64	11/09/2014	719169	03/09/2014	ZERO HORA
5106311302	5.669,00	5.133,28	11/09/2014	719168	03/09/2014	ZERO HORA
5106311296	1.063,49	962,99	11/09/2014	719167	03/09/2014	A CRITICA
5106311293	1.063,49	962,99	11/09/2014	719166	03/09/2014	A CRITICA
5106311288	2.246,40	2.034,11	11/09/2014	719165	03/09/2014	A TARDE
5106311284	2.246,40	2.034,11	11/09/2014	719164	03/09/2014	A TARDE
5106311281	2.246,40	2.034,11	11/09/2014	719163	03/09/2014	A TARDE
5106310919	1.806,84	1.636,09	11/09/2014	721510	01/09/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106310912	3.452,30	3.126,06	11/09/2014	721259	01/09/2014	O DIA
5106310905	6.501,04	5.886,69		721012	01/09/2014	O GLOBO
5106310151	1.011,36	915,79	29/08/2014	319099	27/08/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106310127	1.301,80	1.178,78	11/09/2014	316832	27/08/2014	O DIA
5106310121	1.494,00	1.352,82	11/09/2014	316831	27/08/2014	O TEMPO
5106310115	2.024,60	1.833,27	11/09/2014	312459	27/08/2014	VALOR ECONOMICO
5106310110	930,55	842,60	11/09/2014	312169	27/08/2014	A CRITICA
5106310035	2.133,12	1.931,54	11/09/2014	312460	26/08/2014	A TARDE
5106310031	1.099,93	995,98	11/09/2014	312779	26/08/2014	A GAZETA
5106310025	1.983,87	1.796,38	11/09/2014	315423	26/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106310019	10.130,40	9.173,08	11/09/2014	315422	26/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106309982	6.855,36	6.207,53	11/09/2014	315421	26/08/2014	O GLOBO
5106309978	2.176,86	1.971,14	11/09/2014	315419	26/08/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106309973	8.864,10	8.026,44	11/09/2014	313720	26/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106308561	1.403,36	1.270,75	01/09/2014	719006	15/08/2014	O TEMPO
5106308558	1.507,01	1.364,60	01/09/2014	719005	15/08/2014	O POPULAR
5106308557	45.624,60	41.313,08	01/09/2014	719004	15/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106308536	1.063,49	962,99	01/09/2014	718850	15/08/2014	A CRITICA
5106308533	1.507,01	1.364,60	01/09/2014	718624	15/08/2014	O POPULAR
5106308532	1.507,01	1.364,60	01/09/2014	718623	15/08/2014	O POPULAR
5106308529	1.182,72	1.070,96	01/09/2014	718403	15/08/2014	O LIBERAL
5106308528	1.182,72	1.070,96	01/09/2014	718402	15/08/2014	O LIBERAL
5106308526	1.182,72	1.070,96	01/09/2014	718401	15/08/2014	O LIBERAL
5106308525	1.038,88	940,70	01/09/2014	718400	15/08/2014	GAZETA DO POVO
5106308524	1.038,88	940,70	01/09/2014	718399	15/08/2014	GAZETA DO POVO
5106308522	1.038,88	940,70	01/09/2014	718398	15/08/2014	GAZETA DO POVO
5106308520	985,92	892,75	01/09/2014	718397	15/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308502	7.429,76	6.727,65	01/09/2014	718396	15/08/2014	O GLOBO
5106308501	7.429,76	6.727,65	01/09/2014	718395	15/08/2014	O GLOBO
5106308495	7.831,04	7.091,00	01/09/2014	718394	15/08/2014	O GLOBO
5106308490	6.501,04	5.886,69	01/09/2014	718393	15/08/2014	O GLOBO
5106308486	985,92	892,75	01/09/2014	718392	15/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308485	1.806,84	1.636,09	01/09/2014	718391	15/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308479	1.806,84	1.636,09	01/09/2014	718390	15/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308476	985,92	892,75	01/09/2014	718389	15/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308403	2.015,79	1.825,30	18/08/2014	715698	14/08/2014	O POVO
5106308343	6.501,04	5.886,69	27/08/2014	718056	14/08/2014	O GLOBO
5106308338	5.572,32	5.045,75	27/08/2014	718055	14/08/2014	O GLOBO
5106308337	6.501,04	5.886,69	27/08/2014	718054	14/08/2014	O GLOBO
5106308335	2.628,00	2.379,65	27/08/2014	718053	14/08/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106308333	2.628,00	2.379,65	27/08/2014	718052	14/08/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106308331	2.628,00	2.379,65	27/08/2014	718051	14/08/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106308330	14.760,90	13.366,00	27/08/2014	717766	14/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106308324	564,48	511,14	27/08/2014	717487	14/08/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106308322	564,48	511,14	27/08/2014	717486	14/08/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106308319	564,48	511,14	27/08/2014	717485	14/08/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106308317	1.318,63	1.194,02	27/08/2014	717484	14/08/2014	O POPULAR
5106308310	1.228,80	1.112,68	27/08/2014	717483	14/08/2014	O DIA
5106308303	1.075,20	973,59	27/08/2014	717482	14/08/2014	O DIA
5106308302	1.150,24	1.041,54	27/08/2014	717481	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308301	985,92	892,75	27/08/2014	717480	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308300	985,92	892,75	27/08/2014	717479	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308298	1.150,24	1.041,54	29/08/2014	717478	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308296	985,92	892,75	29/08/2014	717477	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308295	985,92	892,75	29/08/2014	717476	14/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106308168	2.851,90	2.582,40	18/08/2014	716014	13/08/2014	O DIA
5106308164	846,72	766,71	18/08/2014	717089	13/08/2014	TRIBUNA DO NORTE

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106308163	1.343,86	1.216,86	18/08/2014	717088	13/08/2014	O POVO
5106308162	14.322,00	12.968,57	18/08/2014	716400	13/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106308161	1.965,60	1.779,85	18/08/2014	716399	13/08/2014	A TARDE
5106308160	1.965,60	1.779,85	18/08/2014	716398	13/08/2014	A TARDE
5106308157	1.965,60	1.779,85	18/08/2014	716397	13/08/2014	A TARDE
5106308155	794,98	719,85	18/08/2014	716396	13/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106308154	794,98	719,85	18/08/2014	716395	13/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106308123	794,98	719,85	18/08/2014	716394	13/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106308120	1.343,86	1.216,86	18/08/2014	716393	13/08/2014	O POVO
5106307912	909,02	823,12	18/08/2014	716392	12/08/2014	GAZETA DO POVO
5106307911	909,02	823,12	18/08/2014	716391	12/08/2014	GAZETA DO POVO
5106307908	909,02	823,12	18/08/2014	716390	12/08/2014	GAZETA DO POVO
5106307906	649,30	587,94	18/08/2014	716389	12/08/2014	GAZETA DO POVO
5106307900	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716388	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307896	1.318,63	1.194,02	18/08/2014	716387	12/08/2014	O POPULAR
5106307891	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716386	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307885	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716385	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307863	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716384	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307855	985,92	892,75	18/08/2014	716383	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307843	985,92	892,75	18/08/2014	716382	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307838	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716381	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307832	985,92	892,75	18/08/2014	716380	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307830	985,92	892,75	18/08/2014	716379	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307824	1.150,24	1.041,54	18/08/2014	716378	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307820	821,60	743,96	18/08/2014	716377	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307815	985,92	892,75	18/08/2014	716376	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307811	985,92	892,75	18/08/2014	716375	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307808	985,92	892,75	18/08/2014	716374	12/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307496	985,92	892,75	15/08/2014	716373	08/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307495	1.150,24	1.041,54	15/08/2014	716372	08/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106307489	2.015,79	1.825,30	15/08/2014	715699	08/08/2014	O POVO
5106307484	14.322,00	12.968,57	15/08/2014	715510	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307482	14.322,00	12.968,57	15/08/2014	715509	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307481	2.909,76	2.634,79	15/08/2014	715508	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307479	2.909,76	2.634,79	15/08/2014	715507	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307474	2.909,76	2.634,79	15/08/2014	715506	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307473	6.510,00	5.894,80	15/08/2014	715505	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307471	14.322,00	12.968,57	15/08/2014	715504	08/08/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106307470	1.129,92	1.023,14	15/08/2014	715503	08/08/2014	A TRIBUNA
5106307467	930,55	842,61	15/08/2014	715502	08/08/2014	A CRITICA
5106307464	930,55	842,61	15/08/2014	715501	08/08/2014	A CRITICA
5106307460	930,55	842,61	15/08/2014	715500	08/08/2014	A CRITICA
5106307412	1.453.471,25	1.316.118,22	18/08/2014	704061	07/08/2014	PGTO. EBC . 704061- 1º PARCELA + IMPOSTOS
5106307083	3.062,40	2.773,00	15/08/2014	711103	05/08/2014	O ESTADÃO (RO)
5106307003	12.341,70	11.175,41	08/08/2014	715209	05/08/2014	ZERO HORA

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106307000	2.015,79	1.825,30	08/08/2014	715208	05/08/2014	O POVO
5106306997	1.227,94	1.111,90	08/08/2014	715207	05/08/2014	O TEMPO
5106306996	1.227,94	1.111,90	08/08/2014	715206	05/08/2014	O TEMPO
5106306995	1.318,63	1.194,02	08/08/2014	715205	05/08/2014	O POPULAR
5106306988	6.501,04	5.886,69	08/08/2014	714995	05/08/2014	O GLOBO
5106306984	6.501,04	5.886,69	08/08/2014	714994	05/08/2014	O GLOBO
5106306980	1.158,07	1.048,63	08/08/2014	714993	05/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106306978	1.158,07	1.048,63	08/08/2014	714992	05/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106306976	1.158,07	1.048,63	08/08/2014	714991	05/08/2014	DIARIO CATARINENSE
5106306972	6.501,04	5.886,69	08/08/2014	714990	05/08/2014	O GLOBO
5106306967	6.501,04	5.886,69	08/08/2014	714989	05/08/2014	O GLOBO
5106306887	1.744,08	1.579,27	07/08/2014	714305	04/08/2014	PGTO. EBC. 714305
5106306877	4.643,60	4.204,78	07/08/2014	714988	04/08/2014	O GLOBO
5106306851	1.227,94	1.111,90	07/08/2014	714740	04/08/2014	O TEMPO
5106306848	2.299,50	2.082,20	07/08/2014	714588	04/08/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106306844	8.051,40	7.290,54	07/08/2014	714313	04/08/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106306840	985,92	892,75	07/08/2014	714312	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306835	985,92	892,75	07/08/2014	714311	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306833	1.150,24	1.041,54	07/08/2014	714310	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306829	1.150,24	1.041,54	07/08/2014	714309	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306827	985,92	892,75	07/08/2014	714308	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306823	985,92	892,75	07/08/2014	714307	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306820	985,92	892,75	07/08/2014	714306	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306813	2.034,76	1.842,47	07/08/2014	714304	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306809	985,92	892,75	07/08/2014	714303	04/08/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106306016	15.263,28	13.820,90	08/08/2014	700461	29/07/2014	NF: 700461 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106305258	1.363,53	1.234,68	31/07/2014	713935	23/07/2014	GAZETA DO POVO
5106305254	1.363,53	1.234,68	31/07/2014	713934	23/07/2014	GAZETA DO POVO
5106305249	1.363,53	1.234,68	31/07/2014	713933	23/07/2014	GAZETA DO POVO
5106305248	6.454,30	5.844,36	31/07/2014	713932	23/07/2014	O DIA
5106305245	2.299,50	2.082,20	31/07/2014	713931	23/07/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106305238	1.150,24	1.041,54	29/07/2014	713578	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305237	985,92	892,75	29/07/2014	713577	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305147	985,92	892,75	29/07/2014	713576	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305145	1.150,24	1.041,54	29/07/2014	713575	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305142	985,92	892,75	29/07/2014	713574	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305141	985,92	892,75	29/07/2014	713573	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305139	985,92	892,75	29/07/2014	713572	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305137	1.150,24	1.041,54	29/07/2014	713571	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305136	2.948,40	2.669,78	29/07/2014	713346	23/07/2014	A TARDE
5106305134	2.948,40	2.669,78	29/07/2014	713345	23/07/2014	A TARDE
5106305133	1.774,08	1.606,43	29/07/2014	713344	23/07/2014	O LIBERAL
5106305130	2.455,88	2.223,80	29/07/2014	713343	23/07/2014	O TEMPO
5106305128	2.455,88	2.223,80	29/07/2014	713342	23/07/2014	O TEMPO
5106305123	2.948,40	2.669,78	29/07/2014	713341	23/07/2014	A TARDE

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106305118	1.774,08	1.606,43	29/07/2014	712997	23/07/2014	O LIBERAL
5106305114	1.774,08	1.606,43	29/07/2014	712996	23/07/2014	O LIBERAL
5106305111	2.710,26	2.454,14	29/07/2014	712995	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305096	2.710,26	2.454,14	29/07/2014	712994	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305095	2.710,26	2.454,14	29/07/2014	712993	23/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106305066	1.977,95	1.791,04	29/07/2014	712485	22/07/2014	O POPULAR
5106305065	1.977,95	1.791,04	29/07/2014	712484	22/07/2014	O POPULAR
5106305064	1.977,95	1.791,04	29/07/2014	712483	22/07/2014	O POPULAR
5106305063	58.372,65	52.856,44	29/07/2014	712295	22/07/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106305011	1.395,83	1.263,93	29/07/2014	712294	22/07/2014	A CRITICA
5106305010	1.395,83	1.263,93	29/07/2014	712293	22/07/2014	A CRITICA
5106305006	1.395,83	1.263,93	29/07/2014	712292	22/07/2014	A CRITICA
5106305004	846,72	766,71	29/07/2014	712093	22/07/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106304202	1.935,90	1.752,96	24/07/2014	707126	17/07/2014	PGTO. EBC. 707126
5106304196	15.624,00	14.147,54	24/07/2014	324438	17/07/2014	PGTO. EBC. 324438
5106303953	9.114,00	8.252,73	24/07/2014	711667	16/07/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106303949	483,84	438,12	24/07/2014	711666	16/07/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106303948	2.455,88	2.223,80	24/07/2014	711334	16/07/2014	O TEMPO
5106303944	564,48	511,14	24/07/2014	711108	16/07/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106303942	564,48	511,14	24/07/2014	711107	16/07/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106303941	564,48	511,14	24/07/2014	711106	16/07/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106303940	3.449,25	3.123,30	24/07/2014	711105	16/07/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106303939	3.449,25	3.123,30	24/07/2014	711104	16/07/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106303935	3.449,25	3.123,30	24/07/2014	710549	16/07/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106303932	985,92	892,75	24/07/2014	710212	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303928	1.150,24	1.041,54	24/07/2014	710211	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303927	985,92	892,75	24/07/2014	710210	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303925	985,92	892,75	24/07/2014	710209	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303923	985,92	892,75	24/07/2014	710208	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303921	3.452,30	3.126,06	24/07/2014	710207	16/07/2014	O DIA
5106303919	985,92	892,75	24/07/2014	710206	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303917	985,92	892,75	24/07/2014	710205	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303915	985,92	892,75	24/07/2014	710204	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303912	985,92	892,75	24/07/2014	710203	16/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303861	985,92	892,75	24/07/2014	710202	15/07/2014	AGÊNCIA MANTENEDORA DA CONTA CORRENTE DO FAVORECI
5106303858	985,92	892,75	24/07/2014	710201	15/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106303854	941,88	852,87	24/07/2014	709841	15/07/2014	O POPULAR
5106303853	909,02	823,12	24/07/2014	709840	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303849	909,02	823,12	24/07/2014	709839	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303848	779,16	705,53	24/07/2014	709838	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303847	779,16	705,53	24/07/2014	709837	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303753	909,02	823,12	24/07/2014	709836	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303744	909,02	823,12	24/07/2014	709835	15/07/2014	GAZETA DO POVO
5106303738	9.751,56	8.830,04	24/07/2014	709510	15/07/2014	O GLOBO
5106303735	9.751,56	8.830,04	24/07/2014	709509	15/07/2014	O GLOBO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106303730	9.751,56	8.830,04	24/07/2014	709508	15/07/2014	O GLOBO
5106303728	2.101,40	1.902,81	24/07/2014	709129	15/07/2014	O DIA
5106302639	1.404,48	1.271,75	18/07/2014	708839	07/07/2014	ESTADO DE MINAS
5106302635	1.487,20	1.346,66	18/07/2014	708838	07/07/2014	ESTADO DE MINAS
5106302632	661,75	599,21	18/07/2014	708399	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302629	772,04	699,08	18/07/2014	708398	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302625	661,75	599,21	18/07/2014	708168	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302622	1.520,64	1.376,94	18/07/2014	707967	07/07/2014	O LIBERAL
5106302615	772,04	699,08	18/07/2014	707693	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302611	772,04	699,08	18/07/2014	707692	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302608	772,04	699,08	18/07/2014	707691	07/07/2014	DIARIO CATARINENSE
5106302605	1.642,50	1.487,29	18/07/2014	707690	07/07/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106302598	11.297,82	10.230,17	18/07/2014	707689	07/07/2014	BALANÇO RESUMIDO GAZETA DO POVO
5106302591	1.343,86	1.216,86	18/07/2014	707415	07/07/2014	O POVO
5106302540	16.716,96	15.137,21	18/07/2014	707128	07/07/2014	O GLOBO
5106302536	1.935,90	1.752,96	18/07/2014	707127	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302527	2.323,08	2.103,55	18/07/2014	707125	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302522	2.323,08	2.103,55	18/07/2014	707124	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302509	2.323,08	2.103,55	18/07/2014	707123	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302507	2.323,08	2.103,55	18/07/2014	707122	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302502	985,92	892,75	18/07/2014	706889	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302500	1.150,24	1.041,54	18/07/2014	706888	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302497	1.150,24	1.041,54	18/07/2014	706887	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302495	1.150,24	1.041,54	18/07/2014	706886	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302492	985,92	892,75	18/07/2014	706885	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302489	1.150,24	1.041,54	18/07/2014	706884	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302486	985,92	892,75	18/07/2014	706883	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302481	1.314,56	1.190,34	18/07/2014	706882	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302474	985,92	892,75	18/07/2014	706881	07/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302209	985,92	892,75	18/07/2014	706880	03/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106302202	900,60	815,49	18/07/2014	706879	03/07/2014	O DIA
5106302200	55.723,20	50.457,36	18/07/2014	706878	03/07/2014	O GLOBO
5106302194	1.520,64	1.376,94	18/07/2014	706613	03/07/2014	O LIBERAL
5106302191	1.965,60	1.779,85	18/07/2014	706612	03/07/2014	ATARDE
5106302188	1.965,60	1.779,85	18/07/2014	706611	03/07/2014	ATARDE
5106302177	1.684,80	1.525,59	18/07/2014	706610	03/07/2014	ATARDE
5106302116	1.965,60	1.779,85	18/07/2014	706609	03/07/2014	ATARDE
5106302113	1.684,80	1.525,59	21/07/2014	706608	03/07/2014	ATARDE
5106302079	1.965,60	1.779,85	21/07/2014	706607	03/07/2014	ATARDE
5106302054	1.343,86	1.216,86	18/07/2014	706362	03/07/2014	O POVO
5106302050	1.343,86	1.216,86	21/07/2014	706361	03/07/2014	O POVO
5106302045	608,00	550,55	18/07/2014	706128	03/07/2014	BOM DIA
5106301752	1.343,86	1.216,86	18/07/2014	705863	02/07/2014	O POVO
5106301747	1.879,50	1.701,89	18/07/2014	705862	02/07/2014	O TEMPO
5106301742	1.879,50	1.701,89	21/07/2014	705861	02/07/2014	O TEMPO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106301733	1.168,74	1.058,29	21/07/2014	705860	02/07/2014	GAZETA DO POVO
5106301730	1.151,88	1.043,03	21/07/2014	705525	02/07/2014	O POVO
5106301726	1.151,88	1.043,03	21/07/2014	705524	02/07/2014	O POVO
5106301723	1.155,00	1.045,85	18/07/2014	705523	02/07/2014	ESTADO DE MINAS
5106301441	1.386,00	1.255,02	18/07/2014	705522	01/07/2014	ESTADO DE MINAS
5106301432	1.617,00	1.464,19	21/07/2014	705237	01/07/2014	ESTADO DE MINAS
5106301428	930,55	842,61	21/07/2014	705236	01/07/2014	A CRÍTICA
5106301423	1.150,24	1.041,54	21/07/2014	705235	01/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106301416	1.150,24	1.041,54	21/07/2014	705234	01/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106301414	985,92	892,75	21/07/2014	705233	01/07/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106301285	985,92	892,75	21/07/2014	705232	30/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106301282	1.318,63	1.194,02	21/07/2014	705231	30/06/2014	O POPULAR
5106301279	1.318,63	1.194,02	21/07/2014	705230	30/06/2014	O POPULAR
5106301274	900,60	815,49	21/07/2014	705229	30/06/2014	O DIA
5106301272	5.873,28	5.318,25	21/07/2014	705228	30/06/2014	O GLOBO
5106301269	5.572,32	5.045,73	21/07/2014	705227	30/06/2014	O GLOBO
5106299097	1.150,24	1.041,54	01/07/2014	703651	11/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106298596	6.493,82	5.880,16	01/07/2014	704879	06/06/2014	BALANÇO RESUMIDO A NOTÍCIA
5106298594	7.176,05	6.497,91	01/07/2014	704878	06/06/2014	BALANÇO RESUMIDO DIÁRIO CATARINENSE
5106298592	1.520,64	1.376,94	01/07/2014	704632	06/06/2014	O LIBERAL
5106298591	1.520,64	1.376,94	01/07/2014	704631	06/06/2014	O LIBERAL
5106298589	1.774,08	1.606,43	01/07/2014	704630	06/06/2014	O LIBERAL
5106298588	1.774,08	1.606,43	01/07/2014	704629	06/06/2014	O LIBERAL
5106298586	51.051,60	46.227,22	01/07/2014	704628	06/06/2014	BALANÇO RESUMIDO VALOR ECONÔMICO
5106298585	1.130,26	1.023,45	01/07/2014	704627	06/06/2014	O POPULAR
5106298583	1.130,26	1.023,45	01/07/2014	704626	06/06/2014	O POPULAR
5106298580	1.318,63	1.194,02	01/07/2014	704625	06/06/2014	O POPULAR
5106298579	1.318,63	1.194,02	01/07/2014	704624	06/06/2014	O POPULAR
5106298577	930,55	842,61	01/07/2014	704430	06/06/2014	A CRÍTICA
5106298576	797,62	722,25	01/07/2014	704429	06/06/2014	A CRÍTICA
5106298574	930,55	842,61	01/07/2014	704428	06/06/2014	A CRÍTICA
5106298561	797,62	722,25	01/07/2014	704427	05/06/2014	A CRÍTICA
5106298557	930,55	842,61	01/07/2014	704426	05/06/2014	A CRÍTICA
5106298554	10.186,80	9.224,15	01/07/2014	704233	05/06/2014	ZERO HORA
5106298552	1.617,00	1.464,19	01/07/2014	704232	05/06/2014	ESTADO DE MINAS
5106298551	985,92	892,75	01/07/2014	704231	05/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106298548	985,92	892,75	01/07/2014	704230	05/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106298284	13.058,70	11.824,65	01/07/2014	704064	04/06/2014	BALANÇO RESUMIDO O DIA
5106298282	12.867,30	11.651,34	01/07/2014	704063	04/06/2014	BALANÇO RESUMIDO A GAZETA
5106298277	13.921,74	12.606,14	01/07/2014	704062	04/06/2014	BALANÇO RESUMIDO BRASIL ECONOMICO
5106298276	2.299,50	2.082,20	01/07/2014	703860	04/06/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106298274	1.611,00	1.458,76	01/07/2014	703859	04/06/2014	O TEMPO
5106298273	1.879,50	1.701,89	01/07/2014	703858	04/06/2014	O TEMPO
5106298271	1.611,00	1.458,76	01/07/2014	703857	04/06/2014	O TEMPO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106298251	1.879,50	1.701,89	01/07/2014	703856	03/06/2014	O TEMPO
5106297878	985,92	892,75	01/07/2014	703855	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297874	985,92	892,75	01/07/2014	703854	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297872	2.299,50	2.082,20	01/07/2014	703656	02/06/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106297870	985,92	892,75	01/07/2014	703655	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297866	1.150,24	1.041,54	01/07/2014	703654	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297860	1.150,24	1.041,54	01/07/2014	703653	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297857	1.150,24	1.041,54	01/07/2014	703652	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297845	985,92	892,75	01/07/2014	703650	02/06/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106297841	941,88	852,87	01/07/2014	703465	02/06/2014	O POPULAR
5106297837	2.299,50	2.082,20	01/07/2014	703110	02/06/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106297646	1.971,00	1.784,74	01/07/2014	703109	30/05/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106297640	1.971,00	1.784,74	01/07/2014	703108	30/05/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106297630	2.299,50	2.082,20	01/07/2014	703107	30/05/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106297619	18.513,60	16.764,06	01/07/2014	702868	30/05/2014	BALANÇO RESUMIDO SUPER NOTICIA
5106297614	61.727,40	55.894,16	01/07/2014	702867	30/05/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106297512	14.725,62	13.334,05	01/07/2014	702405	29/05/2014	BALANÇO RESUMIDO O ESTADO DE SÃO PAULO
5106297511	10.215,92	9.250,52	01/07/2014	702404	29/05/2014	O GLOBO
5106297510	6.501,04	5.886,69	01/07/2014	702403	29/05/2014	O GLOBO
5106297509	6.501,04	5.886,69	01/07/2014	702402	29/05/2014	O GLOBO
5106297508	6.852,16	6.204,63	01/07/2014	702401	29/05/2014	O GLOBO
5106297507	6.501,04	5.886,69	01/07/2014	702400	29/05/2014	O GLOBO
5106297462	10.215,92	9.250,52	01/07/2014	702399	29/05/2014	O GLOBO
5106297458	154.382,40	139.793,26	01/07/2014	702398	29/05/2014	CHAMADA PUBLICA FOLHA DE SÃO PAULO
5106297449	5.254,19	4.757,67	01/07/2014	702397	29/05/2014	JORNAL DE TOCANTINS
5106295129	43.018,14	38.952,93	15/05/2014	700001-1	14/05/2014	EBC - GERAL
5106295114	12.287,88	11.126,68	29/05/2014	701866	14/05/2014	BALANÇO RESUMIDO A TRIBUNA
5106295113	1.642,50	1.487,29	29/05/2014	701865	14/05/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106295112	1.150,24	1.041,54	29/05/2014	701864	14/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106295109	10.735,20	9.720,72	29/05/2014	701863	14/05/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106295105	13.947,84	12.629,77	27/05/2014	701560	14/05/2014	BALANÇO RESUMIDO O POPULAR
5106295072	362,36	328,12	27/05/2014	701559	14/05/2014	JORNAL DE TOCANTINS
5106295070	818,40	741,06	27/05/2014	701558	14/05/2014	JORNAL DE TOCANTINS
5106295063	608,00	550,55	26/05/2014	701253	14/05/2014	BOM DIA
5106295058	22.863,60	20.702,99	26/05/2014	700951	14/05/2014	BALANÇO RESUMIDO CORREIO BRAZILIENSE
5106295055	29.179,80	26.422,31	05/06/2014	700950	14/05/2014	BALANÇO RESUMIDO JORNAL DO COMMERCIO
5106295051	1.130,26	1.023,45	26/05/2014	700949	14/05/2014	O POPULAR
5106295044	5.103,40	4.621,13	26/05/2014	700948	14/05/2014	O DIA
5106294815	557,57	547,03	26/05/2014	700467	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS
5106294814	557,57	547,03	26/05/2014	700466	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS
5106294813	557,57	547,03	26/05/2014	700465	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS
5106294811	557,57	547,03	26/05/2014	700464	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS
5106294810	557,57	547,03	26/05/2014	700463	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106294808	557,57	547,03	26/05/2014	700462	13/05/2014	JORNAL DE BARRETOS
5106294804	1.150,24	1.041,54	26/05/2014	700715	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294802	985,92	892,75	26/05/2014	700714	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294800	985,92	892,75	26/05/2014	700713	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294797	1.150,24	1.041,54	26/05/2014	700712	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294794	985,92	892,75	26/05/2014	700711	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294792	985,92	892,75	26/05/2014	700710	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294784	985,92	892,75	26/05/2014	700709	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294782	15.573,00	14.101,35	26/05/2014	700468	13/05/2014	BALANÇO RESUMIDO O TEMPO
5106294646	10.730,00	9.716,01	26/05/2014	700460	13/05/2014	BALANÇO RESUMIDO JORNAL DE BRASILIA
5106294643	7.831,04	7.091,00	26/05/2014	700311	13/05/2014	O GLOBO
5106294636	824,95	746,99	26/05/2014	700190	13/05/2014	A GAZETA
5106294630	1.150,24	1.041,54	26/05/2014	325562	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294624	985,92	892,75	26/05/2014	325561	13/05/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106294617	10.215,92	9.250,52	26/05/2014	700036	13/05/2014	O GLOBO
5106294613	26.004,16	23.546,77	26/05/2014	700035	13/05/2014	O GLOBO
5106294608	11.697,92	10.592,47	26/05/2014	325973	13/05/2014	O GLOBO
5106294603	7.831,04	7.091,00	26/05/2014	325972	13/05/2014	O GLOBO
5106294599	7.429,76	6.727,65	27/05/2014	325971	13/05/2014	O GLOBO
5106291086	1.507,01	1.364,60	15/05/2014	325369	11/04/2014	O POPULAR
5106291081	1.011,36	915,79	15/05/2014	325139	11/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106291079	173,91	170,62	15/05/2014	325138	11/04/2014	TEMPO NOVO
5106291076	153,40	150,50	15/05/2014	324897	11/04/2014	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106291071	900,60	815,49	15/05/2014	324699	11/04/2014	O DIA
5106291070	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	324441	11/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106291069	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	324440	11/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106291067	15.624,00	14.147,54	15/05/2014	324439	11/04/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106291013	7.429,76	6.727,65	15/05/2014	324147	10/04/2014	O GLOBO
5106291006	5.572,32	5.045,73	15/05/2014	324146	10/04/2014	O GLOBO
5106291003	2.628,00	2.379,65	15/05/2014	324145	10/04/2014	CORREIO BRAZILIENSE
5106291001	1.011,36	915,79	15/05/2014	323466	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290991	1.011,36	915,79	15/05/2014	323465	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290987	2.966,98	2.686,60	15/05/2014	323464	10/04/2014	O DIA
5106290985	5.572,32	5.045,73	15/05/2014	323206	10/04/2014	O GLOBO
5106290983	1.011,36	915,79	15/05/2014	323205	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290978	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	322996	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290975	1.011,36	915,79	15/05/2014	322995	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290959	1.011,36	915,79	15/05/2014	322994	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290956	1.011,36	915,79	15/05/2014	322993	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290952	1.011,36	915,79	15/05/2014	322992	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290950	842,80	763,15	15/05/2014	322991	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290942	1.011,36	915,79	15/05/2014	322990	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290939	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	322989	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290937	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	322988	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290900	1.179,93	1.068,42	15/05/2014	322987	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106290870	6.501,04	5.886,69	15/05/2014	322751	10/04/2014	O GLOBO
5106290854	3.216,32	2.912,38	15/05/2014	322750	10/04/2014	O DIA
5106290848	732,72	663,48	15/05/2014	322532	10/04/2014	GAZETA DO POVO
5106290841	854,84	774,05	14/05/2014	322531	10/04/2014	GAZETA DO POVO
5106290840	1.011,36	915,79	14/05/2014	321839	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290837	1.787,53	1.618,60	14/05/2014	321838	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290833	1.011,36	915,79	14/05/2014	321837	10/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290752	1.179,93	1.068,42	14/05/2014	321836	09/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290746	11.718,00	10.610,65	14/05/2014	321835	09/04/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106290667	1.011,36	915,79	14/05/2014	321834	09/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290659	1.179,93	1.068,42	14/05/2014	321833	09/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290655	1.348,48	1.221,05	14/05/2014	321832	09/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290650	1.179,93	1.068,42	14/05/2014	321831	09/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290482	501,46	491,98	05/05/2014	321121	08/04/2014	PRIMEIRA LINHA
5106290480	501,46	491,98	05/05/2014	321120	08/04/2014	PRIMEIRA LINHA
5106290476	501,46	491,98	05/05/2014	321119	08/04/2014	PRIMEIRA LINHA
5106290469	2.453,76	2.221,88	05/05/2014	321300	08/04/2014	FOLHA DE SÃO PAULO
5106290464	1.179,93	1.068,42	05/05/2014	320996	08/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290462	1.179,93	1.068,42	05/05/2014	320995	08/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290458	1.011,36	915,79	05/05/2014	320994	08/04/2014	JORNAL DO COMMERCIO
5106290452	5.924,80	5.364,91	05/05/2014	320993	08/04/2014	O DIA
5106290449	6.501,04	5.886,69	05/05/2014	320640	08/04/2014	O GLOBO
5106290441	6.501,04	5.886,69	05/05/2014	320639	08/04/2014	O GLOBO
5106290172	2.085,44	1.888,36	05/05/2014	320326	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290171	1.011,36	915,79	05/05/2014	320325	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290168	1.179,93	1.068,42	05/05/2014	320324	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290166	1.179,93	1.068,42	05/05/2014	320323	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290162	1.011,36	915,79	05/05/2014	320322	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290158	1.179,93	1.068,42	05/05/2014	320321	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290087	2.085,44	1.888,36	05/05/2014	320320	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290085	4.572,48	4.140,38	05/05/2014	320175	04/04/2014	O ESTADÃO DE SÃO PAULO
5106290083	5.403,84	4.893,18	05/05/2014	320174	04/04/2014	O ESTADÃO DE SÃO PAULO
5106290080	5.403,84	4.893,18	05/05/2014	320173	04/04/2014	O ESTADÃO DE SÃO PAULO
5106290078	4.572,48	4.140,38	05/05/2014	320172	04/04/2014	O ESTADÃO DE SÃO PAULO
5106290077	854,84	774,05	05/05/2014	319673	04/04/2014	GAZETA DO POVO
5106290071	1.179,93	1.068,43	05/05/2014	319105	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290055	1.011,36	915,79	05/05/2014	319104	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106290049	1.011,36	915,79	05/05/2014	319103	04/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106289903	1.011,36	915,79	05/05/2014	319102	03/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106289893	779,16	705,53	05/05/2014	319101	03/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106289786	779,16	705,53	05/05/2014	319100	02/04/2014	JORNAL DO COMERCIO
5106284208	779,16	705,53	31/03/2014	318655	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284205	1.011,36	915,79	31/03/2014	318778	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284204	1.011,36	915,79	31/03/2014	318777	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284202	1.179,93	1.068,42	31/03/2014	313268	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284201	1.011,36	915,79	31/03/2014	313267	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106284199	1.011,36	915,79	31/03/2014	313266	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284197	1.179,93	1.068,42	31/03/2014	313265	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284194	1.179,93	1.068,42	31/03/2014	313264	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284192	1.179,93	1.068,42	31/03/2014	313263	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284191	842,80	763,15	31/03/2014	313262	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284190	1.179,92	1.068,42	31/03/2014	313261	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284189	1.179,93	1.068,42	31/03/2014	313260	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284188	1.011,36	915,79	31/03/2014	313259	21/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106284187	732,72	663,48	27/03/2014	313258	21/02/2014	GAZETA DO POVO
5106284186	6.501,04	5.886,69	31/03/2014	318405	21/02/2014	O GLOBO - RJ
5106284185	6.501,04	5.886,69	31/03/2014	318404	21/02/2014	O GLOBO - RJ
5106283997	779,16	705,53	31/03/2014	317935	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283996	909,03	823,13	31/03/2014	317933	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283994	779,16	705,53	31/03/2014	317932	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283993	779,16	705,53	31/03/2014	317931	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283992	779,16	705,53	31/03/2014	317930	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283990	941,60	852,62	31/03/2014	317929	20/02/2014	A TRIBUNA - ES
5106283989	779,16	705,53	31/03/2014	317934	20/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106283975	868,61	786,52	31/03/2014	317762	20/02/2014	O POPULAR - GO
5106283974	1.013,37	917,62	31/03/2014	317761	20/02/2014	O POPULAR - GO
5106283973	3.325,44	3.011,19	31/03/2014	317569	20/02/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106283970	12.545,10	11.359,59	31/03/2014	317568	20/02/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106283969	2.106,30	1.907,25	31/03/2014	317567	20/02/2014	VALOR ECNÔMICO - SP
5106283964	512,51	464,07	04/04/2014	316830	20/02/2014	A VOZ DA CIDADE - BARRA
5106283962	512,51	464,07	04/04/2014	316829	20/02/2014	A VOZ DA CIDADE - BARRA
5106283825	1.369,27	1.239,87	27/03/2014	302118	19/02/2014	O POVO
5106283806	312,00	306,10	27/03/2014	304274	19/02/2014	FOLHA DA REGIÃO
5106283804	312,00	306,10	27/03/2014	304275	19/02/2014	FOLHA DA REGIÃO
5106283800	682,56	618,06	31/03/2014	316664	19/02/2014	TRIBUNA DO NORTE - NATAL
5106283799	9.393,30	8.505,64	31/03/2014	316663	19/02/2014	FOLHA DE SÃO PAULO - RJ
5106283798	17.728,20	16.052,89	27/03/2014	304278	19/02/2014	FOLHA DE SÃO PAULO - RJ
5106283796	1.743,00	1.578,29	27/03/2014	304277	19/02/2014	O TEMPO-BH
5106283795	1.743,00	1.578,29	27/03/2014	304276	19/02/2014	O TEMPO-BH
5106283794	716,10	648,43	27/03/2014	303976	19/02/2014	JORNAL DO TOCANTIS- TO
5106283784	13.764,80	12.464,03	27/03/2014	303518	19/02/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106283781	13.764,80	12.464,03	27/03/2014	303519	19/02/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106283771	2.484,00	2.249,26	27/03/2014	303517	19/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106283767	2.484,00	2.249,26	27/03/2014	303227	19/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106283763	8.464,00	7.664,15	27/03/2014	302942	19/02/2014	O DIA - RJ
5106283761	2.173,50	1.968,10	27/03/2014	302120	19/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106283759	2.173,50	1.968,10	27/03/2014	302119	19/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106283279	1.743,00	1.578,29	27/03/2014	308815	14/02/2014	O TEMPO- BH
5106283278	1.743,00	1.578,29	27/03/2014	308814	14/02/2014	O TEMPO- BH
5106283277	1.743,00	1.578,29	27/03/2014	308813	14/02/2014	O TEMPO- BH
5106283276	5.141,52	4.655,65	27/03/2014	308613	14/02/2014	O GLOBO - RJ

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106283274	6.855,36	6.207,52	27/03/2014	308612	14/02/2014	O GLOBO - RJ
5106283273	6.855,36	6.207,52	27/03/2014	308611	14/02/2014	O GLOBO - RJ
5106283272	6.855,36	6.207,52	27/03/2014	308610	14/02/2014	O GLOBO - RJ
5106283271	532,00	481,73	27/03/2014	308609	14/02/2014	BOM DIA - SÃO JOSÉ
5106283269	20.260,80	18.346,15	27/03/2014	308608	14/02/2014	FOLHA DE SÃO PAULO - RJ
5106283267	33.303,60	30.156,41	27/03/2014	308607	14/02/2014	FOLHA DE SÃO PAULO - RJ
5106283266	4.534,56	4.106,05	27/03/2014	308375	14/02/2014	FOLHA DE SÃO PAULO - RJ
5106282909	1.564,88	1.417,00	26/02/2014	308374	13/02/2014	O POVO- CE
5106282907	1.564,88	1.417,00	26/02/2014	308373	13/02/2014	O POVO- CE
5106282889	688,80	623,71	26/02/2014	308005	13/02/2014	DIÁRIO CATARINENSE
5106282888	688,80	623,71	26/02/2014	308004	13/02/2014	DIÁRIO CATARINENSE
5106282885	1.683,99	1.524,85	26/02/2014	308003	13/02/2014	O LIBERAL - PA
5106282877	1.683,99	1.524,85	26/02/2014	308002	13/02/2014	O LIBERAL - PA
5106282870	2.173,50	1.968,10	26/02/2014	308001	13/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282866	2.484,00	2.249,26	26/02/2014	308000	13/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282864	1.158,14	1.048,69	26/02/2014	307999	13/02/2014	O POPULAR - GO
5106282863	1.158,14	1.048,69	26/02/2014	307998	13/02/2014	O POPULAR - GO
5106282859	682,56	618,06	26/02/2014	307997	13/02/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106282857	2.562,84	2.320,65	26/02/2014	307996	13/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282856	976,96	884,64	26/02/2014	307995	13/02/2014	GAZETA DO POVO
5106282855	976,96	884,64	26/02/2014	307994	13/02/2014	GAZETA DO POVO
5106282851	1.683,99	1.524,85	26/02/2014	307694	13/02/2014	O LIBERAL - PA
5106282587	1.743,00	1.578,29	26/02/2014	307693	11/02/2014	O TEMPO - BH
5106282586	1.743,00	1.578,29	26/02/2014	307692	11/02/2014	O TEMPO - BH
5106282585	2.484,00	2.249,26	26/02/2014	307691	11/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282584	1.179,92	1.068,42	26/02/2014	307360	11/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282583	1.011,36	915,79	26/02/2014	307359	11/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282582	732,72	663,48	26/02/2014	307358	11/02/2014	GAZETA DO POVO
5106282581	1.245,00	1.127,35	26/02/2014	307357	11/02/2014	O TEMPO - BH
5106282579	5.148,00	4.661,51	26/02/2014	307356	11/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282572	3.415,50	3.092,74	26/02/2014	307355	11/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282571	682,56	618,06	26/02/2014	307354	11/02/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106282570	682,56	618,06	26/02/2014	307353	11/02/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106282569	1.683,99	1.524,85	26/02/2014	307114	11/02/2014	O LIBERAL - PA
5106282568	1.063,49	962,99	26/02/2014	307113	11/02/2014	A CRÍTICA - AM
5106282566	1.063,49	962,99	26/02/2014	307112	11/02/2014	A CRÍTICA - AM
5106282565	2.133,12	1.931,54	19/02/2014	307111	11/02/2014	A TARDE - BA
5106282032	1.011,36	915,79	19/02/2014	306921	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282031	1.179,92	1.068,42	19/02/2014	306920	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282030	1.179,92	1.068,42	19/02/2014	306919	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282029	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306918	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282027	1.011,36	915,79	19/02/2014	306917	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282026	3.415,50	3.092,74	19/02/2014	306695	07/02/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106282025	1.011,36	915,79	19/02/2014	306694	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282024	1.011,36	915,79	19/02/2014	306693	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282023	1.011,36	915,79	19/02/2014	306692	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO

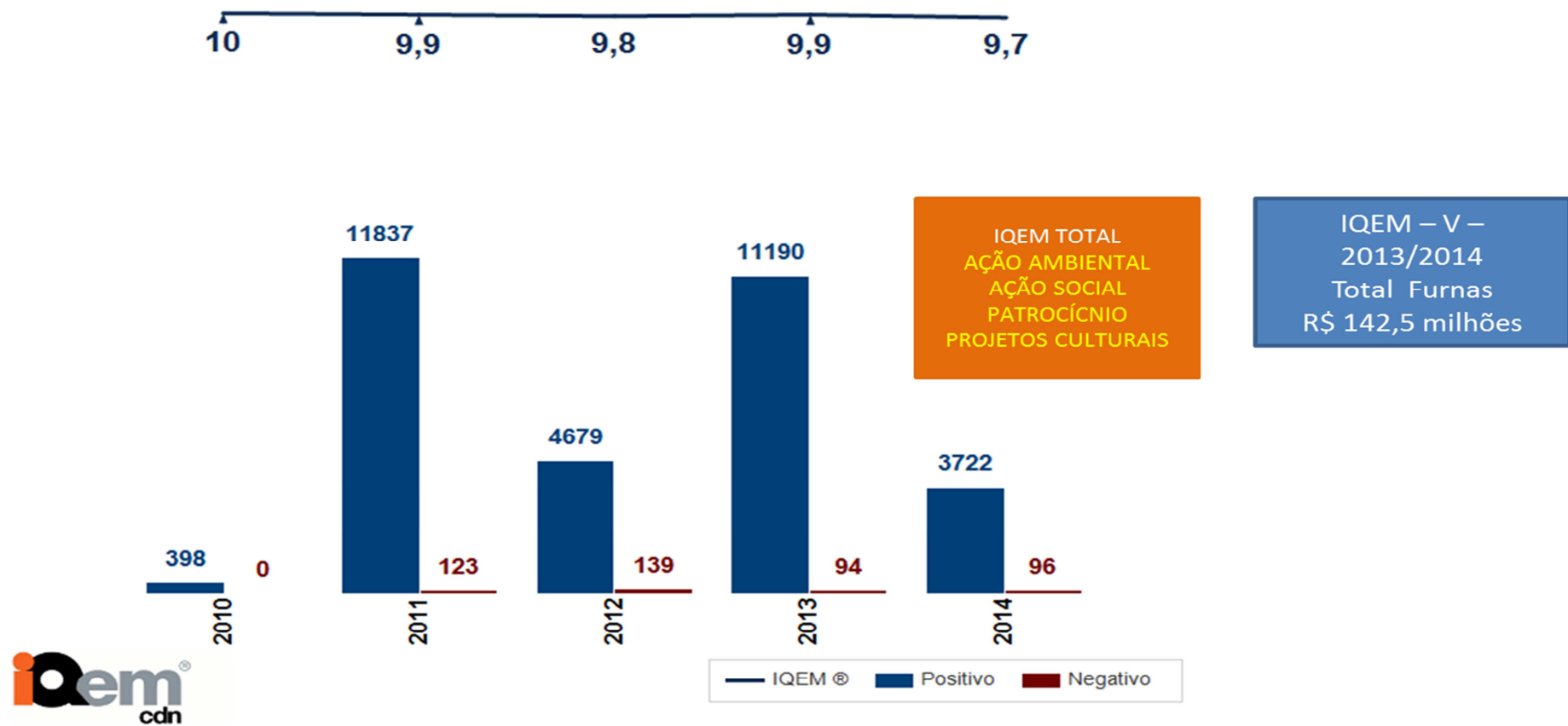
Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106282021	5.011,78	4.538,17	19/02/2014	306691	07/02/2014	ZERO HORA (PORTO ALEGRE)
5106282016	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306690	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282015	1.011,36	915,79	19/02/2014	306689	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282014	1.011,36	915,79	19/02/2014	306688	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282013	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306687	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282012	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306686	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282009	1.011,36	915,79	19/02/2014	306685	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282007	1.011,36	915,79	19/02/2014	306684	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106282001	1.011,36	915,79	19/02/2014	306683	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281999	1.011,36	915,79	19/02/2014	306682	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281997	1.011,36	915,79	19/02/2014	306681	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281996	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306680	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281995	1.011,36	915,79	19/02/2014	306679	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281993	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306678	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281971	1.011,36	915,79	19/02/2014	306677	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281968	1.011,36	915,79	19/02/2014	306676	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281967	1.179,93	1.068,42	19/02/2014	306675	07/02/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106281965	962,44	871,49	19/02/2014	306398	07/02/2014	A GAZETA- MT
5106281958	682,56	618,06	19/02/2014	306397	07/02/2014	TRIBUNA DO NORTE
5106280028	1.011,36	915,79	04/02/2014	304698	24/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106280027	1.158,14	1.048,69	04/02/2014	306166	24/01/2014	O POPULAR (GOIÂNÁ)
5106280025	2.024,60	1.833,28	04/02/2014	306165	24/01/2014	VALOR ECONÔMICO
5106280024	1.013,38	917,62	04/02/2014	305899	24/01/2014	NF: 305899 Fornec.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO
5106280023	1.158,14	1.048,69	04/02/2014	305898	24/01/2014	O POPULAR (GOIÂNÁ)
5106280022	1.013,38	917,62	04/02/2014	305897	24/01/2014	O POPULAR (GOIÂNÁ)
5106280021	2.484,00	2.249,26	04/02/2014	305705	24/01/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106280020	2.133,12	1.931,54	04/02/2014	305704	24/01/2014	A TARDE (BA)
5106280019	2.133,12	1.931,54	04/02/2014	305703	24/01/2014	A TARDE (BA)
5106280018	6.855,36	6.207,52	04/02/2014	305535	24/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106280017	5.998,44	5.431,59	04/02/2014	305534	24/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106280016	7.222,40	6.539,89	04/02/2014	305533	24/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106280013	1.063,49	962,99	04/02/2014	305532	24/01/2014	A CRÍTICA
5106280011	1.063,49	962,99	04/02/2014	305251	24/01/2014	A CRÍTICA
5106280010	2.484,00	2.249,26	04/02/2014	305121	24/01/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106280009	1.158,14	1.048,69	04/02/2014	304969	24/01/2014	O POPULAR (GOIÂNÁ)
5106280008	1.013,38	917,62	04/02/2014	304697	24/01/2014	O POPULAR (GOIÂNÁ)
5106280006	1.564,88	1.417,00	04/02/2014	304696	24/01/2014	O POVO (FORTALEZA-CE)
5106280005	1.564,88	1.417,00	04/02/2014	304695	24/01/2014	O POVO (FORTALEZA-CE)
5106280004	732,72	663,48	04/02/2014	304694	24/01/2014	GAZETA DO POVO (CURITIBA)
5106280002	976,96	884,64	04/02/2014	304693	24/01/2014	GAZETA DO POVO (CURITIBA)
5106280000	976,96	884,64	04/02/2014	304692	24/01/2014	GAZETA DO POVO (CURITIBA)
5106279688	2.484,00	2.249,26	12/02/2014	311730	22/01/2014	CORREIO BRAZILIENSE (DF)
5106279687	5.011,78	4.538,17	12/02/2014	311466	22/01/2014	ZERO HORA (PORTO ALEGRE)

Doc. Contábil	Valor Bruto (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Data de Compensação	Nota Fiscal	Data de Entrada SAP	Veículo
5106279686	2.505,89	2.269,08	12/02/2014	311465	22/01/2014	ZERO HORA (PORTO ALEGRE)
5106279685	5.727,74	5.186,47	13/02/2014	311464	22/01/2014	ZERO HORA (PORTO ALEGRE)
5106279683	532,00	481,73	12/02/2014	311463	22/01/2014	BOM DIA (SÃO JOSÉ)
5106279681	2.196,72	1.989,13	12/02/2014	311462	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279680	2.196,72	1.989,13	12/02/2014	311461	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279671	2.562,84	2.320,65	12/02/2014	311460	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279670	17.085,12	15.470,57	12/02/2014	310818	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279669	10.833,60	9.809,82	12/02/2014	310817	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279663	10.283,04	9.311,29	12/02/2014	310816	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279662	5.998,44	5.431,59	12/02/2014	310815	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279661	1.179,92	1.068,42	12/02/2014	310814	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279658	2.133,12	1.931,54	12/02/2014	310609	22/01/2014	A TARDE (BA)
5106279657	2.133,12	1.931,54	12/02/2014	310608	22/01/2014	A TARDE (BA)
5106279656	1.866,48	1.690,09	12/02/2014	310607	22/01/2014	A TARDE (BA)
5106279654	2.133,12	1.931,54	12/02/2014	310606	22/01/2014	A TARDE (BA)
5106279653	1.683,99	1.524,85	12/02/2014	310605	22/01/2014	O LIBERAL (PA)
5106279652	602,70	545,75	12/02/2014	310282	22/01/2014	DIÁRIO CATARINENSE
5106279649	602,70	545,75	12/02/2014	310281	22/01/2014	DIÁRIO CATARINENSE
5106279648	597,24	540,80	12/02/2014	310280	22/01/2014	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)
5106279647	682,56	618,06	04/02/2014	310279	22/01/2014	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)
5106279645	5.998,44	5.431,59	04/02/2014	309990	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279644	6.855,36	6.207,52	04/02/2014	309989	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279642	6.855,36	6.207,52	04/02/2014	309988	22/01/2014	O GLOBO (RJ)
5106279641	1.013,38	917,62	04/02/2014	309987	22/01/2014	O POPULAR (GOIÂNIA)
5106279639	1.158,14	1.048,69	04/02/2014	309986	22/01/2014	O POPULAR (GOIÂNIA)
5106279637	1.158,14	1.048,69	04/02/2014	309985	22/01/2014	O POPULAR (GOIÂNIA)
5106279633	11.011,84	9.971,23	04/02/2014	309645	22/01/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106279632	11.011,84	9.971,23	12/02/2014	309644	22/01/2014	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106279630	1.179,93	1.068,43	04/02/2014	309643	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279628	1.011,36	915,79	04/02/2014	309642	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279627	1.369,27	1.239,87	04/02/2014	309640	22/01/2014	O POVO (FORTALEZA-CE)
5106279624	1.564,88	1.417,00	04/02/2014	309641	22/01/2014	O POVO (FORTALEZA-CE)
5106279622	1.564,88	1.417,00	04/02/2014	309639	22/01/2014	O POVO (FORTALEZA-CE)
5106279621	2.369,92	2.145,96	04/02/2014	309638	22/01/2014	O DIA (RJ)
5106279619	4.062,72	3.678,79	04/02/2014	309637	22/01/2014	O DIA (RJ)
5106279617	854,84	774,05	04/02/2014	309636	22/01/2014	GAZETA DO POVO (CURITIBA)
5106279616	1.011,36	915,79	04/02/2014	309326	22/01/2014	JORNAL DO COMÉRCIO
5106279611	682,56	618,06	04/02/2014	309094	22/01/2014	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)
5106279605	682,56	618,06	04/02/2014	309093	22/01/2014	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)
Total	5.411.187,36	4.900.571,98				

Visibilidade na mídia de ações de comunicação e marketing

- Em 2013, 16,7% da visibilidade de Furnas se devem às ações de comunicação e marketing.
- Mídia espontânea em 2013/2014 soma R\$ 55,6 milhões (33,7% do IQEM-V total do período).
- Cultura responde por 58% da exposição das ações de marketing.
- Marketing ajuda a melhorar o IQEM de Furnas, sustentando a marca Furnas em um patamar acima da média histórica.

As ações de comunicação e marketing responderam por 16,7% da visibilidade de Furnas em 2013; em 2014, a participação é de 8,4% em um período de 6 meses (restrição eleitoral).



6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Inexistente.

6.3.3 Análise Crítica

Inexistente.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não se aplica a Furnas.

6.4.3 Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.6.5.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA								Posição em 31.12.2014	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.									
CNPJ: 23.274.194./0001-19								UG/GESTÃO:	
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000000773	02945580000115	15.421,00	-	-	15.421,00	27/12/2013	27/01/2014	4
4	9000000774	02744697000130	18.120,00	-	-	18.120,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000775	11240299000178	19.800,00	-	-	19.800,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000777	73759979000150	29.590,00	-	-	29.590,00	26/12/2013	26/06/2014	4
4	9000000778	00951676000160	29.402,00	-	-	29.402,00	26/12/2013	26/06/2014	4
4	9000000779	33621319000193	5.000,00	-	5.000,00	5.000,00	27/12/2013	27/06/2014	4
4	9000000780	23280084000160	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	21/03/2014	4
4	9000000785	22229967000182	25.138,00	-	25.138,00	25.138,00	16/12/2013	16/03/2014	4
4	9000000786	24665630000143	16.465,00	-	16.465,00	16.465,00	16/12/2013	16/03/2014	4
4	9000000787	19035989000105	7.142,00	-	7.142,00	7.142,00	16/12/2013	16/03/2014	4
4	9000000788	06217334000106	29.226,00	-	29.226,00	29.226,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000789	06040402000104	29.960,80	-	29.960,80	29.960,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000792	28732246000762	9.877,00	-	9.877,00	9.877,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000793	27443803000177	19.430,70	-	19.430,70	19.430,70	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000795	19036524000160	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000796	04834065000606	20.457,90	-	20.457,90	20.457,90	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000797	72406242000190	29.999,70	-	29.999,70	29.999,70	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000798	08641861000160	18.828,00	-	18.828,00	18.828,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000799	18958256000171	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000800	23273204000100	9.941,30	-	9.941,30	9.941,30	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000801	22830020000122	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000802	06982460000149	29.920,00	-	29.920,00	29.920,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000803	20875308000198	29.936,00	-	29.936,00	29.936,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000804	18656025000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000805	58106519000643	10.414,16	-	10.414,16	10.414,16	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000806	17707274000118	29.973,59	-	29.973,59	29.973,59	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000807	19083062000132	23.575,00	-	23.575,00	23.575,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000808	17932379000170	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000809	00909916000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000810	17880998000169	12.453,00	-	12.453,00	12.453,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000811	06189108000150	19.687,00	-	19.687,00	19.687,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000812	16652638000147	27.329,66	-	27.329,66	27.329,66	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000813	17709197000135	9.472,27	-	9.472,27	9.472,27	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000814	32502288000199	18.392,00	-	18.392,00	18.392,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000815	14517264000121	15.281,59	-	15.281,59	15.281,59	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000817	18241752000100	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000818	01181023000102	8.031,00	-	8.031,00	8.031,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000820	00668650000100	17.500,00	-	17.500,00	17.500,00	16/12/2013	30/06/2014	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000000821	45313111000196	19.838,24	-	19.838,24	19.838,24	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000822	31421258000195	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000823	10366313000111	29.687,00	-	29.687,00	29.687,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000824	19676402000139	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000825	16781239000186	27.693,16	-	27.693,16	27.693,16	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000826	18246371000113	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000827	23775059000157	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000828	00394454000194	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000829	03949517000110	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000830	07112473000120	9.998,06	-	9.998,06	9.998,06	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000831	08654891000101	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000832	05876741000154	19.903,83	-	19.903,83	19.903,83	16/12/2013	30/06/2014	4
4	9000000833	96485669000270	9.991,00	-	9.991,00	9.991,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000834	00149320000108	29.857,44	-	29.857,44	29.857,44	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000835	10953619000174	7.991,76	-	7.991,76	7.991,76	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000836	11986538000133	19.990,00	-	19.990,00	19.990,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000837	20890067000156	18.530,00	-	18.530,00	18.530,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000838	16527889000108	17.700,00	-	17.700,00	17.700,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000839	18900902000140	27.190,42	-	27.190,42	27.190,42	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000840	23952906000101	14.924,80	-	14.924,80	14.924,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000841	01535744000173	16.829,57	-	16.829,57	16.829,57	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000842	12886090000149	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000843	52543766000116	16.730,00	-	16.730,00	16.730,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000844	25651142000140	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000845	20876579000168	9.600,00	-	9.600,00	9.600,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000846	19343383000129	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000847	21419502000121	23.572,00	-	23.572,00	23.572,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000848	07664194000179	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000849	19081439000114	12.986,00	-	12.986,00	12.986,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000850	43898923004960	19.178,54	-	19.178,54	19.178,54	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000851	12149491000116	14.821,64	-	14.821,64	14.821,64	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000852	17553202000163	29.930,00	-	29.930,00	29.930,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000853	22888846000142	19.774,00	-	19.774,00	19.774,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000854	03036626000146	19.999,20	-	19.999,20	19.999,20	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000855	09078393000120	28.467,61	-	28.467,61	28.467,61	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000856	20771762000107	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000857	07118381000157	9.680,00	-	9.680,00	9.680,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000858	15503810000138	6.600,00	-	6.600,00	6.600,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000859	62382395000949	16.000,00	-	16.000,00	16.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000860	58391681000146	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000861	20929303000109	28.037,10	-	28.037,10	28.037,10	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000862	20929196000100	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000863	19128271000155	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000864	03552801000158	19.415,40	-	19.415,40	19.415,40	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000865	15835835000139	16.750,00	-	16.750,00	16.750,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000867	01599340000143	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/03/2013	16/06/2014	4
4	9000000868	08515005000169	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/03/2013	16/06/2014	4
4	9000000869	04101613000176	11.900,50	-	11.900,50	11.900,50	16/03/2013	16/06/2014	4
4	9000000870	21420666000179	27.170,00	-	27.170,00	27.170,00	16/12/2013	16/06/2014	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000000871	25657560000144	13.650,00	-	13.650,00	13.650,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000872	05231629000166	16.812,25	-	16.812,25	16.812,25	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000873	54791868000267	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000874	14245743000136	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000875	14194009000195	29.980,00	-	29.980,00	29.980,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000876	20971271000100	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000877	04999096000102	19.988,00	-	19.988,00	19.988,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000878	00204349000145	19.247,00	-	19.247,00	19.247,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000879	03256949000145	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000880	21078175000191	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000881	29441375000179	29.501,86	-	29.501,86	29.501,86	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000882	01226995000176	17.859,00	-	17.859,00	17.859,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000883	17420795000190	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000884	22987945000181	10.050,00	-	10.050,00	10.050,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000885	25660499000194	27.228,00	-	27.228,00	27.228,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000886	58106519001534	15.079,68	-	15.079,68	15.079,68	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000887	25649724000191	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000888	16651838000185	28.700,00	-	28.700,00	28.700,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000889	20936332000190	13.180,00	-	13.180,00	13.180,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000890	21353925000196	15.104,40	-	15.104,40	15.104,40	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000891	78277068000100	29.780,00	-	29.780,00	29.780,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000892	00863037000143	19.974,50	-	19.974,50	19.974,50	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000893	01337774000175	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000894	19082734000195	13.187,00	-	13.187,00	13.187,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000895	75741330000137	11.080,00	-	11.080,00	11.080,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000896	77412799000158	28.419,95	-	28.419,95	28.419,95	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000897	97366694000117	16.205,00	-	16.205,00	16.205,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000898	97526138000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000900	07994468000198	13.500,00	-	13.500,00	13.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000901	09374010000161	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000902	12796384000180	9.918,06	-	9.918,06	9.918,06	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000903	09391627000195	19.242,30	-	19.242,30	19.242,30	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000904	00726609000142	9.997,80	-	9.997,80	9.997,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000905	22702401000126	19.042,00	-	19.042,00	19.042,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000906	01756741000160	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000907	19128248000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000908	18306332000164	14.919,65	-	14.919,65	14.919,65	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000909	19091602000120	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000910	22296149000100	29.970,00	-	29.970,00	29.970,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000911	35797364002768	26.994,44	-	26.994,44	26.994,44	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000912	41876996000180	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000913	01825413000178	19.752,50	-	19.752,50	19.752,50	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000914	20215273000160	29.843,40	-	29.843,40	29.843,40	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000915	16672941000101	15.260,00	-	15.260,00	15.260,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000916	01865882000110	17.200,00	-	17.200,00	17.200,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000917	17084062000121	25.302,14	-	25.302,14	25.302,14	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000918	13240856000186	27.000,00	-	27.000,00	27.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000919	01219807000182	13.635,47	-	13.635,47	13.635,47	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000920	20296620000127	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000000921	21085113000107	19.997,00	-	19.997,00	19.997,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000922	01005727000124	10.764,00	-	10.764,00	10.764,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000923	20169827001021	11.918,00	-	11.918,00	11.918,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000924	20321675000140	14.483,80	-	14.483,80	14.483,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000925	20429239000199	5.000,00	-	5.000,00	5.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000926	33583592003439	15.518,00	-	15.518,00	15.518,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000927	75423954000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000928	19110162000100	19.710,00	-	19.710,00	19.710,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000929	20678835000102	14.802,55	-	14.802,55	14.802,55	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000930	04812951000116	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000931	03968663000192	17.568,78	-	17.568,78	17.568,78	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000932	76614379000191	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000933	08490891000113	11.235,00	-	11.235,00	11.235,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000934	04273642000115	13.786,00	-	13.786,00	13.786,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000935	22223994000148	19.800,00	-	19.800,00	19.800,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000936	07428656000159	19.060,00	-	19.060,00	19.060,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000937	11364386000137	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000938	31503717000260	26.171,00	-	26.171,00	26.171,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000939	25652090000126	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000940	73797730000139	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000941	25651357000160	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000942	04810983000182	16.208,09	-	16.208,09	16.208,09	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000943	25644394000141	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000944	13184264000194	19.866,60	-	19.866,60	19.866,60	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000945	48276786000109	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000947	21417837000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000948	19508944000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000949	03269159000102	16.379,36	-	16.379,36	16.379,36	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000950	07793799000160	9.996,11	-	9.996,11	9.996,11	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000952	21409198000131	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000953	02798796000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000954	20933198000173	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000955	08110376000160	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000956	17807751000117	22.552,00	-	22.552,00	22.552,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000957	23195001000134	12.134,00	-	12.134,00	12.134,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000958	19081819000159	14.097,00	-	14.097,00	14.097,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000959	86926235000124	23.500,00	-	23.500,00	23.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000960	02947744000143	9.505,00	-	9.505,00	9.505,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000961	00098831000148	10.607,74	-	10.607,74	10.607,74	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000962	08849873000185	17.500,00	-	17.500,00	17.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000963	25633777000114	17.600,00	-	17.600,00	35.200,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000964	18579938000173	18.664,95	-	18.664,95	18.664,95	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000965	21429659000138	19.599,00	-	19.599,00	19.599,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000966	25651282000118	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000967	15598463000174	9.989,30	-	9.989,30	9.989,30	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000968	04861690000124	19.981,00	-	19.981,00	19.981,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000969	04166244000108	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000970	19019447000130	24.900,00	-	24.900,00	24.900,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000971	09230109000190	28.186,00	-	28.186,00	28.186,00	16/12/2013	16/06/2014	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000000972	01355795000113	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000973	20901740000106	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000974	19125954000159	19.105,90	-	19.105,90	19.105,90	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000975	20712147000111	18.427,82	-	18.427,82	18.427,82	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000976	17416868000170	21.737,92	-	21.737,92	21.737,92	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000977	09028285000143	9.743,80	-	9.743,80	9.743,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000978	07398085000157	14.840,00	-	14.840,00	14.840,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000979	19684745000145	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000980	16822752000178	13.222,99	-	13.222,99	13.222,99	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000981	04271918000126	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000982	17951161000163	18.527,70	-	18.527,70	18.527,70	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000983	17946534000108	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000985	04706953000120	9.969,80	-	9.969,80	9.969,80	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000986	19071497000167	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000987	00672540000111	8.000,00	-	8.000,00	8.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000988	20925087000115	18.439,00	-	18.439,00	18.439,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000989	05488362000197	9.775,00	-	9.775,00	9.775,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000990	02736449000148	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000991	20933347000102	19.859,57	-	19.859,57	19.859,57	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000992	17050452000180	9.760,00	-	9.760,00	9.760,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000993	23285018000182	29.757,00	-	29.757,00	29.757,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000994	18241778000158	14.550,00	-	14.550,00	14.550,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000995	41885005000126	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000996	10967967000109	17.497,50	-	17.497,50	17.497,50	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000998	00637144000153	18.320,00	-	18.320,00	18.320,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000000999	17902974000163	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001000	04396217000113	19.000,00	-	19.000,00	19.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001001	01192982000123	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001002	01207873000132	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001003	13712697000175	18.439,90	-	18.439,90	18.439,90	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001004	18244384000153	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001005	28465292000157	10.525,00	-	10.525,00	10.525,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001007	11232726000176	15.735,00	-	15.735,00	15.735,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001008	19128099000130	7.985,50	-	7.985,50	7.985,50	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001009	05926131000118	9.831,70	-	9.831,70	9.831,70	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001010	05514248000194	29.500,00	-	29.500,00	29.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001011	04278718000103	28.862,04	-	28.862,04	28.862,04	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001012	04468547000177	17.329,60	-	17.329,60	17.329,60	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001013	37584240000190	18.491,41	-	18.491,41	18.491,41	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001014	19643816000161	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001015	20216552000149	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001017	19094606000161	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001018	17922477000208	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001019	24001463000136	9.980,50	-	9.980,50	9.980,50	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001020	03921155000159	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001022	18670748000167	19.653,31	-	19.653,31	19.653,31	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001024	11873146000168	14.559,40	-	14.559,40	14.559,40	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001025	20900924000151	7.929,00	-	7.929,00	7.929,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001026	17954041000110	7.992,28	-	7.992,28	7.992,28	16/12/2013	16/06/2014	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	9000001027	77317485000176	18.700,00	-	18.700,00	18.700,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001028	36450054000104	11.069,00	-	11.069,00	11.069,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001029	21391362000120	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001030	04906645000149	29.359,20	-	29.359,20	29.359,20	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001031	00918325000158	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001032	11203024000164	7.531,60	-	7.531,60	7.531,60	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001033	18581770000130	6.500,00	-	6.500,00	6.500,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001034	12570525000141	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001036	07791992000161	20.000,00	-	20.000,00	20.000,00	16/12/2013	16/06/2014	4
4	9000001037	17935412000116	11.383,15	-	11.383,15	11.383,15	16/12/2013	16/06/2014	4
1	9000000434	04030287000153	297.066,00	-	29.571,00	297.066,00	22/03/2012	21/03/2014	4
1	9000000616	04545780000106	442.342,58	-	49.450,00	419.617,50	06/07/2012	05/07/2014	4
1	9000000617	02491318000148	286.476,83	-	54.731,26	286.476,83	27/06/2012	26/06/2014	4
1	9000000622	05527180000188	399.790,00	-	0,00	399.790,00	06/07/2012	05/01/2014	4
1	9000000633	72406242000190	71.946,70	-	14.320,00	64.746,70	06/07/2012	05/07/2014	4
1	9000000646	73794125000104	494.844,00	-	169.259,00	443.400,00	06/07/2012	05/11/2014	4
1	9000000679	10689504000114	199.091,26	-	42.866,28	199.091,28	28/12/2012	27/06/2014	4
1	9000000684	27763754000150	250.894,38	-	0,00	250.894,38	23/01/2013	23/06/2014	4
1	9000000715	09300611000120	224.262,40	-	107.131,20	224.262,40	22/05/2013	22/08/2014	4
1	9000000736	33645086000169	189.762,00	-	0,00	189.762,00	27/06/2013	27/04/2014	4
1	9000000771	01788362000151	300.368,00	-	201.426,00	300.368,00	24/10/2013	24/01/2015	1
1	9000000776	01994969000198	308.589,50	-	188.129,70	257.159,60	26/12/2013	22/03/2015	1
1	9000000866	31839012000219	461.550,00	-	222.284,00	222.284,00	20/12/2013	20/06/2014	4

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural – GRS.P

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
Unidade Concedente Ou Contratante						
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.						
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	15	167	1.079.168,44	1.888.455,98	8.253.568,72
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	253	0	4.492.245,21	226.913,13	-
Totais	0	268	167	5.571.413,65	2.115.369,11	8.253.568,72

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural – GRS.P

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE					Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194/0001-19			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
2014	Contas prestadas	Quantidade	29	0	0
		Montante Repassado (R\$)	1.418.588,39	0,00	0,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado (R\$)	107.026,00	0,00	0,00
2013	Contas prestadas	Quantidade	11	0	0
		Montante Repassado (R\$)	1.668.923,16	0,00	0,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	10	0	0
		Montante Repassado (R\$)	446.445,95	0,00	0,00
2012	Contas prestadas	Quantidade	170	0	0
		Montante Repassado (R\$)	8.253.568,72	0,00	0,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2012	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural - GRS.P

Observação: Todas as prestações de contas recebidas em Furnas foram analisadas até 31/12/2014, como base de referência do quadro acima.

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					Posição em 31/12/2014 Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente Ou Contratante					
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de contas prestadas			29	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante repassado (R\$)		
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	2	0
			Montante repassado (R\$)	107.026,00	0,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	29	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante repassado (R\$)	1.418.588,39	0,00
		Contas NÃO analisadas		Quantidade	0
Montante repassado (R\$)				0,00	0,00
2013	Quantidade de contas prestadas			11	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	11	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	1.668.923,16		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
2012	Quantidade de contas prestadas			170	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	170	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	8.253.568,72	0,00	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00	
Exercícios anteriores a 2012	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0,00	0,00	

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural - GRS.P

6.5.5 Análise Crítica

As transferências em parcela única, decorrentes do Edital do Programa Furnas Social, são acompanhadas *in loco*, prévia e posteriormente, pelos técnicos desta UJ. Inicialmente os técnicos emitem um relatório quanto à compatibilidade da demanda e a situação constatada. Na(s) visita(s) subsequente(s) é verificada a aplicabilidade da verba recebida.

No caso de transferências com mais de uma parcela, os desembolsos só são realizados após a apresentação das prestações de contas e a consequente análise dos técnicos.

No caso de inadimplência quanto às prestações de contas, são emitidas correspondências para as entidades convenientes/contratadas, a intervalos regulares, solicitando a prestação de contas com prazo para a apresentação das mesmas.

Caso a entidade não apresente a prestação de contas, encaminha-se um pedido de parecer ao Departamento Jurídico e, conforme sua orientação solicita-se a atualização monetária e aplicabilidade de multa, se couber, ao Departamento Financeiro.

Quando se identifica que o valor transferido não foi usado em sua totalidade, a área gestora solicita a devolução da diferença por meio de um documento de cobrança emitido pelo Departamento Financeiro, exceto no caso dos Patrocínios por Lei Rouanet, que obedecem à legislação específica.

Caso o pagamento não seja efetuado, o Departamento Financeiro informa ao Cadin.

Quando é identificada qualquer suspeita de irregularidade no cumprimento do instrumento contratual, solicita-se à Auditoria Interna que verifique a situação. Caso seja comprovada a irregularidade, o Departamento Jurídico abre um processo judicial de cobrança e a Divisão de Cadastro de Furnas adverte ou suspende por até 2 anos este Fornecedor em sua relação com todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.135	3.215	55	79
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	3.215	55	79
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	3.198 (*)	50 (*)	76 (*)
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há			
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	17	5	3
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.135	3.215	55	79

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

(*) Não há como fazer a correspondência entre as informações de 2013 e 2014, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões em 2014 e o total de egressos equivale às demissões em 2014.

Quadro A.7.1.1.2– Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.101	2.114
1.1. Membros de poder e agentes políticos		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.086	2.112
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	2
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		

4. Total de Servidores (1+2+3)	1.101	2.114

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	24	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		24	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		24 (*)	3	3
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	Não há	304	0	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		301 (*)	0	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		3	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	328	3	7

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas – GAP.A.

(*) Não há como fazer o batimento entre as informações de 2013 e 2014, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivalem às admissões e o total de egressos equivalem às demissões.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

QUADRO A.7.1.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2014									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	31	85	1.393	1.014	567	110	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	0	31	85	1.393	1.014	567	110	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	7	89	198	31	3
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	22	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	6	67	197	31	3
3. Totais (1+2)	0	0	31	85	1.400	1.103	765	141	18
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas – GAP.A.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	288.628.209,39	0,00	39.619.373,73	175.867.245,99	42.798.190,15	43.568.191,73	52.597.917,33	0,00	0,00	643.079.128,32
	2013	360.627.301,48	0,00	45.424.386,75	188.973.939,58	405.249.843,14	52.728.410,55	88.979.053,29	0,00	0,00	1.141.982.934,79
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										
	2013										

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas – GAP.A.

Obs: Devido à mudança no escopo do quadro, não há como fazer a correspondência com as informações do relatório de 2013.

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistente.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
ADMINISTRADOR	35	36	40		1
ADVOGADO	27	26	28		
AJUD DE TECNICO	2	3	4		
ANALISTA DE SISTEMAS	35	38	48		2
ARQUITETO	3	3	4		
ARQUIVISTA	3	3	4		
ASCENSORISTA	3	3	3		
ASSESSOR DE COMUNICACAO	2	2	2		
ASSESSOR DE SUPRIMENTOS	1	1	1		
ASSESSOR TECNICO	218	214	224		1
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	220	228	274		2
ASSISTENTE DE TECNICO	90	90	106		
ASSISTENTE SOCIAL	10	10	9		
AUX DE ADMINISTRACAO	11	11	17		
AUX DE MANUTENCAO	34	35	41		
AUX DE PROC DE DADOS	1	1	2		
AUX DE TECNICO	34	32	38		
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	6	6	9		
BIOLOGO	7	6	6		
BOMBEIRO HIDRAULICO	1	1	2		
COMANDANTE DE AERONAVE	1	1	1		
CONTADOR	11	11	12		
DENTISTA	1	1	2		
DESENHISTA	1	1	1		
DESENHISTA PROJETISTA	1	1	3		
ECONOMISTA	5	5	7		
ELETR DE LTR	18	19	19		
ENC DE PRODUCAO	5	5	6		
ENFERMEIRO	6	6	8		
ENGENHEIRO	98	95	110		
ENGENHEIRO AGRONOMO	3	3	3		
ESP EM MAN ELETROEL	4	5	6		1
ESP EM MAN ELETROM	13	13	13		
ESTATISTICO	1	1	1		

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
GRAFICO	5	5	5		
MARCENEIRO	2	2	3		
MEC DE MAQ E VEICULOS	2	2	2		
MEDICO	8	8	10		
MOTORISTA	21	23	29		1
NUTRICIONISTA	1	1	1		
OPER SIST ELETR E TELECOM	6	6	6		
OPERADOR DE COMPUTADOR	1	1	1		
OPERADOR DE GUINDASTE	1	1	2		
OPERADOR DE HSE	72	72	75		1
OPERADOR DE MAQ DE TERRAPL	1	1	1		
OPERADOR DE TERMEL	5	5	7		
PEDREIRO	2	2	2		
PROFESSOR DE EDUC FISICA	1	1	2		
PROGRAMADOR	3	3	3		
QUIMICO	3	2	2		
QUIMICO ANALISTA	1	1	1		
SECRETARIA	5	5	5		
SERVENTE	1	1	1		
SOCIOLOGO	2	2	2		
SUPERV DE PRODUCAO	1	1	1		
TEC DE CONTABILIDADE			1		
TEC DE LABOR CLINICO	2	2	2		
TEC DE NIVEL MEDIO	209	212	224		2
TEC DE SEG DO TRABALHO	18	17	17		
TEC EM PROC DE DADOS	25	26	33		1
TECNICO DE ENFERMAGEM	11	11	11		
TECNICO ESPECIALIZADO	2	2	3		
TELEFONISTA	3	3	3		
TOPOGRAFO	3	3	3		
ZELADOR	2	2	3		
Total	1330	1339	1515	0	12
Observação A diferença do total de contratados entre 2013 e 2014 é de 09 (nove) contratados. Na coluna "Egressos no Exercício", informamos a saída de 12 (doze) contratados. A diferença de 03 (três) contratados justifica-se pelo atual conceito adotado (em conformidade com o conceito aplicado para os empregados efetivos), no qual os contratados em licença sem vencimentos, anteriormente não contabilizados, passaram a integrar o quantitativo de contratados.					

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066.

Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta, ainda, do acordo o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 233 terceirizados com início de lotação anterior a 21/12/1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2014, foram desligados 194 terceirizados, tanto através do Acordo individual como por motivos diversos, atingindo a meta de forma antecipada (aproximadamente 15% do total inicial de 1.305, conforme demonstrado no cronograma acima). Da mesma forma, iniciaram-se as convocações antecipadamente, tendo já sido convocados 286 concursados.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas – GAP.A

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Inexistentes.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

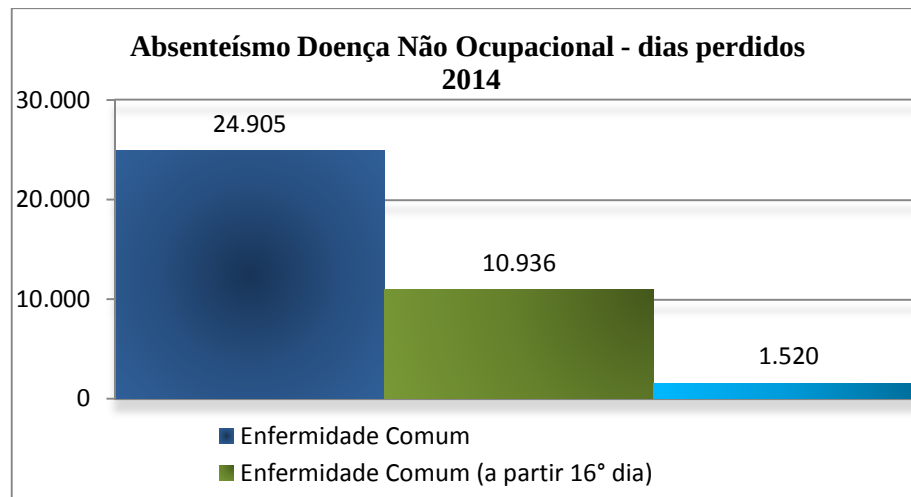
Absenteísmo

Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Na tabela abaixo estão sendo considerados os empregados efetivos e contratados mão de obra direta.

Absenteísmo Doença Não Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade Comum	10.679	24.905
Enfermidade Comum (a partir 16º dia)	128	10.936
Licença Comum Aposentado (a partir 16º dia)	28	1.520
Total	10.835	37.361



Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- *Caminhadas e Corridas de Rua*

Objetivo: Disponibilizar atividades mensais para a manutenção de hábitos saudáveis e promoção da saúde.

- *Atividades físicas (sala de condicionamento, ginástica laboral, oficinas esportivas, torneios de integração)*

Objetivo: Estimular a prática regular de exercícios para despertar entre os empregados o interesse pela melhoria da capacitação física com a adoção de hábitos saudáveis e manutenção da saúde e qualidade de vida.

- *Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química*

Objetivo: Tratar a força de trabalho, aposentados e dependentes que usam álcool, drogas e outras substâncias tóxicas. O programa procura atuar, com frequência, por meio de grupos terapêuticos de apoio. Além disso, atua de forma preventiva e orienta os usuários e seus familiares sobre os diversos aspectos e consequências da doença, entre eles, os relativos à saúde, sociais, laborais e previdenciários.

- *Campanha de Vacinação*

Objetivo: Imunizar os colaboradores, como medida de prevenção da gripe e H1N1 que é uma das principais causas de afastamento na Empresa. Colaboradores imunizados em 2014: 4.167

- *Cuidador Social*

Objetivo: Diminuir a reincidência hospitalar e, conseqüentemente, reduzir custos do Plano de Saúde com internações, formar e instrumentalizar cuidadores e familiares para melhoria da qualidade de vida das pessoas que venham a necessitar de cuidado, em situação de fragilidade e

risco e encaminhar, monitorar e supervisionar cuidadores para o atendimento às solicitações do plano de saúde de Furnas.

- *Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária, Mercado Financeiro e Fotografia)*

Objetivo: Sensibilizar os participantes para diversos aspectos importantes da qualidade de vida e no trabalho, além de incentivar novos talentos. Comunicação, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e gerenciamento do estresse são fatores importantes na construção de um ambiente saudável e seguro.

- *Sobremesa Cultural*

Objetivo: Integrar a força de trabalho a partir de apresentações de teatro, cinema e música. Destacamos também as manifestações culturais.

- *Grupo de Gestantes*

Objetivo: Sensibilizar e proporcionar momentos de reflexão às grávidas e maridos.

- *Atividades Alternativas de Relaxamento*

Objetivo: Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral. (yoga, shiatsu, pilates e oficinas anti-estresse).

- *Convênios*

Objetivo: Proporcionar aos colaboradores opções para a busca e manutenção de hábitos biopsicossociais saudáveis. Os convênios são firmados com creches, escolas, cursos, faculdades, clubes, hotéis, academias, *spas* e agências de turismo e de intercâmbio.

- *Festival Solte a Voz*

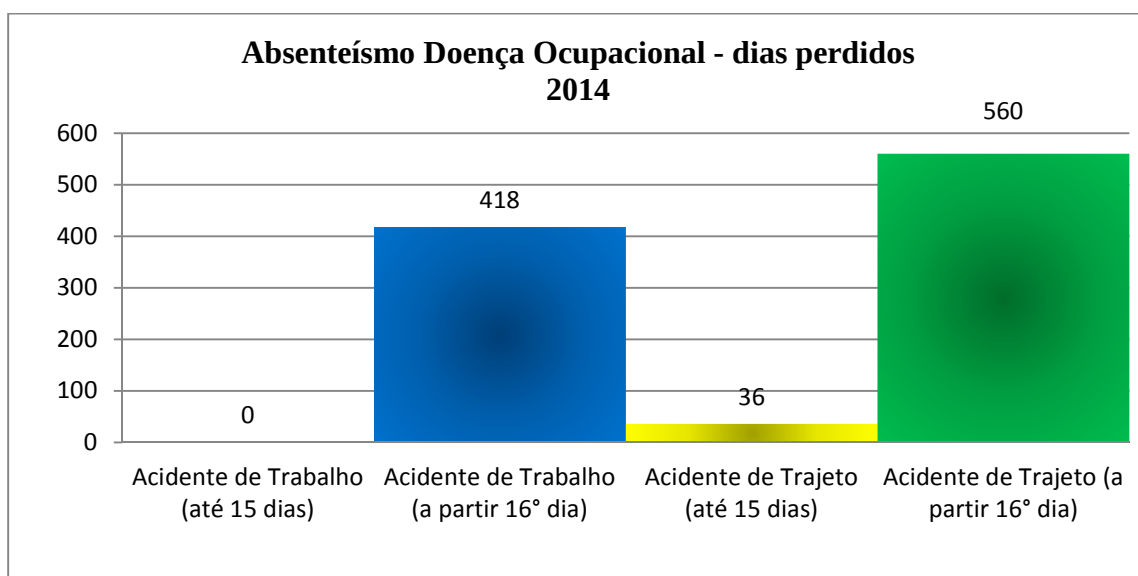
Objetivo: Mobilizar a força de trabalho de Furnas, utilizando a música como ferramenta de integração social e valorização da força de trabalho.

Absenteísmo Doença Ocupacional

Doenças Ocupacionais:

Considera-se doença ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2014 não foram registrados casos de doença ocupacional.

Absentéismo Doença Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	0	0
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	5	418
Acidente de Trajeto (até 15 dias)	3	36
Acidente de Trajeto (a partir 16º dia)	8	560
Total	16	1.014



Em 2014, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- *Certificação de Operadores*

Objetivo: Assegurar que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (NORMA INMETRO NIE.DINQP.014). São avaliadas as condições de saúde física e mental dos operadores, através de exames médicos, entrevistas e testes psicológicos. É uma contribuição significativa para a melhoria dos serviços prestados a sociedade pelas empresas que compõem a Rede de Operação.

- *Treinamento em Suporte Básico de Vida*

Objetivo: Ensinar os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem os primeiros socorros em caso de acidente. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

- *Animando Vidas*

Objetivo: Sensibilização para a Cultura de Segurança e Saúde no Trabalho. O projeto foi destaque na categoria Inovação do 8º SENSE - Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro.

- *Capacitação Física para a Função*

Objetivo: Programa que tem por objetivo desenvolver ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida. Foi classificado para concorrer ao Prêmio Fundação COGE - Edição 2013

- *Programa de Avaliação Psicológica em Atividade de Risco*

Objetivo: Consiste na inclusão da avaliação psicológica no exame periódico para empregados em atividade de risco (opcional). Em 2015 será estendida para todos os empregados, com o objetivo de avaliar o nível de estresse e possibilitar o acompanhamento da saúde emocional dos mesmos.

- *Revisão dos critérios de credenciamento para atividade de riscos (CAR)*

Objetivo: Atualização dos manuais de Furnas no que diz respeito ao Credenciamento para Atividade de Risco, compreendendo inclusive os critérios para a manutenção e a permanência na condição de habilitado para a atividade de risco. Os resultados estão condicionados a redefinição dos critérios para a caracterização das atividades ou operações perigosas após a promulgação da lei nº 12740.

- *Reativação do Comitê de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional – CSTSO.*

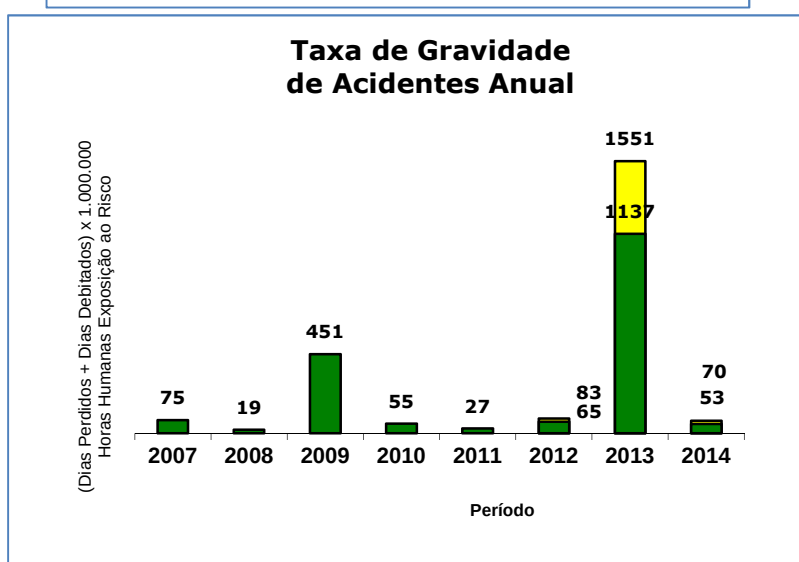
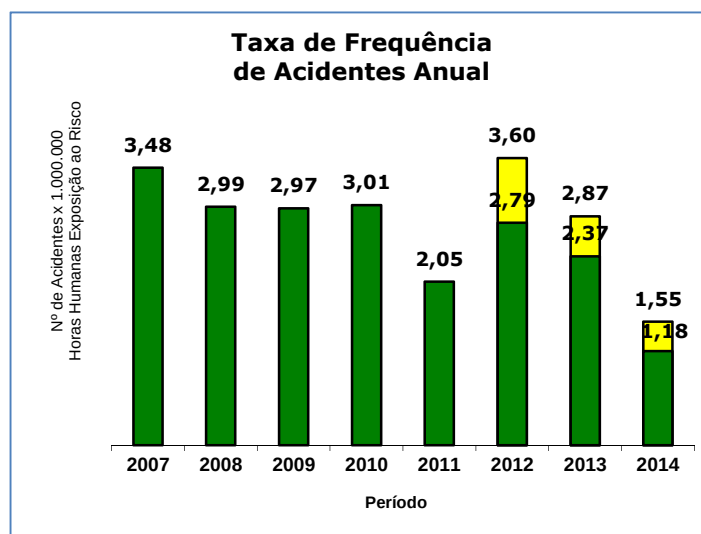
Objetivo: Ter como diretriz essencial a discussão de temas relevantes para a promoção de ambiente de trabalho saudável e seguro para toda a força de trabalho de Furnas. O comitê passará a ser grupo de Segurança do Trabalho e Saúde ocupacional conforme desenhado pelo MGP através do projeto de Governança e aprovado pela Diretoria Executiva.

- *Projeto Inovação SESI*

Objetivo: Visa criar e implementar novo protocolo de avaliação das aptidões físicas, condições nutricionais e avaliação ergonômica dos postos e atividades laborais, dos trabalhadores de Linhas de Transmissão, Operação e Manutenção de Furnas.

As ações nas áreas de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do trabalhador tem como objetivo garantir a segurança das instalações e operações, a saúde, integridade física e o bem-estar dos empregados, além de atendimentos psicossociais e de apoio, em circunstâncias críticas que podem afetar a produtividade.

Acidentes de Trabalho



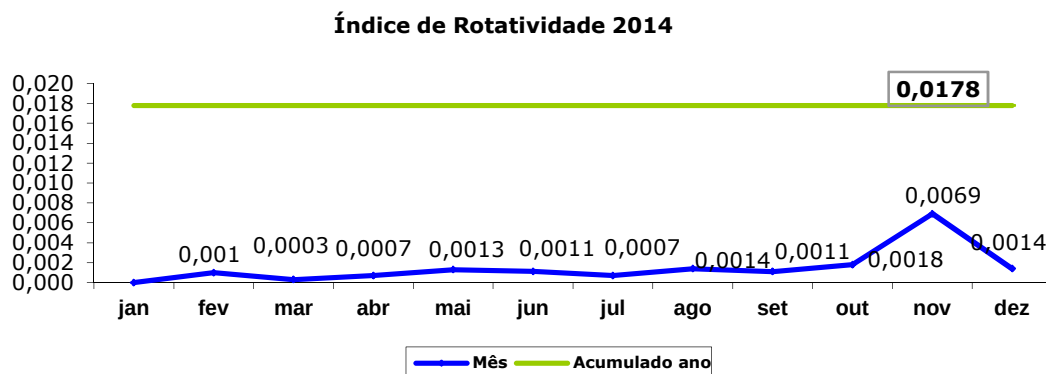
Legenda:

■ 220 Horas homens Trabalhadas mês

■ 167 Horas Homens trabalhadas mês

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas é padronizado em 167 horas homem mês nas empresas Eletrobras o que corresponde a 2000 horas homem anual / 12 meses, conforme NBR 14280.

Rotatividade (Turnover)



Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{total de admissões} + \text{total de demissões})/2}{\text{n}^{\circ} \text{ inicial de empregados}}$$

Educação Continuada 2014

A Unidade de Educação Corporativa de Furnas tem por objetivo promover a formação continuada de seus empregados, alinhando as diretrizes da Educação Corporativa e de Gestão do Conhecimento ao Planejamento Estratégico da Empresa, fomentando a produção, o compartilhamento e disseminação do conhecimento de forma estruturada e visando o desenvolvimento do negócio da Empresa e das Pessoas.

Furnas vem investindo amplamente em sua Unidade de Educação Corporativa com ações educacionais que contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais. A educação continuada é de fundamental importância para tanto.

Gestão do Conhecimento

A Unidade de Educação Corporativa de Furnas visa institucionalizar a Gestão do Conhecimento na Empresa, promovendo uma cultura de compartilhamento e a valorização do aprendizado informal e colaborativo, potencializando a integração da Gestão de Conhecimento aos processos de negócio da Empresa.

Além disso, explicita e disponibiliza os conhecimentos através de ambientes que propiciam a aceleração da aprendizagem e a inovação, garantindo, assim, o processo de formação continuada sistematizado, alinhado às estratégias do negócio de Furnas. A Gestão de Conhecimento alavancou o negócio da Empresa e proporciona o crescimento pessoal e profissional dos empregados.

Furnas estruturou diversas ferramentas para garantir a disseminação dos Conhecimentos na Organização.

Iniciativas priorizadas 2012/2014:

- Governança de Gestão do Conhecimento
- Curso On line introdutório de Gestão do Conhecimento
- Mapeamento dos Conhecimentos Críticos
- Fóruns de Discussão
- Base de Conhecimento (BC)
- Comunidades de Prática (CoP)
- Banco de Especialistas
- Institucionalização do Processo de Retenção e Transferência
- Aprendizado social e colaborativo
- Programa de Repasse de Conhecimentos (PRC)

As tabelas abaixo demonstram alguns indicadores de acompanhamento sobre a Gestão do Conhecimento em Furnas:

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	3185
Bases de Conhecimento	285
Fóruns de Discussão	1248
Banco de Especialistas	5.071
Curso de Sensibilização de GC	5.071
Mapeamento de Conhecimentos associados aos Processos	
Número de Participações	402
Número de Workshops	27

Planos de Repasse de Conhecimento – 2011 - 2014	
Planos de Repasse de Conhecimento – PRC's realizados	579
Dispensa de Repasse de conhecimentos – DRC's emitidas	288.866

Diante das iniciativas implementadas e a grande importância do tema, Furnas ficou enquadrada no nível 3 em Gestão do Conhecimento na Pesquisa IPEA – 2004 – 2014. Foram entrevistadas 81 empresas da administração pública. Furnas se colocou no grupo das 05 empresas que estão no nível avançado – grupo 3, em relação a Gestão do Conhecimento.

Educação Corporativa

A Educação Corporativa promove a educação continuada dos empregados de forma ampla, participativa e voltada para os objetivos estratégicos de Furnas, gerando o crescimento pessoal e profissional dos empregados da Empresa. Para tal estabeleceu princípios, objetivos, conceitos e práticas para os processos de Educação Profissional.

Dentre as ações continuadas que ofertamos, podemos citar:

- Ações Educacionais para apoio direto à estratégia da Empresa
- Ações Estratégicas;
- Ações Educacionais das Trilhas de Aprendizagem;
- Caminho educacional que o empregado deve seguir para atuar de forma efetiva e alinhada aos objetivos organizacionais da Empresa.
- Plano de Desenvolvimento Individual – PDI
- Ações educacionais apontadas no momento da Avaliação de Desempenho de cada empregado.
- Ações Educacionais para atender aos processos de Furnas
- Ações específicas das áreas de negócio
- Ações educacionais solicitadas pelas áreas da Empresa para atender aos processos de trabalho a elas vinculados.
- Ações avulsas
- Coordenação dos Cursos de Treinamento Básico para Operação e manutenção de Linhas de transmissão em parceria com o Centro de treinamento do CTE.O;
- Certificação dos Operadores de Furnas;
- Oferta de Cursos on line;
- Oferta de cursos para atender a Legislação do Ministério do Trabalho e do Emprego;
- Oferta de cursos do SAP;
- Levantamento, junto às áreas, de ações estratégicas, ações específicas das áreas de negócio, PRO Furnas, idiomas, Lideranças, dentre outras. Para montar um planejamento que visa atender a Empresa nos anos de 2015 e 2016 – Plano Global de Aprendizagem.

Resultados 2014				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes/ Força de Trabalho
1045	3.460	7936	51.063	68%

O quadro abaixo apresenta a média de horas de treinamento de 2014, por funcionário, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Cargo/Gênero	Média de Horas
Gerencial feminino	76,12
Gerencial masculino	40,41
Nível superior feminino	34,65
Nível superior masculino	23,06
Sem nível superior feminino	57,04
Sem nível superior masculino	20,15

Indicador	Fórmula	Índice Acumulado 2014
Participantes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	68%
Participação de Gerentes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	75,98%
Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$ 96,47
Custo de ação educacional por empregado treinado	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$ 1.388,04
Carga horária média por participação	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participações em ações educ.}}$	6,27
Carga horária média por participantes	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participantes em ações educacionais}}$	14,38
Carga horária média por empregados	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Número de empregados}}$	9,81
Percentual de Iniciativas de GC Implantadas	$\frac{\text{Número de Iniciativas Previstas}}{\text{Número de Iniciativas implantadas}}$	88%
Nível de Maturidade de Furnas em relação a Gestão do Conhecimento	Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa (Pesquisa)	2

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	361	394	396	394	5.599.642,74
1.1 Área Fim	270	185	195	174	2.529.341,28
1.2 Área Meio	91	209	201	220	3.070.301,46
2. Nível Médio	103	115	108	94	967.869,45
2.1 Área Fim	100	70	70	68	612.804,29
2.2 Área Meio	3	45	38	26	355.065,16
3. Total (1+2)	464	509	504	488	6.567.512,19

Análise Crítica

Recrutamento

O processo de recrutamento de candidatos a Estágio, no Escritório Central, será realizado pela Gerência de Recrutamento e Gestão de Carreiras - GRC.A, segundo critérios estabelecidos pela Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A.

Nas Áreas Regionais, a chefia de órgão em nível mínimo de Divisão será responsável pelo processo de recrutamento, cabendo à GRC.A a sua coordenação.

A GRC.A deverá tomar as providências necessárias à celebração de convênio para prestação de serviços de concessão de Estágio entre Furnas e as instituições de ensino, bem como determinar as condições a serem estabelecidas nas cláusulas do convênio, observada a legislação em vigor.

Seleção

O processo de seleção constará de:

- Entrevista, no órgão que solicitou o estagiário, para verificar os conhecimentos acadêmicos, potencialidades, interesse e motivação do candidato.
- Avaliação médica realizada pela Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde - GSS.A.
- As inscrições ficarão abertas ao longo do ano e o preenchimento das vagas dar-se-á à medida que os órgãos da empresa solicitarem.
- O candidato ao Estágio Tipo A deverá possuir, no histórico escolar, nos 2 (dois) últimos semestres, o Coeficiente de Rendimentos igual ou superior a 7 (sete) ou grau equivalente.

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	2000006887	05.014.372/0001-90	30/04/2010	30/04/2015	59	59					Ativo Prorrogado
2009	L	O	8000000321	07.990.946/0001-91	22/06/2009	21/06/2014	9	9					Encerrado
2010	L	O	8000000756	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2015	8	8					Ativo Prorrogado
2010	L	O	8000000759	03.342.141/0001-80	30/01/2010	31/01/2015	9	9					Ativo Prorrogado
2010	L	O	8000000977	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2015	19	19					Encerrado
2010	V	O	8000001262	03.007.660/0001-92	01/03/2010	21/05/2015	13	13					Ativo Prorrogado
2010	V	O	8000001520	03.786.721/0001-67	18/01/2010	17/01/2015	6	6					Ativo Normal
2011	L	O	8000003843	09.583.222/0001-59	01/03/2011	01/03/2015	4	4					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/02/2015	12	12					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000003895	31.546.484/0005-26	01/03/2011	28/02/2015	4	4					Ativo Prorrogado
2010	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/01/2010	15/03/2015	14	14					Ativo Prorrogado
2011	L	O	8000004060	03.342.141/0001-80	20/04/2011	30/04/2015	18	18					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000004251	66.700.295/0001-17	21/07/2011	20/07/2015	9	9					Ativo Prorrogado
2011	L	O	8000004259	09.583.222/0001-59	01/07/2011	10/03/2015	24	24					Ativo Prorrogado
2011	V	O	8000004280	02.841.990/0002-05	07/07/2011	13/07/2014	34	34					Encerrado
2011	V	O	8000004352	03.372.304/0001-78	01/08/2011	28/02/2014	7	7					Encerrado
2011	V	O	8000004361	08.665.023/0001-27	15/08/2011	14/02/2014			1	1			Encerrado
2011	L	O	8000004408	03.342.141/0001-80	01/09/2011	31/08/2015	21	21					Ativo Prorrogado

Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	22/09/2011	31/08/2015	54	54					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000004825	11.699.013/0001-17	01/02/2010	31/01/2014	9	9					Encerrado
2011	V	O	8000004847	03.108.004/0001-86	20/09/2011	31/01/2014	12	12					Encerrado
2012	L	O	8000004866	04.231.640/0001-63	08/02/2012	07/02/2014	13	13					Encerrado
2012	V	O	8000004926	03.229.363/0001-91	01/03/2012	28/02/2015			1	1			Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000004952	36.529.998/0001-63	05/03/2012	04/03/2014	158	158					Encerrado
2012	L	O	8000004990	39.750.831/0001-16	02/04/2012	01/04/2014	18	18					Encerrado
2012	V	O	8000005081	08.362.390/0001-51	01/05/2012	30/04/2015	3	3					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005184	03.372.304/0001-78	28/05/2012	31/10/2013	41	41					Encerrado
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/02/2015	29	29					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005323	13.159.550/0001-08	04/07/2012	29/04/2015	18	18					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005353	60.860.087/0042-77	27/03/2012	12/08/2015	9	9					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005404	05.576.482/0001-46	16/08/2012	20/08/2015	36	36					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005428	03.772.051/0001-20	29/08/2012	20/07/2015	19	19					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	13/04/2012	19/09/2016	48	48					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005470	09.434.186/0001-61	25/09/2012	16/03/2015	12	12					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005549	39.750.831/0001-16	01/10/2012	01/04/2015	4	4					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005576	66.700.295/0001-17	05/10/2012	24/04/2015	48	48					Ativo Prorrogado
2012	L	O	8000005581	07.755.950/0001-75	04/10/2012	21/04/2014	10	10					Encerrado
2012	L	O	8000005609	06.305.533/0001-68	09/10/2012	21/04/2014	13	13					Encerrado
2012	L	O	8000005716	39.750.831/0001-16	30/10/2012	29/04/2015	72	72					Ativo Prorrogado

Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	8000005773	07.581.273/0001-16	20/11/2012	20/05/2015	14	14					Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000005808	66.700.295/0001-17	03/12/2012	20/07/2015	10	10					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006034	39.750.831/0001-16	05/03/2013	10/03/2014	13	13					Encerrado
2013	L	O	8000006040	11.657.734/0001-64	05/03/2013	31/12/2014	25	25					Encerrado
2013	L	O	8000006042	39.750.831/0001-16	05/03/2013	10/01/2014	2	2					Encerrado
2013	L	O	8000006053	72.043.920/0001-06	08/02/2013	19/02/2015	46	46					Ativo Normal
2012	V	O	8000006057	01.863.518/0001-11	08/11/2012	28/02/2015	4	4					Ativo Normal
2012	L	O	8000006070	08.003.201/0001-54	24/10/2012	10/03/2014	39	39					Encerrado
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	15/04/2013	24/04/2015	24	24					Ativo Normal
2013	L	O	8000006154	03.342.141/0001-80	07/01/2013	31/03/2015	3	3					Ativo Normal
2013	V	O	8000006267	08.752.749/0001-05	16/05/2013	23/05/2015	7	7					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006354	07.863.853/0001-04	23/05/2013	22/05/2015	13	13					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006361	09.167.445/0001-35	30/05/2013	31/05/2015	21	21					Ativo Normal
2013	L	O	8000006382	01.716.959/0001-90	17/06/2013	13/11/2014	31	31					Encerrado
2013	L	O	8000006492	01.716.959/0001-90	12/08/2013	11/08/2015	18	18					Ativo Normal
2013	L	O	8000006518	03.432.371/0001-30	13/05/2013	12/09/2015	53	53					Ativo Normal
2013	V	O	8000006539	31.276.470/0001-06	04/09/2013	30/09/2015	24	24					Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006597	03.108.004/0001-86	20/09/2013	19/09/2014	8	8					Encerrado
2013	L	O	8000006638	16.576.016/0001-87	28/10/2013	12/09/2015	10	10					Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006675	07.147.016/0001-70	14/08/2013	13/11/2015	3	3					Ativo Normal
2013	L	O	8000006704	07.993.467/0001-29	11/11/2013	10/11/2015	11	11					Ativo Normal

Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	8000006713	10.213.136/0001-33	01/11/2013	31/10/2015	5	5					Ativo Normal
2013	V	O	8000006721	01.301.890/0001-34	08/02/2013	31/10/2014	52	52					Encerrado
2013	V	O	8000006723	10.752.076/0001-27	28/11/2013	27/11/2014	2	2					Encerrado
2013	L	O	8000006786	03.342.141/0001-80	13/11/2013	31/01/2014	9	9					Encerrado
2013	L	O	8000006856	08.362.390/0001-51	24/10/2013	23/02/2014	8	8					Encerrado
2014	L	O	8000006870	03.342.141/0001-80	02/01/2014	02/01/2016	8	8					Ativo Normal
2013	V	O	8000006881	00.332.087/0009-51	30/12/2013	29/12/2015	29	29					Ativo Normal
2013	L	O	8000006890	03.342.141/0001-80	13/12/2013	15/12/2015	27	27					Ativo Normal
2014	L	O	8000006910	16.576.016/0001-87	06/01/2014	05/01/2016	29	29					Ativo Normal
2014	L	O	8000007001	04.231.640/0001-63	08/02/2014	22/05/2015	13	13					Ativo Normal
2014	V	O	8000007030	08.562.228/0001-87	24/02/2014	23/02/2016	12	12					Ativo Normal
2014	V	O	8000007059	03.372.304/0001-78	01/03/2014	28/02/2015	44	44					Ativo Normal
2014	L	O	8000007164	10.213.136/0001-33	10/04/2014	09/04/2015	3	3					Ativo Normal
2014	L	O	8000007232	10.413.205/0001-52	05/05/2014	10/03/2015	37	37					Ativo Normal
2014	L	O	8000007249	06.305.533/0001-68	02/06/2014	01/06/2015	12	12					Ativo Normal
2014	L	O	8000007258	07.386.731/0001-66	01/06/2014	31/05/2016	7	7					Ativo Normal
2014	V	O	8000007294	03.372.304/0001-78	20/06/2014	19/06/2015	10	10					Ativo Normal
2014	V	O	8000007316	08.562.228/0001-87	25/06/2014	24/06/2015	8	8					Ativo Normal
2014	L	O	8000007359	07.990.946/0001-91	24/07/2014	23/06/2015	5	5					Ativo Normal
2014	V	E	8000007422	08.562.228/0001-87	01/08/2014	27/01/2015	40	40					Ativo Normal
2014	V	E	8000007439	09.167.445/0001-35	10/06/2014	09/12/2014	8	8					Ativo Normal

Quadro A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:					CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	V	E	8000007555	31.546.484/0001-00	01/10/2014	30/09/2016			1	1			Ativo Normal
2014	L	O	8000007678	18.217.017/0001-60	20/10/2014	30/08/2015	4	4					Ativo Normal
2014	V	O	8000007782	08.752.749/0001-05	12/01/2014	30/11/2016			2	2			Ativo Normal
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S/A.													
UG/Gestão: AGC.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	(O)	8000002259	00.039.404/0001-99	16/07/2010	16/07/2015	-	-	-	-	-	-	(A)
Observações: O grau de escolaridade dos vigilantes não foi especificada no Termo de Referência. Foi definida somente a necessidade de 10 profissionais. O Termo Contratual nº 8000002259 foi assinado com a H&F Vigilância e Segurança Ltda e tem a interveniência da CPFL Geração de Energia S/A.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Assessoria de Apoio à Gestão de Contratos – AGC.E

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Gerência de Construção Sul													
UG/Gestão: GCS.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	8000006536	05.466.147/0001-95	04/09/2013	04/09/2015			6	6			P
Observações:													
Não há exigência quanto à escolaridade dos Motoristas e sim quanto à categoria da CNH. Todos os que estão contratados possuem o Ensino Médio.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Gerência de Construção Leste													
UG/Gestão: GCL.E							CNPJ: 23.274.194/0001-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	6	O	8000004913	04.394.582/0001-99	01/03/2012	28/02/2016			14				P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Superintendência de Implantação de Empreendimentos – S.I.E

Quadro A.7.2.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A														
UG/Gestão:							CNPJ: CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	9	O	8000002084	03.342.141/0001-80	24/05/2010	31/05/2015	34	34					(P)	
2010	9	O	8000002105	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2015	4	4					(P)	
2010	9	O	8000002106	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2015	11	11					(P)	
2010	2	O	8000003040	11.740.504/0001-64	27/07/2010	06/01/2015	2	2					(A)	
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	24/09/2010	30/09/2015	9	9					(P)	
2010	12	O	8000003429	00.212.298/0001-01	16/11/2010	15/11/2014	9	9					(E)	
2011	12	O	8000003838	30.440.119/0001-46	17/02/2011	13/11/2014	17	17					(E)	
2012	12	O	8000004021	01.716.959/0001-90	11/04/2011	10/10/2014	21	21					(E)	
2011	12	O	8000004054	07.841.574/0001-31	20/04/2011	01/05/2015	20	20					(P)	
2011	9	O	8000004257	09.583.222/0001-59	01/08/2011	10/01/2014	28	28					(E)	
2011	8	O	8000004325	30.440.119/0001-46	25/07/2011	31/03/2014	3	3					(E)	
2011	12	O	8000004376	00.087.163/0001-53	31/05/2011	14/08/2015	27	27					(P)	
2011	2	O	8000004413	08.362.390/0001-51	27/09/2011	21/11/2015	4	4					(P)	
2012	2	O	8000004782	05.466.147/0001-95	16/01/2012	30/06/2015	1	1					(P)	
2012	9	O	8000004813	01.918.118/0001-66	11/01/2012	10/01/2014	13	13					(E)	
2012	9	O	8000004865	04.818.396/0001-30	30/01/2012	31/01/2014	20	20					(E)	
2012	12	O	8000004901	09.583.222/0001-59	03/02/2012	02/02/2014	19	19					(E)	
2012	9	O	8000004941	02.630.719/0001-31	22/03/2012	30/04/2015	3	3					(P)	
2012	2	O	8000004979	05.466.147/0001-95	22/03/2012	30/09/2015	7	7					(P)	
2012	9	O	8000004990	39.750.831/0001-16	02/04/2012	01/04/2014	18	18					(E)	
2012	9	O	8000005113	03.342.141/0001-80	30/04/2012	30/05/2015	5	5					(P)	
2012	12	O	8000005136	13.159.550/0001-08	08/05/2012	13/11/2014	12	12					(E)	
2012	2	O	8000005258	76.669.670/0001-67	10/12/2012	16/12/2014	6	6					(E)	
2012	2	O	8000005310	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/05/2015	9	9					(P)	
2012	12	O	8000005338	44.416.618/0001-02	10/08/2012	09/01/2015	2	2					(P)	

2012	12	O	8000005365	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/07/2015	7	7					(P)
2012	3	O	8000005399	04.151.822/0001-24	03/09/2012	02/09/2014	3	3					(E)
2012	3	O	8000005436	32.185.480/0001-07	03/09/2012	02/11/2014	1	1					(E)
2012	9	O	8000005592	30.440.119/0001-46	20/04/2012	14/04/2015	6	6					(P)
2012	2	O	8000005595	05.466.147/0001-95	25/10/2012	30/04/2015	16	16					(P)
2012	2	O	8000005640	09.632.388/0001-18	26/04/2012	30/04/2015	7	7					(P)
2012	2	O	8000005658	04.293.745/0001-47	28/05/2012	30/04/2015	8	8					(P)
2012	9	O	8000005761	08.362.390/0001-51	20/11/2012	01/08/2015	5	5					(P)
2012	2	O	8000005793	05.466.147/0001-95	30/11/2012	01/04/2015	14	14					(P)
2012	12	O	8000005797	08.725.042/0001-00	03/12/2012	30/03/2014	29	29					(E)
2012	2	O	8000005828	05.389.546/0001-08	10/12/2012	01/02/2015	6	6					(P)
2012	9	O	8000005903	08.362.390/0001-51	03/10/2012	13/08/2015	11	11					(P)
2013	12	O	8000005924	00.813.398/0001-85	07/01/2013	06/01/2016	13	13					(P)
2012	9	O	8000006039	08.362.390/0001-51	06/11/2012	03/08/2015	10	10					(P)
2013	12	O	8000006074	32.225.757/0001-70	21/02/2013	30/09/2015	5	5					(P)
2013	2	O	8000006083	09.632.388/0001-18	07/03/2013	06/02/2015	10	10					(P)
2013	2	O	8000006092	14.143.727/0001-32	10/04/2013	28/02/2015	20	20					(P)
2013	2	O	8000006308	27.326.594/0001-81	20/05/2013	30/05/2015	13	13					(P)
2013	10	O	8000006313	40.378.440/0001-00	29/05/2013	29/05/2015	23	23					(A)
2013	12	O	8000006316	09.023.884/0001-74	15/05/2013	14/11/2015	12	12					(P)
2013	9	O	8000006328	02.993.861/0001-43	10/06/2013	09/06/2015	22	22					(P)
2013	9	O	8000006378	18.981.068/0001-64	05/06/2013	06/12/2014	51	51					(E)
2013	2	O	8000006393	09.632.388/0001-18	10/09/2013	28/02/2015	2	2					(P)
2013	2	O	8000006424	11.740.647/0001-76	07/07/2013	28/02/2015	12	12					(P)
2013	12	O	8000006475	01.716.959/0001-90	19/08/2013	18/08/2015	17	17					(A)
2013	9	O	8000006482	01.918.118/0001-66	09/08/2013	11/02/2015	32	32					(P)
2013	9	O	8000006519	14.608.661/0001-09	19/08/2013	18/08/2015	9	9					(A)
2013	9	O	8000006546	16.576.016/0001-87	04/09/2013	14/04/2015	14	14					(P)
2013	2	O	8000006647	11.683.755/0001-54	21/10/2013	01/10/2015	2	2					(P)
2011	9	O	8000006668	04.148.551/0001-58	07/08/2013	15/10/2014	14	14					(E)

2013	2	O	8000006742	08.532.353/0001-44	28/11/2013	30/04/2015	8	8						(P)
2013	12	O	8000006744	09.013.436/0001-90	02/12/2013	01/12/2015	1	1						(A)
2013	12	O	8000006773	07.147.016/0001-70	14/11/2013	18/08/2015	15	15						(P)
2013	9	E	8000006804	07.863.853/0001-04	21/10/2013	20/02/2014	21	21						(E)
2013	2	O	8000006820	05.466.147/0001-95	21/12/2013	30/06/2015	3	3						(P)
2014	9	O	8000006898	14.160.670/0001-80	31/01/2014	30/01/2015	5	5						(A)
2014	9	O	8000007008	55.905.350/0001-99	25/02/2014	24/02/2016	9	9						(P)
2014	9	O	8000007082	09.583.222/0001-59	11/03/2014	10/03/2016	48	48						(A)
2014	9	O	8000007101	08.362.390/0001-51	17/03/2014	16/03/2015	20	20						(A)
2014	9	O	8000007103	04.148.551/0001-58	01/04/2014	30/09/2015	8	8						(A)
2014	9	O	8000007148	12.624.111/0001-58	14/04/2014	13/04/2016	27	27	6	6				(A)
2012	8	O	8000007210	08.361.068/0001-08	30/04/2014	30/04/2016	4	4	1	1				(A)
2014	9	O	8000007237	12.624.111/0001-58	01/06/2014	31/05/2015	19	19						(A)
2014	9	O	8000007300	12.624.111/0001-58	16/06/2014	15/06/2015	12	12						(A)
2014	9	O	8000007503	08.362.390/0001-51	25/08/2014	24/08/2015	16	16						(A)
2014	5	O	8000007563	08.800.421/0001-09	01/10/2014	30/09/2015			9	9				(A)

Observações: O contrato 8000006074 previa a mobilização de MO segundo um histograma, variando de 4 a 6 pessoas; a quantidade apresentada foi a média.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Diversos contratos de serviços continuados, especialmente os de vigilância e limpeza e higiene, apresentam problemas recorrentes que via de regra levam à rescisão contratual. As principais causas de inadimplemento das empresas são constantes atrasos no pagamento de salários e demais verbas

trabalhistas, muitas vezes levando à interrupção das atividades e resultando no pagamento direto de Furnas aos empregados da contratada, em processo de rescisão contratual. Talvez esse problema seja fruto da baixa liquidez de algumas empresas e consequente falta de sustentação financeira para arcar com o período entre a prestação dos serviços e o efetivo pagamento pelos mesmos.

O não pagamento tempestivo de verbas rescisórias é outra situação que ocorre vez ou outra, uma vez que nos contratos vigentes não há a previsão de fundo de provisionamento dessas verbas, nos moldes do previsto na Instrução Normativa No. 6, de 23/12/2013.

Observado também alguns casos de abandono dos serviços, sem qualquer comunicação prévia tempestiva à Furnas, por empresas de pequeno porte, ou até mesmo microempresas, muitas vezes amadores no ramo, que conseguem vencer licitações, porém, apresentam problemas na execução.

Outro fator que causa dificuldades para a administração, bastante comum nos contratos de limpeza e higiene, é a alta rotatividade de prestadores de serviço que causa prejuízos ao bom andamento das atividades em virtude da necessidade de adaptação dos prestadores de serviço ao ambiente de trabalho, além do baixo comprometimento dos mesmos.

Quanto ao Contrato 8000002259:

As dificuldades encontradas pela gestão ao longo da prestação de serviços do Termo Contratual 8000002259, firmado entre FURNAS e a H&F Vigilância, com a interveniência da CPFL Geração de Energia, dizem respeito a negociação e concordância por parte da H&F dos reajustes de preços (ano 4 e ano 5) contratuais, que impactam na repactuação do valor global do contrato.

Pelo fato da H&F não ter concordado com o índice calculado pela gerência financeira de FURNAS para o reajuste dos preços do ano 4 do contrato, houve um grande desgaste entre as partes para se chegar a um índice que condizia com a realidade da inflação do período apurado (março/2013 a março/2014), incluindo também, a aprovação do Adicional de Periculosidade pelo Sindicato para a classe de vigilantes, a partir de dezembro/2013. A GFI.F se empenhou no cálculo dos referidos índices, e após muitas trocas de e-mails, correspondências e ligações entre AGC.E e H&F, chegou-se a um acordo.

A partir de março/2015, a H&F já teria direito a um novo reajuste, que seria incorporado por meio de repactuação do valor do contrato. Mais uma vez a GFI.F foi solicitada para realizar o cálculo do índice., o qual foi submetido a aprovação da H&F. A H&F concordou recentemente com tal índice.

Devido a negociação para concordância do índice de reajuste do ano 4 ter sido demasiadamente longa, em conversa com a GCO.P, concluímos que teríamos que incluir tanto a repactuação do reajuste do ano 4, quanto do ano 5 em um único aditamento (Termo Aditivo 05), o qual teve a concordância da H&F, e está sob análise da GCO.P, para então, ser enviado para assinatura da H&F, e CPFL. A GFI.F já expediu parecer favorável a minuta do Termo Aditivo 05. Após formalização do referido aditamento, FURNAS providenciará o faturamento retorativo das parcelas referentes a repactuação dos anos 4 e 5.

O contrato tem natureza de serviço contínuo e seu prazo de vigência se encerra em 16/07/2015. Este contrato inicialmente era de 24 meses e foi sendo prorrogado até alcançar o prazo máximo de 60 meses.

Quanto aos contratos 8000006536 e 8000004913: em execução normal, sem ocorrência de descumprimento de Cláusulas Contratuais.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	361	394	396	394	5.599.642,74
1.1 Área Fim	270	185	195	174	2.529.341,28
1.2 Área Meio	91	209	201	220	3.070.301,46
2. Nível Médio	103	115	108	94	967.869,45
2.1 Área Fim	100	70	70	68	612.804,29
2.2 Área Meio	3	45	38	26	355.065,16
3. Total (1+2)	464	509	504	488	6.567.512,19

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas – GAP.A

7.3 Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha

Furnas tomou as seguintes medidas para revisão dos contratos vigentes e encerrados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos:

1. Foi feito levantamento via sistema corporativo, onde foram relacionados todos os contratos firmados com Furnas nos períodos abrangentes pela desoneração, para todas as diretorias de Furnas. Foram analisados 61.544 contratos, dos quais 169 estavam sujeitos à desoneração atendendo perfeitamente ao enquadramento legal.

2. Em seguida, foi pesquisado junto à área financeira de Furnas, quais fornecedores já haviam apresentado a composição de seus custos, ou seja, o detalhamento dos custos dos contratos com pessoal, impostos e outras despesas, para que se pudesse calcular o impacto da desoneração. Para estes, foi possível o cálculo da desoneração de imediato.

2.1. Aos fornecedores cujos preços não estavam detalhados, foi enviada correspondência, solicitando detalhamento dos custos para que Furnas pudesse calcular os valores da desoneração.

2.2 Da relação de empresas contatadas por correspondência, recebemos poucas respostas, sendo que em algumas delas os fornecedores alegaram que não se enquadravam na desoneração por vários motivos, os quais estão sendo verificados pela área jurídica para definição das providências cabíveis.

Em relação aos contratos encerrados, a relação está sendo encaminhada à área financeira de Furnas para emissão do AVD – Aviso de Débito cobrando os fornecedores.

Segue a relação dos contratos impactados pela Desoneração da Folha de Pagamentos que já foram calculados pela área financeira, contendo as informações solicitadas. Os demais contratos estão pendentes de entrega e/ou análise de documentação, conforme explicitado nos itens acima:

Desoneração da Folha de Pagamentos

Número do Contrato	Unidade Contratante	Empresa	CNPJ	Objeto	Vigência		Valor do Contrato	Redução / aumento de valor	Status
					Início	Fim			
8000005947	CSCR.A	CONPLAN EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	05.389.546/0001-08	Serviços de transporte diário de operadores de Fumas em horário de turno para Usina e Subestação de Campos, e Subestação de Vitória - no DRN.O	01/01/2013	31/12/2015	R\$ 712.135,20	R\$ 185,66	Valor a ressarcir ao fornecedor. Verificar como proceder
8000004325	CSCM.A	ACR SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.	30.440.119/0001-46	Prestação de serviços de manutenção mecânica em 15 (quinze) embarcações que executam travessias em diversos municípios localizados nos reservatórios da Usina de Fumas e da Usina Marechal Mascarenhas de Moraes localizadas em Minas Gerais.	01/08/2011	31/01/2014	R\$ 388.470,89	-R\$ 4.918,15	Será emitido AVD para cobrança do débito ao fornecedor
8000006369	DGCO.A /GFO.A	DOLABELLA JUNIOR ENGENHARIA LTDA	31.390.461/0001-41	Serv. engenharia para instalação de suporte metálico, com trole mecânica, e da tampa do alçapão (Casa de máquinas elevador Bloco A).	28/06/2013	25/12/2013	R\$ 64.036,85	-R\$ 435,45	Será emitido AVD para cobrança do débito ao fornecedor
8000006799	GCC.E	MONTEL TECNOLOGIA CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA.	06.321.427/0001-78	Contratação de serviços para substituição de 01 Banco de autotransformadores monofásicos em 345/230/13,8 kV na Subestação Bandeirantes/Fumas, em Aparecida de Goiânia - GO, e instalação de 1 banco de autotransformadores monofásicos em 345/230/13,8 KV na Subestação de IPAPETI/CTEEP, em Mogi das Cruzes - SP.	18/12/2013	30/07/2014	R\$ 598.213,98	-R\$ 6.819,49	Não foi possível a assinatura do aditamento (CND vencida da empresa).
500000498 (AS.GCC.002.2013)	GCC.E	RP ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA	11.397.418/0001-09	Prestação de SERVIÇOS de integração entre painéis novos e existentes e de realização de comissionamento para instalação das proteções, medição, controle e supervisão de um Banco de Transformadores 345/230/13,8kV, na Subestação de Brasília Sul.	17/03/2014	14/08/2014	R\$ 87.269,03	-R\$ 6.943,05	Aditamento assinado em 17.06.2014
8000006945	CSCS.A	OBRA GEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	01.817.838/0001-35	Serviços de recapeamento asfáltico para a Subestação de Itaberá	20/01/2014	19/03/2014	R\$ 697.972,04	-R\$ 596,30	Será emitido AVD para cobrança do débito ao fornecedor
8000006994 (AS.GCC.001.2013)	GCC.E	ENGELMIG ELETRICA LTDA	21.066.139/0001-08	Contratação para fornecimento de materiais, elaboração e aprovação de projetos e execução de serviços de modificação de redes de distribuição de energia elétrica aérea rural monofásica e trifásica de 7,97kv, 13,8kv, e baixa tensão convencional que tiveram seu fornecimento prejudicado pela construção da lt 500kv bom despacho 3/ouro preto 2.	21/01/2014	20/08/2015	R\$ 139.601,69	-R\$ 8.035,35	Aditamento assinado em 14.10.2014
8000005665	AGC.E	TABOCAS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	03.130.160/0001-43	Construção da lt 500kv Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 e obras civis e montagem eletromecânica para as subestações associadas	31/10/2012	23/09/2014	R\$ 40.991.216,15	-R\$ 477.431,31	Contrato Encenado. O valor da Desoneração será abatido do pleito em análise.
8000006710	AGC.E	NATURASUL FLORESTAL LTDA.	04.806.192/0001-89	UHE Batalha - Construção e reforma de edificações comunitárias nos assentamentos localizados na área de interferência do reservatório da UHE Batalha.	14/11/2013	07/07/2015	R\$ 5.051.007,64	-R\$ 82.514,98	Aditamento assinado em 14/10/2014
8000006414	AGC.E	MONTEL TECNOLOGIA CONSTRUCOES E MANUTENÇÕES LTDA.	06.321.427/0001-78	Obras civis de montagem eletromecânica para a instalação do 4º banco de autotransformadores de 345/230 kV e de uma unidade de reserva adicional de um autotransformador de 345/138 kV e substituição de equipamento de manobra em operação na Subestação de Brasília Sul.	21/06/2013	22/08/2014	R\$ 5.075.000,00	-R\$ 74.845,41	A empresa fechou as portas e abandonou o canteiro de obras. Não foi possível fazer o aditamento. Assunto já informado ao Jurídico de Fumas
8000006047	GSGA	IATEC GROUP COMERCIO DE ISOLAMENTOS LTDA. EPP	03.725.236/0001-83	Contratação de serviços de engenharia para substituição do isolamento térmico da tubulação de água gelada do EC de Fumas.	22/02/2013	22/11/2014	R\$ 2.900.374,80	Contrato foi firmado já com preços desonerados	Não há valor a ser ressarcido.

Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados – CS.A

7.4 Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar

a)

i. Nome: Real Grandeza

ii. Razão Social: Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

iii. CNPJ: 34.269.803/0001-68

iv. Demonstrativo Anual

1) Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes: R\$ 1.129.711 mil (*)

(*) Informação Contábil

2) Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	18.602.226,52
Contribuição Definida (CD)	35.240.252,96
Total	53.842.479,48 (*)

(*) Incluído 13º salário

3) Valor Total das Contribuições Pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	18.600.916,25
Contribuição Definida (CD)	27.697.569,10
Total	46.298.485,35 (*)

(*) Incluído 13º salário

4) Valor Total de Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora - Cobertura de despesas administrativas à FRG

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	32.351.688,00
Contribuição Definida (CD)	6.053.616,90
Total	38.405.304,90

5) Discriminação da Razão ou Motivo do Repasse de Recursos que Não Sejam Contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	-
Contrato de Reserva a Amortizar	70.474.332,67
Contribuições Amortizantes Plano BD	66.695.918,04
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	39.635.728,49

6) Valor Total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundo Assistencial	Programa de Gestão Administrativa	Total
Renda Fixa	8.049.403.367,28	375.547.254,21	113.510.276,67	64.050.760,20	8.602.511.658,36
Renda Variável	2.266.242.846,53	127.072.065,68	-	5.667.099,78	2.398.982.011,99
Investimentos Estruturados	191.406.870,36	9.677.188,77	-	-	201.084.059,13
Imóveis	581.154.903,62	-	-	-	581.154.903,62
Empréstimos a participantes	270.350.817,10	51.073.187,17	427.166,05	-	321.851.170,32
Caixa (Despesas a pagar/receber)	3.626.939,83	147.727,06	-	2.867,36	3.771.799,53
Total	11.362.185.744,72	563.517.422,89	113.937.442,72	69.714.992,62	12.109.355.602,95

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

7) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional

Política de Investimentos da FRG em 31.12.2014

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação %		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano BD	Total FRG	
Renda Fixa	8.049.403.367	70,84	66,47	100,0
Renda Variável	2.266.242.847	19,95	18,71	70,0
Investimentos Estruturados	191.406.870	1,68	1,58	20,0
Imóveis	581.154.904	5,11	4,80	8,0
Empréstimos a participantes	270.350.817	2,38	2,23	15,0
Outros (Despesas a pagar)	3.626.940	0,03	0,03	-
Total do Plano BD	11.362.185.745	100,0	93,83	

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação %		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano CD	Total FRG	
Renda Fixa	375.547.254	66,64	3,10	100,0
Renda Variável	127.072.066	22,55	1,05	70,0
Investimentos Estruturados	9.677.189	1,72	0,08	20,0
Empréstimos a participantes	51.073.187	9,06	0,42	15,0
Outros (Despesas a pagar)	147.727	0,03	0,00	-
Total do Plano CD	563.517.423	100,0	4,65	

Fundos Assistenciais

Segmento	Valor (R\$)	Participação %		Limites ANS Nº 159 (%)
		FA	Total FRG	
Renda Fixa	113.510.277	99,63	0,94	100,0
Empréstimos a participantes	427.166	0,37	0,00	-
Total dos Fundos Assistenciais	113.937.443	100,0	0,94	

Programa de Gestão Administrativa

Segmento	Valor (R\$)	Participação %		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		PGA	Total FRG	
Renda Fixa	64.050.760	91,88	0,53	100,0
Renda Variável	5.667.100	8,13	0,05	70,0
Outros (Conta Corrente)	-2.867	0,00	0,00	-
Total do PGA	69.714.993	100,0	0,58	

Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade do Plano BD da Real Grandeza, em 2014, foi de 13,84% que, comparada com a inflação acumulada de 6,23% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real de 7,16%, equivalente a 1,58% acima da meta atuarial (INPC + 5,50% ao ano).

No Plano CD, a rentabilidade calculada pela variação da cota, atingiu, no mesmo período, o percentual de 10,44% que, comparada com a inflação acumulada de 3,78% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade líquida de inflação, de 6,42%, equivalente a 0,87% acima da meta atuarial (IGP-DI + 5,50%).

Com relação aos Fundos Assistenciais compostos por recursos do plano de saúde gerido pela Real Grandeza, os investimentos tiveram rentabilidade de 12,72%, ficando acima da variação de 10,90%, apresentada por sua meta de investimentos (taxa Selic), em 1,64%. Quanto ao Programa de Gestão Administrativa, a rentabilidade do investimento foi de 11,76%, 0,78% acima da meta de investimentos da taxa Selic.

Portanto, como pode ser observado no quadro a seguir, em 2014, todos os Planos da Real Grandeza superaram sua metas atuariais ou de investimento.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	13,84	12,07 *
Plano CD	10,44	9,49 **
Fundos Assistenciais	12,72	10,90 ***
Programa de Gestão Administrativa	11,76	10,90 ***

* INPC + 5,50% a.a.

** IGP-DI + 5,50% a.a.

*** Selic

v. Conclusões contidas no relatório da auditoria independente;

Relatório de Auditoria Independente FRG (ver anexo I).

vi. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;

Pareceres Atuariais dos Planos BD e CD (ver anexo II).

vii. Conclusões do último estudo atuarial;

Pareceres Atuariais dos Planos BD e CD (ver anexo II).

b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Não houve

7.5 Órgãos e entidades que executam acordos de cooperação internacional, com a contratação de consultores na modalidade “produto”.

Quadro B.58.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante									
Nome da Organização				Sigla					
Banco Interamericano de Desenvolvimento				BID					
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica									
Título do Projeto				Código					
“Implementação da Nova Estrutura Organizacional e das Iniciativas de Otimização dos Processos de Furnas e Serviços Complementares”. Cooperação Técnica Não-Reembolsável nº ATN/OC-14110-BR, de 17.12.2013, entre Furnas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com prazo para execução do Projeto de 18 (dezoito) meses, cuja participação financeira do BID é de US\$500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), conforme estabelecido em seu próprio preâmbulo. O custo estimado do Projeto é o equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares norte-americanos), seguindo o orçamento previsto, conforme quadro abaixo:				ATN/OC-14110-BR					
Componente		BID/Fundos	Furnas	Total					
Implementação do Projeto		430.000	2.450.000	2.880.000					
Workshop, documentos de disseminação e publicações.		50.000	50.000	100.000					
Auditoria e avaliação		20.000	-	20.000					
Total		500.000	2.500.000	3.000.000					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”									
Código do Contrato:									
TC-8000006776 – (Contratada: Roland Berger Strategy Consultants Ltda. – CNPJ 46.546.479/0001-67).									
Objetivo da Consultoria:									
Prestação de Serviços de Consultoria para Implementação da Nova Estrutura Organizacional, das Iniciativas de Otimização dos Processos de FURNAS e Serviços Complementares – PRO-Furnas II.									
Período de Vigência		Remuneração							
Início	Término	Total Previsto no Contrato Incluso Desp.Reembolsáveis	Total Previsto no Exercício/14	Total pago no Exercício/14	Total pago até o Final do Exercício/14				
17/12/2013	17/03/2015	6.097.672,13	5.862.187,42	5.862.187,42	5.862.187,42				
Insumos Externos									
Despesas Reembolsáveis (Passagens Aéreas/Hospedagem/Diárias):									
1. Limite máximo da contratação original de R\$ 659.437,26;									
2. Limite adicional pelo Aditamento nº 02, de R\$ 131.595,00 (O Aditamento nº 01 não alterou nem valores e prazos contratuais, ao passo que Aditamento nº 02, estendeu prazos contratuais em 2 meses, com a vigência contratual estendida até 17.03.2015, com consequente incremento do limite de despesas reembolsáveis);									

3. Limite total máximo contratual de (1+2) R\$ 791.032,27; 4. Total de Despesas Reembolsáveis despendidas no exercício/2014 no valor de R\$ 565.809,47, (valor já incluído no item anterior).		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Elaboração de um plano de trabalho detalhado.	17/01/2014	R\$ 176.888,00
Definição da Governança e da ferramenta de monitoramento do projeto.	17/02/2014	R\$ 353.776,00
Execução da comunicação e da gestão da mudança.	19/12/2014	R\$ 265.332,00
Execução dos programas de mobilidade interna, capacitação e recrutamento.	17/12/2014	R\$ 795.993,00
Apoio à implantação dos órgãos chave e novos e outros temas organizacionais.	19/12/2014	R\$ 2.122.652,00
Apoio à implantação das iniciativas de otimização dos macroprocessos.	17/12/2014	R\$ 1.591.998,86
Total dos Produtos Contratados		R\$ 5.306.639,86
Despesas Reembolsáveis, limite máximo incluindo Aditamento nº 02.		R\$ 791.032,27
Valor Total do Contrato		R\$ 6.097.672,13
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Antonio Manuel Pereira Bernardo (Signatário do Contrato TC-8000006776, pela Roland Berger Strategy Consultants Ltda. – CNPJ 46.546.479/0001-67).		CPF: 234.490.508-18
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato, com conclusão dentro do limite de sua vigência: 17/03/2015.		

Análise Crítica

A contratação da consultoria internacional especializada foi vital à utilização de metodologia eficaz e efetiva ao sucesso da implementação da nova estrutura organizacional de Furnas, das iniciativas de otimização de seus processos e Serviços Complementares.

Ela se fez absolutamente imprescindível uma vez que, além de não possuir a especialização, o conhecimento e a experiência necessários, Furnas dispunha de prazo exíguo para a implementação do projeto, face à grande perda de pessoal em curso no período, em função dos planos de demissão voluntária implementados.

Através de tal consultoria, além da rapidez, segurança e agilidade nos trabalhos, viabilizou-se também, a transferência de tecnologia em implantação de projetos similares para pessoal próprio de Furnas, alocado ao projeto em ação compartilhada com a consultoria, de forma que a continuidade do mesmo, principalmente no que toca à implementação das iniciativas de otimização de processos, segue em curso já prescindindo do apoio de terceiros.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Não se aplica a Furnas.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a Furnas.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

a)

Sistema	Descrição	Função
SAP ECC 6.0 - Módulo PS	Módulo SAP de Gerenciamento de Projetos	• Controlar os Projetos Fisicamente (Datas) • Controlar os Projetos Financeiramente (Orçamento)
SAP ECC 6.0 - Módulo PM	Planejamento e Controle de Manutenção de Equipamentos.	• Gerenciamento da manutenção de equipamentos e locais de instalação (Subestações, Usinas, Linhas de Transmissão, Instrumentos e Laboratórios Químicos, Hidrometeorologia, Sismologia, Centro de Operação e Telecomunicação); • Gerenciamento dos custos utilizados em mão de obra (interna e externa), materiais, serviços (interno ou terceiros) utilizados na manutenção.
SAP ECC 6.0 - Módulo SD	Faturamento de Energia.	• Cadastro de Clientes; • Criação de Contratos; • Criação de Ordem de Venda; • Cálculo da Energia Consumida para Faturamento; • Faturamento de Energia/Serviços; • Emissão de Nota Fiscal.
SAP ECC 6.0 - Módulo CO/FM	Gestão Orçamentária e de Custos	• Gerenciamento de dados mestres do orçamento e controladoria; • Gestão do planejamento e orçamento; • Acompanhamento de custos; • Fechamento Mensal.
SAP ECC 6.0 - Módulo HR - Time	Controle de Frequência através do apontamento e controle de ponto.	• Gerenciamento a frequência dos empregados baseados nas marcações, apurando itens para a folha de pagamento.
SAP ECC 6.0 - Módulo EH&S	Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança Industrial	• Gerenciamento/Controle das principais NRs.
SAP ECC 6.0 - Módulo HR - PY	Folha de Pagamento.	• Pagamento salarial dos empregados e tributos referentes à folha de pagamento.
SAP ECC 6.0 - Módulo HR - PA/PD	Cadastro de Pessoal, Concessão de Benefícios e Treinamento.	• Gerenciamento de dados mestres de pessoal; • Gerenciamento de Estruturas Organizacionais; • Gerenciamento de Cargos; • Gerenciamento de Posições; • Gerenciamento de Tarefas; • Gerenciamento de Benefícios; • Gerenciamento de Treinamento.

Sistema	Descrição	Função
SAP ECC 6.0 - Módulo FI - AA/TR/GL/AP/AR/TV	Gestão de Finanças e Contabilidade de Ativos com Contas a Pagar, Contas a Receber, Tesouraria, Viagens, Ativo Imobilizado e Contabilidade.	• AP: - Cadastro de Fornecedores; - Registro de Faturas; - Carga em massa de Faturas; - Adiantamento/Prestação de Contas de Funcionários não em viagem. • TV: - Adiantamento de viagem; - Prestação de Contas e Gerenciamento de viagem. • AR: - Complemento e Desbloqueio do Cadastro de Clientes; - Registro de Avisos de Créditos; - Destinações Contábeis; - Transferências de Clientes para Fornecedores; - Emissões de Cartas de Cobranças; - Geração de Arquivos para os Bancos. • AA: - Atender Auditoria Interna; - Atender órgão externos de fiscalização; - Conferência de pontos de controle; - Base para tarefas internas. • GL: - Atender exigências Aneel, CVM e IFRS.
SAP ECC 6.0 - CFM	Empréstimos e Financiamentos, Administrar Saldo de Caixa, Administrar e Gerenciar atribuições de Fluxo de Caixa e Aplicação de Recursos Financeiros.	• Importação de extratos bancários; • Conciliação Bancária; • Fechamento de Caixa Diário; • Lançamento de aplicações e resgates financeiros; • Análise e elaboração do Fluxo de Caixa Previsto, Planejado e Realizado; • Cadastro de Parceiros de Negócio; • Pagamentos, Recebimentos e contabilizações de Empréstimos e Financiamentos.

Sistema	Descrição	Função	
PWSATI	Apuração de impostos federais, estaduais e municipais.	• Impressão de Guias; • Apuração de tributos federais ; • Geração de Arquivo Magnético p/ Pagamento.	
SIRO	Sistema de acompanhamento das solicitações de intervenções, indisponibilidades e restrições operativas no sistema eletroenergético e de telecomunicações, envolvendo a coordenação, supervisão e execução de manobras de isolamento/normalização nas instalações.	• Programação e Execução de intervenções; • Cadastramento de Títulos Padrão; • Cadastramento de Locais e Equipamentos da Operação	
CONTROL-M	<i>Scheduling</i> de jobs de produção.	• Permite sequenciamento de jobs, além de definir datas, horários e condições/restrições para execução dos jobs de produção.	
SOLMAN / CHARM	Plataforma central para implementação e operação de soluções SAP.	• Gerenciamento de implementações SAP; • Gerenciamento de incidentes e serviços de TI (<i>Service Desk</i>); • Gerenciamento de demandas e solicitações de mudanças em ambientes SAP (ChaRM); • Monitoramento, diagnóstico e atualizações de soluções SAP.	
JAZZ	<i>Suite</i> de ferramentas para acompanhamento e gestão de sistemas desenvolvidos interna e externamente.	• Gestão ALM (<i>Application Life Cycle Management</i>) de software.	
THEMIS	Sistema de automação das atividades da área jurídica de Furnas	• Gestão de processos; • Agenda e prazos; • Pauta de compromissos; • Andamentos automáticos; • Alocação de horas; • Controle de despesas; • Controle de cobranças; • Emissão de relatórios; • Armazenamento de documentos; • Controle de depósitos;	• Campos customizáveis; • Gestão financeira; • Faturamento; • Controle de reembolso; • Acesso via <i>web</i>; • Acesso para clientes; • Visão por usuário; • Gestão de arquivo físico; • Publicações.
GRC - AC	Controle de acesso	• Gerenciar segregação de função; • Gerenciar violações críticas.	

b) .

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
BW PM - Indicadores Notas e Ordens	Gerar indicadores para tomada de decisão sobre manutenção nos ativos de geração e transmissão de Furnas.	Diretoria de Operação e Manutenção	Solicitado e não iniciado
Integração entre SAP e Themis	Há a necessidade de integrar o sistema SAP ao Themis. Atualmente o fluxo de dados do Themis para o SAP já está integrado, mas ainda falta tratar do fluxo do SAP para o Themis.	Presidência	Em desenvolvimento
Implantar módulo AIS do SAP (<i>Audit Information System</i>)	Implementação de módulo SAP que visa cruzar as informações levantadas pela auditoria.	Presidência	Em desenvolvimento
Implementar solução para apoio à auditoria contínua	Aquisição de software para gestão de auditoria.	Presidência	Em desenvolvimento
GET2 - Sistemas de Contas telefônicas	Este sistema gera as contas telefônicas a partir das informações obtidas do tarifador.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
GTR1 - Sistema de Apoio à Aquisição de Passagem Aérea - SisViagem	Criar interface entre Furnas e o prestador de serviço (agência de viagem).	Diretoria de Administração	Em homologação
Prestação de serviço especializados para o sistema SAP ERP	Sustentação do SAP ERP.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Testes de software e auditoria de artefatos de software.	Aditamento do contrato com fábrica de teste.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Criar solução para débito de utilidade	Até 2009 os descontos de "débitos de utilidades" (xerox, telefonemas, multas de trânsito, refeições, água, etc) eram realizados via SEC-D, sob responsabilidade da área financeira de Furnas. Com o advento do SAP em 2010, visto que nenhuma frente de trabalho assumiu o processo, a RH, para evitar transtornos à empresa, passou a aceitar planilhas eletrônicas no formato excel provisoriamente até que fosse implantada solução definitiva. Estas planilhas chegam de diversas unidades organizacionais, principalmente das áreas regionais, e após o devido tratamento geramos um arquivo em leiaute específico para ser importado pelo SAP e debitado nos contracheques dos empregados. Ocorre que no processo atual há erros de digitação na origem, não há aprovação dos débitos, gera retrabalho quando o empregado discorda do valor e, do ponto de vista de auditoria, a GAP.A fica exposto em função da manipulação dos dados recebidos. Considerando que a gestão dos referidos débitos não é de responsabilidade desta GAP.A, apenas colocamos à disposição a folha de pagamento para efetuar os devidos descontos, solicitamos à GCN.A, que em conjunto com FI, desenvolva no SAP ou em outra plataforma solução para que os responsáveis pelo processo possam registrar diretamente, sem intervenção dos empregados da folha de pagamento. A solução deverá contemplar também a forma de envio dos débitos dos ex-empregados para FRG descontar da complementação de aposentadoria.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
Sistema de gestão de dados e informações de comercialização de energia	Sistema alimentado com dados extraídos SAP e do novo sistema de contabilização e liquidação da CCEE-CliqCCEE, que gerará relatórios pré-definidos, contendo os principais resultados da comercialização de Energia de Furnas, bem como, relatórios definidos pelo GCE.N com dados do processo de contabilização e liquidação de curto prazo da CCEE retirados do novo processo de download de dados de CliqCCEE.	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações	Analisando
Aquisição de Sistema de Automação de Biblioteca	Aquisição do sistema de automação da biblioteca para o gerenciamento de todas as informações e serviços da biblioteca de Furnas, incluindo a migração das bases de dados existentes para o novo sistema, bem como atividades de suporte e treinamento. Para tal, foi encaminhado em anexo, a especificação técnica pertinente e a lista de fornecedores, visando à elaboração do edital de contratação. Destaca-se que com o desligamento do pessoal da biblioteca no PERQ, a aquisição do referido sistema torna-se essencial para a continuidade de suas atividades de modo otimizado.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Criar painel de indicadores RH - Análise de Ferramenta do Banco do Brasil - (Desenvolver solução de Inteligência de Negócio para auxílio ao Consultor Interno RH)	Visa gerar indicadores para gestão, acompanhamento e tomada de decisões sobre informações de pessoal.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Compras por tipo/prazo percentual de ganhos e acompanhamento de processos.	Visa o acompanhamento dos processos licitatórios e contratações.	Diretoria de Administração	Em homologação
Lista técnicas de materiais	Visa o controle de materiais em estoque	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
PAC-Manutenção - (Dados físicos de projeto)	Painel para tomada de decisão e acompanhamento dos projetos de engenharia de Furnas.	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Solicitado e não iniciado
Utilização de etiquetas de RFID para controle dos estoques	Utilização de etiquetas de RFID para controle dos estoques	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Acompanhamento Físico e Financeiro dos Projetos de Engenharia	Envolve a adequação do SAP (projeto em desenvolvimento), do BI (projeto em desenvolvimento) , e a integração com EPM Project	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Analisando
E-social	Permitir a consulta de informações sociais dos empregados pelos órgãos oficiais competentes.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
PGA6 - Portal AOP.A	1) Criação de Portal para a nova Assessoria da DA, automatizando tarefas de controle de demandas, atos normativos, estrutura de processos, estrutura organizacional, além da necessidade de recursos de biblioteca de documentos, calendário em grupo, etc. 2) Gestão da estrutura de processos o Servirá de base aos itens administrados pelo sistema o Estrutura de listas de Macroprocesso, Processo, Indicadores, etc. 3) Biblioteca de documentos o Área para armazenamento de documentos de forma que os mesmos possuam um controle de versionamento. 4) Calendários o Integração das atividades para a AOP.A o Disponibilização alguns tipos de calendários, por exemplo, marcação de férias oficiais com dados oriundos do SAP, férias informais, feriados extraoficiais, treinamentos, ausência do escritório. Devem permitir aos membros da equipe criar e acompanhar eventos de interesse comum.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Solução para Gestão Integrada do SAP - SolMan	Ferramenta de gestão de serviços de TI.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Solução para Digitalização de Documentos para processo de gestão de contratos	A gestão de contratos possui uma série de documentos que poderiam ser digitalizados trazendo economia de papel e agilidade na busca de informações, principalmente para as outras áreas que se relacionam com a função.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Implantar gestão eletrônica de documentos (Dossiê e prontuário médico)	Desenvolvimento de soluções utilizando Gestão Eletrônica de Documentos GED.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Criar solução para a gestão de treinamentos RH	Implementar o módulo de treinamento do ERP SAP.	Diretoria de Administração	Analisando
Gestão Tributária	Aquisição de módulo integrado ao SAP, visando reduzir o risco de multas e informações imprecisas de recolhimento de impostos. Atendimento à obrigação legal e-social.	Diretoria de Finanças	Analisando
Demanda do jurídico para acompanhamento	Visa consolidação do sistema Themis, do Jurídico, contemplando a integração com o SAP.	Presidência	Em desenvolvimento
ZIS1 - Sistema de Controle de Drives de Rede	Sistema para apoiar a gestão dos acessos aos drives de rede.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
HUI4 - Banco de Doadores de Sangue	Migração da aplicação Mainframe "Banco de doadores de sangue" para plataforma WEB. Esse demanda faz parte do projeto de migração dos sistemas mainframe.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
HQX3 - Cardápio do Restaurante	Migração da aplicação Mainframe "Cardápio dos Restaurantes" para plataforma WEB. Esse demanda faz parte do projeto de migração dos sistemas mainframe.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
BW SOLMAN	Visa a geração de relatórios que demonstrem e evidenciem a prestação de serviço e performance da empresa contratada para suporte ao usuário de TI, além do acompanhamento das demandas e incidentes de TI.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
GCP.F.I.287.2014 - Desenvolvimento de relatório no módulo BW do SAP	1. Com o advento da Resolução Normativa Aneel número 367 de 02 de junho de 2009, foi necessário reprocessar ao inventário geral do parque instalado à disposição do serviço público de energia elétrica, mantido pela Empresa. Este serviço foi desenvolvido por consultoria externa e os resultados já estão disponíveis para upload ao sistema corporativo SAP. 2. Foi constatado que, após a inserção dos dados no módulo FI-AA, a base de itens de imobilizados sofrerá um incremento da ordem de 10 vezes, passando dos atuais 300.000 itens para aproximadamente 3 milhões de registros mestre. Conforme conversas mantidas com membros da consultoria responsável pela manutenção do SAP, este aumento vai acarretar considerável perda de performance no processamento de tarefas diretamente ligadas ao processo de gestão do imobilizado, como por exemplo o processamento mensal da depreciação. Outro problema também identificado será a impossibilidade de disponibilizar o relatório de depreciação (transação ZFI247) em planilha eletrônica de forma imediata, tendo em vista que o MS-Excel tem limite de 1,07 milhões de linhas. Vale lembrar que este relatório é utilizado para fornecer informações vitais para vários outros processos e sub-processos, desde fechamento contábil mensal, demonstrações financeiras, auditorias interna e externa, dentre outras. 3. Tendo em vista o exposto acima, solicitamos que seja dado caráter de urgência ao desenvolvimento de relatório em ambiente BW, afim de substituir a planilha eletrônica MS-Excel na produção do relatório pela transação ZFI247 e não haver problemas de continuidade no fluxo das informações, após a conclusão da atualização do cadastro patrimonial.	Diretoria de Finanças	Em desenvolvimento
HAX5 - Quadro de Anúncios	Migração da aplicação Mainframe "Quadro de Anúncios" para plataforma WEB. Esta demanda faz parte do projeto de migração dos sistemas mainframe. Cadastro de anúncios para compra, venda e troca de produtos entre colaboradores de Furnas.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
GSE.N.I.202.2014 - Desenvolvimento de aplicativo	Permitir a implantação do portal GSE.N, que irão contribuir para atender as iniciativas do PRO-Furnas II. - Aprimorar mecanismo de gestão contratual; - Aprimorar a gestão integrada de coordenação das atividades de engenharia do proprietário no âmbito da prestação de serviços; - Fortalecer o canal entre a GSE.N e as áreas técnicas.	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações	Solicitado e não iniciado

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Transição de sistemas da plataforma IBM	Executar a transição dos serviços do 5151 que estão na plataforma IBM para o SOLMAN. Carta GSG.A.I.375.2014	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
Solução para gestão de leilões de energia	Desenvolver solução que permita auxiliar os processos desenvolvidos por essa Gerência, nos Leilões de Energia promovidos pela Aneel, desde o cadastramento dos empreendedores e investidores na Chamada Pública de Oportunidades até a assinatura do Contrato do CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia Elétrica. Tal demanda é necessária à melhoria da qualidade dos serviços e do atendimento aos cronogramas dos Editais publicados pela Aneel, e como forma de permitir à GFA.N/SN.N consultas mais precisas e rápidas às informações necessárias à consolidação das parcerias e consequente participação nos Certames.	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações	Solicitado e não iniciado
BO HR - Administração de pessoal	Visa gerar indicadores para gestão, acompanhamento e tomada de decisões sobre informações de força de trabalho.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
BO Time - Dados de Frequência	Visa gerar indicadores para gestão, acompanhamento e tomada de decisões sobre informações de frequência	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
BO Folha de pagamento	Visa gerar indicadores para gestão, acompanhamento e tomada de decisões sobre informações de folha de pagamento	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
BO SOLMAN	Visa a geração de relatórios que demonstrem e evidenciem a prestação de serviço e performance da empresa contratada para suporte ao usuário de TI, além do acompanhamento das demandas e incidentes de TI.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
BW CO - Investimento	Geração de informações sobre orçamento de investimento.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
BO PM - Indicadores Notas e Ordens	Gerar painel para tomada de decisão sobre manutenção nos ativos de geração e transmissão de Furnas.	Diretoria de Administração	Analisando
Contratação de solução para Data Discovery	Aquisição de solução para prestação de serviços de implantação, suporte operacional, treinamento e consultoria técnica para utilização pela área de Inteligência de Negócios (Business Intelligence - BI) no atendimento das necessidades das áreas de negócio de Furnas Centrais Elétricas.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Solução para acompanhamento de projetos de gestão do conhecimento	Está previsto no contrato com a PUC-Rio, dada a necessidade de aprimoramento de indicadores e acompanhamento de projetos de gestão do conhecimento, o desenvolvimento de um sistema simples de controle dos programas de gestão do conhecimento. Quais orientações e procedimentos técnicos devem ser seguidos para que a solução esteja em consonância com as diretrizes de tecnologia da informação da Empresa e, portanto, possa ser posteriormente absorvida e hospedada pela ST.A.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
Solução para ferramenta web para autoria de cursos	Será utilizada uma ferramenta web para autoria de cursos fornecida experimentalmente pela PUC-Rio até novembro de 2015. Portanto, gostaríamos de saber quais os procedimentos para assegurar a permissão de acesso a este endereço para os colaboradores de Furnas envolvidos nos programas de gestão do conhecimento.	Diretoria de Administração	Solicitado e não iniciado
Solução para acompanhar melhorias do sistema de transmissão	De acordo com a reunião ocorrida no dia 12.01.2015, com a presença da Assessoria da DE, GPO.F e GCN.A, foi solicitado à área de Tecnologia de Informação apoio, no sentido de desenvolver solução integrativa e funcional, talvez um workflow, que permita acompanhar as informações referentes às demandas inerentes inicialmente aos reforços posteriormente acrescidas com as melhorias do sistema de transmissão, posto que ambas possuem RAP - Receita Anual Permitida.	Diretoria de Finanças	Solicitado e não iniciado
GFA.N.I.001.2015 - Solicitação de apoio técnico	Necessária à melhoria da qualidade dos serviços e do atendimento aos cronogramas dos Editais publicados pela Aneel, e como forma de permitir à GFA.N/SN.N consultas mais precisas e rápidas às informações necessárias à consolidação das parcerias e consequente participação nos Certames.	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações	Analisando
Implementação do IBM Connections	Potencializar a implementação do Plano Diretor de Gestão do Conhecimento	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Busca Corporativa	A solução busca disseminar a cultura de Gestão do Conhecimento em Furnas e favorecer o alcance de um de seus objetivos: alavancar resultados para o negócio.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
ETC1 - SPOOT - Planejamento e Orçamento de Obras da Transmissão Estabelecer a padronização, formalização e informatização do orçamento para as áreas envolvidas.	Após um acordo com a área cliente, o SPOOT foi dividido em 3 partes, a primeira etapa encontra-se com 77% de conclusão, a segunda com 46% e a terceira ainda não teve início. Atualmente o projeto encontra-se interrompido devido a proximidade do término do contrato entre Furnas e a fábrica (07/11/2014); o edital para a contratação de uma nova fábrica já está sendo construído, enquanto isso a área está fazendo o detalhamento dos requisitos.	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Em desenvolvimento
Fornecer os requisitos e funcionalidades necessárias para o sistema de armazenamento de documentos técnicos.	Fornecer os requisitos e funcionalidades necessárias para o sistema de armazenamento de documentos técnicos.	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Solicitado e não iniciado

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
Criar e manter atualizado banco de dados para planejamento estratégico	Para produção de relatórios e respostas a questionários ISE, DJSI, BNDES.	Presidência	Solicitado e não iniciado
Contratar consultoria para avaliação do sistema de gestão atual e indicação de possíveis melhorias; 2 - Reavaliar os processos praticados visando a aplicação das melhorias sugeridas; 3 - Implantar melhorias decorrentes do novo sistema.	Definição do escopo do Sistema Informatizado de Gestão de SPE	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações	Em desenvolvimento
Centralizar e automatizar o Fluxo de Caixa Integrado (Curto, Médio e Longo Prazo) com a implantação do módulo BPC do SAP que realiza projeções de caixa e consolidação, além de gerar relatórios operacionais e gerenciais.	Gerar relatórios operacionais e gerenciais, obtendo também melhor qualidade na elaboração do PDG Financeiro.	Diretoria de Finanças	Solicitado e não iniciado
Portal do Fornecedor	Portal externo para acesso dos fornecedores da Empresa onde será possível: fazer um pré-cadastramento de informações, consultar informações sobre contratos com Furnas, consultar informações de pagamentos com objetivo de minimizar o volume de atendimentos a consulta de fornecedores.	Diretoria de Finanças	Em desenvolvimento
Portal do Cliente	Portal externo para acesso dos clientes da Empresa, com objetivo de minimizar o volume de atendimentos a clientes sobre pagamentos e cobranças.	Diretoria de Finanças	Em desenvolvimento
Solução fiscal	Unificar as plataformas de apuração e recolhimento de tributos com o sistema de Contas a Pagar, possibilitando a integração de informações e de controles.	Diretoria de Finanças	Solicitado e não iniciado
Averbação de seguro	Implantar plataforma computacional em todas as Representações da Empresa visando manter atualizada as averbações do seguro de transporte, realizadas na empresa, reduzindo o tempo e otimizando as atividades relacionadas.	Diretoria de Finanças	Em homologação
Portal Interno DF - Instrutoria	Portal interno para ajudar a diversars áreas da Empresa a identificar os tributos a serem recolhidos de acordo com o tipo de contrato.	Diretoria de Finanças	Em desenvolvimento
Desenvolver novo aplicativo de TI para emissão do edital padrão	Sistema de Administração de Editais - Introduzir melhorias no processo de contratação, tais como programação de aquisições corporativas e revisão dos critérios de descentralização, visando otimização de recursos e redução de prazos	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
SAF5 - Portal do Fornecedor	Realizar a centralização das atividades de cadastramento de fornecedores e criar portal colaborativo para que os fornecedores (ou potenciais fornecedores) da Companhia possam incluir dados cadastrais, anexar documentos e solicitações diversas	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento

Título da Demanda	Justificativa	Diretoria Solicitante	Status
SAF4	Rever os critérios e responsabilidades no processo de gestão de contratos de bens e serviços	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Aquisição e implantação do módulo GRC 10.0 NFe de Entrada,	Gerar otimização da escrituração de Notas Fiscais reduzindo fluxo de papel (documentos) e mitigando possíveis erros de digitação.	Diretoria de Finanças	Solicitado e não iniciado
Portal da Contabilidade FAH3	Capacitar colaboradores, rever procedimentos e melhorar a interface de sistemas SAP associados aos processos de Contabilidade com o objetivo de otimizar as equipes administrativas das Áreas Regionais distribuídas em Núcleos Administrativos.	Diretoria de Finanças	Em desenvolvimento
Jazz	Revisão e otimização do processo para gerir fábrica de software, incluindo a capacitação de pessoal interno para as atividades relacionadas a este processo.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Contratação do serviço gerenciado de segurança	Otimizar os custos do processo de administração de segurança da Rede Corporativa e identificar e incorporar recursos tecnológicos e de pessoal, fora da TI, alocados no processo de segurança da informação da Rede Corporativa	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Contratação do serviço de suporte à infraestrutura de servidores	Otimização dos custos do processo de administração de infraestrutura da Rede Corporativa	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Desligamento do mainframe	Preparar o ambiente tecnológico de Furnas para o desligamento do sistema do Mainframe.	Diretoria de Administração	Em desenvolvimento
Manutenção evolutiva na aplicação SALA	Centralizar a coordenação das atividades de atendimento às condicionantes relativas aos licenciamentos ambientais	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Em desenvolvimento
Implementar os processos de estudo de inventário e viabilidade na ferramenta GED	Prospecção empreendimentos de geração para elaboração de estudos de Inventário de Bacia Hidrográfica e Viabilidade técnica e econômica, a serem conduzidos de forma isolada ou em parceria com outras empresas.	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos	Solicitado e não iniciado
Implementar um Sistema de Gestão Ativos	Controlar desempenho, custo e risco dos equipamentos dos Sistema Furnas.	Diretoria de Operação e Manutenção	Solicitado e não iniciado

c) .

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2014
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000001984	Locação de Circuitos de Voz e de Dados	33.530.486/0001-29	EMBRATEL	12/07/2010	13/01/2015	10.218.795,74	1.393.676
8000003196	Serviço de outsourcing de impressão.	01.579.387/0001-45	INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS	03/11/2010	02/11/2014	9.322.652,80	1.564.057
8000004090	Prest de serv especializados para o sistema SAP ERP	96.534.094/0002-39	ACCENTURE DO BRASIL LTDA	13/05/2011	12/05/2015	25.456.142,78	5.727.581
8000004756	Prestação de serviço especializado de manutenção dos equipamentos mainframe zSeries 2086-A04 e fitoteca automatizada 3494, junto à empresa fabricante IBM Brasil-Ind., Máquinas e Serviços Ltda.	33.372.251/0001-56	IBM BRASIL - INDUSTRIA, MAQUINAS E	15/12/2011	14/12/2014	2.038.847,38	715.725
8000004969	Contratação da empresa IBM para a cessão de direito de uso, manutenção e suporte técnico com atualização tecnológica do software básico instalado no computador central de Furnas.	33.372.251/0062-78	IBM BRASIL - INDUSTRIA, MAQUINAS E	01/02/2012	31/01/2015	6.117.221,34	1.032.219
8000005087	Suporte Técnico dos Produtos da CA	08.469.511/0001-69	CA PROGRAMAS DE COMPUTADOR	21/05/2012	20/05/2015	4.630.834,56	1.594.745
8000005162	Prestação de serviços de Suporte Técnico e Manutenção, denominado SAP Active Global Support.	74.544.297/0001-92	SAP BRASIL LTDA	01/06/2012	31/05/2015	8.693.919,48	2.996.270
8000005663	Testes de software e auditoria de artefatos de software.	06.118.361/0001-13	PRIME UP SOLUCOES EM TI LTDA	21/11/2012	20/11/2014	1.594.999,82	914.000
8000005669	Prestação de serviços de desenvolvimento, documentação e sustentação de sistemas de informação e aplicativos com predominância em arquiteturas tecnológicas WEB (Internet/Intranet/Extranet) e Windows (Cliente/Servidor).	05.323.742/0001-71	LINKCON LTDA - EPP	08/11/2012	07/11/2014	5.499.999,36	972.415

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo	Valores Desembolsados em 2014
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000006448	Cessão do direito de uso de licenças do software EMC EPFM, com a prestação de serviços de implantação, migração de documentos legados, manutenção, suporte técnico e administração	09.433.094/0001-67	ENGINEERING DO BRASIL S/A	10/07/2013	10/08/2014	8.134.418,56	1.622.938
8000006468	Serviços de implementação dos processos da contabilidade de Furnas por meio da utilização dos módulos SAP BPC.	96.534.094/0001-58	ACCENTURE DO BRASIL LTDA	31/07/2013	31/07/2014	2.075.000,00	1.256.700
8000007569	Aquisição licenças archiving.	10.719.691/0001-31	RF2C2 COMERCIO E SERVICOS DE INFORM	09/09/2014	09/09/2017	850.000	850.000
8000007692	Contratação de expansão do Subsistema de armazenamento Dell Compellent, incluindo os serviços de instalação e configuração.	01.181.242/0001-91	COMPWIRE INFORMATICA S/A	20/10/2014	04/02/2015	1.464.766	1.375.295
8000007887	Aquisição de LICENÇAS SQL	57.142.978/0001-05	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	15/12/2014	15/12/2015	1.875.187	1.875.187
8000007950	Aquisição Licenças Notes Sametime.	36.542.025/0001-64	BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S.A.	31/12/2014	31/12/2016	2.288.562	1.224.798
8500000101	Ata de Registro de Preços para contratação de uma solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP-ECC, para utilização na gestão de ativos de Furnas	02.244.592/0001-12	WBR CONSULTORIA S.A.	28/03/2014	28/10/2015	4.541.800	4.541.800
8500000117	Aquisição de tablets com capa.	09.458.123/0001-45	PROMONLOGICALIS TECNOLOGIA E	13/08/2014	13/08/2015	773.642	773.642
8500000176	Aquisição de solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP-ECC, para as áreas de Manutenção, Engenharia e Inventário Físico (futuras aplicações)	02.244.592/0001-12	WBR CONSULTORIA S.A.	28/11/2014	28.06.2016	3.531.200	2.682.200

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	005.343/2011-4	731/2014 – Plenário	9	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
9.1. considerar cumprida a determinação constante do item 9.3 do acórdão 1.665/2011 - Plenário;					
9.2. dar ciência desta deliberação a Furnas Centrais Elétricas S.A, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e ao Ministério de Minas e Energia; e					
9.3. arquivar o processo					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos -DE					
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Emitida a Correspondência Interna DP.I.300.2014					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação					

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	012.547/2011-5	2225/2014 – Plenário	9	DE	Ofício 0456-2014 TCU/Secobenergia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Descrição da Deliberação					
9.2. considerar cumpridas as determinações constantes nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão 2.262/2011 - TCU - Plenário					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A					
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Emitida a Correspondência Interna DP.I.596.2014					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação					

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	031.518/2013-3	2393/2014 – Plenário	9	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Descrição da Deliberação					
9.1. Considerar cumpridas as determinações dos itens: 9.18.1.1.3, 9.18.1.1.8, 9.18.1.1.9, 9.18.1.1.10, 9.18.1.1.11, 9.18.1.1.12, 9.18.1.1.13, 9.18.1.1.14, 9.18.1.1.15, 9.18.1.1.16, 9.18.1.1.17, 9.18.1.1.18, 9.18.3 e 9.18.4 do Acórdão nº 100/2013 - TCU - Plenário; 9.2. Tornar insubsistentes as determinações dos itens 9.18.1.1.4, 9.18.1.1.5, 9.18.1.1.6, 9.18.1.1.7, 9.18.1.1.19, 9.18.2 do Acórdão nº 100/2013 - TCU - Plenário					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A					
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação					

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	031.518/2013-3	2393/2014 – Plenário	9.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
9.3. Considerar não cumprida a determinação do item 9.18.1.1.1 e parcialmente cumprida à determinação do item 9.18.1.1.2 do Acórdão nº 100/2013					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Processo em fase de análise e implementação da determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para o não cumprimento da recomendação					

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	017.725/2010-0	3813 – 1ª Camara	1.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
1.7. Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A que observe, quando do enquadramento dos trabalhadores admitidos antes de 21/12/1993 constantes do processo em tela, a Decisão Monocrática proferida pelo STF no MS nº 27.066: 1.7.1. Ter como parâmetro o salário bruto que já percebiam na condição de terceirizados; 1.7.2. Receber os mesmos direitos garantidos aos empregados públicos da referida estatal, deixando de perceber vantagens, adicionais gratificações ou quaisquer outras espécies de verbas recebidas em razão do vínculo de emprego antigo					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração - DA					60478
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não houve admissão de trabalhadores no exercício de 2014					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para o não cumprimento da recomendação					

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201315583	2	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna - AD			
Descrição da Recomendação			
Nos próximos RAIN'T's inserir as informações acerca das obrigações legais à entidade de previdência complementar, conforme prevê o inciso V do art. 6º da IN SFC 01/2007, baseadas nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do exercício.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
Inserção no RAIN'T 2015 das informações acerca das obrigações legais à entidade de previdência complementar, conforme prevê o inciso V do art. 6º da IN SFC 01/2007, baseadas nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do exercício.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo da orientação da referida OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203831	18	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Jurídica – SJ.P			
Descrição da Recomendação			
Sempre que ocorra a contratação de serviços advocatícios para a defesa de dirigentes e ex-dirigentes, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social, firmar a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados, a fim de assegurar o ressarcimento dos valores despendidos com a defesa, devidos nos casos de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
Não foram efetuadas contratações de escritório de advocacia para defesa de dirigentes e ex-dirigentes de Furnas..			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo da orientação da referida OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307767	2	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Finalizar o Plano Estratégico de Furnas com indicadores próprios da Empresa para nortear seu desempenho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência - DP			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307767	27	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			
Descrição da Recomendação			
Efetuar a revisão nos acordos de níveis de serviço considerando o novo cenário de Furnas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DA			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307767	27	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Criar procedimento periódico de verificação da adequação dos níveis de serviços dos contratos vigentes atualizando os acordos tempestivamente, quando necessário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DA			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307767	29	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Realizar pesquisa para identificar se existe outras soluções de TI que atendem os requisitos de futuras contratações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DA			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201315583	2	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Nos próximos RAIN'T's incluir avaliação de atendimento às determinações e/ou recomendações dos órgãos de controle interno e externo, informando os respectivos trabalhos de auditoria realizados pela Auditoria Interna que atestam ou não a implementação dessas determinações e/ou recomendações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna - AD			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201315583	2	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			
Descrição da Recomendação			
Nos próximos RAIN'T's em relação ao item "Relato Gerencial", considerar o disposto no art. 7º da IN SFC 01/2007, se abstendo de fazer menção aos anexos, efetuando uma síntese dos trabalhos realizados em cada área ao longo do exercício a que se refere o RAIN'T.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna - AD			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108792	50	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Criar no SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que a Eletrobras Furnas transfira recursos para que seja feita a distinção no SAP dentre esses instrumentos, de modo que se possa extrair do referido sistema informações consistentes e fidedignas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna - AD			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203831	18	Ofício 4781/2015 CGU Regional/RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Formalizar no caso do Contrato nº 8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à Eletrobras Furnas dos valores despendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência - DP			60478
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em fase de análise implementação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	3	7	328
	Entregaram a DBR	3	7	328
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Superintendência De Gestão Estratégica De Pessoas – RH.A.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR.
Nunca aconteceu.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR.
GRC.A - Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas e Carreiras
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento.
Não tem sistema é controlado por planilha Excel.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá.
É recebida em papel quando o empregado não dá autorização eletrônica
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
Não fazemos análise.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

É guardado em arquivo próprio em envelope lacrado

Todas as pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93 entregaram o DBR.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

1. Não foram instauradas, por Furnas, Tomadas de Contas Especiais – TCE no exercício em pauta.
2. Por outro lado, no que toca, também, a casos de “danos ao erário”, oriundos de irregularidades praticadas por seus empregados em 2014, foram instauradas as seguintes Sindicâncias Disciplinares, conforme Instrução Normativa – IN.001.2012, da Coletânea de Atos Normativos de Furnas:

Nº do Procedimento	Tipo de Procedimento	Fato Apurado – Exercício 2014	Situação (ao final de 2014)
CS 009/2718 CS 014/2748	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para reexaminar as possíveis irregularidades detectadas pela Comissão de Ética, após denúncia feita à Ouvidoria de Furnas, quanto a atos envolvendo dois empregados lotados na SE de Barro Alto. Segundo consta da denúncia, os mesmos utilizaram veículo de propriedade da Empresa de modo permanente para cuidar de assuntos pessoais durante a jornada de trabalho.	Concluída
CS 033/2721	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para reexaminar as possíveis irregularidades nos apontamentos de frequência de empregados e contratados lotados na Usina de Campos - USCG.O, detectadas por meio do Relatório de Auditoria 054.2012, e conforme recomendação do parecer jurídico GCI.P.I.197.2013.	Concluída
CS 001/2738	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apurar as possíveis irregularidades no recebimento, por FURNAS, da Notificação da Reclamação Trabalhista nº 0010129-14.2013.5.01.0048, movida por funcionário desta Empresa.	Concluída
CS 008/2742	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apurar as possíveis responsabilidades sobre os pagamentos realizados a maior à empresa Integral Engenharia Ltda., no âmbito de Contratos referentes às obras do AHE Simplicio – Queda Única.	Concluída

Continua

Nº do Procedimento	Tipo de Procedimento	Fato Apurado – Exercício 2014	Situação (ao final de 2014)
CS 019/2748	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apurar as possíveis responsabilidades pelo atingimento das condições de adiantado estado de oxidação e corrosão em trinta e três estruturas metálicas da Lt de 750 KV Itaberá – Tijuco Preto 2.	Concluída
CS 026/2748	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apurar as possíveis responsabilidades sobre indícios de conduta omissiva irregular de empregado lotado na DE, atendendo solicitação da CGU.	Concluída
CS 011/2783	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apuração de responsabilidade sobre reembolso do benefício saúde de Furnas para empregado Mario Montello de Araújo Silva, conforme recomendação da Auditoria Interna.	Concluída
CS 010/2784	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apuração de responsabilidade sobre eventuais negligência processuais nos autos do processo nº 0000790-60.2010.5.18.0081, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Goiânia - GO e resultou na majoração salarial do empregado Renato Kelson dos Passos, bem como, do Processo nº 0000519-34.2012.5.18.0161, que tramita na Vara do Trabalho de Caldas Novas - GO, ajuizado pelo empregado Jacinto dos Reis Pires, com pedidos semelhantes aos do primeiro empregado também teve decisão favorável.	Em curso
CS 008/2793	Sindicância	Instauração de Comissão de Sindicância para apurar indícios de descumprimento de norma por empregado da Diretoria de Operação e Manutenção - DO.	Em curso

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito, que as informações referentes aos contratos de investimentos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o Artigo 19, §5º, da Lei n 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015.

Wellington Lima Cristiano
Gerente
Gerência de Riscos e Controles Internos – GRI.P
CPF 645.383.117-15

Aos convênios informados neste relatório não se aplica a obrigatoriedade do registro de informações no SICONV, com base nos Decretos 6.170, de 25 de julho de 2007, 6.428, de 14 de abril de 2008 e 6.497, de 30 de junho de 2008, além das prescrições da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

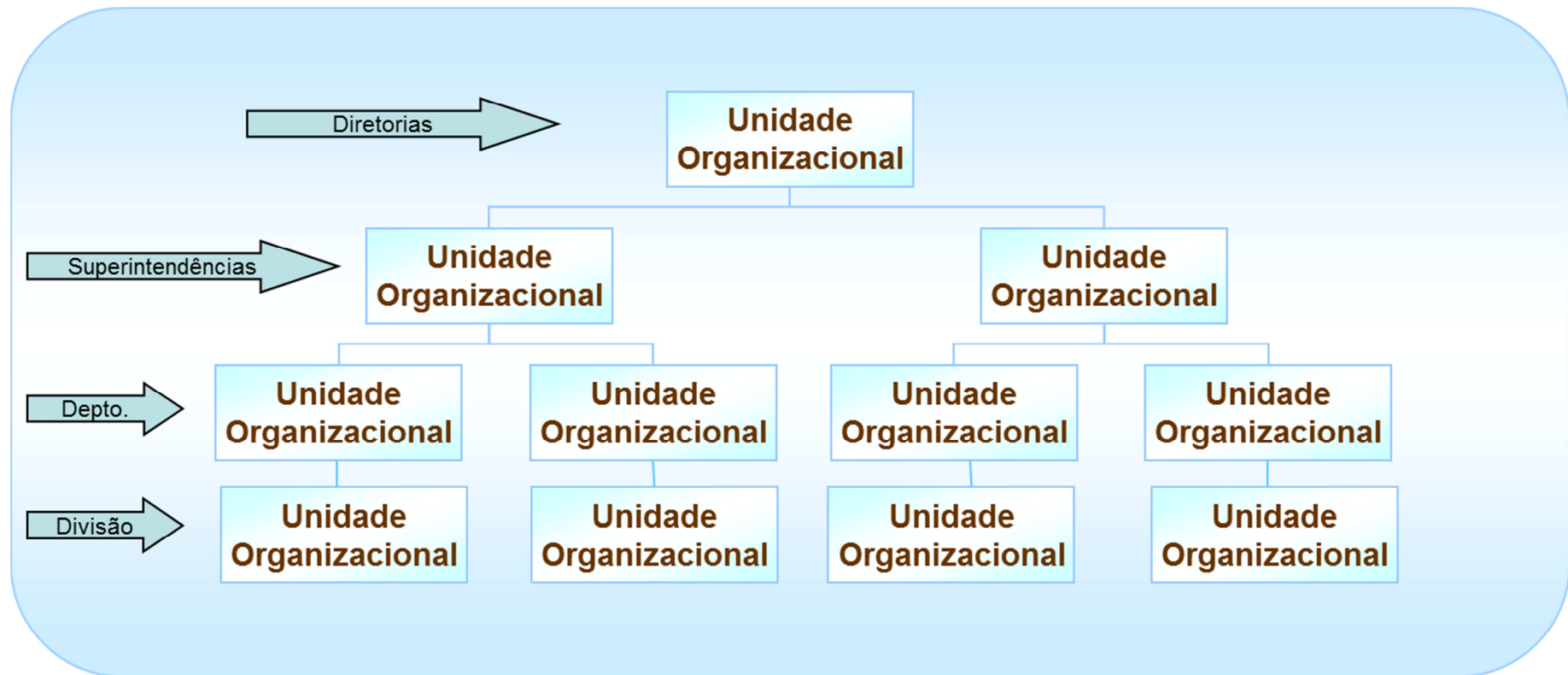
Não se aplica a Furnas.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Centro de Custo

- Representam os órgãos da estrutura hierárquica de Furnas.
- São usados para registrar os gastos (custos e despesas) de cada órgão, desempenhando o papel de acumulador anual.
- Permite o planejamento de valores físicos e financeiros, que servem de base para comparação com os gastos reais.
- Estão agrupados em:
 - Operacionais
 - Administrativos
 - Adm. Específica (Ex.: órgãos de PRODUÇÃO)
 - Adm. Central (Ex.: DP, DF e DG)
- Possui a característica de prestar atividades para outros objetos de custos, inclusive para outros centros de custos (órgãos).
- São as antigas Unidades de Custo – UC do sistema legado.
- Entidades Apuradoras de Custos – Coletores:
 - Centro de Custo
 - Ordem Interna
 - Elemento PEP
 - Centro de Lucro
 - Classe de Custo

Hierarquia de Centro de Custo





Representam os
"nós" da hierarquia,
que agrupam os
Centros de Custos



Representam os
centros de custos

▼ FURNAS_CC	Furnas Centros de Custos
▶ CONSELHO	Conselho de Administração
▶ DP	Presidência
▶ DE	Dir. de Engenharia
▶ DC	Dir. de Construção
▶ DO	Dir. de Operação do Sist. e Comerc. Ener
▶ DG	Dir. de Gestão Corporativa
▼ DF	Dir Financeira
6000000001	DF-Administração
▼ SUPERIN-DF	Superintendências da Dir Financeira
▼ SC-F	Superintendência de Contab e de Controle
6010000001	SC.F-Administração
▶ ACI-F	As. de Controle Int. e Análise Contábil
▶ DCP-F	Dpto de Custos e Controle Patrimonial
▶ DCB-F	Dpto de Contabilidade
▶ OC-F	Superint. de Operações e Capta. Recursos
▶ OP-F	Superint. de Planej. Financ. e Orçamento
▶ AS-DF	Assessorias da Dir Financeira

Ordem Interna

- São coletores utilizados para detalhar determinados eventos ou ações que geram gastos (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Ordens Internas existentes:
 - ✓ ODA - Alienação
 - ✓ ODD - Desativação de Bens
 - ✓ ODI - Ordens de Imobilizações (aquisição de bens)
 - ✓ ODR - Gastos Reembolsáveis
 - ✓ ODS - Prestação de Serviços
 - ✓ Ordens de Manutenção
 - ✓ Ordens Estatísticas (vinculadas aos Centros de Custos)

Elemento PEP

- PEP é a sigla para Plano de Estrutura de Projetos (poderia também ser representada pela sigla EAP - Estrutura Analítica de Projeto).
- Representa o projeto sob a forma de uma estrutura hierarquizada das atividades que serão executadas.
- Funciona como coletor de informações de planejamento físico ou financeiro.
- Nele são realizados os gastos de determinado projeto (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Elementos PEP existentes:
 - ✓ ODI - Ordens de Imobilizações (aquisição de bens)
 - ✓ ODS - P&D
 - ✓ Estudos Preliminares

Centro de Lucro

- O principal objetivo desse coletor é a determinação do resultado individualizado das **áreas de negócio** da Companhia:
 - ✓ Geração (em cada usina)
 - ✓ Transmissão (em cada SE e LT)
 - ✓ Comercialização
- Recebem lançamentos oriundos dos demais coletores (Centros de Custos, Ordens Internas e Elementos PEP), relacionados direta ou indiretamente a eles.

Estão organizados hierarquicamente por **área/unidade de negócio**.

Hierarquia de Centro de Lucro



Representam os
"nós" da
hierarquia, que
agrupam os
Centros de Lucro



Representam os
centros de lucro

Hierarquia standard	Denominação
▼ FURNAS_CL	Hierarquia Standard Centro d.
CL_DUMMY	CL_DUMMY
▼ GERACAO	Geração de Energia
▼ UHE	Usinas Hidrelétricas
11010001	UHE DE MARIN
11020001	UHE DE ITUMBIARA
11080001	UHE DE SERRA DA MESA
11090001	UHE DE FUNIL
11100001	UHE DE PRTO COLOMBIA
11120001	UHE DE FURNAS
11130001	UHE DE LUIZ C B CARV
11140001	UHE DE MASCAR MORAES
11160001	UHE DE CORUMBA
11320001	UHE DE MANSO
▶ UTE	Usinas Termelétricas
▶ TRANSM	Transmissão de Energia
▶ COMERCIAL	Comercialização de Energia
▶ ADMINIST	Administração
PREST_SERV	Prestação de Serviço
▶ AT_NAO_VIN	Atividade Não Vinculada

Classe de Custo

- Representa o detalhamento do que foi gasto (custos, despesas e investimentos) nos coletores existentes.
- Estão agrupadas em Naturezas de Gasto de PMSO.

NATUREZA DE GASTO	CLASSE DE CUSTO
P ESSOAL	Salário; Férias; 13º Salário; etc.
M ATERIAL	Médico Hospitalar; Administrativo e de Expediente; Informática; Segurança e Saúde no Trabalho; etc.
S ERVIÇO	Mão de Obra Contratada; Empreiteiros; Consultorias; Tíquete Refeição; etc.
O UTROS	Aluguel de Bens Imóveis; Seguro de Instalações; Despesas com Estagiários; Depreciação; etc.

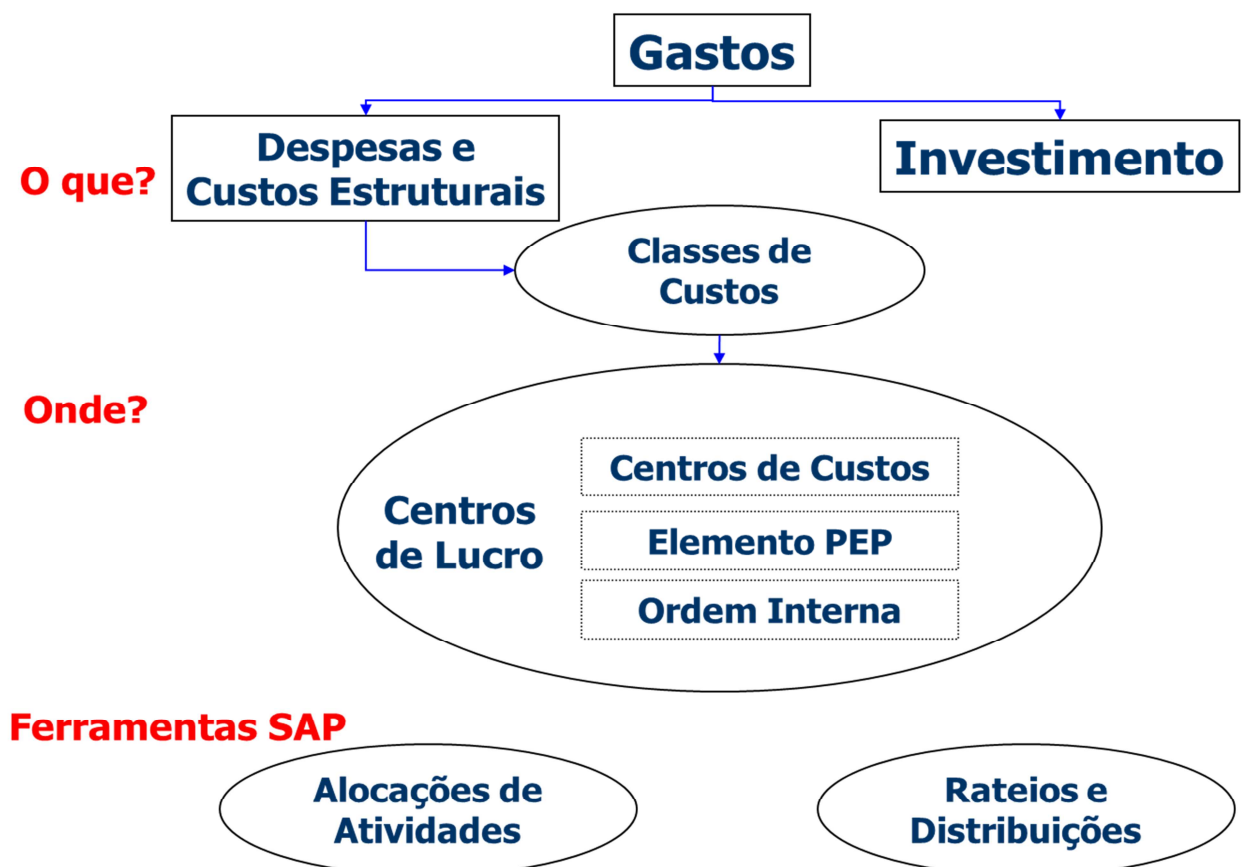
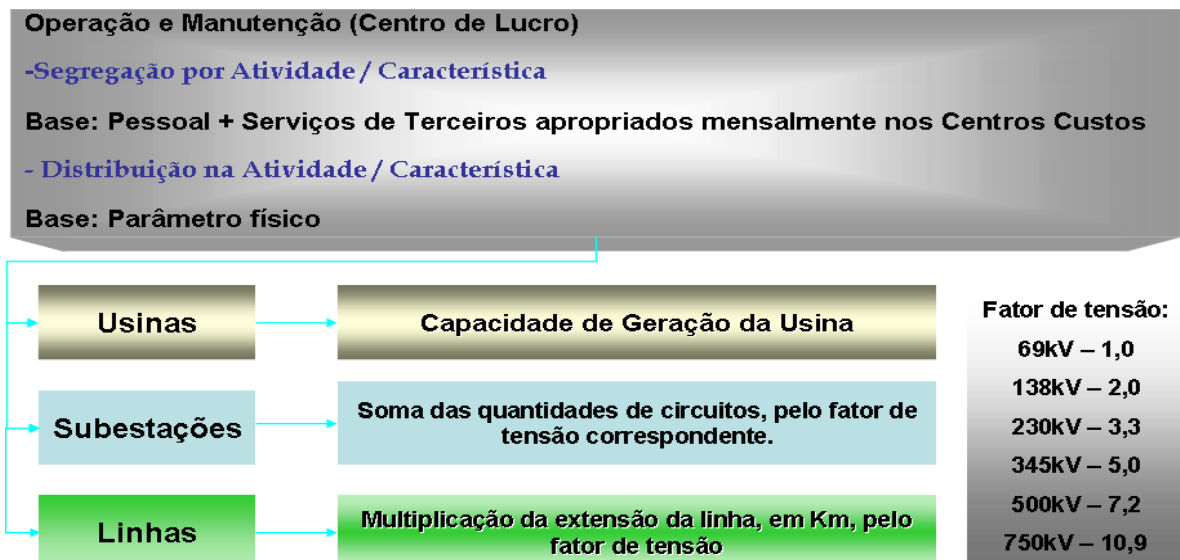
Alocação de Atividades

- Permite que os **custos e despesas** de determinado órgão sejam alocados para outro órgão, projeto ou unidade de negócio (Usinas, SEs ou LTs), que efetivamente consumiram suas atividades.
 - ✓ Esse direcionamento é efetuado tomando-se por base as atividades do órgão prestador do serviço interno, via aplicação de **tarifas** pré-estabelecidas e apontamentos de horas (HH ou HM).
 - ✓ O valor da atividade a ser direcionado é determinado pela Tarifa.
 - Tarifa representa o custo unitário de um Tipo de Atividade
 - Cálculo da Tarifa:
$$\frac{\text{Custos e despesas da Atividade}}{\text{Capacidade de prestação de atividades}}$$

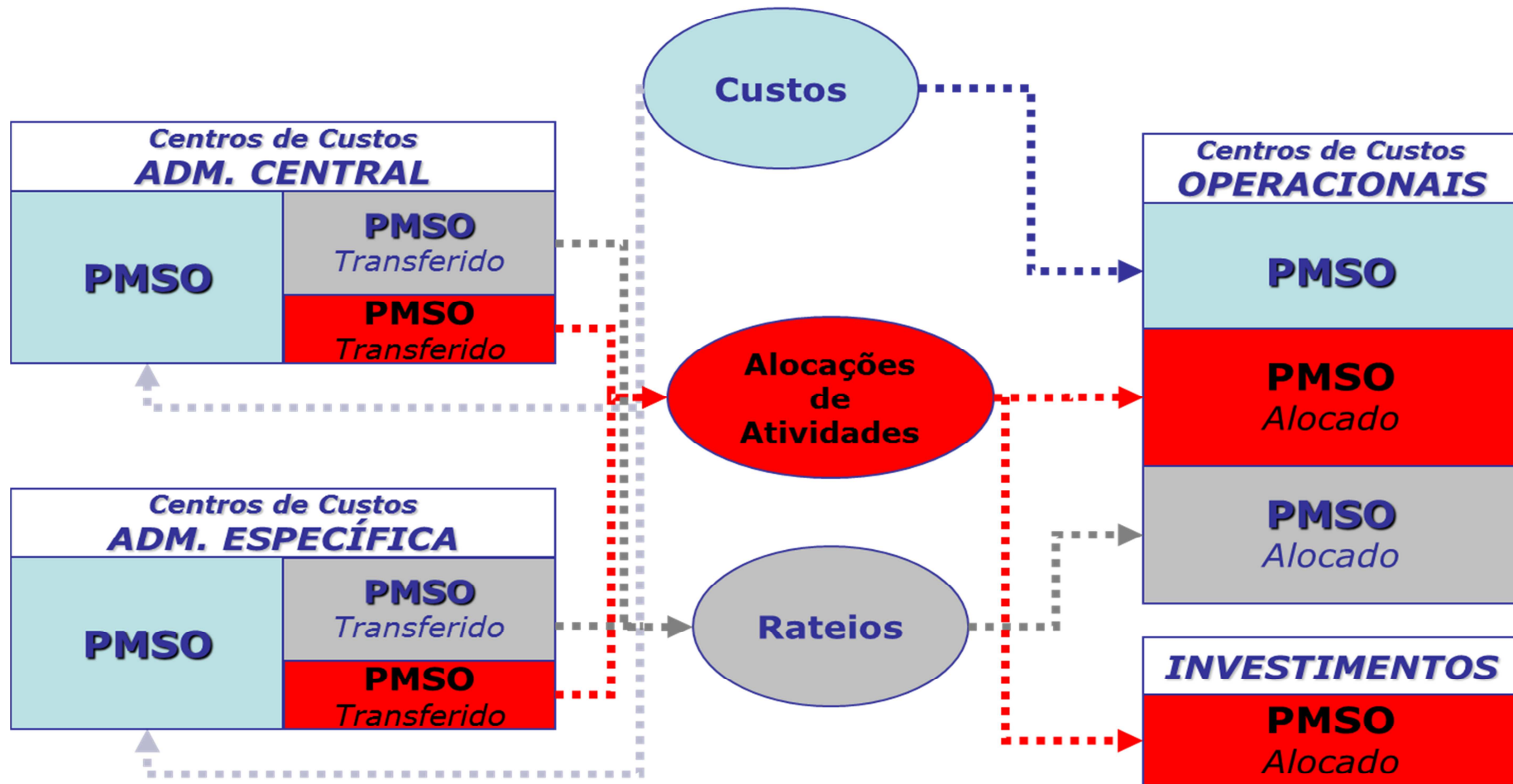
Rateio

- Processo pelo qual os custos e as despesas mensais, não direcionados pelos órgãos via ferramenta de Alocação de Atividades, são transferidos para as Unidades de Negócio (Usinas, SEs e LTs).

✓ Critério utilizado:



Estrutura de Apuração de Custos



Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão

Furnas realiza sua análise de custos para tomada de decisão mediante a confecção mensal de um balancete de custo emitido pelo sistema SAP, que é exportado para uma planilha EXCEL e denominado de Demonstrativo de Custo Estrutural. Cabe destacar que este balancete pode ser emitido nas versões societária e regulatória, sendo:

- a) Societária – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária vigente;
- b) Regulatória – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária excluindo os efeitos contábeis não aceitos pela Aneel para fins de confecção das demonstrações regulatórias.

De posse do demonstrativo de Custo Estrutural mensal é feita uma revisão analítica mensal em que as variações de saldo relevantes são explicadas e caso sejam encontradas distorções, principalmente provenientes de erros, são prontamente identificadas e regularizadas além de ser informada a área de origem para alteração de processo, se necessário.

Ao fim de cada trimestre também é feita uma análise da variação ocorrida em relação ao período de três meses anterior.

E ao fim do exercício atual, uma análise em relação ao exercício anterior.

Essas análises permitem também suportar a área de orçamento nas justificativas das variações entre REALIZADO X ORÇADO do custeio estrutural – mensal, trimestral e anual.

A seguir, um exemplo do demonstrativo de custo estrutural societário mensal, em 31 de dezembro de 2014:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4101001001	Salário	25.317.898,51	113.519,36	25.204.379,15	302.866.247,63	1.450.655,57	301.415.592,06
4101002001	Abono de Férias	1.649.948,31	1.505,65	1.648.442,66	19.196.668,36	220.421,98	18.976.246,38
4101003001	Outros Adicionais	1.663.601,96	7.611,23	1.655.990,73	30.479.216,29	374.565,37	30.104.650,92
4101003002	Outros Adicionais - Insalubridade	5.101,65	0,00	5.101,65	53.759,93	0,00	53.759,93
4101003003	Outros Adicionais - Periculosidade	5.414.314,12	30.949,42	5.383.364,70	52.506.650,08	94.286,24	52.412.363,84
4101003004	Outros Adicionais - Penosidade	261.592,52	45,54	261.546,98	2.633.329,01	560,35	2.632.768,66
4101003005	Outros Adicionais - Função Acessória	250.488,66	1.646,23	248.842,43	2.407.472,13	10.502,53	2.396.969,60
4101003006	Outros Adicionais - Ad. Noturno	326.949,29	0,00	326.949,29	3.257.134,89	387,49	3.256.747,40
4101004001	Horas Extras	4.345.425,00	0,00	4.345.425,00	46.641.894,44	215.141,64	46.426.752,80
4101005001	Férias	1.965.545,58	660.272,19	1.305.273,39	22.905.439,00	9.633.040,55	13.272.398,45
4101006001	13º Salário	43.360.998,85	35.430.008,05	7.930.990,80	81.749.515,27	35.948.163,38	45.801.351,89
4101007001	Previdência Social Empregados	16.773.508,08	596.877,51	16.176.630,57	192.376.978,11	6.657.400,68	185.719.577,43
4101008001	Contribuições ao FGTS	4.584.632,02	692.838,49	3.891.793,53	83.450.281,56	26.537.363,42	56.912.918,14
4101009001	Contribuições Sociais Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101010001	Abono Indenizatório	0,00	0,00	0,00	507,54	463,73	43,81
4101011001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano BD	25.941.467,41	1.898.197,15	24.043.270,26	45.695.612,45	2.384.819,72	43.310.792,73
4101011002	Ajuste Deliberação CVM 600	0,00	24.043.270,26	-24.043.270,26	31.710.801,48	75.021.594,21	-43.310.792,73
4101012001	Contribuição a FRG - Plano Bem Estar Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101013001	Adicional D.L.1971	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101014001	Adicional de Transferência e Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101015001	Gratificação de Férias	3.113.363,45	8.059,69	3.105.303,76	36.997.389,37	478.777,58	36.518.611,79
4101016001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano BD	5.356.286,56	0,00	5.356.286,56	32.414.857,50	0,00	32.414.857,50
4101016002	Ajuste Deliberação CVM 600	0,00	5.356.286,56	-5.356.286,56	18.679.350,20	51.094.207,70	-32.414.857,50
4101017001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Jóia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101018001	Incentivo a Renovação de Quadro	164.337,24	2.589.991,20	-2.425.653,96	168.526.605,26	180.375.072,01	-11.848.466,75
4101019001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101020001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101021001	Adicional por Tempo de Serviço	3.952.224,03	17.456,00	3.934.768,03	46.692.988,49	324.924,04	46.368.064,45
4101022001	Pagamento de Reclamações Trabalhistas	77.809.961,33	108.198,98	77.701.762,35	215.447.460,71	48.741.765,44	166.705.695,27
4101023001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano CD	3.853.959,18	17.190,93	3.836.768,25	27.703.627,29	104.499,68	27.599.127,61
4101024001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano CD	853.253,62	3.637,57	849.616,05	6.053.681,18	19.468,02	6.034.213,16
4101025001	Gratificação de Função	5.610.739,45	24.002,31	5.586.737,14	37.143.444,82	1.289.670,84	35.853.773,98
4101026001	Participação nos Lucros e Resultados - PLR	88.686.583,21	0,00	88.686.583,21	88.686.583,21	30.527.590,55	58.158.992,66
4101027001	Previdência - Deficit ou Superavit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101999001	(-) Pessoal - Consumo Atividades	71.998,16	17.872.594,58	-17.800.596,42	2.467.817,54	46.607.880,00	-44.140.062,46
4101 Total Pessoal		321.334.178,19	89.474.158,90	231.860.019,29	1.598.745.313,74	518.113.222,72	1.080.632.091,02

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4102001001	Honorários - Administradores	344.502,00	25.669,23	318.832,77	3.986.024,29	29.876,73	3.956.147,56
4102002001	Previdência Social - Administradores	53.914,38	8.915,29	44.999,09	639.522,50	10.585,81	628.936,69
4102003001	Contribuições ao FGTS - Administradores	25.451,33	5.659,20	19.792,13	228.628,80	6.048,04	222.580,76
4102004001	Contribuições Sociais Diversas - Administradores	11.828,16	0,00	11.828,16	131.120,49	0,00	131.120,49
4102005001	Auxílio Moradia - Administradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102999001	(-) Administradores - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102 Total Administradores		435.695,87	40.243,72	395.452,15	4.985.296,08	46.510,58	4.938.785,50
4111001001	Materiais	3.663.110,12	2.446.539,56	1.216.570,56	45.265.328,20	22.782.015,39	22.483.312,81
4111002001	Combustível e Lubrificantes	777.893,90	69.134,72	708.759,18	8.416.300,08	1.491.894,15	6.924.405,93
4111003001	Material Médico Hospitalar	27.689,64	843,00	26.846,64	352.038,21	8.095,86	343.942,35
4111004001	Material Administrativo e de Expediente	73.388,09	707,90	72.680,19	949.411,30	67.967,42	881.443,88
4111005001	Gastos com Obras - Contratos de Materiais com Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111006001	Material de Informática	61.995,51	21.670,46	40.325,05	900.768,21	134.872,45	765.895,76
4111007001	Material de Segurança e Saúde no Trabalho	248.935,79	45.834,24	203.101,55	1.485.301,06	76.969,60	1.408.331,46
4111998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	51.711,07	-51.711,07	76.492,71	711.259,65	-634.766,94
4111998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	11.226,74	-11.226,74	16.606,97	154.418,20	-137.811,23
4111999001	(-) Material - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111 Total Material		4.853.013,05	2.647.667,69	2.205.345,36	57.462.246,74	25.427.492,72	32.034.754,02
4112001001	Combustível Convencional	0,00	0,00	0,00	3.616,77	3.616,77	0,00
4112003001	Água para Produção de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4112005001	Gás para Produção de Energia Elétrica	46.529.338,28	2.886.665,47	43.642.672,81	774.464.705,87	207.532.158,45	566.932.547,42
4112998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	3.316.843,13	-3.316.843,13	6.861.731,69	49.948.605,29	-43.086.873,60
4112998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	720.104,10	-720.104,10	1.489.718,06	10.844.105,09	-9.354.387,03
4112 Total Matéria-Prima e Insumos p/Produção de Energia Elétrica		46.529.338,28	6.923.612,70	39.605.725,58	782.819.772,39	268.328.485,60	514.491.286,79
4121001001	Contrato de Mão-de-Obra	38.905.464,73	2.967.714,93	35.937.749,80	284.985.274,31	43.044.021,92	241.941.252,39
4121002001	Manutenção e Conservação de Edificações	4.363.593,23	83.033,21	4.280.560,02	36.390.908,02	4.239.036,12	32.151.871,90
4121003001	Manutenção e Conservação de Instalações Elétricas	4.192.926,75	548.294,86	3.644.631,89	18.053.006,03	2.775.726,13	15.277.279,90
4121004001	Manutenção e Conservação de Equipamentos de Comunicação	36.201,14	4.461,20	31.739,94	559.281,41	135.000,52	424.280,89
4121005001	Manutenção e Conservação de Mobiliário e Equip. de Escritório	48.452,38	620,00	47.832,38	1.193.858,39	81.294,02	1.112.564,37
4121006001	Manutenção e Conservação de Outras Instalações e Benfeitorias	1.771.503,66	127.799,07	1.643.704,59	13.498.260,40	1.497.175,53	12.001.084,87
4121007001	Manutenção e Conservação de Outros Equipamentos	1.076.659,80	47.488,75	1.029.171,05	3.340.570,85	378.878,27	2.961.692,58
4121008001	Remuneração da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121009001	Mão-de-Obra a Cargo da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121010001	Encargos Sociais da Administradora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4121011001	Empreiteiros	4.193.374,27	621.488,25	3.571.886,02	20.054.774,16	3.506.131,08	16.548.643,08
4121012001	Frete Nacionais	283.294,15	21.455,68	261.838,47	4.297.598,39	1.396.669,88	2.900.928,51
4121013001	Frete Internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121014001	Outros Transportes Contratados	2.757.626,23	341.302,12	2.416.324,11	17.096.823,12	2.133.580,67	14.963.242,45
4121015001	Hospedagem e Alimentação no País	2.452.403,39	101.401,04	2.351.002,35	22.664.846,93	1.120.707,32	21.544.139,61
4121016001	Passagem no País	94.266,26	13.090,45	81.175,81	1.099.673,46	197.411,50	902.261,96
4121016002	Passagem Aérea no País	1.378.784,66	3.635,52	1.375.149,14	11.613.005,74	749.493,92	10.863.511,82
4121017001	Consultorias	6.335.601,39	1.984.392,49	4.351.208,90	54.114.888,16	20.938.423,47	33.176.464,69
4121018001	Auditoria Externa	1.464,24	0,00	1.464,24	2.253.665,57	5.010,63	2.248.654,94
4121019001	Serviços Legais	2.474,42	0,00	2.474,42	97.892,66	1.438,86	96.453,80
4121020001	Reprografia	453.983,59	218.828,54	235.155,05	1.488.564,40	579.565,07	908.999,33
4121021001	Publicações Oficiais	738.059,00	648.628,04	89.430,96	25.365.662,22	17.952.597,88	7.413.064,34
4121022001	Exames Ocupacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121023001	Despachantes	22.209,90	8.346,21	13.863,69	104.112,51	19.886,02	84.226,49
4121024001	Café, Lanches e Refeições	539.875,00	74.040,16	465.834,84	1.906.029,47	372.077,54	1.533.951,93
4121025001	Serviços Diversos	121.687,07	45.571,17	76.115,90	1.303.756,78	687.283,72	616.473,06
4121026001	Água e Esgoto	405.834,26	1.751,01	404.083,25	5.448.733,88	203.628,90	5.245.104,98
4121027001	Comunicação	2.545.890,39	922.619,28	1.623.271,11	12.494.012,12	4.043.614,43	8.450.397,69
4121028001	Gás	2.049,61	0,00	2.049,61	31.473,02	109,03	31.363,99
4121029001	Luz e Força	903.526,80	24.872,32	878.654,48	10.600.897,92	416.651,79	10.184.246,13
4121030001	Acidente do Trabalho - Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121031001	Benefício Social Refeição	635.867,44	160.822,50	475.044,94	7.480.042,14	3.190.272,61	4.289.769,53
4121032001	Outras Despesas de Viagem no País	289.057,41	8.502,09	280.555,32	3.121.117,13	174.135,25	2.946.981,88
4121033001	Serviço Fotográfico e Cinematográfico	11.881,14	5.091,14	6.790,00	47.924,14	8.145,14	39.779,00
4121034001	Serviço Gráfico	49.830,47	326,80	49.503,67	1.174.414,58	306.703,31	867.711,27
4121035001	Análise de Sistema	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121036001	Segurança e Vigilância	4.841.081,16	624.482,73	4.216.598,43	34.854.392,35	4.601.567,74	30.252.824,61
4121037001	Inspeção de Material	63,16	0,00	63,16	7.096,21	2.525,64	4.570,57
4121038001	Manutenção e Conservação de Aeronaves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121039001	Manutenção e Conservação de Veículos	203.636,01	31.777,63	171.858,38	2.246.177,89	301.137,22	1.945.040,67
4121040001	Manutenção e Conservação de Embarcações	31.793,42	0,00	31.793,42	425.829,81	15.670,49	410.159,32
4121041001	Manutenção de Unidade de Processamento de Dados	4.980.474,25	1.003.646,61	3.976.827,64	15.070.681,40	1.844.017,77	13.226.663,63
4121042001	Locomoção Urbana	40.428,69	133,64	40.295,05	450.113,73	33.262,14	416.851,59
4121043001	Manutenção e Conservação dos Sistemas de Serviços de Edificações	597.991,61	8.699,00	589.292,61	4.713.871,35	647.316,61	4.066.554,74

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4121044001	Pessoal Contratado p/Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121045001	Manutenção de Unidade de Disco Magnético	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121046001	Manutenção de Unidade de Saída de Dados	290,00	0,00	290,00	8.672,00	910,00	7.762,00
4121047001	Manutenção de Unidade de Entrada de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121048001	Manutenção de Unidade de Fita Magnética	15.750,72	0,00	15.750,72	35.439,12	3.938,24	31.500,88
4121049001	Manutenção de Equipamentos da Rede de Teleprocessamento	13.825,00	0,00	13.825,00	129.033,32	50.691,66	78.341,66
4121050001	Manutenção de Equip. Auxiliares de Processamento de Dados	51.428,97	26,79	51.402,18	489.068,32	6.940,14	482.128,18
4121051001	Manutenção de Programas de Computador	539.318,31	8.540,81	530.777,50	3.850.328,67	782.478,12	3.067.850,55
4121052001	Programação	520.986,31	144.857,30	376.129,01	1.837.880,35	267.045,41	1.570.834,94
4121053001	Digitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121054001	Cessão de Programas de Computador	2.412.336,84	1.088.474,88	1.323.861,96	4.316.587,54	1.422.870,69	2.893.716,85
4121055001	Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121056001	Transporte de Água	0,00	0,00	0,00	18.450,00	0,00	18.450,00
4121057001	Confecção de Uniformes	0,00	0,00	0,00	48.459,50	4.860,00	43.599,50
4121058001	Creche	201.078,49	0,00	201.078,49	1.725.132,98	6.122,10	1.719.010,88
4121059001	Tradução	0,00	0,00	0,00	8.158,00	2.350,00	5.808,00
4121060001	Coleta de Lixo	145.990,97	12.610,09	133.380,88	1.020.995,70	97.536,33	923.459,37
4121061001	Perícias Médicas e Odontológicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121063001	Atendimento Médico Hospitalar Odontológico Credenciado	33.578.967,08	42.711.485,05	-9.132.517,97	240.312.147,73	151.370.071,65	88.942.076,08
4121064001	Manutenção e Recuperação de Transformadores	216.395,95	0,00	216.395,95	400.717,37	4.095,45	396.621,92
4121065001	Instalação e Programação em Software	0,00	0,00	0,00	4.769,50	0,00	4.769,50
4121066001	Hospedagem e Alimentação no Exterior	870,45	0,00	870,45	399.546,62	0,00	399.546,62
4121067001	Passagens no Exterior	0,00	0,00	0,00	37.790,84	5.782,88	32.007,96
4121067002	Passagens Aérea no Exterior	49.179,87	0,00	49.179,87	423.243,70	3.148,40	420.095,30
4121068001	Outras Despesas de Viagem no Exterior	0,00	0,00	0,00	12.424,69	210,00	12.214,69
4121069001	Manutenção de Estações de Trabalho em Teleprocessamento	17.835,96	0,00	17.835,96	207.004,40	69.868,68	137.135,72
4121070001	Inspeção Aérea	1.810,65	0,00	1.810,65	25.227,79	0,00	25.227,79
4121071001	Limpeza de Faixa e Conservação de Vias de Acesso	2.206.193,60	249.337,51	1.956.856,09	12.210.874,81	1.697.165,03	10.513.709,78
4121072001	Tiquete Refeição	6.794.931,87	145.740,48	6.649.191,39	53.524.028,90	546.961,55	52.977.067,35
4121073001	Publicidade de Utilidade Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121074001	Manutenção de Equipamentos de Apoio a Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121075001	Publicidade Institucional	60.216,00	0,00	60.216,00	75.383.929,55	60.488.510,71	14.895.418,84
4121076001	Encargos Sociais s/Mão-de-Obra Contratada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121077001	Eventos Sociais, Culturais e Esportivos	5.067.356,12	1.016.091,80	4.051.264,32	27.031.082,67	7.223.063,10	19.808.019,57

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4121078001	Remuneração s/Mão-de-Obra Contratada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121079001	Hospedagem e Alimentação - Residência	21.338,94	0,00	21.338,94	130.008,71	2.212,46	127.796,25
4121080001	Transporte Aéreo	589.478,09	407,00	589.071,09	2.850.198,75	19.312,00	2.830.886,75
4121081001	Malotes e Correspondência - Nacional	137.297,53	0,00	137.297,53	1.013.462,21	89.121,68	924.340,53
4121082001	Malotes e Correspondência - Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121083001	Pessoal Cedido à Furnas	774.971,09	68.141,71	706.829,38	8.694.674,87	1.691.966,72	7.002.708,15
4121084001	Cursos e Treinamentos	1.212.918,02	171.402,93	1.041.515,09	5.596.991,90	832.661,48	4.764.330,42
4121085001	Assistência FRG/CAEFE	2.670.837,32	0,00	2.670.837,32	17.018.144,00	0,00	17.018.144,00
4121086001	Publicidade Mercadológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4121087001	Monitoramento da Frota de Veículos	58.187,98	360,00	57.827,98	970.611,89	55.240,87	915.371,02
4121088001	Digitalização de Documentos	11.606,57	0,00	11.606,57	180.314,35	14.277,94	166.036,41
4121089001	Coordenação e Controle da ONS	3.589.403,07	1.712.981,17	1.876.421,90	26.781.495,71	7.774.207,76	19.007.287,95
4121090001	Publicações Técnicas	0,00	0,00	0,00	25.550,00	0,00	25.550,00
4121998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	3.838.398,53	-3.838.398,53	4.315.537,50	26.528.309,98	-22.212.772,48
4121998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	833.336,53	-833.336,53	936.925,91	5.759.435,73	-4.822.509,82
4121999001	(-) Serviço de Terceiros - Consumo Atividades	0,00	2.699,00	-2.699,00	4.948,00	32.809,00	-27.861,00
4121 Total Serviço de Terceiro		146.270.112,85	62.659.208,02	83.610.904,83	1.111.629.088,52	384.454.343,90	727.174.744,62
4137001001	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	9.947.767,34	13.632,63	9.934.134,71	133.694.793,51	152.349,96	133.542.443,55
4137 Total Compensação Financeira p/Utilização de Recursos Hídricos		9.947.767,34	13.632,63	9.934.134,71	133.694.793,51	152.349,96	133.542.443,55
4138001001	Fiscalização da ANEEL	1.463.091,44	1.800.159,75	-337.068,31	16.863.336,27	1.800.159,81	15.063.176,46
4138 Total Taxa de Fiscalização		1.463.091,44	1.800.159,75	-337.068,31	16.863.336,27	1.800.159,81	15.063.176,46
4140001001	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo	592.417.500,15	459.386.579,08	133.030.921,07	3.127.557.452,35	2.197.251.881,26	930.305.571,09
4140001002	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4140 Total Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Curto Prazo		592.417.500,15	459.386.579,08	133.030.921,07	3.127.557.452,35	2.197.251.881,26	930.305.571,09
4141001001	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	125.211.995,35	98.287.790,86	26.924.204,49	1.450.698.499,83	803.559.299,09	647.139.200,74
4141001002	Energia Elétrica Comprada - Ressarcimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141001003	Energia Elétrica Comprada p/Revenda - A VP	41.493.873,12	41.493.873,12	0,00	124.481.619,36	124.481.619,36	0,00
4141002001	Energia Elétrica não Despachada e Desvio de Suprimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	669.812,11	-669.812,11	40.709.390,57	88.515.542,40	-47.806.151,83
4141998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	145.419,74	-145.419,74	8.838.222,95	19.217.190,14	-10.378.967,19
4141 Total Energia Elétrica Comprada p/Revenda		166.705.868,47	140.596.895,83	26.108.972,64	1.624.727.732,71	1.035.773.650,99	588.954.081,72

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4142001001	Encargos de Uso da Rede Elétrica de Transmissão	111.420.129,71	74.915.754,19	36.504.375,52	1.114.522.693,86	694.158.864,76	420.363.829,10
4142002001	Encargos de Uso da Rede Elétrica de Distribuição	9.622.912,97	5.724.084,80	3.898.828,17	90.424.630,90	45.722.734,17	44.701.896,73
4142003001	Compartilhamento do Sistema de Transmissão	326.324,55	239.176,89	87.147,66	2.783.109,20	1.034.547,99	1.748.561,21
4142998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	3.077.266,70	-3.077.266,70	5.865.017,25	41.342.903,07	-35.477.885,82
4142998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	668.090,80	-668.090,80	1.273.326,11	8.975.761,84	-7.702.435,73
4142 Total Encargos de Uso da Rede Elétrica		121.369.367,23	84.624.373,38	36.744.993,85	1.214.868.777,32	791.234.811,83	423.633.965,49
4153001001	Depreciação - Imobilizado em Serviço	89.894.757,56	72.049.993,56	17.844.764,00	680.459.342,90	475.306.787,60	205.152.555,30
4153999001	(-) Depreciação - Consumo Atividades	0,00	49.436,47	-49.436,47	0,00	612.830,10	-612.830,10
4153 Total Depreciação		89.894.757,56	72.099.430,03	17.795.327,53	680.459.342,90	475.919.617,70	204.539.725,20
4155001001	Amortização - Imobilizado em Serviço	1.512.006,71	74.989,14	1.437.017,57	17.513.222,47	864.760,01	16.648.462,46
4155006001	Amortização - Uso do Bem Público	114.746,45	0,00	114.746,45	1.287.463,01	0,00	1.287.463,01
4155999001	(-) Amortização - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4155 Total Amortização		1.626.753,16	74.989,14	1.551.764,02	18.800.685,48	864.760,01	17.935.925,47
4191001001	Aluguel de Bens Imóveis para Fins Comerciais	134.085,70	679,60	133.406,10	2.202.080,90	176.492,55	2.025.588,35
4191002001	Aluguel de Bens Móveis	97.185,08	17.551,54	79.633,54	720.471,40	90.163,10	630.308,30
4191003001	Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191004001	Aluguel de Unidade Central de Processamento de Dados	2.664,00	0,00	2.664,00	35.384,64	15.984,00	19.400,64
4191005001	Aluguel de Bens Imóveis para Fins Residenciais	27.047,61	12,92	27.034,69	478.501,51	109.335,65	369.165,86
4191006001	Aluguel de Disco Magnético	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191007001	Aluguel de Unidade de Saída de Dados	4.688,20	0,00	4.688,20	56.998,58	3.057,20	53.941,38
4191008001	Aluguel de Unidade de Entrada de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191009001	Aluguel de Unidade de Fita Magnética	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191010001	Aluguel de Equipamentos da Rede de Teleprocessamento	1,00	1,00	0,00	555.180,46	381,00	554.799,46
4191011001	Aluguel de Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191012001	Aluguel de Equip. de Proc. de Dados - Encargos Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191013001	Aluguel de Outros Equip. de Inform. Máq. de Reprografia e Copiadoras	98.931,53	1.668,34	97.263,19	2.572.346,79	544.763,22	2.027.583,57
4191014001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco A	1.114.576,57	0,00	1.114.576,57	17.636.032,13	3.161.210,13	14.474.822,00
4191015001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco B	671.554,95	0,00	671.554,95	9.353.391,41	634.897,70	8.718.493,71
4191016001	Aluguel de Bens Imóveis - Bloco C	1.580.894,45	0,00	1.580.894,45	25.729.892,43	2.989.200,66	22.740.691,77
4191017001	Aluguel de Bens Móveis - Veículos	2.368.943,35	455.174,73	1.913.768,62	15.989.415,59	1.891.071,28	14.098.344,31
4191998001	(-) Crédito de Cofins	0,00	255.391,53	-255.391,53	491.955,66	3.302.236,75	-2.810.281,09
4191998002	(-) Crédito de Pasep	0,00	55.446,85	-55.446,85	106.806,16	716.933,00	-610.126,84
4191999001	(-) Arrendamentos e Aluguéis - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4191 Total Arrendamentos e Aluguéis		6.100.572,44	785.926,51	5.314.645,93	75.928.457,66	13.635.726,24	62.292.731,42

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4192001001	Seguro de Instalações, Equipamentos e Estoques	27.938,08	0,00	27.938,08	442.942,08	25.742,79	417.199,29
4192001002	Seguro Antecipado de Instalações, Equipamentos e Estoques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192002001	Seguro sobre Frete Nacionais	9.824,65	0,00	9.824,65	353.130,93	153.786,84	199.344,09
4192003001	Seguro sobre Frete Internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192004001	Seguros Sociais	1.098.701,95	16,67	1.098.685,28	13.052.161,29	6.307,70	13.045.853,59
4192005001	Seguros de Viajantes no Exterior	0,00	0,00	0,00	5.331,23	697,79	4.633,44
4192006001	Seguro Obrigatório DPVAT	292,13	0,00	292,13	127.759,38	20.093,09	107.666,29
4192007001	Seguros não Vinculados ao Serviço Concedido	0,00	0,00	0,00	3,45	0,00	3,45
4192008001	Outros Seguros	315.305,10	105.000,00	210.305,10	3.475.242,56	3.229.098,92	246.143,64
4192008002	Seguro Antecipado Outros	6.600,03	0,00	6.600,03	372.228,06	0,00	372.228,06
4192009001	Seguro Garantia Judicial	455.124,89	418.393,19	36.731,70	1.267.220,72	1.022.273,88	244.946,84
4192999001	(-) Seguros - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4192 Total Seguros		1.913.786,83	523.409,86	1.390.376,97	19.096.019,70	4.458.001,01	14.638.018,69
4193001001	Impostos e Taxas Compulsórias	32.670,09	1.864,81	30.805,28	2.031.320,55	63.971,09	1.967.349,46
4193002001	Imposto sobre Operações de Câmbio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193003001	Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193004001	IPTU	33.260,38	3.220,03	30.040,35	3.164.129,21	144.864,46	3.019.264,75
4193005001	IPVA	6.456,21	203,45	6.252,76	1.148.684,59	122.516,86	1.026.167,73
4193006001	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193007001	Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193008001	COFINS	4.189,72	0,00	4.189,72	2.661.290,55	23,52	2.661.267,03
4193009001	PASEP	909,61	0,00	909,61	599.200,75	21.425,67	577.775,08
4193999001	(-) Tributos - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4193 Total Tributos		77.486,01	5.288,29	72.197,72	9.604.625,65	352.801,60	9.251.824,05
4194001001	Anuidades e Contribuições a Sociedades Cívis	107.766,41	0,00	107.766,41	2.358.225,07	734.473,18	1.623.751,89
4194002001	Ações Sociais - Doações sem Incentivo Fiscal	0,00	0,00	0,00	4.654.269,43	53.112,22	4.601.157,21
4194003001	Contribuições Estatutárias	0,00	0,00	0,00	13.062.217,74	0,00	13.062.217,74
4194004001	Doações ao Fundo da Infância e Adolescência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194005001	Ações Sociais - Doações com Incentivo Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194006001	Patrocínio - Lei Rouanet	768.626,00	0,00	768.626,00	3.717.626,00	0,00	3.717.626,00
4194007001	Doações - Lei Rouanet	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194008001	Contribuições a Atividades Audiovisuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194009001	Doações Vinculadas ao Serviço Concedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4194010001	Contribuições a ASMAE	626.341,73	316.332,96	310.008,77	4.747.330,56	316.332,96	4.430.997,60
4194 Total Doações, Contribuições e Subvenções		1.502.734,14	316.332,96	1.186.401,18	28.539.668,80	1.103.918,36	27.435.750,44

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIPTIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4195001001	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.363.549,70	19.219.820,22	14.143.729,48	145.852.468,93	75.421.989,61	70.430.479,32
4195003001	Provisão para Contingências Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4195005001	Plano de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4195006001	Provisão para Contingências Fiscais	0,00	0,00	0,00	15.130.484,40	7.618.301,52	7.512.182,88
4195007002	Provisão para Baixa de Ativo Financeiro	327.052.582,18	583.162.145,71	-256.109.563,53	631.829.621,01	631.829.621,01	0,00
4195008001	Provisão para Contingências Outras	35.431.517,65	0,00	35.431.517,65	82.836.355,21	19.438.361,77	63.397.993,44
4195 Total Provisões		395.847.649,53	602.381.965,93	-206.534.316,40	875.648.929,55	734.308.273,91	141.340.655,64
4196001001	Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	191.920,29	-191.920,29	0,00	4.914.818,89	-4.914.818,89
4196004001	Reversão da Provisão para Contingências Fiscais	0,00	1.000,00	-1.000,00	0,00	1.000,00	-1.000,00
4196005001	Reversão da Provisão para Contingências de Ação Cível	0,00	63.503.442,98	-63.503.442,98	21.492.221,48	138.419.040,55	-116.926.819,07
4196007001	Reversão do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4196008001	Reversão da Provisão para Baixa de Ativo Financeiro	0,00	496.195.542,66	-496.195.542,66	0,00	496.195.542,66	-496.195.542,66
4196 Total Reversão de Provisões		0,00	559.891.905,93	-559.891.905,93	21.492.221,48	639.530.402,10	-618.038.180,62
4198001001	Recuperação de Despesa	5.410.076,35	7.187.811,91	-1.777.735,56	89.919.573,10	106.304.516,69	-16.384.943,59
4198004001	Ajuste por Sobre de Material no Inventário	0,00	1.332,24	-1.332,24	0,00	50.951,12	-50.951,12
4198005001	Recup. UTE Santa Cruz Nova	0,00	0,00	0,00	0,00	21.648.092,61	-21.648.092,61
4198999001	(-) Recuperação de Despesas - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4198 Total Recuperação de Despesas		5.410.076,35	7.189.144,15	-1.779.067,80	89.919.573,10	128.003.560,42	-38.083.987,32
4199001001	Contribuição Sindical da Empresa	0,00	0,00	0,00	45.363,91	0,00	45.363,91
4199002001	Despesas com Estagiários	551.822,15	2.115,24	549.706,91	6.079.390,37	20.178,94	6.059.211,43
4199002002	Despesas com Bolsistas - Concursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199003001	Benefícios a Aposentados	16.743,99	0,00	16.743,99	149.584,82	0,00	149.584,82
4199004001	Reembolso Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199005001	Reembolso Médico-Hosp., Odontológico e Medicamento - Empregado	1.326.143,13	19.442,65	1.306.700,48	17.900.493,78	173.494,48	17.726.999,30
4199006001	Auxílio Doença - Suplementação	325.003,35	6.770,48	318.232,87	2.925.099,81	384.241,43	2.540.858,38
4199007001	Consumo Próprio de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199008001	Aquisição de Publicações em Geral	3.689,27	717,20	2.972,07	518.293,16	150.010,57	368.282,59
4199009001	Indenizações, Perdas e Danos	60.736,05	6.104,47	54.631,58	1.586.340,24	182.331,91	1.404.008,33
4199010001	Desembaraço Alfandegário	2.100,00	0,00	2.100,00	66.775,15	5.600,00	61.175,15
4199011001	Embarques no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199012001	Licenças de Importação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199013001	Despesas em Condomínio	8.646,77	0,00	8.646,77	236.409,05	17.513,69	218.895,36
4199014001	Outras Despesas Diversas	406.008,98	61.568,64	344.440,34	1.498.987,59	427.823,35	1.071.164,24
4199015001	Recuperação de Custos de Ordens em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199016001	Bolsa de Complementação Educacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199017001	Custas Judiciais Trabalhistas	178.343,68	16.864,68	161.479,00	1.151.687,11	36.852,57	1.114.834,54
4199018001	Despesas Bancárias	0,00	0,00	0,00	4.272,64	240,00	4.032,64
4199019001	Custas judiciais	166.551,37	120,00	166.431,37	3.516.439,61	389.117,86	3.127.321,75

Continua

DEMONSTRATIVO DE CUSTO ESTRUTURAL MENSAL (SOCIETÁRIO) - DEZEMBRO/2014

Continuação

CTA. RAZÃO	DESCRIÇÃO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4199020001	Despesas de Legalização de Imóveis e Documentos	6.632,86	0,00	6.632,86	247.333,90	6.236,55	241.097,35
4199021001	Despesas de Representação	10.505,62	0,00	10.505,62	63.001,15	1.118,00	61.883,15
4199022001	Legalização de Veículos e Outros Equipamentos	10.491,97	0,00	10.491,97	175.354,74	28.141,71	147.213,03
4199023001	Reembolso de Creche	914.470,28	0,00	914.470,28	11.154.802,31	56.969,17	11.097.833,14
4199024001	Vale Transporte	71.870,20	194,32	71.675,88	531.159,90	23.556,22	507.603,68
4199025001	Auxílio Transferência	28.628,85	0,00	28.628,85	1.320.280,31	534,60	1.319.745,71
4199026001	Vale Refeição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199027001	Política Social - Patrocínio de Eventos e Seminários	190.391,64	3.400,60	186.991,04	2.580.326,17	25.520,60	2.554.805,57
4199028001	Programa de Iniciação ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199029001	Serviços Prestados ao Órgão do Poder Concedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199030001	Projetos em Parceria - Convênios com Entidades Sociais	57.942,00	0,00	57.942,00	1.263.976,39	0,00	1.263.976,39
4199031001	ICMS - Diferenças de Alíquotas em Operações Interestaduais	632.897,57	60.118,12	572.779,45	3.053.395,33	466.138,60	2.587.256,73
4199032001	Estagiários - Seleção e Acompanhamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199033001	Atendimento Domiciliar Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199034001	Fiança Bancária	682.391,81	495.681,21	186.710,60	21.843.975,93	9.254.140,65	12.589.835,28
4199035001	Despesas com Menores Aprendizizes	1.016,80	0,00	1.016,80	3.550,40	0,00	3.550,40
4199036001	Parcelas de Reserva de Capacidade - PRC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199037001	Leilão de Energia Elétrica - CCEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199038001	Eventos Internos	914.702,68	97.385,83	817.316,85	3.516.814,03	395.083,19	3.121.730,84
4199039001	Projetos Institucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199040001	Programas de Inclusão Socio-Cultural	58.000,00	0,00	58.000,00	1.751.346,35	138.988,81	1.612.357,54
4199041001	Despesas com Vendas - RTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199042001	Gastos Diversos com Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199043001	Perdas - Débitos de Ex-Empregados	0,00	0,00	0,00	5.946,75	5.946,75	0,00
4199044001	Perdas - Pessoal Cedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199045001	Ajuste por Falta de Material no Inventário	3.146,42	0,00	3.146,42	33.603,65	0,00	33.603,65
4199046001	Regulamentação da Administração Geral Nuclen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199047001	Serviços Prestados a Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199048001	Bolsa de Estudo	0,00	0,00	0,00	2.349.520,54	175.128,00	2.174.392,54
4199049001	Licenças Ambientais	135,70	0,00	135,70	585.487,11	388.467,84	197.019,27
4199050001	Atendimento ao MME Port. nº 31 - Geração UTE Mário Covas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199051001	Despesa sem Comprovação - Não em Viagem	261.437,25	2.931,56	258.505,69	3.111.904,38	44.261,20	3.067.643,18
4199052001	Despesas com Vendas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199053001	Ressarcimento - CCEAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199053002	Ressarcimento - GAG/TUSD	0,00	0,00	0,00	920.677,82	0,00	920.677,82
4199999001	(-) Outros - Consumo Atividades	0,00	900.870,00	-900.870,00	3.180.633,00	8.318.074,00	-5.137.441,00
4199999002	Custo de Construção - Transmissão (ICPC 01)	269.176.593,04	15.676.813,04	253.499.780,00	626.626.426,57	47.716.807,52	578.909.619,05
4199999003	Custo de O&M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4199999004	Custo de UBP	158.738,99	158.738,99	0,00	1.739.974,11	1.739.974,11	0,00
4199999005	Custo de Construção - Geração (ICPC 01)	71.298.196,92	26.426.158,47	44.872.038,45	123.146.682,31	32.544.321,40	90.602.360,91
4199 Total Outras Despesas		347.523.979,34	43.935.995,50	303.587.983,84	844.885.310,39	103.116.813,72	741.768.496,67
41 Total Geral		2.261.223.728,23	2.135.370.920,00	125.852.808,23	12.337.728.644,34	7.323.876.784,44	5.013.851.859,90

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	6	1.692	6.696
Títulos e valores mobiliários	7	667.750	715.812
Clientes	8	861.665	870.458
Remuneração das participações societárias		113.186	82.536
Impostos e contribuições sociais	10	234.202	118.085
Almoxarifado	12	22.789	21.454
Indenizações das concessões	13	1.344.476	1.499.440
Outros	14	202.306	149.009
		3.448.066	3.463.490
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Clientes	8	442.098	560.469
Impostos e contribuições sociais	10	-	457.909
Almoxarifado	12	97.066	90.856
Cauções e depósitos vinculados	11	477.926	518.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	18.075	60.789
Ativo financeiro – concessões do serviço público	9	7.529.487	6.389.473
Indenizações das concessões	13	-	630.912
Outros	14	83.826	128.415
		8.648.478	8.837.219
Investimentos	15	5.344.317	4.818.716
Imobilizado	16	5.924.242	5.908.998
Intangível	17	107.581	111.388
		20.024.618	19.676.321
TOTAL DO ATIVO		23.472.684	23.139.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(em milhares de reais)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	18	750.285	411.869
Financiamentos e empréstimos	19	507.770	431.464
Impostos e contribuições sociais	20	304.805	287.856
Concessões a pagar – uso do bem público	24	1.561	1.590
Obrigações estimadas	21	224.293	391.569
Encargos setoriais	22	138.094	128.265
Benefícios pós-emprego	23	77.341	72.945
Outros	28	32.496	49.215
		2.036.645	1.774.773
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	19	8.419.890	7.514.980
Impostos e contribuições sociais	20	689.875	739.705
Concessões a pagar - uso do bem público	24	35.877	38.090
Provisões para riscos	25	509.291	555.309
Benefícios pós-emprego	23	303.929	227.066
Adiantamentos para futuro aumento de capital	26	38.530	34.740
Provisão para contratos onerosos	27	969.935	1.001.219
Encargos setoriais	22	95.147	76.601
Outros	28	1	1
		11.062.475	10.187.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29		
Capital social		6.531.154	6.531.154
Reservas de capital		5.123.332	5.528.986
Outros resultados abrangentes		(1.280.922)	(882.813)
		10.373.564	11.177.327
TOTAL DO PASSIVO		23.472.684	23.139.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**
(em milhares de reais)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	6.182.015	4.292.195
CUSTO OPERACIONAL	31	(4.672.699)	(3.677.936)
Custo com energia elétrica		(1.942.894)	(1.074.685)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.519.260)	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica		(423.634)	(400.711)
Custo de operação		(2.729.805)	(2.603.251)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.856.629)	(1.950.131)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(492.843)	(278.997)
Utilização de recursos hídricos		(133.542)	(164.000)
Depreciação e amortização		(222.476)	(185.816)
Outros		(24.315)	(24.307)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	31	(669.512)	(582.073)
LUCRO BRUTO		839.804	32.186
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	32	505.058	(325.508)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.344.862	(293.322)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15	(887.111)	151.780
RESULTADO FINANCEIRO	33	(457.995)	(524.079)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(244)	(665.621)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(405.410)	(151.889)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(405.654)	(817.510)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Prejuízo do exercício	(405.654)	(817.510)
Outros resultados abrangentes:		
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(311.795)	284.111
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários	(86.321)	(257.016)
Outros:		
Ajuste acumulado de conversão em investida	7	13
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(803.763)	(790.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.031.154	5.690.383	656.113	-	(909.921)	11.467.729
Integralização de AFAC da Eletrobrás	500.000	-	-	-	-	500.000
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	13	13
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	27.095	27.095
Prejuízo do exercício	-	-	-	(817.510)	-	(817.510)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	-	(656.113)	656.113	-	-
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	(161.397)	-	161.397	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.531.154	5.528.986	-	-	(882.813)	11.177.327
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	7	7
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	(398.116)	(398.116)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(405.654)	-	(405.654)
Destinação do resultado:						
Absorção do prejuízo do exercício ^(a)	-	(405.654)	-	405.654	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.531.154	5.123.332	-	-	(1.280.922)	10.373.564

^(a) De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244)	(665.621)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e amortização	222.476	185.816
Variação monetária/cambiais líquidas	(219.074)	(264.929)
Renda de aplicação financeira	(76.195)	(42.793)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(58.821)	(67.806)
Encargos financeiros	819.278	509.576
Resultado de equivalência patrimonial	887.111	(151.780)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	65.516	60.532
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(46.018)	(309.869)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal (Preq)	(21.789)	222.044
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(31.284)	(488.996)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(47.225)	32.067
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	(496.195)	496.197
Despesas Financeiras (Multa e Juros sobre novos parcelamentos)	-	298.588
Baixa de imobilizado	3.594	24.558
Receita de ativo financeiro pela RAP	(212.283)	(172.204)
Provisão para perda de investimento	-	6.212
Encargos da reserva global de reversão	285.055	317.207
Subtotal	1.073.903	(11.201)
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	379.474	(252.959)
Fornecedores	256.338	329.571
Pagamento de encargos financeiros	(754.836)	(591.928)
Pagamento de encargos setoriais	(306.623)	(421.348)
Pagamento de PREQ	(9.941)	(398.322)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	237.976	198.460
Recebimento de encargos financeiros	857	5.834
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(275.639)	(45.407)
Cauções e depósitos vinculados	54.002	(49.800)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(64.232)	(63.654)
Recebimento de RAG	-	561.013
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	-	(251.839)
Pagamento à entidade de previdência complementar	(83.593)	(78.851)
Demais ativos e passivos	(303.841)	195.148
Subtotal	(870.058)	(864.082)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	203.844	(875.284)

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**
(em milhares de reais)

Continuação

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.178.401	1.609.368
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(363.116)	(534.909)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	815.285	1.074.459
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo financeiro	(669.513)	(582.073)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783/2013	1.154.767	1.914.774
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	124.258	(163.741)
Aquisições de ativo imobilizado	(174.386)	(361.020)
Aquisições de ativo intangível	(15.897)	(34.182)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.505.928)	(1.125.632)
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	62.566	156.933
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.024.133)	(194.941)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.004)	4.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.696	2.462
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.692	6.696
	(5.004)	4.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**
(em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	6.924.311	4.963.382
Outras receitas operacionais	134.029	5.973
Menos:		
Insumos		
Custo de energia comprada	(1.942.894)	(673.974)
Materiais	(32.035)	(36.930)
Serviços de terceiros	(727.175)	(692.066)
Outros custos operacionais	(1.506.986)	(1.763.598)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.849.250	1.802.787
Depreciação e amortização	(222.476)	(185.816)
Constituição/reversão de provisões	567.055	(11.972)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	3.193.829	1.604.999
Receitas financeiras (transferências)	580.759	551.662
Equivalência patrimonial	(887.111)	151.780
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.887.477	2.308.441
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	1.097.419	1.221.135
Governo (impostos e contribuições)	933.862	668.341
Encargos financeiros e variação monetária	1.038.754	1.075.740
Encargos setoriais	223.096	160.735
Prejuízo do exercício	(405.654)	(817.510)
TOTAL	2.887.477	2.308.441

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Furnas CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
(EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS)
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia e consumidores livres de todo o território nacional.

O sistema de geração de energia elétrica, cuja concessão pertence em sua totalidade a Furnas, é composto por 4 (quatro) usinas hidrelétricas (UHE) próprias, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013 – e 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada, totalizando potência instalada de 8.299,47 MW^(*) (considerando apenas a participação percentual de Furnas) e, ainda, 2 (duas) usinas termelétricas com 530 MW^(*) de potência instalada, trazendo o total de geração própria para 8.829,47 MW^(*) (nota 2.1).

As UHE afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013, e que estão sendo operadas e mantidas por Furnas são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia. As UHE não afetadas de Itumbiara e Mascarenhas de Moraes têm fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente.

A UHE Batalha, com potência instalada de 52,5 MW^(*), teve sua operação comercial iniciada em maio de 2014 e o Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, com 333,7 MW^(*) de potência instalada, que compreende as UHE Simplício e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, iniciou sua operação em junho de 2013 com a UHE de Simplício adicionando 305,7 MW^(*) ao sistema elétrico brasileiro. A PCH Anta, composta por duas unidades geradoras de 14 MW^(*) cada, tem previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015, completando a capacidade instalada de 333,7 MW^(*) do complexo. A data de término das concessões das UHE Simplício e Batalha, já em operação, é agosto de 2041.

No parque gerador de Furnas está incluída a potência instalada de 1.275 MW^(*) relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657,14 MW^(*) (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 617,87 MW^(*) (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW^(*), cabendo 148,40 MW^(*) (70%) a Furnas e 63,60 MW^(*) (30%) à Proman.

Além dos parques de geração e transmissão próprios, Furnas participa, em Sociedade de Propósito Específico (SPE) com outras empresas, na construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações, bem como é remunerada pela prestação de serviços de operação e manutenção de empreendimentos decorrentes da Lei nº 12.783/2013. O detalhamento desses investimentos encontra-se nas notas explicativas 2 e 16.

(*) Informação não auditada

1.1 Principais atos regulatórios que impactaram as operações no exercício

Leilão Aneel nº 11/2013

Realizado em 7 de fevereiro de 2014, em lote único, o Leilão nº 11/2013 ofertou a LT Xingu-Estreito, de 2.092 km em corrente contínua, mais estações conversoras Xingu e Estreito. Esta concessão será responsável pelo escoamento da energia produzida pela UHE Belo Monte, Pará. Neste certame, Furnas sagrou-se vencedora como parte do consórcio IE Belo Monte (com participação de 24,5%), cujos demais integrantes são Eletronorte (24,5%) e *State Grid* (51,0%), com deságio de 38,00% frente ao valor máximo da RAP.

Leilão Aneel nº 02/2014

No dia 28 de março de 2014, o consórcio Novo Oriente – formado pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) – arrematou, no Leilão nº 02/2014, a concessão da UHE Três Irmãos. A concessão foi passada pelo Novo Oriente à SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A., criada com a mesma composição acionária do consórcio.

A UHE Três Irmãos, localizada no rio Tietê, entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto (SP), com 807,5 MW de capacidade instalada e 217,5 MW médios de garantia física, tem sua geração de energia elétrica destinada às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Em 10 de novembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução Homologatória nº 1.821, de 4 de novembro de 2014, que homologa a Receita Anual de Geração – RAG da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, de titularidade da Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Leilão Aneel nº 10/2014 (A-1)

No dia 5 de dezembro de 2014, foi realizado o Leilão nº 10/2014, cujo aviso de convocação, publicado no Diário Oficial da União, previa a contratação de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, nas modalidades por quantidade e por disponibilidade de energia elétrica, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2015.

A energia, objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), foi negociada na modalidade “por disponibilidade” para fonte térmica, inclusive biomassa, e na modalidade “por quantidade” para outras fontes.

No produto por quantidade e prazo de três anos, a única vendedora foi Furnas, com 352 MW médios ao preço de R\$ 201/MWh, sem deságio ante o preço inicial estabelecido.

Resolução Normativa nº 631/2014 – Revisão da Alocação de Cotas

Em 6 de novembro de 2014, foi instaurada a Audiência Pública nº 64/2014, cujo objetivo era obter subsídios e informações adicionais acerca dos critérios e procedimentos para a revisão da alocação de cotas de garantia física contratadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

O Decreto nº 7.805/2012 determina que a alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas prorrogadas seja revisada no mínimo a cada três anos e que a alocação das cotas posteriores às cotas inicialmente disponibilizadas (usinas cujas concessões ainda serão prorrogadas) sejam feitas proporcionalmente ao mercado de cada concessionária de distribuição do SIN, e também revisadas periodicamente.

Sendo assim, como resultado da Audiência Pública em comento, foi publicada no Diário Oficial da União, em 26 de novembro de 2014, a Resolução Normativa nº 631/2014, estabelecendo os critérios e procedimentos para revisão da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei nº 12.783/2013.

Audiência Pública nº 66/2014 – Cláusula de Salvaguarda ao Erário

Em 26 de novembro de 2014, foi instaurada a Audiência Pública nº 066/2014, para obtenção de subsídios ao aprimoramento das minutas de termos aditivos que incluem cláusula de salvaguarda ao erário nos contratos de concessão de geração e de transmissão abrangidos pela Lei nº 12.783/2013, em atendimento ao disposto no item 9.3.2 do Acórdão 3.149/2012-TCU-Plenário.

A Aneel propõe a inclusão da nona subcláusula na cláusula sétima dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão de geração, assim redigida:

"Nona Subcláusula - Caso sejam detectados erros ou inconsistências nos cálculos de que trata o artigo 15 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, será realizado, no momento do processo de revisão da RAG, o ajuste e a compensação dos valores calculados."

Dentre os contratos de concessionárias de geração aditados, Furnas será impactada em seu 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2004 – Aneel que se refere às usinas Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

Para os Contratos de Transmissão, a proposta é da inclusão da sétima subcláusula na cláusula oitava dos Termos Aditivos aos contratos, com a seguinte redação:

"Sétima Subcláusula - Caso sejam detectados erros ou inconsistências nos cálculos de que trata o artigo 15 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, será realizado, no momento do processo de revisão da RECEITA ANUAL PERMITIDA, o ajuste e a compensação dos valores calculados."

Dentre os contratos de concessionárias de transmissão aditados, Furnas será impactada em seu 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 062/2001.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamentos, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento Original	Data da Assinatura da Renovação	Data de Vencimento Renovado
Em Operação								
Hidrelétricas								
Furnas	100	Grande	1.216,00	598,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	100	Grande	1.050,00	495,00	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo	100	Grande	1.440,00	726,00	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Porto Colômbia	100	Grande	320,00	185,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes	100	Grande	476,00	295,00	31.10.1973	31.10.2023	Não afetada	Não afetada
Funil	100	Paraíba do Sul	216,00	121,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara	100	Paranaíba	2.082,00	1.015,00	26.02.1970	26.02.2020	Não afetada	Não afetada
Corumbá I	100	Corumbá	375,00	209,00	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anta ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso	70	Manso	212,00	92,00	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	Não afetada
Serra da Mesa	48,46	Tocantins	1.275,00	671,00	06.05.1981 e 12.11.2004	07.05.2011	27.04.2012 ⁽³⁾	12.11.2039
Termelétricas								
Santa Cruz	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015	Afetada, mas ainda não prorrogada	
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	21,00	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	Não afetada
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada	Não afetada	Não afetada

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel. / ⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. / ⁽³⁾ Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013. / ⁽⁴⁾ PCH Anta (28 MW) ainda em implantação, com previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre de 2015. / ⁽⁵⁾ A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física (energia assegurada) de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW. (*) Informação não auditada

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/ Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (^(*))	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Peixe Angical	40,0000	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Baguari ⁽³⁾	15,0000	Doce	140,00	80,02	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40,0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	06.11.2036
Serra do Facão	49,4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49,0000	Paraopeba	82,00	39,00	15.08.2006	14.08.2041
Três Irmãos	49,9000	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Hidrelétricas em Operação Parcial						
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	2.286,08	2.218,00	13.06.2008	12.06.2043
Santo Antônio (Mesa) ⁽³⁾	39,0000	Madeira	1.282,22	206,20	13.06.2008	12.06.2043
Hidrelétricas em Implantação						
Teles Pires	24,5000	Teles Pires	1.819,80	915,40	07.06.2011	07.06.2046
São Manoel	33,3300	Teles Pires	700,00	421,70	10.04.2014	09.04.2049
Empreendimento Suspenso						
Inambari ⁽⁴⁾	19,6000	AM/Peru	-	-	-	-
Eólicas em Operação						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhos/RN	58,45	22,00	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhos/RN	60,12	22,50	09.12.2010	09.12.2045
Miassaba 3	24,5000	Macau/RN	68,47	15,66	09.12.2010	09.12.2045
Eólicas em Implantação						
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	23.05.2047
Pau Brasil	49,0000	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	25.03.2047
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	31.05.2013	30.05.2047
São Paulo	49,0000	Icapuí/CE	17,50	8,10	26.03.2012	25.03.2047
São Januário	49,0000	Fortim/CE	19,20	9,00	17.07.2012	16.06.2047
Nossa Senhora de Fátima	49,0000	Fortim/CE	28,80	12,80	08.08.2012	07.08.2047
Jandaia	49,0000	Fortim/CE	28,80	14,10	08.08.2012	07.08.2047
São Clemente	49,0000	Fortim/CE	19,20	9,30	25.07.2012	25.07.2047
Jandaia 1	49,0000	Fortim/CE	19,20	9,90	09.07.2012	08.07.2047
Goiabeira	49,0000	Aracati/CE	19,20	9,90	17.07.2012	16.07.2047
Ventos de Horizonte	49,0000	Aracati/CE	14,40	7,30	19.07.2012	18.07.2047
Ubatuba	49,0000	Aracati/CE	12,60	5,80	16.07.2012	15.07.2047
Pitombeira	49,0000	Aracati/CE	27,00	13,90	24.07.2012	23.07.2047
Santa Catarina	49,0000	Aracati/CE	16,00	8,50	19.07.2012	18.07.2047
Bom Jesus	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	8,10	14.04.2014	14.04.2049
Cachoeira	49,0000	Itapipoca/CE	12,00	5,00	14.04.2014	14.04.2049
Pitimbu	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	7,20	24.03.2014	24.03.2049
São Caetano	49,0000	Itapipoca/CE	25,20	11,00	14.04.2014	14.04.2049
São Caetano I	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	7,70	14.04.2014	14.04.2049
São Galvão	49,0000	Itapipoca/CE	22,00	9,50	14.03.2014	14.03.2049
Carnaúba I	49,0000	Maxaranguape/RN	22,00	9,40	07.07.2014	07.07.2049
Carnaúba II	49,0000	Maxaranguape/RN	18,00	7,30	07.07.2014	07.07.2049
Carnaúba III	49,0000	Maxaranguape/RN	16,00	7,50	07.07.2014	07.07.2049

Continua

Continuação

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/ Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ^{(1) (*)}	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Carnaúba V	49,0000	Rio do Fogo/RN	24,00	10,10	08.07.2014	08.07.2049
Cervantes I	49,0000	Rio do Fogo/RN	16,00	7,10	07.07.2014	07.07.2049
Cervantes II	49,0000	Rio do Fogo/RN	12,00	5,60	08.07.2014	08.07.2049
Punaú I	49,0000	Rio do Fogo/RN	24,00	11,00	07.07.2014	07.07.2049
Arara Azul	90,0000	João Câmara/RN	27,50	10,70	17.11.2014	17.11.2049
Bentevi	90,0000	João Câmara/RN	15,00	5,70	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde I	90,0000	João Câmara/RN	27,50	10,70	11.11.2014	11.11.2049
Ouro Verde II	90,0000	João Câmara/RN	30,00	11,20	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde III	90,0000	João Câmara/RN	25,00	9,40	12.11.2014	12.11.2049
Santa Rosa	90,0000	Acarau/CE	20,00	8,40	09.10.2014	09.10.2049
Uirapuru	90,0000	Acarau/CE	28,00	12,60	10.10.2014	10.10.2049
Ventos de Angelim	90,0000	Acarau/CE	24,00	10,30	17.11.2014	17.11.2049
Serra do Mel I	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	13,00	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel II	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	12,80	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel III	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	12,50	24.11.2014	24.11.2049
Itaguaçu da Bahia	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,00	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santa Luiza	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,20	12.09.2014	12.09.2049
Ventos de Santa Madalena	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	10.09.2014	10.09.2049
Ventos de Santa Marcella	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,60	18.09.2014	18.09.2049
Ventos de Santa Vera	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,20	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santo Antônio	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	16,10	15.09.2014	15.09.2049
Ventos de São Bento	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,40	10.09.2014	10.09.2049
Ventos de São Cirilo	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	17.09.2014	17.09.2049
Ventos de São João	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,00	15.09.2014	15.09.2049
Ventos de São Rafael	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,80	17.09.2014	17.09.2049

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2014, havia trinta e duas unidades geradoras em operação comercial, do total de cinquenta unidades do empreendimento.

⁽³⁾ Demais unidades geradoras ainda em construção.

⁽⁴⁾ Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade.

Furnas é remunerada também pela prestação de serviços de operação e manutenção de usinas cuja concessão foi devolvida ao Poder Concedente em virtude de seus concessionários não aceitarem os termos de renovação contidos na Lei nº 12.783/2013, como segue:

Operação e Manutenção						
Hidrelétricas sob Administração Especial nos termos da Lei nº 12.783/2013						
Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio	Potência Instalada (MW) ^{(1) (*)}	Energia Assegurada (MW médio) ^(*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Dona Rita	100,0000	Tanque	2,41	1,03	06.2013	⁽¹⁾
Sinceridade	100,0000	Manhuaçu	1,42	0,37	04.2013	⁽¹⁾
Neblina	100,0000	Manhuaçu	6,47	4,66	04.2013	⁽¹⁾

(1) Sob a responsabilidade de Furnas até a conclusão de nova licitação para concessão das PCHs.

^(*) Informação não auditada.

Resumindo, a capacidade total de geração (hidráulica, térmica e eólica) de Furnas está assim segregada:

Potência instalada das usinas geradoras	Em MW ^(*)	
	Total	% Furnas
SPE em operação	5.068,97	2.048,26
SPE em construção	4.897,82	1.831,33
Subtotal SPEs	9.966,79	3.879,59
Corporativa (concessão de Furnas integral)	3.446,20	3.446,20
Corporativa (concessão de Furnas integral – em construção)	28,00	28,00
Corporativa (concessão de Furnas compartilhada)	1.487,00	766,27
Corporativa (concessão de Furnas renovada sob Lei nº 12.783/2013)	4.617,00	4.617,00
Prestação de serviços (sob a Lei nº 12.783/2013)	10,30	10,30
Subtotal	9.588,50	8.867,77
Total	19.555,29	12.747,36

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

O sistema de transmissão de Furnas é segregado pelos contratos de concessão discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	Estado da Federação	Data da assinatura do contrato	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos alcançados pela Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2043
006/2005	LT Macaé – Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
006/2010	LT Mascarenhas – Linhares 230 kV – CS SE Linhares – 230/138 kV	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040
014/2011	LT Xavantes – Pirineus, CS, em 230 kV	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
016/2012	SE Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km² desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV² e duas linhas em corrente contínua ± 600 kV², necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

^(*) Informação não auditada.

2.2.2 Subestações do sistema de transmissão de Furnas

SUBESTAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO			
Empreendimentos não afetados pela Lei nº 12.783/2013			
Nome		Localização	
Zona Oeste (*)		Rio de Janeiro/RJ	
Empreendimentos renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013 – O&M			
Nome	Localização	Nome	Localização
Adrianópolis	Nova Iguaçu/RJ	Itaberá	Itaberá/SP
Angra	Angra dos Reis/RJ	Itutinga	Itutinga/MG
Araraquara	Araraquara/SP	Ivaiporã	Manoel Ribas/PA
Bandeirantes	Aparecida de Goiânia/GO	Jacarepaguá	Rio de Janeiro/RJ
Barro Alto	Barro Alto/GO	Macaé	Macaé/RJ
Brasília Geral	Distrito Federal/DF	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes/SP
Brasília Sul	Macaé/RJ	Niquelândia	Niquelândia/GO
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP	Pirineus	Anápolis/GO
Campinas	Campinas/SP	Poços de Caldas	Poços de Caldas/MG
Campos	Campos dos Goytacazes/RJ	Resende	Resende/RJ
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu/PA	Rio Verde	Rio Verde/GO
Grajaú	Rio de Janeiro/RJ	Rocha Leão	Rio das Ostras/RJ
Guarulhos	São Paulo/SP	Samambaia	Distrito Federal/DF
Gurupi	Gurupi/TO	São José	Belfort Roxo/RJ
Ibiúna	Ibiúna/SP	Tijuco Preto	Mogi das Cruzes/SP
Imbariê	Duque de Caxias/RJ	Viana	Viana/ES
Iriri	Macaé/RJ	Vitória	Serra/ES
Empreendimentos mediante Sociedades de Propósito Específico (SPEs)			
Nome	Localização	Nome	Localização
Itatiba	Itatiba/SP	Jataí	Jataí/GO
Quirinópolis	Quirinópolis/GO	Mineiros	Mineiros/GO
Edéia	Edéia/GO	Morro Vermelho	Morro Vermelho/GO
Corumbá	Caldas Novas/GO	Trindade	Trindade/GO
Luziânia	Luziânia/GO	Viana 2	Viana/ES
Estação Retificadora nº 2 CA/CC 500/±600 kV	Porto Velho/RO	Estação Inversora nº 2 CA/CC ±600/500 kV	Araraquara/SP

(*) Construída pela TKCSA a partir do seccionamento da LT 500 kV Angra-Grajaú, de propriedade de Furnas, com a finalidade de conectar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) à rede básica do SIN, atualmente é de propriedade desta empresa, mas será transferida para Furnas por meio de termo de transferência não onerosa, conforme legislação vigente. Esta transferência ainda não foi realizada em virtude de ajustes no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, que estão sendo negociados entre TKCSA, Furnas e Aneel.

SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS A USINAS	
Empreendimentos não afetados pela Lei nº 12.783/2013	
Nome	Localização
SE da Usina de Batalha	Paracatu/MG
SE da Usina de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ
SE da Usina de Itumbiara	Araporã/MG
SE da Usina de Mascarenhas de Moraes	Ibiraci/MG
SE da Usina de Santa Cruz	Rio de Janeiro/RJ
SE da Usina de São Gonçalo	São Gonçalo/RJ
SE da Usina de Simplicio	Sapucaia/RJ
Empreendimentos afetados pela Lei nº 12.783/2013	
Nome	Localização
SE da Usina de Corumbá	Caldas Novas/GO
SE da Usina de Funil	Itatiaia/RJ
SE da Usina de Furnas	São José da Barra/MG
SE da Usina de Luiz Carlos Barreto de Carvalho	Pedregulho/SP
SE da Usina de Marimbondo	Fronteira/MG
SE da Usina de Porto Colômbia	Planura/MG
Mediante SPEs	
Nome	Localização
SE da Usina de Baguari	Região Leste/MG
SE da Usina de Foz do Chapecó	Águas de Chapecó/SC
SE da Usina de Peixe Angical	Peixe/TO
SE da Usina de Retiro Baixo	Pompéu/MG
SE da Usina de Santo Antônio	Porto Velho/RO
SE da Usina de Serra do Facão	Catalão/GO
Parceria Público Privada (PPP)	
Nome	Localização
SE da Usina de Manso	Chapada dos Guimarães/MT
SE da Usina de Serra da Mesa	Minaçu/GO

2.2.3 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPE) em projetos de transmissão:

Investida	Linhas	Km ^{(1) (*)}	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1.200 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade – Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade – Carajás	29			
IE Madeira	LT 600 kV Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26.02.2009	30 anos
			Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	26.02.2009	
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia		
			Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
MGE Transmissão	LT 500 kV CS Mesquita – Viana 2	248	SE Viana 2 500/345 kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV CD Viana 2 – Viana	10			
Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	52	Edéia em 230 kV – 150 MVA Jataí em 138 kV – 225 MVA Mineiros em 138 kV Morro Vermelho em 138 kV Quirinópolis em 138 kV – 225 MVA	23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão – Jataí	256			
	LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	60			
	LT 138 kV CS Jataí – Mineiros	65			
	LT 138 kV CS Mineiros - Morro Vermelho	60			
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí	51			
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Perolândia				
	LT 138 kV CS Mineiros - UTE Água Emendada				
	LT 138 kV CS Morro Vermelho - Alto Taquari	31			
Transenergia São Paulo	LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I	49			
	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna	19.11.2009	30 anos
Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	65		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	140		04.03.2005	30 anos
Consórcio Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	16.06.2011	30 anos

Continua

Continuação

Investida	Linhas	Km ^{(1) (*)}	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Luziânia-Niquelândia Transmissora			SE Niquelândia 230/69 kV	16.04.2012	30 anos
Paranaíba Transmissora	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	967		02.05.2013	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimondo II - Assis, CS	296,5		14.08.2013	30 anos
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2 LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3 LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3	94,5	SE Brasília Leste 500/138 kV	09.10.2013	30 anos
Mata de Sta. Genebra Transmissora	LT 500 kV Itatiba – Bateias LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias	847	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 Kv SE Itatiba 500 kV SE 500/440 kV Fernão Dias	14.05.2014	30 anos
Lago Azul Transmissora	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2	69		14.05.2014	30 anos
Belo Monte Transmissora	LT 800 kV Xingu-Estreito, CC	2.092	Estação Conversora Xingu – 4.000 MW Estação Conversora Estreito – 3.850 MW	16.06.2014	30 anos
Energia Olímpica S.A.	LT 138 kV Barra da Tijuca – SE Olímpica LT 138 kV Gardênia – SE Olímpica	n/d	SE Olímpica 138/13,8 kV – 120 MVA	Regime especial	Regime especial

(1) Valores aproximados.

Nota: SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

O quantitativo de subestações de Furnas pode ser assim resumido:

Sistema de Furnas (afetados e não afetados pela Lei nº 12.783/2013)	
Transmissão	35
Associadas a usinas	13
Subtotal	48
Mediante Parceria Público Privada PPPs	
Transmissão	-
Associadas a usinas	2
Subtotal	2
Mediante SPEs	
Transmissão	12
Associadas a usinas	6
Subtotal	18
Total geral	68

(*) Informação não auditada.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

O VNR, determinado pela Administração, foi calculado a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/12, conforme descrito na Nota 1, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	673.030	683.330
Transmissão		
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	4.530.060	4.530.060
Total	6.198.808	6.209.108

2.3.1.2 Pleito homologado - indenizado e a indenizar

Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	2.130.352	3.712.088
Recebimentos	(1.154.766)	(1.914.774)
Atualização monetária	368.890	333.038
Saldo final	1.344.476	2.130.352
Total circulante	1.344.476	1.499.440
Total não circulante	-	630.912

2.3.2 Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio:

Para a geração, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013 que é de 180 dias após o protocolo de manifestações (art. 4º, §1º), encaminhada por Furnas em 27/12/2013. Posteriormente, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 615 de 17 de junho de 2014, alterou a redação do art. 4º da Resolução Normativa nº 596, estabelecendo a data de até 31 de dezembro de 2015, para comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

Para a transmissão, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização das instalações. Essa resolução estabelece que a concessionária contrate uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31/12/2012. Furnas encaminhou à Aneel, em 27/12/2013, cronograma com os marcos para entrega desse laudo, cuja previsão era 31/12/2014. Em 23/12/2014 houve comunicação a Aneel de reprogramação de entrega do referido laudo, tendo como nova previsão a data de 31/03/2015.

2.3.2.1 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descritivo	31.12.2014 e 31.12.2013		
	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber (*)
Usinas			
UHE Furnas	514.825	606.859	514.825
UHE Estreito	480.893	659.483	480.893
Total	995.718	1.266.342	995.718

(*) Valores sujeitos à homologação da Aneel.

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

2.3.2.2 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valor contábil líquido	709.686	683.330
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

2.3.2.3 Transmissão - Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

Investimentos até maio 2000	31.12.2014 e 31.12.2013
Valor contábil líquido	4.530.060
Valor novo de reposição (VNR)	6.458.231
Valores a receber (*)	4.530.060

(*) Valores sujeitos à homologação da Aneel.

2.3.2.4 Impactos de Contrato Oneroso

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Geração		
Marimbonbo	25.989	2.336
Furnas	168.701	12.182
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	34.538	15.526
Funil	132.219	95.903
Total geração	361.447	125.947
Transmissão		
Contrato nº 062/2001	608.488	875.272
Total transmissão	608.488	875.272
Total	969.935	1.001.219

Informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão descritas na nota 27.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional.

Cabe destacar que as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e os depósitos bancários.

3.2.2 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que na Empresa, no momento, não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.2.4 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

3.2.5 Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.6 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- a. for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- b. no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- c. for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- a. tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- b. for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
- c. seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- d. fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

3.2.6.1 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- a. o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. A RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- b. os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

3.2.6.2 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

3.2.7 Investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.8 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – *Contratos de Concessão* (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada (Vide nota 16).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

O Poder Concedente, representado por Agência Reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

3.2.9 Ativo intangível

É registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

3.2.9.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.9.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.10 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.11 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.11.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.11.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.11.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

3.2.11.3.1 Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.11.3.2 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.11.3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.11.3.4 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 38.1.

3.2.12 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.13 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.2.14 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível. A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos.

A Empresa reconhece receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;

- (ii) operação e manutenção de usinas, linhas e subestações de transmissão, de concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013;
- (iii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- (iv) construção; e
- (v) outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão, reajustada anualmente pelo IGP-M e por reforços e melhorias que entraram em operação no período.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela Aneel. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.2.18 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período. Neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, quando incorridas, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

3.2.19 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e são apresentadas como informação adicional.

3.2.22 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas de: Batalha, Simplício, Teles Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização sobre o valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro,

inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Vida útil dos bens do imobilizado

A Empresa utiliza os critérios definidos na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.4 Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Empresa procedeu a algumas reclassificações no ativo, passivo, demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

3.4.1 Ativo 2013

ATIVO	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	6.696	-	6.696
Títulos e valores mobiliários	7	715.812	-	-
Clientes	8	870.458	-	870.458
Remuneração das participações societárias		82.536	-	82.536
Impostos e contribuições sociais	11	118.085	-	118.085
Direito de ressarcimento		-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		15.339	(15.339)	-
Almoxarifado	13	21.454	-	21.454
Indenizações das concessões	14	1.499.440	-	1.499.440
Outros	15	149.009	-	149.009
		3.478.829	(15.339)	3.463.490
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	8	560.469	-	560.469
Impostos e contribuições sociais	11	457.909	-	457.909
Almoxarifado	13	90.856	-	-
Cauções e depósitos vinculados	12	503.057	15.339	518.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	60.789	60.789
Ativo financeiro – concessões do serviço público	10	6.389.473	-	6.389.473
Indenizações das concessões	14	630.912	-	630.912
Outros	15	128.415	-	-
		8.761.091	76.128	8.837.219
Investimentos	16	4.879.505	(60.789)	4.818.716
Imobilizado	17	5.908.998	-	5.908.998
Intangível	18	111.388	-	111.388
		19.660.982	15.339	19.676.321
TOTAL DO ATIVO		23.139.811	-	23.139.811

3.4.2 Passivo 2013

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				
Fornecedores	19	411.869	-	411.869
Financiamentos e empréstimos	20	431.464	-	431.464
Impostos e contribuições sociais	21	287.856	-	287.856
Concessões a pagar - uso do bem público	25	-	1.590	1.590
Obrigações estimadas	22	391.569	-	391.569
Encargos setoriais	23	128.265	-	128.265
Benefícios pós-emprego	24	72.945	-	72.945
Outros	29	49.215	-	49.215
		1.773.183	1.590	1.774.773
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	20	7.514.980	-	7.514.980
Impostos e contribuições sociais	21	739.705	-	739.705
Concessões a pagar - uso do bem público	25	39.680	(1.590)	38.090
Provisões para riscos	26	555.309	-	555.309
Benefícios pós-emprego	24	227.066	-	227.066
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27	34.740	-	34.740
Provisão para contratos onerosos	28	1.001.219	-	1.001.219
Encargos setoriais	23	76.601	-	76.601
Outros	29	1	-	-
		10.189.301	(1.590)	10.187.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30			
Capital social		6.531.154	-	6.531.154
Reservas de capital		5.528.986	-	5.528.986
Outros resultados abrangentes		(882.813)	-	(882.813)
		11.177.327	-	11.177.327
TOTAL DO PASSIVO		23.139.811	-	-

3.4.3 Demonstração de resultados 2013

	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	4.292.195	-	4.292.195
			-	
CUSTO OPERACIONAL	32	(3.677.936)	-	(3.677.936)
Custo com energia elétrica		(1.074.685)	-	(1.074.685)
Energia elétrica comprada para revenda		(673.974)	-	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica		(400.711)	-	(400.711)
			-	
Custo de operação		(2.603.251)	-	(2.603.251)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.950.131)	-	(1.950.131)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(278.997)	-	(278.997)
Utilização de recursos hídricos		(164.000)	-	(164.000)
Depreciação e amortização		(185.816)	-	(185.816)
Outros		(24.307)	-	(24.307)
			-	
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	32	(582.073)	-	(582.073)
			-	
LUCRO BRUTO		32.186	-	32.186
			-	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	33	(814.504)	488.996	(325.508)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(782.318)	488.996	(293.322)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16	151.780	-	151.780
			-	
RESULTADO FINANCEIRO	34	(524.079)	-	(524.079)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/2013		(1.154.617)	488.996	(665.621)
Ganho (perda) - Lei nº 12.783/2013		488.996	(488.996)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(665.621)	-	(665.621)
			-	
Imposto de renda e contribuição social	35	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(151.889)	-	(151.889)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(817.510)	-	(817.510)

3.4.4 Demonstração do valor adicionado 2013

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas de vendas de energia e serviços	4.963.382	-	4.963.382
Outras receitas operacionais	-	5.973	5.973
Menos:			
Insumos			
Custo de energia comprada	(673.974)	-	(673.974)
Materiais	(36.930)	-	(36.930)
Serviços de terceiros	(692.066)	-	(692.066)
Outros custos operacionais	(1.757.625)	(5.973)	(1.763.598)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.802.787	-	1.802.787
Depreciação e amortização	(185.816)	-	(185.816)
Constituição/reversão de provisões	(11.972)	-	(11.972)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.604.999	-	1.604.999
Receitas financeiras (transferências)	551.662	-	551.662
Equivalência patrimonial	151.780	-	151.780
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.308.441	-	2.308.441
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho	1.221.135	-	1.221.135
Governo (impostos e contribuições)	668.341	-	668.341
Encargos financeiros e variação monetária	1.075.740	-	1.075.740
Encargos setoriais	160.735	-	160.735
Prejuízo do exercício	(817.510)	-	(817.510)
TOTAL	2.308.441	-	2.308.441

3.4.5 Demonstrações dos fluxos de caixa 2013

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(665.621)		(665.621)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação e amortização	185.816		185.816
Variação monetária/cambiais líquidas	(264.929)		(264.929)
Renda de aplicação financeira	(42.793)		(42.793)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(67.806)		(67.806)
Encargos financeiros	509.576		509.576
Resultado de equivalência patrimonial	(151.780)		(151.780)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	60.532		60.532
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(309.869)		(309.869)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal	222.044		222.044
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(488.996)		(488.996)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	32.067		32.067
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	496.197		496.197
Despesas Financeiras (Multa e Juros sobre novos parcelamentos)	298.588		298.588
Baixa de imobilizado	24.558		24.558
Receita de ativo financeiro pela RAP	(172.204)		(172.204)
Provisão para perda de investimento	6.212		6.212
Encargos da reserva global de reversão	317.207		317.207
Subtotal	(11.201)		(11.201)
Variações nos ativos e passivos	271.760	(271.760)	-
Clientes	-	(252.959)	(252.959)
Fornecedores	-	329.571	329.571
Pagamento de encargos financeiros	(591.928)		(591.928)
Pagamento de encargos setoriais	(421.348)		(421.348)
Pagamento de PREQ	(398.322)		(398.322)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	198.460		198.460
Recebimento de encargos financeiros	5.834		5.834
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(45.407)		(45.407)
Cauções e depósitos vinculados	(49.800)		(49.800)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(63.654)		(63.654)
Recebimento de RAG	561.013		561.013
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	(251.839)		(251.839)
Pagamento à entidade de previdência complementar	(78.851)		(78.851)
Demais ativos e passivos	-	195.148	195.148
Subtotal	(864.082)		(864.082)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(875.284)		(875.284)

Continua

Continuação

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.609.368		1.609.368
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(534.909)		(534.909)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.074.459		1.074.459
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de ativo financeiro	(582.073)		(582.073)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783	1.914.774		1.914.774
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	(163.741)		(163.741)
Aquisições de ativo imobilizado	(361.020)		(361.020)
Aquisições de ativo intangível	(34.182)		(34.182)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.125.632)		(1.125.632)
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	156.933		156.933
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(194.941)		(194.941)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.234		4.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.462		2.462
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.696		6.696
	4.234		4.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a Aneel. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

“I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel.

4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

4.7 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

NOTA 5 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas em sua adoção, com exceção à OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, aplicada neste exercício.

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, mas que não estão em vigor para o exercício de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes". Exige a entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa e suas investidas.

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessas novas normas.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	1.692	6.696
Total	1.692	6.696

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Fundos de investimentos	666.712	714.841
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.038	971
Total circulante	667.750	715.812

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 666.712 refere-se a aplicações em fundos de investimentos conforme a seguir:

- a) R\$ 462.851, registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 13.012, registrados no CEF FI Extra Comum IRFM1 e CEF FI Extra VI IRFM1;
- c) R\$ 190.822, registrados no BRADESCO – Letras Financeiras do Tesouro – LFT; e
- d) R\$ 27, registrados no SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI.

Vale mencionar que são fundos multicotistas, destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º).

Os recursos aplicados no Bradesco não são considerados como disponibilidade, pois, são uma Garantia Financeira Constituída, conforme o disposto nas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel nº 552 e 622, de 14/10/2002 e 19/08/2014 respectivamente e demais normativos aplicáveis. Tais recursos serão utilizados para a Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo, junto à CCEE.

NOTA 8 – CLIENTES

Descritivo	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Clientes Parcelamento	31.12.2014	31.12.2013
Suprimento de energia	692.291	5.453	8.776	-	706.520	554.578
Uso da rede elétrica	122.433	1.340	11.047	-	134.820	103.686
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	269.146	269.146	263.670
Outros						
Energia de curto prazo	4.604	-	-	-	4.604	87.434
Consumidores industriais	1.218	-	-	-	1.218	5.418
(-) PCLD (Nota 8.1)	(14.565)	-	-	(240.078)	(254.643)	(144.328)
Total Circulante	805.981	6.793	19.823	29.068	861.665	870.458
Suprimento de energia	19.916	-	14.111	-	34.027	261.087
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
Comercialização de energia						
Consumidores	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	430.192	430.192	396.924
(-) PCLD (Nota 8.1)	-	-	(313.947)	(8.009)	(321.956)	(397.378)
Total Não Circulante	19.916	-	-	422.183	442.098	560.469
Total	825.897	6.793	19.823	451.251	1.303.763	1.430.927

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém registrados os montantes de R\$ 1.303.763 e R\$ 1.430.927 respectivamente, dos quais R\$ 293.560 representam valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(144.328)	(397.378)	(541.706)
(Constituição)/Reversão	(34.893)	-	(34.893)
Transferência do não circulante para circulante	(75.422)	75.422	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(254.643)	(321.956)	(576.599)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado à Celg o valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 576.599 (31.12.2013 - R\$ 541.706), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 240.078 (31.12.2013 - R\$ 132.484) e no não circulante, é de R\$ 8.009 (31.12.2013 - R\$ 83.431).

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descritivo	31.12.2013	Provisões	Recebimentos	Capitalizações	Varição Monetária/Reclassificações	Transferências de LP para CP	31.12.2014
Tesouro Nacional (a)	111.863	46.072	(35.531)	(45.860)	-	(54.468)	22.076
Celg D (b)	145.412	11.336	-	-	-	83.330	240.078
Celpa (c)	7.356	-	(7.346)	-	-	7.237	7.247
Retiro Baixo	1.158	339	(1.249)	(286)	-	38	-
(-) Ajuste a valor presente - Celpa	(968)	-	-	-	(1.223)	1.936	(255)
Total circulante	264.821	57.747	(44.126)	(46.146)	(1.223)	38.073	269.146
Tesouro Nacional (a)	293.718	-	-	45.860	14.624	54.468	408.670
Celg D (b)	83.431	-	-	-	7.908	(83.330)	8.009
Celpa (c)	21.711	-	-	-	-	(7.237)	14.474
(-) Ajuste a valor presente - Celpa	(1.936)	-	-	-	2.911	(1.936)	(961)
Total não circulante	396.924	-	-	45.860	25.443	(38.035)	430.192

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Furnas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) Pagamento em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não foi inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014), sendo portanto, prorrogada por mais 120 meses, conforme previsto em contrato;

(ii) Juros remuneratórios calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - De acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros pro rata die à taxa de 1%. Em 31.12.2014, o valor deste parcelamento está em R\$ 248.087 (circulante - R\$ 240.078 e não circulante R\$ 8.009) e integralmente provisionado para créditos de liquidação duvidosa conforme comentado no item 8.1 desta nota.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia no montante de R\$ 35.472, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013 até 2018.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 9 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Movimentação	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Resoluções Autorizativas (REA)	CT nº 062/2001 sem REA	Modernização de usina	UHE Prorrogadas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	4.530.060	804.073	-	-	995.718	-	6.329.851
Ingressos	-	85.879	47.117	345.111	-	103.967	582.074
Atualização monetária	-	172.204	-	-	-	-	172.204
Provisão para perda sobre ativo financeiro	-	-	(47.117)	(345.111)	-	(103.967)	(496.195)
Amortização	-	(198.461)	-	-	-	-	(198.461)
Saldo 31 de dezembro de 2013	4.530.060	863.695	-	-	995.718	-	6.389.473
Ingressos	-	130.348	63.948	384.614	-	90.602	669.512
Atualização monetária	-	212.283	-	-	-	-	212.283
Amortização	-	(237.976)	-	-	-	-	(237.976)
Reversão de provisão p/ perda sobre ativo financeiro 2013 (*)	-	-	47.117	345.111	-	103.967	496.195
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569	7.529.487
Não circulante	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569	7.529.487

(*) Vide nota 32 – Despesas operacionais

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – *Contratos de Concessão*, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Os ativos remanescentes do contrato nº 062/2001 referem-se a RBSE, e serão submetidos à avaliação e homologação da Aneel nos termos da Lei.

A Aneel, mediante as Resoluções Normativas nº 642 e 643, de 16/12/2014, trouxe nova regulamentação sobre os critérios de estabelecimentos de receita e recuperabilidade dos investimentos realizados em Reforços e Melhorias nas instalações alcançadas pela Lei 12.783/2013. Visando o adequado reflexo patrimonial dessa nova regulamentação, a Companhia realizou a reversão dos valores anteriormente provisionados, no montante de R\$ 496.195, passando a avaliar a recuperabilidade desses investimentos por meio de testes de *impairment* associados a unidade geradora de caixa relativa ao respectivo contrato de concessão.

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Tributos a recuperar	234.202	118.085
Total circulante	234.202	118.085
Impostos diferidos ativos	1.246.610	919.518
Impostos diferidos passivos	(373.272)	(322.966)
Créditos tributários	1.282.238	1.251.233
(-) Provisão para não realização - IR	(1.584.983)	(1.021.968)
(-) Provisão para não realização - CS	(570.593)	(367.908)
Total Não Circulante	-	457.909

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção dos seus resultados futuros e considerando o histórico dos últimos 3 anos de resultados tributáveis negativos, concluiu quanto ao registro, em 31 de dezembro de 2014, da provisão para perda sobre o ativo. No momento em que a avaliação indique a recuperação do ativo, tal provisão será reavaliada e poderá ser revertida.

10.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, nos ativos circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	119.851	43.767
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	45.565	17.007
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	20.744	12.599
ICMS a recuperar	284	284
INSS	5.875	5.800
Tributo sobre Energia e Serviços – PASEP/COFNS Lei nº 10.833	1.103	438
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	40.272	37.973
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	508	217
Total circulante	234.202	118.085
ICMS a recuperar	80.367	74.965
(-) Provisão para perdas	(80.367)	(74.965)
Total não circulante	-	-

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

10.2 Imposto Diferido

A Empresa mantém reconhecidos, em 31 de dezembro de 2014 - nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32 saldo dos impostos diferidos, ativos e passivos, no montante líquido de R\$ 873.338 (R\$ 596.552 em 31.12.2013), resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Impairment – CPC 01	(a) 1.013.108	(a) 1.060.332
Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27	119.891	119.891
Ganhos e Perdas atuariais – CPC 33	(b) 1.232.989	(b) 1.113.316
Ativo financeiro – ICPC 01	202.654	(439.496)
	2.568.642	1.854.043
Créditos Tributários Líquidos		
Imposto de renda	642.160	463.511
Contribuição social	231.178	166.864
(-) Provisão para não realização	(873.338)	(583.748)
	-	46.627
Total não circulante	-	46.627

(a) R\$ 553.622 - Simplicio, R\$ 442.921 - Batalha e R\$ 16.565 - Campos; e

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício de 2014.

Conforme divulgado no corpo desta nota, o valor líquido do imposto diferido foi integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2014.

10.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias. Com base no estudo citado anteriormente, no corpo desta nota foi constituída provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R\$ 1.282.238, como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Adições temporárias		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	509.291	555.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.013.795	948.279
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	969.935	1.001.221
Provisão para perda – investimento Inambari	110	6.126
Prejuízo fiscal e base negativa	1.265.655	1.156.658
	3.771.288	3.680.095
Créditos Tributários		
Imposto de renda	942.822	920.024
Contribuição social	339.416	331.209
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.282.238)	(806.128)
	-	445.105
Total não circulante	-	445.105

NOTA 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
Cauções e depósitos vinculados	15.412	15.406
Cauções e depósitos vinculados a litígios	462.514	502.990
Total	477.926	518.396
Não Circulante	477.926	518.396

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 477.926 (31.12.2013 - R\$ 518.396), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função, principalmente, de ações com Aneel, trabalhistas, cíveis e outras. Destacamos: a) R\$ 132.503 depositados em função de ações com a Aneel; b) R\$ 190.689 provenientes de reclamações trabalhistas; c) R\$ 49.198 de ações cíveis; e d) R\$ 92.905 referente à atualização monetária.

O montante de R\$ 15.339, referente a cauções e depósitos vinculados demonstrado em 31.12.2013 na rubrica do ativo circulante, foi reclassificado para o não circulante no exercício de 2014.

NOTA 12 – ALMOXARIFADO

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Material		
Almoxarifado	116.366	109.757
Destinado a alienação	3.225	2.290
Outros	148	147
Subtotal de materiais	119.739	112.194
Adiantamentos a fornecedores	116	116
Total	119.855	112.310
Circulante	22.789	21.454
Não Circulante	97.066	90.856

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 13 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.	Furnas optou pelo recebimento da indenização de (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Diante do exposto, a movimentação do contas a receber das parcelas indenizadas demonstra-se como segue:

Descritivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.130.352
Atualização monetária	368.890
Recebimentos	(1.154.766)
Transferência do não circulante	(630.912)
Transferência para o circulante	630.912
Total em 31 de dezembro de 2014	1.344.476
Circulante	1.344.476
Não circulante	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Empresas de energia elétrica	106.324	52.424
Créditos com fornecedores	164.790	147.015
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores	(107.300)	(86.538)
Desativações e alienações em curso	18.023	11.975
Fundação Real Grandeza	2.497	5.380
Serviços prestados a terceiros	6.830	2.862
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros	(1.221)	(1.261)
Alienações de bens e direitos	3.014	2.986
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos	(2.837)	(2.993)
Dispêndios a reembolsar (inclui em curso)	6.895	10.006
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar	(4.237)	(2.932)
Empregados	1.366	2.764
Empréstimos concedidos	3.138	3.353
Recebimento – renegociações a receber	-	1.292
Despesas pagas antecipadamente	2.660	2.162
Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE	1.600	-
Outros	764	514
Total Circulante	202.306	149.009
Empresas de energia elétrica	229.968	272.010
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – empresas de energia elétrica	(180.120)	(180.120)
Outros créditos Gamek	27.083	23.733
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos Gamek	(27.083)	(23.733)
Bens e direitos destinados a alienação	11.822	12.180
Títulos precatórios – Finsocial	13.907	13.052
Empréstimos concedidos	3.095	6.152
Concessões a licitar	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250
Outros (inclui FGTS Empresa)	17.874	17.861
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros	(17.832)	(17.832)
Total Não Circulante	83.826	128.415

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, temos as movimentações das seguintes empresas:

14.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
REH Aneel nº 1.585/2013			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45.864	91.728	137.592
Transferência do não circulante para o circulante	50.855	(50.855)	-
Atualização monetária	3.236	5.111	8.347
Juros	4.375	3.702	8.077
Saldo em 31 de dezembro de 2014	104.330	49.686	154.016
Demais valores a receber			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.297	-	2.297
Adições	170	-	170
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.467	-	2.467
Total em 31 de dezembro de 2014	106.797	49.686	156.483

14.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW(*) de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañia de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(*) médios para 240,8 MW(*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

14.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

14.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

14.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(93.724)	(221.685)	(315.409)
(+) Complemento/constituição	(21.871)	(3.350)	(25.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(115.595)	(225.035)	(340.630)

14.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
O N S	2.455	4.282
Programa Reluz – Prefeitura de Goiânia	-	592
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	2.110	3.047
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	1.668	1.584
Total	6.233	9.505
Circulante	3.138	3.353
Não Circulante	3.095	6.152

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes		
Sociedade de Propósito Específico (SPE)		
Baguari Energia S.A. (Baguari)	85.815	92.122
Brasventos Eolo Geradora Energia	20.750	22.245
Brasventos Miassaba 3 Geradora	33.469	31.131
Caldas Novas Transmissão	12.846	8.672
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	20.825	17.630
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	364.522	345.388
Teles Pires Participações	246.921	262.618
Enerpeixe S.A.	555.860	525.379
Goiás Transmissão S.A.	138.436	131.579
Inambari Geração de Energia (Igesa)	110	6.126
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	378.187	314.883
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.724.068	2.506.082
MGE Transmissão S.A.	118.953	106.371
Rei dos Ventos 3 Geradora	21.356	20.448
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	111.906	113.181
Serra do Facão Energia S.A.	1.640	60.742
Transenergia Goiás S.A.	29.179	2.461
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	96.813	78.241
Transenergia São Paulo S.A.	83.116	49.632
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	16.134	14.050
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	15.616	27.187
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	14.978	14.007
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	16.863	5.635
Energia dos Ventos I S.A.	7.254	2.687
Energia dos Ventos II S.A.	4.406	1.652
Energia dos Ventos III S.A.	6.535	2.426
Energia dos Ventos IV S.A.	9.535	3.461
Energia dos Ventos V S.A.	929	2.823
Energia dos Ventos VI S.A.	1.272	3.845
Energia dos Ventos VII S.A.	1.380	3.878
Energia dos Ventos VIII S.A.	910	2.803
Energia dos Ventos IX S.A.	975	2.875
Energia dos Ventos X S.A.	5.807	2.165
Triângulo Mineiro Transmissora	36.246	7.525
Paranaíba	67.383	17.801
Central Eólica Famosa I S.A.	7.012	49
Central Eólica Pau Brasil S.A.	4.664	31
Central Eólica Rosada S.A.	8.673	69
Central Eólica São Paulo S.A.	5.278	43
Vale do São Bartolomeu	16.128	663
Punaú I	8.912	123
Carnaúba I	8.336	113
Carnaúba II	6.744	93
Carnaúba III	6.008	83

Continua

Continuação

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Carnaúba V	8.956	123
Cachoeira	4.684	64
Cervantes I	6.045	83
Cervantes II	4.516	64
Bom Jesus	7.090	93
Pitimbu	6.990	93
São Caetano I	7.053	93
São Caetano	9.878	132
São Galvão	9.310	123
Mata de Santa Genebra	26.177	-
Belo Monte Transmissora	6.119	-
Eólica Ventos de São Rafael	1.063	-
Eólica Ventos de São Cirilo	1.063	-
Eólica Ventos de São Bento	1.063	-
Eólica Ventos de Santo Antônio	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Vera	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Marcela	1.063	-
Eólica Itaguaçu da Bahia	1.062	-
Eólica Ventos de Santa Luzia	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Madalena	1.062	-
Eólica Ventos de São João	1.063	-
Lago Azul Transmissão	1.970	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas	(299)	-
Tijoa Participações e Investimentos	167	-
Energia Olímpica	(213)	-
Empresa de Energia São Manoel	(594)	-
Subtotal de investimentos em SPE	5.431.227	4.811.886
Outros investimentos		
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	10.916	11.073
Subtotal de outros investimentos	12.799	12.956
Provisão para perdas sobre investimentos		
Inambari Geração de Energia (Igesa)	(110)	(6.126)
Central Eólica Famosa I S.A.	(6.174)	-
Central Eólica Pau Brasil S.A.	(4.116)	-
Central Eólica Rosada S.A.	(7.718)	-
Central Eólica São Paulo S.A.	(4.630)	-
Punaú I	(7.032)	-
Carnaúba I	(7.098)	-
Carnaúba II	(5.808)	-
Carnaúba III	(5.163)	-
Carnaúba V	(7.744)	-
Cachoeira	(3.813)	-
Cervantes I	(4.688)	-
Cervantes II	(3.872)	-
Bom Jesus	(5.720)	-
Pitimbu	(5.720)	-

Continua

Continuação

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
São Caetano I	(5.186)	-
São Caetano	(7.491)	-
São Galvão	(7.626)	-
Subtotal de provisão para perdas sobre investimentos	(99.709)	(6.126)
Total de investimentos	5.344.317	4.818.716

15.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Participações societárias permanentes									
Sociedade de Propósito Específico (SPE)									
Baguari Energia S.A.	30,6122	92.122	-	-	-	(850)	-	(5.457)	85.815
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	22.245	-	-	-	(1.495)	-	-	20.750
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	31.131	-	-	-	2.338	-	-	33.469
Caldas Novas	49,9000	8.672	-	1.962	-	3.084	-	(872)	12.846
Centroeste de Minas	49,0000	17.630	-	-	-	4.089	-	(894)	20.825
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	345.388	-	-	-	28.646	-	(9.512)	364.522
Teles Pires Participações (c)	24,7200	262.618	-	-	-	(15.697)	-	-	246.921
Enerpeixe	40,0000	525.379	-	-	-	56.539	-	(26.058)	555.860
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	131.579	-	7.350	-	(493)	-	-	138.436
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.126	-	-	-	(6.024)	8	-	110
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	314.883	40.425	-	-	30.539	-	(7.660)	378.187
Madeira Energia S.A.	39,0000	2.506.082	1.079.130	-	-	(861.144)	-	-	2.724.068
MGE Transmissão S.A.	49,0000	106.371	-	28.616	-	(9.222)	-	(6.812)	118.953
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	20.448	-	-	-	908	-	-	21.356
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	113.181	-	-	-	(1.275)	-	-	111.906
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	60.742	-	-	-	(59.102)	-	-	1.640
Transenergia Goiás S.A.	89,9072	2.461	27.930	-	-	(1.212)	-	-	29.179
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	78.241	-	-	-	24.316	-	(5.744)	96.813
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	49.632	-	-	-	43.977	-	(10.493)	83.116
Transirapé	24,5000	14.050	-	-	-	2.864	-	(780)	16.134
Transleste	24,0000	27.187	-	-	-	5.040	-	(16.611)	15.616
Transudeste	25,0000	14.007	-	-	-	3.294	-	(2.323)	14.978
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	5.635	6.634	-	-	4.594	-	-	16.863
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	2.687	1.921	2.685	-	(39)	-	-	7.254

Continua

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Participações societárias permanentes									
Sociedade de Propósito Específico (SPE)									
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	1.652	1.161	1.623	-	(30)	-	-	4.406
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	2.426	1.730	2.415	-	(36)	-	-	6.535
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	3.461	2.558	3.559	-	(43)	-	-	9.535
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	2.823	2.014	2.814	-	(6.722)	-	-	929
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	3.845	2.665	3.921	-	(9.159)	-	-	1.272
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	3.878	2.700	3.962	-	(9.160)	-	-	1.380
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	2.803	2.014	2.814	-	(6.721)	-	-	910
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	2.875	1.950	2.873	-	(6.723)	-	-	975
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	2.165	1.533	2.143	-	(34)	-	-	5.807
Triângulo Mineiro	49,0000	7.525	24.951	2.940	-	830	-	-	36.246
Paranaíba	24,5000	17.801	47.285	-	-	2.297	-	-	67.383
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	49	-	7.214	-	(251)	-	-	7.012
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	31	-	4.809	-	(176)	-	-	4.664
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	69	-	9.018	-	(414)	-	-	8.673
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	43	-	5.408	-	(173)	-	-	5.278
Vale do São Bartolomeu	39,0000	663	14.820	-	-	645	-	-	16.128
Punaú I	49,0000	123	9.070	-	-	(281)	-	-	8.912
Carnaúba I	49,0000	113	8.311	-	-	(88)	-	-	8.336
Carnaúba II	49,0000	93	6.802	-	-	(151)	-	-	6.744
Carnaúba III	49,0000	83	6.046	-	-	(121)	-	-	6.008
Carnaúba V	49,0000	123	9.070	-	-	(237)	-	-	8.956
Cervantes I	49,0000	83	6.046	-	-	(84)	-	-	6.045
Cervantes II	49,0000	64	4.538	-	-	(86)	-	-	4.516
Bom Jesus	49,0000	93	7.071	-	-	(74)	-	-	7.090
Cachoeira	49,0000	64	4.714	-	-	(94)	-	-	4.684
Pitimbu	49,0000	93	7.071	-	-	(174)	-	-	6.990
São Caetano I	49,0000	93	7.071	-	-	(111)	-	-	7.053
São Caetano	49,0000	132	10.207	-	-	(461)	-	-	9.878
São Galvão	49,0000	123	9.423	-	-	(236)	-	-	9.310
Mata de Santa Genebra	49,9000	-	17.216	9.980	-	(1.019)	-	-	26.177
Belo Monte Transmissora	24,5000	-	6.124	-	-	(5)	-	-	6.119

Continua

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Eólica Ventos de São Rafael	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Cirilo	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de São Bento	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santo Antônio	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Vera	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Marcella	49,0000	-	-	1.164	-	(101)	-	-	1.063
Eólica Itaguaçu da Bahia	49,0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de Santa Luzia	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Madalena	49,0000	-	-	1.163	-	(101)	-	-	1.062
Eólica Ventos de São João	49,0000	-	-	1.163	-	(100)	-	-	1.063
Lago Azul Transmissão	49,9000	-	2.121	-	-	(151)	-	-	1.970
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,9000	-	-	-	-	(299)	-	-	(299)
Tijoa Participações e Investimentos	49,9000	-	-	-	-	167	-	-	167
Energia Olímpica	49,9000	-	-	-	-	(213)	-	-	(213)
Empresa de Energia São Manoel	33,3330	-	-	-	-	(594)	-	-	(594)
Subtotal		4.811.886	1.382.322	117.739	-	(787.512)	8	(93.216)	5.431.227
Outros investimentos									
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	11.073	-	-	(157)	-	-	-	10.916
Subtotal		12.956	-	-	(157)	-	-	-	12.799
Provisão para perda									
Inambari Geração de Energia ^(a)	-	(6.126)	(6)	-	6.022	-	-	-	(110)
Central Eólica Famosa I ^(b)	-	-	-	-	-	(6.174)	-	-	(6.174)
Central Eólica Pau Brasil ^(b)	-	-	-	-	-	(4.116)	-	-	(4.116)
Central Eólica Rosada ^(b)	-	-	-	-	-	(7.718)	-	-	(7.718)
Central Eólica São Paulo ^(b)	-	-	-	-	-	(4.630)	-	-	(4.630)
Punaú I ^(b)	-	-	-	-	-	(7.032)	-	-	(7.032)
Carnaúba ^(b) I	-	-	-	-	-	(7.098)	-	-	(7.098)
Carnaúba II ^(b)	-	-	-	-	-	(5.808)	-	-	(5.808)

Continua

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 31.12.2013	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2014
Carnaúba III ^(b)	-	-	-	-	-	(5.163)	-	-	(5.163)
Carnaúba V ^(b)	-	-	-	-	-	(7.744)	-	-	(7.744)
Cachoeira ^(b)	-	-	-	-	-	(3.813)	-	-	(3.813)
Cervantes I ^(b)	-	-	-	-	-	(4.688)	-	-	(4.688)
Cervantes II ^(b)	-	-	-	-	-	(3.872)	-	-	(3.872)
Bom Jesus ^(b)	-	-	-	-	-	(5.720)	-	-	(5.720)
Pitimbu ^(b)	-	-	-	-	-	(5.720)	-	-	(5.720)
São Caetano I ^(b)	-	-	-	-	-	(5.186)	-	-	(5.186)
São Caetano ^(b)	-	-	-	-	-	(7.491)	-	-	(7.491)
São Galvão ^(b)	-	-	-	-	-	(7.626)	-	-	(7.626)
Subtotal		(6.126)	(6)	-	6.022	(99.599)	-	-	(99.709)
Total da rubrica investimentos		4.818.716	1.382.316	117.739	5.865	(887.111)	8	(93.216)	5.344.317

- (a) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 110.
- (b) Estas Companhias possuem registrados em seus balanços R\$ 203.264 referentes a adiantamentos efetuados a empresa Wind Power Energia S.A. (IMPESA), fornecedora de aerogeradores que se encontra em fase de recuperação judicial. Os referidos contratos foram rescindidos e estão respaldados em seguro garantia, nas modalidades de adiantamento de pagamento e executante-fornecedor. Suportados por assessores jurídicos, a Administração das respectivas Companhias avaliaram não ser necessário a constituição de provisões para perdas relacionados a estes ativos. Porém, considerando o atual estágio de início de negociações com a seguradora e por entender não haver prazo para conclusão deste processo, a Administração da Empresa optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 99.599, correspondente a sua participação sobre o valor total adiantado a este fornecedor.
- (c) O consórcio construtor Teles Pires – CCTP – realizou dois pleitos nos anos de 2012 a 2014. O primeiro (em 2012 e 2013) refere-se a atrasos diversos na construção da UHE de Teles Pires causados por paralizações de obras. O segundo (2014) refere-se a impactos financeiros causados por modificações no projeto básico devido a identificação de falha geológica no eixo da barragem. Os dois pleitos somam, em valores atualizados em 31.12.2014, R\$ 292.000. Nas demonstrações financeiras da SPE não há registro de provisão em 2014 e 2013, pois os prognósticos são de perda possível. No caso de definição de pagamento desses pleitos, a SPE adicionará o valor ao custo de formação do Ativo imobilizado, com a realização do mesmo via depreciação.

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 01.01.2013	Aportes	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Participações societárias permanentes								
Sociedade de Propósito Específico (SPE)								
Baguari Energia S.A.	30,6122	89.239	-	-	5.035	-	(1.837)	92.437
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	23.629	-	-	(1.068)	-	-	22.561
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	32.419	-	-	(1.287)	-	-	31.132
Caldas Novas	49,9000	6.467	2.589	-	1.578	-	-	10.634
Centroeste de Minas	49,0000	23.795	-	(3.527)	3.746	-	(6.384)	17.630
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	303.627	-	-	90.568	-	(48.808)	345.387
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	89.816	-	(89.816)	-	-	-	-
Teles Pires Participações	24,7200	^(d) 3.170	264.606	-	(5.158)	-	-	262.618
Enerpeixe	40,0000	514.735	-	-	96.604	-	(85.960)	525.379
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	101.646	51.499	-	(1.815)	-	(19.751)	131.579
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.640	561	-	(1.088)	13	-	6.126
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	239.746	69.826	-	5.311	-	-	314.883
Madeira Energia S.A.	39,0000	^(d) 1.870.691	654.069	-	(18.678)	-	-	2.506.082
MGE Transmissão S.A.	49,0000	63.431	45.570	-	(2.831)	-	201	106.371
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	21.807	-	-	(1.359)	-	-	20.448
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	110.078	-	-	3.103	-	-	113.181
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	104.098	-	-	(26.544)	-	(16.812)	60.742
Transenergia Goiás S.A.	49,0000	2.512	436	-	(487)	-	-	2.461
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	107.865	1.960	-	(21.680)	-	(9.904)	78.241
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	31.315	8.085	-	15.107	-	(4.875)	49.632
Transirapé	24,5000	11.360	-	-	3.745	-	(1.055)	14.050
Transleste	24,0000	25.687	-	-	6.840	-	(5.340)	27.187
Transudeste	25,0000	13.871	-	-	3.909	-	(3.773)	14.007
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	931	4.835	-	(131)	-	-	5.635
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	167	5.228	-	(23)	-	-	5.372

Continua

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 01.01.2013	Aportes	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Participações societárias permanentes								
Sociedade de Propósito Específico (SPE)								
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	123	3.175	-	(23)	-	-	3.275
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	152	4.714	-	(25)	-	-	4.841
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	216	6.830	-	(26)	-	-	7.020
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	157	5.503	-	(23)	-	-	5.637
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	206	7.585	-	(25)	-	-	7.766
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	216	7.649	-	(25)	-	-	7.840
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	157	5.482	-	(22)	-	-	5.617
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	167	5.605	-	(24)	-	-	5.748
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	137	4.194	-	(23)	-	-	4.308
Triângulo Mineiro	49,0000	-	10.908	-	(443)	-	-	10.465
Paranaíba	24,5000	-	17.640	-	161	-	-	17.801
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	-	7.568	-	(305)	-	-	7.263
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	-	5.065	-	(225)	-	-	4.840
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	-	9.433	-	(347)	-	-	9.086
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	-	5.691	-	(241)	-	-	5.450
Vale do São Bartolomeu	39,0000	-	663	-	-	-	-	663
Punaú I	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Carnaúba I	49,0000	-	113	-	-	-	-	113
Carnaúba II	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Carnaúba III	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Carnaúba V	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Cervantes I	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Cervantes II	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Bom Jesus	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Cachoeira	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Pitimbu	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano I	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano	49,0000	-	132	-	-	-	-	132
São Galvão	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Subtotal		3.800.273	1.218.249	(93.343)	151.780	13	(204.297)	4.872.675

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 01.01.2013	Aportes	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Outros investimentos								
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	10.447	626	-	-	-	-	11.073
Subtotal		12.330	626	-	-	-	-	12.956
Provisão para perda								
Inambari Geração de Energia	-	-	86	^(e) (6.212)	-	-	-	(6.126)
Subtotal		-	86	(6.212)	-	-	-	(6.126)
Total da rubrica investimentos		3.812.603	1.218.961	(99.555)	151.780	13	(204.297)	4.879.505

(d) Valores ajustados em 31 de dezembro de 2012 com a capitalização dos encargos financeiros na Madeira (R\$ 201.650 mil) e na Teles Pires Participações (R\$ 3.170 mil), correspondentes aos exercícios anteriores a 2012 e que foram ajustados diretamente no PL das respectivas Companhias, não constituindo portanto resultado de equivalência em Furnas.

(e) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 6.212 mil.

15.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS SPEs	Principais investidas							Demais investidas	Total
	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	Ie Madeira	Serra do Facão	Teles Pires	Total		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2014									
Caixa e equivalente de caixa	154.554	66.619	241.129	25.251	10.994	419	498.966	780.188	1.279.154
Outros ativos circulantes	97.668	61.009	1.226.362	508.768	41.472	50.321	1.985.600	367.250	2.352.850
Ativo não circulante	3.217.694	1.720.571	21.276.064	4.012.319	2.015.724	4.543.504	36.785.876	4.401.646	41.187.522
Total Ativo	3.469.916	1.848.199	22.743.555	4.546.338	2.068.190	4.594.244	39.270.442	5.549.084	44.819.526
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	135.628	114.352	403.815	142.544	89.971	256.685	1.142.995	171.843	1.314.838
Outros passivos circulantes	239.216	123.289	1.545.382	110.042	44.157	169.006	2.231.092	399.876	2.630.968
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	1.529.689	9.488	12.645.580	2.293.207	439.340	3.106.944	20.024.248	1.752.378	21.776.626
Outros passivos não circulantes	654.077	211.421	1.153.878	456.925	1.491.408	62.739	4.030.448	376.654	4.407.102
Patrimônio Líquido	911.306	1.389.649	6.994.900	1.543.620	3.314	998.870	11.841.659	2.848.333	14.689.992
Total Passivo	3.469.916	1.848.199	22.743.555	4.546.338	2.068.190	4.594.244	39.270.442	5.549.084	44.819.526
Demonstração de Resultado para o Exercício Findo em 31.12.2014									
(+) Receita Líquida	714.808	433.025	2.343.960	532.206	159.838	-	4.183.837	1.146.477	5.330.314
(-) Custo da Operação	(386.853)	(185.940)	(3.310.866)	(190.611)	(235.428)	(14.540)	(4.324.238)	(905.807)	(5.230.045)
Lucro Bruto	327.955	247.085	(966.906)	341.595	(75.590)	(14.540)	(140.401)	240.670	100.269
(-) Despesas operacionais	(101.234)	(66.231)	(514.352)	(6.781)	(25.520)	(1.759)	(715.877)	(187.295)	(903.172)
(+) Receita financeira	33.059	8.784	64.533	12.827	3.888	23	123.114	267.219	390.333
(-) Despesa financeira	(136.412)	(36.825)	(797.759)	(163.410)	(37.674)	(605)	(1.172.685)	(174.744)	(1.347.429)
Lucro antes dos impostos	123.368	152.813	(2.214.484)	184.231	(134.896)	(16.881)	(1.905.849)	145.850	(1.759.999)
(-) Impostos sobre o lucro	(51.751)	(11.464)	6.424	(62.614)	15.433	(22.588)	(126.560)	(29.846)	(156.406)
Lucro (Prejuízo) Líquido	71.617	141.349	(2.208.060)	121.617	(119.463)	(39.469)	(2.032.409)	116.004	(1.916.405)
Outras informações:									
Depreciação e amortização	(62.773)	(49.396)	(375.533)	-	(23.876)	(18)	(511.596)	(109.837)	(621.433)

15.2.1 Investida Mesa

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 481.706. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Parte deste montante é reflexo do reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a Aneel, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.434.778, foi reconhecida uma provisão para perda de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 756.227.

O Conselho de Administração de Furnas, na reunião nº 002/452, recomendou à Empresa que tome as providências necessárias nas esferas de governança adequadas, para preservar os créditos da MESA contra o CCSA, de modo a reverter o prejuízo na SPE e, por decorrência, seus reflexos em Furnas, por sua participação na SPE.

15.2.2 Complexo Aracati

Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 (“Leilão Aracati”), no qual a Alupar Investimentos S.A. sagrou-se vencedora para aquisição da totalidade das supracitadas ações. As formalidades para transferência das ações se encontram em fase de execução. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Aracati envolve o valor total de R\$ 45.006, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa Aneel nº 484/2012.

15.2.3 Complexo Fortim

Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas e Alupar celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual Furnas se obrigou, sob condição suspensiva de eficácia a obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. Caso o DEST não concorde com a operação, Furnas deverá realizar Chamada Pública para aquisição das referidas ações no prazo de 60 (sessenta) dias ou incorporá-las ao seu ativo. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Fortim envolve o valor total de R\$ 46.002, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Aneel será informada quando da efetivação da transferência das ações, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativo Aneel nº 484/2012.

15.2.4 Transenergia Goiás S.A.

Em razão de impossibilidade de subscrição e integralização de ações, a acionista J. Malucelli Energia, sócia de Furnas na empresa Transenergia Goiás S.A., que tem por finalidade construir e operar instalações de transmissão no Estado de Goiás, emitiu documento de doação de 2.875.500 ações a Furnas na data de 5 de novembro de 2014, que alterará assim a composição acionária da sociedade, passando Furnas a possuir 98% das ações ordinárias. Tal alteração foi submetida à anuência da Aneel, porém, até a data de 31 de dezembro de 2014, ainda não havia sido deferida.

15.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

15.4 Novos investimentos

a) Belo Monte Transmissora de Energia S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. A participação de Furnas corresponde a 24,5% do capital social, em parceria com a Eletronorte (24,5%) e a State Grid Brazil Holding (51%).

Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor, na construção e operação da LT (2.092 km) da UHE Belo Monte em 800Kv – Estações conversoras de Xingu e de Estreito.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de junho de 2014, pelo prazo de trinta anos e possui previsão para entrada em operação em fevereiro de 2018.

b) Energia Olímpica S.A.

É uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em janeiro de 2014, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas (49,9%).

c) Centro de Soluções Estratégicas S.A.

Em 24 de março de 2014, Furnas constituiu esta SPE, que tem por objeto a prestação de serviços especializados de engenharia, planejamento e gestão de empreendimentos no segmento de geração e transmissão de energia elétrica.

Furnas participa desta SPE com 49,9%, enquanto o Fundo de Investimento em Participações Constantinopla detém a participação remanescente de 51,1%.

15.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes		
Sociedade de Propósito Específico (SPE)		
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315
Brasventos Eolo Geradora Energia	316	316
Retiro Baixo Energética	2.695	-
Transenergia São Paulo S.A.	1.960	-
Caldas Novas Transmissão	-	1.962
Energia dos Ventos I S.A.	-	2.684
Energia dos Ventos II S.A.	-	1.623
Energia dos Ventos III S.A.	-	2.415
Energia dos Ventos IV S.A.	-	3.559
Energia dos Ventos V S.A.	-	2.814
Energia dos Ventos VI S.A.	-	3.922
Energia dos Ventos VII S.A.	-	3.962
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	2.814
Energia dos Ventos IX S.A.	-	2.873
Energia dos Ventos X S.A.	-	2.143
Triângulo Mineiro Transmissora	6.223	2.940
Central Eólica Famosa I S.A.	1.059	7.214
Central Eólica Pau Brasil S.A.	706	4.809
Central Eólica Rosada S.A.	1.333	9.017
Central Eólica São Paulo S.A.	823	5.407
CSE Centro de Soluções Estratégicas	1.996	-
Tijoa Participações e Investimentos	649	-
Total de AFACs	18.075	60.789

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado de Furnas que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Em Serviço		
Custo		
Terrenos	554.725	393.766
Reservatórios, barragens e adutoras	3.744.213	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.302.597	1.262.852
Máquinas e equipamentos	3.456.364	3.259.480
Veículos	38.539	34.249
Móveis e utensílios	27.330	27.172
Subtotal	9.123.768	7.906.791
Depreciação		
Reservatórios, barragens e adutoras	(955.193)	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(577.115)	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(1.068.665)	(989.266)
Veículos	(24.033)	(23.140)
Móveis e utensílios	(15.763)	(15.063)
Subtotal	(2.640.769)	(2.448.364)
Total em Serviço	6.482.999	5.458.427
Em Curso		
Terrenos	431	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	259.599	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.731	61.832
Máquinas e equipamentos	208.905	314.304
Veículos	1.327	919
Móveis e Utensílios	4	-
A ratear	26.285	130.479
Estudos e Projetos	2.059	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	11.595	21.441
Compras em andamento	(9.106)	(9.106)
Material em depósito	42.213	14.918
Adiantamento a fornecedores	(9.153)	(9.153)
Total em Curso	566.890	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.013.107)	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido – Total	5.924.242	5.908.998

16.1 Obrigações vinculadas a concessões

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Amortização	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)
Outras	(2.003)	(2.003)
Total	(112.540)	(112.540)

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas.

16.2 A composição do imobilizado de Furnas, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31.12.2014			31.12.2013
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,65%	8.860.781	(2.507.674)	6.353.107	5.330.175
Transmissão ^(a)	3,50%	48.363	(1.717)	46.646	45.424
Administração	10,66%	213.081	(130.067)	83.014	82.507
Comercialização	7,71%	1.543	(1.311)	232	321
Subtotal		9.123.768	(2.640.769)	6.482.999	5.458.427
Em curso					
Geração	-	366.939	-	366.939	1.457.570
Transmissão ^(a)	-	168.057	-	168.057	136.746
Administração	-	31.894	-	31.894	29.127
Subtotal		566.890	-	566.890	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos		(1.013.107)	-	(1.013.107)	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total		8.565.011	(2.640.769)	5.924.242	5.908.998

^(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se as subestações de Batalha e Simplicio, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplicio, uma parcela de seus bens - ligados a transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foram transferidos de em "curso" para "serviço".

Segundo a legislação vigente pela Aneel, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

16.3 Premissas para o cálculo do *Impairment*

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas não renovadas pela lei 12.783/2013.

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotado por Furnas:

(i) Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

No cenário foi considerada a projeção dos custos até 2020 com base no Plano Diretor da Empresa revisado em 2014. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

(ii) Receitas

As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

(iii) Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Alíquota de 9,65% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

P&D - 1% da ROL.

CFURH – 6,75% sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.

Taxa de Fiscalização Aneel - 0,4% sobre a Receita Bruta.

RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão.

TUST – Considerado o valor da TUST realizado em 2013 para a projeção de todos os ativos.

PIS: Programa de Integração Social;
COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade;
P&D: Programa de Pesquisa e Desenvolvimento;
CFURH: Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica;
RGR: Reserva Global de Reversão; e
TUST: Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

(iv) Valor Novo de Reposição (VNR)

Foi considerado o estudo realizado pela área de Engenharia da Empresa para a determinação do VNR utilizado nos cálculos do balanço de 2012 e atualizados pelo IPCA.

(v) Investimentos

Não foram considerados novos investimentos nas usinas testadas para 2015.

(vi) Depreciação

Utilizada a taxa da Aneel conforme sua Resolução nº 474/2012.

(vii) Uso do Bem Público (UBP)

Foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplicio, cujos montantes aproximados são de R\$ 267.196 e R\$ 1.150.162 ao ano, respectivamente.

(viii) Taxa de Desconto para fluxo de caixa

Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração: 6,69% a.a. real; e b) Ativo de Transmissão: 6,57% a.a. real.

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa não identificou novos casos em suas Unidades Geradoras de Caixa além das que já havia identificado no ano de 2013, UHE Batalha e Simplício e UTE Campos.

Procedeu a atualização das provisões conforme demonstrativo abaixo:

Descritivo	31.12.2013	(Constituição)/ Reversão	31.12.2014
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UHE Batalha	(527.334)	(26.288)	(553.622)
UHE Simplício	(516.433)	73.513	(442.920)
Total	(1.060.332)	47.225	(1.013.107)

A UTE Campos (Roberto Silveira) não apresentou variações no cálculo devido à paralisação das operações naquela unidade.

A UHE Batalha apresentou uma reversão nas provisões de perdas devido à perspectiva de redução de custos com PMSO da Empresa, além da significativa redução da Compra de Energia prevista para os anos seguintes.

A UHE Simplício apresentou necessidade de aumento nas provisões de perda devido ao aumento da taxa de desconto do fluxo de caixa. A perspectiva de diminuição de custos com PMSO não foi suficiente para reverter provisões de perdas.

Para as usinas e os ativos de transmissão, renovados nos termos da Lei 12.783/2013, são efetuados testes de onerosidade dos respectivos contratos, conforme descrito na nota 27.

16.4 Movimentação do ativo imobilizado

Descritivo	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2014
Serviço					
Custo					
Terrenos	393.766	-	-	160.959	554.725
Barragens, reservatórios e adutoras	2.929.272	-	(1.793)	816.734	3.744.213
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.262.852	-	(77)	39.822	1.302.597
Máquinas e equipamentos	3.259.480	-	(7.455)	204.339	3.456.364
Veículos	34.249	-	1.665	2.625	38.539
Móveis e utensílios	27.172	-	(227)	385	27.330
Subtotal	7.906.791	-	(7.887)	1.224.864	9.123.768
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(869.921)	(76.974)	(8.298)	-	(955.193)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(550.974)	(34.851)	8.710	-	(577.115)
Máquinas e equipamentos	(989.266)	(88.853)	9.454	-	(1.068.665)
Veículos	(23.140)	(3.338)	2.445	-	(24.033)
Móveis e utensílios	(15.063)	(1.156)	456	-	(15.763)
Subtotal	(2.448.364)	(205.172)	12.767	-	(2.640.769)
Total em Serviço	5.458.427	(205.172)	4.880	1.224.864	6.482.999
Em Curso					
Terrenos	157.804	3.181	-	(160.554)	431
Barragens, reservatórios e adutoras	939.682	15.943	-	(696.026)	259.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	61.832	8.682	-	(37.783)	32.731
Máquinas e equipamentos	314.304	94.862	-	(200.261)	208.905
Veículos	919	3.033	-	(2.625)	1.327
Móveis e utensílios	-	387	-	(383)	4
A ratear	130.479	23.038	-	(127.232)	26.285
Adiantamento a fornecedores	(9.153)	-	-	-	(9.153)
Estudos e Projetos	323	1.736	-	-	2.059
Transformação, fabricação e reparo de materiais	21.441	(9.846)	-	-	11.595
Material em depósito	14.918	27.295	-	-	42.213
Compras em andamento	(9.106)	-	-	-	(9.106)
Total em Curso	1.623.443	168.311	-	(1.224.864)	566.890
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.060.332)	(26.288)	73.513	-	(1.013.107)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.908.998	(63.149)	78.393	-	5.924.242

Descritivo	Saldo em 01.01.2013	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2013
Serviço					
Custo					
Terrenos	278.271	-	-	115.495	393.766
Barragens, reservatórios e adutoras	2.035.754	-	-	893.518	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.131.751	-	(107)	131.208	1.262.852
Máquinas e equipamentos	1.910.572	-	120.173	1.228.735	3.259.480
Veículos	26.449	-	(2.422)	10.222	34.249
Móveis e utensílios	21.128	-	(1.709)	7.753	27.172
Subtotal	5.403.925	-	115.935	2.386.931	7.906.791
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(860.551)	(9.370)	-	-	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539.923)	(11.158)	107	-	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(731.007)	(143.939)	(114.320)	-	(989.266)
Veículos	(21.298)	(4.212)	2.370	-	(23.140)
Móveis e utensílios	(14.437)	(1.066)	440	-	(15.063)
Subtotal	(2.167.216)	(169.745)	(111.403)	-	(2.448.364)
Total em Serviço	3.236.709	(169.745)	4.532	2.386.931	5.458.427
Em Curso					
Terrenos	244.620	(30.163)	(668)	(55.985)	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	1.727.482	(4.450)	(2.444)	(780.906)	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.313	21.356	(245)	(98.592)	61.832
Máquinas e equipamentos	1.028.773	295.846	(3.592)	(1.006.723)	314.304
Veículos	919	10.222	-	(10.222)	919
Móveis e utensílios	-	7.743	-	(7.743)	-
A ratear	514.111	44.720	(1.612)	(426.740)	130.479
Adiantamento a fornecedores	-	(9.007)	(146)	-	(9.153)
Estudos e Projetos	-	346	(3)	(20)	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	14.999	6.801	(359)	-	21.441
Material em depósito	-	15.136	(218)	-	14.918
Compras em andamento	3.312	(12.220)	(198)	-	(9.106)
Total em Curso	3.673.529	346.330	(9.485)	(2.386.931)	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.028.266)	(32.066)	-	-	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.769.432	144.519	(4.953)	-	5.908.998

NOTA 17 – INTANGÍVEL

Descritivo	Saldo em 31.12.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço (1)						
Custo	19.301	-	-	-	38.934	58.235
Amortização	(1.788)	-	-	(1.350)	-	(3.138)
	17.513	-	-	(1.350)	38.934	55.097
Em curso						
Custo	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
Total vinculados à concessão - Geração	59.193	1.018	(1.768)	(1.350)	-	57.093
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço (1)						
Custo	2.552	-	-	-	(11)	2.541
Amortização	(300)	-	-	-	-	(300)
	2.252	-	-	-	(11)	2.241
Em curso						
Custo	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
Total vinculados concessão – Transmissão	7.359	(3.793)	-	-	-	3.566
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço (1)						
Custo	81.752	-	-	-	8.661	90.413
Amortização	(69.107)	-	-	(16.586)	-	(85.693)
	12.645	-	-	(16.586)	8.661	4.720
Em curso						
Custo	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	44.836	18.672	-	(16.586)	-	46.922
Total	111.388	15.897	(1.768)	(17.936)	-	107.581

Descritivo	Saldo em 01.01.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.714	-	(5.130)	-	12.717	19.301
Amortização	(1.098)	-	-	(690)	-	(1.788)
	10.616	-	(5.130)	(690)	12.717	17.513
Em curso						
Custo	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
Total vinculados à concessão - Geração	63.890	1.123	(5.130)	(690)	-	59.193
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	-	-	(454)	-	3.006	2.552
Amortização	-	-	-	(300)	-	(300)
	-	-	(454)	(300)	3.006	2.252
Em curso						
Custo	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
Total vinculados concessão – Transmissão	-	8.113	(454)	(300)	-	7.359
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	79.870	760	-	-	1.122	81.752
Amortização	(53.412)	-	-	(15.695)	-	(69.107)
	26.458	760	-	(15.695)	1.122	12.645
Em curso						
Custo	7.845	^(a) 25.468	-	-	(1.122)	32.191
	7.845	25.468	-	-	(1.122)	32.191
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	34.303	26.228	-	(15.695)	-	44.836
Total	98.193	35.464	(5.584)	(16.685)	-	111.388

^(a) Este valor refere-se à aquisição de licenças e *softwares* corporativos.

Em 31 de dezembro de 2014, Furnas mantém registrado no intangível o custo com software de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 132.615, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 85.693, calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 62.058 ⁽¹⁾ registrado no intangível em serviço de Furnas, R\$ 36.604 referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP) para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplício. A Usina de Simplício iniciou suas atividades em junho de 2013, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 92 mensais. A usina de Batalha iniciou suas atividades em maio de 2014, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 22 mensais.

Em maio de 2014 houve a transferência do valor de R\$ 7.316 do intangível em curso para o intangível em serviço pela entrada em operação da usina de Batalha e de R\$ 31.222 em virtude da transferência de saldo da usina de Simplício.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 24).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

NOTA 18 – FORNECEDORES

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Materiais e serviços	271.426	287.126
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	113.116	79.981
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da rede	49.122	39.876
Fornecedores de energia elétrica – CCEE(*)	313.302	1.511
Outros	3.319	3.375
Total Circulante	750.285	411.869

(*) Justificativa do aumento apresentado na Nota 31.1

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1 Composição do endividamento (por contraparte)

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2014				31.12.2013			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não Circul.	
Moeda Estrangeira											
Eletrobras											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	509	9.435	23.588	33.532	576	8.321	29.125	38.022
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.088	33.652	84.124	118.864	1.389	33.804	118.306	153.499
Subtotal				1.597	43.087	107.712	152.396	1.965	42.125	147.431	191.521
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	161	10.026	320.828	331.015	129	-	242.517	242.646
Subtotal				161	10.026	320.828	331.015	129	-	242.517	242.646
Subtotal				1.758	53.113	428.540	483.411	2.094	42.125	389.948	434.167
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	-	232.872	2.695.310	2.928.182	6	206.689	2.759.243	2.965.938
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	26.166	61.947	88.113	-	25.955	88.033	113.988
Eletrobras	Selic	30.08.2020	Selic	-	-	787.968	787.968	-	-	143.968	143.968
Subtotal				-	259.038	3.545.225	3.804.263	6	232.644	2.991.244	3.223.894
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.279	66.161	700.200	768.640	2.321	66.161	766.360	834.842
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	133	3.857	39.446	43.436	136	3.856	43.302	47.294
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	619	16.409	164.090	181.118	631	16.409	180.499	197.539
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	7.342	-	750.000	757.342	5.981	-	750.000	755.981
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	10.023	-	208.311	218.334	8.208	-	208.312	216.520
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	24.689	-	400.000	424.689	-	-	-	-
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	11.234	-	212.761	223.995	9.141	-	212.761	221.902
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	20.171	-	400.000	420.171	16.460	-	400.000	416.460
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	2.211	-	86.569	88.780	1.816	-	86.569	88.385
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	2.541	-	113.975	116.516	2.070	-	113.975	116.045
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	8	275	1.673	1.956	41	252	1.948	2.241
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	25	962	5.854	6.841	139	882	6.816	7.837
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	104	-	68.246	68.350	98	-	68.246	68.344
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	145	-	95.000	95.145	136	-	95.000	95.136
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	15.160	-	1.000.000	1.015.160	12.094	-	1.000.000	1.012.094
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	9.513	-	200.000	209.513	7.763	-	200.000	207.763
Subtotal				106.197	87.664	4.446.125	4.639.986	67.035	87.560	4.133.788	4.288.383
Subtotal Moeda Nacional				106.197	346.702	7.991.350	8.444.249	67.041	320.204	7.125.032	7.512.277
Total				107.955	399.815	8.419.890	8.927.660	69.135	362.329	7.514.980	7.946.444

19.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013		
	\$	R\$	%	\$	R\$	%
Moeda estrangeira						
US\$	137,244	364.547	4,1	119,810	280.668	3,6
Yen	5.347.041	118.864	1,3	6.874.116	153.499	1,9
		483.411	5,4		434.167	5,5
Moeda nacional						
CDI		3.474.500	38,9		3.035.150	38,2
IPCA		2.928.182	32,8		2.965.938	37,3
TJLP		1.090.295	12,2		1.177.052	14,8
SELIC		787.968	8,9		143.968	1,8
		8.280.945	92,8		7.322.108	92,1
Não Indexado		163.304	1,8		190.169	2,4
		8.444.249	94,6		7.512.277	94,5
Total		8.927.660	100,0		7.946.444	100,0

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2014 (anual)	2013 (anual)
US\$	13,39	14,64
Yen	-0,45	-5,86
IPCA	6,56	4,95

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2015	-	-	-	382.725
2016	459.326	63.139	522.465	416.092
2017	985.393	63.139	1.048.532	1.203.057
2018	1.919.691	41.589	1.961.280	1.948.685
2019	962.856	20.052	982.908	969.802
2020	980.854	20.052	1.000.906	653.426
Após 2020	2.683.230	220.569	2.903.799	1.941.193
Total	7.991.350	428.540	8.419.890	7.514.980

19.3 Mutação dos empréstimos e financiamentos

Descritivo	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	387.245	7.125.032	44.219	389.948	7.946.444
Ingressos	-	1.044.000	-	51.943	1.095.943
Encargos	733.695	-	10.802	-	744.497
Variação monetária e cambial	-	169.427	-	40.061	209.488
Transferências para o circulante	347.190	(347.190)	53.412	(53.412)	-
Capitalização de juros	-	81	-	-	81
Amortizações	(1.015.231)	-	(53.562)	-	(1.068.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	452.899	7.991.350	54.871	428.540	8.927.660

As principais variações ocorridas no exercício de 2014, na mutação dos empréstimos e financiamentos estão compostas como segue:

a) Adições (moeda nacional):

Descritivo	Valor
Liberação do contrato com o Banco do Brasil ⁽¹⁾	400.000
Liberação da 1ª e 2ª <i>tranche</i> do contrato ECR Eletrobras ⁽²⁾	644.000
Total	1.044.000

⁽¹⁾ Contratação para reforço de caixa .

⁽²⁾ Contratação para cobertura do Programa de Investimentos das Empresas do Sistema Eletrobrás

b) Adições (moeda estrangeira): liberação do 9º e 10º desembolsos do contrato BID 2549 no valor total de R\$ 51.943.

c) Amortizações (moeda nacional e estrangeira):

Do valor total amortizado de R\$ 1.068.793: 1) R\$ 705.677 referem-se a pagamento de encargos; e 2) R\$ 363.116 a amortização de principal da dívida com BNDES, BASA, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, FINEP, BID e Eletrobras.

19.4 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa *State Grid Brazil Holding*, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão, que está sendo realizada por meio da sociedade de propósito específico Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal, cujos sócios são: *State Grid* (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de dezembro de 2014, não havia sido feita nenhuma solicitação de recursos por parte de Furnas.

19.5 Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Empresa possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Empresa não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar a rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014 não há inadimplência da Empresa em relação a essa cláusula.

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos impostos e contribuições sociais a recolher são apresentados como segue:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		
Tributos a recolher	304.805	287.856
Total circulante	304.805	287.856
Não circulante		
Tributos a recolher	689.875	739.705
Total não circulante	689.875	739.705

20.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	109.567	99.925
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	31.076	28.022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.678	3.678
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.324	1.324
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	21.309	24.277
Pasep/Cofins	59.018	41.772
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.185	5.994
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	19.098	26.178
Impostos retidos – Lei nº 10.833	17.915	22.883
ICMS/ISS	30.352	29.731
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	5.143	3.761
Outros	140	311
Total circulante	304.805	287.856
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	273.917	349.740
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	401.394	389.965
Pasep/Cofins Diferido	14.564	-
Total não circulante	689.875	739.705

20.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2013 (54 Parcelas)	449.665
Ajuste/Revisão Extrato RFB	34.464
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(113.288)
Atualização monetária até 31.12.2014	12.643
Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas)	383.484
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	109.567
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (30 parcelas)	273.917

20.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438 ;

b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e

c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388 .

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2014, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Débito Inscrito no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2013	420.197
Valor do pagamento da 1ª parcela efetuado em 31.12.2013	(2.210)
Saldo em 31.12.2013 (179 Parcelas)	417.987
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2014	(29.648)
Atualização monetária até 31.12.2014	44.131
Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas)	432.470
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2014 (12 parcelas)	31.076
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2014 (155 parcelas)	401.394

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)	-	21.790
Folha de pagamento	37.032	181.212
Provisão de férias	37.881	31.964
Provisão de gratificação de férias	28.419	23.980
Provisão de FRG sobre férias	5.466	5.267
INSS sobre provisão de férias	19.364	16.397
FGTS sobre provisão de férias	5.301	4.474
Adicional Senai sobre provisão de férias	133	112
Honorários/encargos dos administradores	877	740
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	399	337
Participações nos lucros (PLR)	89.421	105.296
Total circulante	224.293	391.569

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

21.1 Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)

Em 18 de julho de 2011, a Empresa implantou o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), integrado pelos seguintes programas:

- (i) Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário (PBDV);
- (ii) Programa de Mapeamento e Repasse de Conhecimentos (PRC);
- (iii) Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA);
- (iv) Programa de Renovação e Desenvolvimento do Quadro de Pessoal.

No período compreendido entre 18 de julho a 26 de agosto de 2011 foram aceitas as adesões ao PBDV, do Preq.

Concomitantemente ao encerramento do Preq de Furnas, previsto originalmente para julho de 2013, a Eletrobras divulgou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) para todo o sistema Eletrobras.

Sendo assim, em função da realidade atual do setor elétrico e considerando a existência em Furnas, de um número significativo de empregados com possibilidade de aposentadoria até agosto de 2014, bem como as recomendações do DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) e orientações da holding Eletrobras, a Empresa aprovou o aditamento e a reabertura do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), como forma de adequação ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID).

O Preq aditado foi previsto para duas etapas, sendo a primeira até dezembro de 2013 e a segunda no período de janeiro a novembro de 2014.

As inscrições para a nova adesão compreenderam o período de 9 a 20 de setembro de 2013.

Os empregados já desligados de Furnas por meio do Preq, desde outubro de 2011, mediante assinatura de Termo de Aditamento, tiveram um complemento de rescisão relativo à diferença entre os valores pagos na quitação e os novos valores apurados, na base da data de desligamento de cada empregado e período adicional de 48 meses de utilização do Benefício Saúde de Furnas.

Em 31 de dezembro de 2014, todas as indenizações relacionadas ao Preq foram efetuadas, não restando nenhum valor a pagar.

21.2 Folha de Pagamento

A variação negativa apresentada neste saldo refere-se, principalmente, à redução no quadro de pessoal de Furnas, bem como ao pagamento das indenizações relacionadas ao Preq.

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

Descritivo	30.12.2014	31.12.2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.701	2.073
Ministério de Minas e Energia	1.851	1.036
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	110.298	90.194
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	20.981	33.764
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	1.263	1.198
Total circulante	138.094	128.265
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	95.147	76.601
Total não circulante	95.147	76.601

NOTA 23 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descritivo	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato da reserva a amortizar	70.474	-	70.474	62.838	65.966	128.804
Contribuições amortizantes Plano BD	6.867	59.829	66.696	10.107	36.674	46.781
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	244.100	244.100	-	124.426	124.426
Total	77.341	303.929	381.270	72.945	227.066	300.011

23.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Variável (Plano CD).

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 338,93);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada a soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 27.599 (31.12.2013 - R\$ 24.059).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2014	31.12.2013
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	1.167	1.822
1.2. Idade Média	52,28	53,88
1.3 Salário Médio em R\$	12.706	13.446
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	6.434	5.868
2.2. Idade Média	67,13	67,24
2.3. Benefício Médio em R\$	7.783	6.898
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.397	1.343
3.2. Benefício Médio em R\$	1.892	1.737
População Total	8.998	9.033

23.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com Furnas o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., que estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por Furnas, em 31 de dezembro de 2014, monta em R\$ 70.474 (31.12.2013 – R\$ 128.804), integralmente classificados no passivo circulante (31.12.2013 - R\$ 62.838).

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e que a edição dessa lei e circunstâncias posteriores impuseram a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação a Lei Federal nº 6.435/77; e
- (ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

E, tendo em vista que:

- (iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;

- (iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder e que os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destacando que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou a FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarecendo que essa obrigação financeira, ora constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 e a Eletronuclear, R\$ 18.471 – valores referenciados em 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 cada;
- (ii) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (iii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a.

Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP emitidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.

Porém, em 23 de dezembro de 2013, o DEST emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova “Data de Referência”.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira alterando, conseqüentemente, todos os valores indicados no contrato e não alterado no Primeiro Aditamento, a saber:

- (i) com a alteração da Data de Referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;
- (ii) com base no novo Parecer Atuarial realizado em 26 de agosto de 2014, fica estabelecido como obrigação reconhecida e confessada por Furnas o valor de R\$ 68.487;
- (iii) pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 795 cada;

- (iv) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (v) atualização monetária desde a nova Data de Referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova Data de Referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a.

O saldo devedor desta obrigação reconhecida por Furnas, após o Segundo Aditamento, em 31 de dezembro de 2014, monta em R\$ 66.696 (31.12.2013 – R\$ 46.781), dos quais R\$ 6.867 (31.12.2013 - R\$ 10.107) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	72.945	102.640	175.585
Adições	-	26.049	26.049
Juros	8.375	-	8.375
Variação monetária	-	10.754	10.754
Pagamento de juros	(8.601)	-	(8.601)
Pagamento do principal	(74.992)	-	(74.992)
Transferência para o circulante	79.614	(79.614)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	77.341	59.829	137.170

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
2015	-	76.520
2016	7.035	11.187
2017	7.422	11.858
2018	45.372	3.075
Total	59.829	102.640

23.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	137.170	175.585
Programa de Saúde	233.196	115.340
Programa de Seguro	10.904	9.086
Total	381.270	300.011

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	1.058.568	904.657
Programa de Saúde	215.411	54.733
Programa de Seguro	6.979	6.673
Total	1.280.958	966.063

23.4 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

23.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

23.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

23.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
Descritivo	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,21%	12,06%
Taxa de juros real de desconto atuarial	6,14%	6,42%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,21%	12,06%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	80% T1 Service Table	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 DISABLED M&F	AT-83
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi um ganho de R\$ 1.557.205 para 31 de dezembro de 2014 em detrimento de uma perda de R\$ 644.360 para 31 de dezembro de 2013.

23.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

23.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

23.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	9.090.649	9.005.353
Valor justo dos ativos do plano (-)	(10.087.869)	(9.038.845)
Passivo (Ativo) líquido	(997.220)	(33.492)
Efeito de restrição sobre o ativo	997.220	33.492
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	137.170	175.585
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	137.170	175.585
Custo do serviço corrente	(42.019)	37.586
Custos dos juros líquidos	-	40.288
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	(42.019)	77.874

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	Saúde		Seguro	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	253.650	115.340	10.903	9.086
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	253.650	115.340	10.903	9.086
Custo do serviço corrente	2.905	-	415	-
Custos dos juros líquidos	11.258	11.706	1.096	882
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	14.163	11.706	1.511	882

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2014			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Custos dos serviços corrente líquido	30.234	2.905	415	33.554
Custos dos juros	1.053.969	11.258	1.096	1.009.233
Benefícios pagos	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Custo de saúde - Preq	-	61.652	-	61.652
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(14.206)	17.432	-	3.226
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	232.583	76.074	130	308.787
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(584.075)	(25.870)	176	(79.289)
Subtotal	(365.698)	67.636	306	232.724
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.090.649	253.650	10.903	9.355.203
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	9.038.845	-	-	9.038.845
Receita de juros	1.066.339	-	-	1.066.339
Contribuições patronais	52.776	5.141	-	57.917
Contribuições de participantes do plano	72.253	-	-	72.253
Benefícios pagos/adiantados	(633.209)	(5.141)	-	(638.350)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	490.865	-	-	490.865
Subtotal	490.865	-	-	490.865
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.087.869	-	-	10.087.869

Descritivo	31.12.2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	10.528.335	136.904	10.311	10.675.550
Custos dos serviços corrente líquido	106.203	-	-	106.203
Custos dos juros	900.174	11.706	882	912.762
Benefícios pagos	(505.163)	(2.916)	-	(508.079)
Custo de saúde - Preq	-	20.453	-	20.453
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(3.171.859)	(51.758)	(1.404)	(3.070.936)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	1.147.663	951	(703)	520.437
Subtotal	(2.024.196)	(50.807)	(2.107)	(2.550.499)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.005.353	115.340	9.086	8.656.390
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	10.057.169	-	-	10.057.169
Receita de juros	859.886	-	-	859.886
Contribuições patronais	62.582	2.916	-	65.498
Contribuições de participantes do plano	68.616	-	-	68.616
Benefícios pagos/adiantados	(505.163)	(2.916)	-	(508.079)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Subtotal	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	9.038.845	-	-	9.038.845

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Valores disponíveis imediatos	1.374	-
Realizável previdenciário	249.499	4.553
Renda fixa	7.317.406	6.748.152
Renda variável	2.172.008	2.155.853
Investimentos imobiliários	513.610	317.884
Empréstimos e financiamentos	238.929	234.320
Tesouraria	3.205	-
(-) Exigíveis previdenciários	(358.564)	(375.893)
(-) Exigíveis de investimentos	(49.598)	(46.024)
Total dos ativos garantidos	10.087.869	9.038.845

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

23.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	1.128.800	966.063

Descritivo	31.12.2014			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	14.206	(17.432)	-	(3.226)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(232.583)	(76.074)	(130)	(308.787)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	584.075	25.870	(176)	79.289
Retorno sobre ativos do plano	490.865	-	-	490.865
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(951.358)	-	-	(420.878)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	(94.795)	(67.636)	(306)	(162.737)

Descritivo	31.12.2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.171.859	51.758	1.404	3.070.936
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.147.663)	(951)	703	(520.437)
Retorno sobre ativos do plano	(1.504.245)	-	-	(1.504.245)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(283.662)	-	-	(283.662)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	236.289	50.807	2.107	762.592

23.4.6 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 59.221 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9,08 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	31.12.2014
Menos de 1 ano	702.584
Entre 1-2 anos	693.934
Entre 2-5 anos	2.010.848
Mais de 5 anos	11.791.206
Total	15.198.572

23.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 192.774 (aumento de R\$ 200.946).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento R\$ 13.405 (redução de R\$ 12.225).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 160.651 (redução de R\$ 165.341).

23.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

PLANO BD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	9.251.301	8.925.308	8.882.473	9.307.727	9.090.649
Valor justo dos ativos do plano	10.087.869	10.087.869	10.087.869	10.087.869	10.087.869
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	836.568	1.162.560	1.205.396	780.142	997.220
Variações					
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,8%	-1,8%	-2,3%	2,4%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	-16,1%	16,6%	20,9%	-21,8%	-

NOTA 24 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 37.438 (31.12.2013 - R\$ 39.680) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 7.224 (31.12.2013 - R\$ 8.847) e Simplício, R\$ 30.214 (31.12.2013 - R\$ 30.833).

24.1 Movimentação do passivo

Descrição	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.590	38.090	39.680
Encargos	-	986	986
Transferência para circulante	1.561	(1.561)	-
Ajustes a valor presente	-	(1.530)	(1.530)
Amortização	(1.590)	(108)	(1.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.561	35.877	37.438

24.2 Composição do passivo por vencimentos

Ano	31.12.2014	31.12.2013
2014	159	1.590
2015	1.402	1.433
2016	1.402	1.433
2017	1.402	1.433
2018	1.402	1.433
Após 2018	31.671	32.358
Total	37.438	39.680

24.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplício e Batalha, Furnas recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, o valor das parcelas mensais equivalente a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplício e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/ Duração da concessão	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a Pagar	Pagamento Anual	Saldo a Pagar
Batalha – 35 anos	249	6.648	271	7.224
Simplício – 35 anos	972	25.932	1.132	30.214

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

25.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	344.481	(116.927)	227.554
Tributários	12.478	7.511	19.989
Cíveis e outros	198.350	63.398	261.748
Total não circulante	555.309	(46.018)	509.291

Ações judiciais movidas contra a Empresa que se encontram registradas:

25.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2014, os processos trabalhistas tiveram redução de R\$ 116.927, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de algumas ações.

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, dos quais destaca-se o processo nº 0322200-47.1981.5.01.0031 do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro – SENGE, com provisão no montante de R\$ 89.778 em 31 de dezembro de 2014.

25.1.2 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da Aneel e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória, das quais, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se:

(i) Autos de infração Aneel. A Empresa mantém registrado o valor de R\$ 27.123 (R\$ 18.610 em 2013) referentes a autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por Furnas cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável.

(ii) Processo nº 0662964-19.1985.4.03.6100 – Trata-se de ação ordinária de indenização proposta em 17/01/1985, junto à 14ª Vara Federal de São Paulo, por conta de prejuízos por ocasião da

formação do lago artificial da Usina Hidroelétrica de Marimbondo/SP. O valor atual monta em R\$ 15.744 (R\$ 38.964 em 2013).

(iii) Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 – Trata-se de Ação Ordinária proposta por Ampla Energia e Serviços LTDA, tendo como pedido o reconhecimento da alegada violação ao congelamento de preços, e a declaração da ilegalidade e nulidade das majorações tarifárias relativas ao suprimento de energia elétrica cobradas da Ampla por Furnas, que foram implementadas durante o período do congelamento de preços, objeto dos Decretos Lei nº 2.283/86 e 2.284/86. Saliente-se que o processo foi julgado procedente em 1ª instância, e a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e atualmente está em fase de recurso para as instâncias superiores. O valor discutido monta em R\$ 36.854 (R\$ 27.270 em 2013).

(iv) Processo nº ACP 0318450-61.2012.8.09.0036: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Cristalina-GO em 19/10/2012, que tramita junto à 2ª Vara Cível da Comarca de Cristalina, com o objetivo de ver suspensa a expedição da Licença de Operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Batalha, além do pedido de indenização por diversos danos ambientais e sociais decorrentes da construção do referido empreendimento. O valor discutido monta em R\$ 22.946 (R\$ 20.870 em 2013).

(v) Processo nº 0025662-66.1998.8.08.0024 – Condenação de Furnas ao pagamento de indenização por danos materiais em razão a acidente de veículo, em quantia a ser apurada em liquidação de sentença, já tendo ocorrido o trânsito em julgado. Na atual fase de cumprimento de sentença, após o pagamento dos valores referentes aos danos emergentes, prossegue-se a execução quanto aos lucros cessantes, cujo montante está sendo impugnado em sede recursal. O valor atual monta em R\$ 15.942 (R\$ 14.234 em 2013).

25.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	244.431	(39.622)	204.809
Tributários	3.522.217	214.544	3.736.761
Cíveis e outros	1.026.903	120.497	1.147.400
Total não circulante	4.793.551	295.419	5.088.970

Ações judiciais movidas contra a Empresa com probabilidade de perda possível:

25.2.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, os processos trabalhistas com probabilidade possível tiveram redução de R\$ 39.622, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de ações. Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

25.2.2 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2014:

- (i) Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor: R\$ 1.070.522 (R\$ 1.010.335 em 2013).
- (ii) Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor: R\$ 1.010.814 (R\$ 953.985 em 2013)
- (iii) Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização de despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor: R\$ 634.585 (R\$ 593.014 em 2013).
- (iv) Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor: R\$ 466.228 (R\$ 437.884 em 2013).
- (v) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 182.114 (R\$ 170.184 em 2013).

25.2.3 Processos cíveis e outros

Dos processos cíveis e outros, em 31 de dezembro de 2014, destacam-se:

- (i) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400 - Furnas x Aneel - R\$ 115.360 (R\$ 103.000 em 2013). Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Furnas que, como figura como ré, visa anular a decisão da Aneel que determinou a assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e demais contratos relacionados à Transmissão e à Distribuição da UTE Cuiabá. Furnas alega que, nos termos da Resolução nº 236/2003 - Aneel, o CUST deveria ser assinado pela Unidade Geradora do empreendimento com o ONS que seria a Empresa Produtora de Energia (EPE). Furnas, nesse caso, seria mera comercializadora da energia produzida, não tendo assumido a assunção de encargos financeiros de correntes de contratos de transmissão e distribuição. Saliente-se que a ação foi julgada improcedente na primeira instância, contudo, Furnas conseguiu junto ao TRF da 1ª Região, a suspensão da assinatura do contrato até o julgamento final da lide. O processo atualmente está no TRF da 1ª Região, aguardando o julgamento da Apelação Cível interposta por Furnas.

- (ii) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - Aneel - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 59.569 (R\$ 43.398 em 2013). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo Nº 48500.006877/2009-46.
- (iii) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 98.606 (R\$ 88.141 em 2013).
- (iv) Processo Aneel nº 0026627-17.2007.4.01.3400 – Nulidade da Resolução Normativa nº 257/2007 da Aneel, que dispõem sobre a revisão tarifária, dos serviços de transmissão prestados por Furnas, com a finalidade de manter a atual RAP – Receita Anual Permitida, até a edição de nova resolução autorizativa que atenda os termos do contrato de concessão firmado com o poder concedente, levando em consideração os investimentos realizados por Furnas. Valor: R\$ 207.109 (R\$ 184.919 em 2013).

25.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-os como grave e de maior potencial ofensivo.

Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retirassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 889.908, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, com audiência de conciliação, instrução e julgamento marcada para o dia 20.08.2015.

NOTA 26 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 38.530 (31.12.2013 – R\$ 34.740).

A origem do AFAC incorporado ao capital de Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobrás nos valores de:

a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antonio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.

b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antonio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

NOTA 27 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo	25.989	2.336
Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas	168.701	12.182
Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	34.538	15.526
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	132.219	95.903
Contrato nº 062/2001 – transmissão	608.488	875.272
Total	969.935	1.001.219
Não circulante	969.935	1.001.219

A Administração da Empresa realiza anualmente teste de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.3.

Com a renovação do contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constituiu a provisão para UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE LCB – Estreito e UHE Funil do contrato nº 004/2004 e para o contrato nº 062/2001 – Transmissão.

27.1 Movimentação da provisão

Descritivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.001.219
Movimento em 2014	
(+) Constituição de provisão (UHEs: Marimbondo, Furnas, LCB - Estreito e Funil).	235.501
(-) Reversão de provisão (CT nº 062/2001 – transmissão) ^(a)	(266.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.935

(a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneroso é devido ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de julho de 2014 a junho de 2015, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.756, de 24 de junho de 2014.

NOTA 28 – OUTROS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos - diversos	570	960
Cauções em garantia	367	625
Credores diversos	8.029	8.035
Ressarcimento – CCEAR (1)	6.282	24.642
Concessionárias e Permissionárias	4.634	-
Contribuições FRG	12.614	14.953
Total Circulante	32.496	49.215
FGTS conta empresa	1	1
Total Não Circulante	1	1

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 10.373.564 (31.12.2013 - R\$ 11.177.327), está assim composto:

29.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (31.12.2013 – R\$ 6.531.154), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2014 e 31.12.2013			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

29.2 Reserva de Capital

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.718.035	2.123.689
Total	5.123.332	5.528.986

29.3 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
ORA	(1.280.922)	(882.813)
Total	(1.280.922)	(882.813)

NOTA 30 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Receita Operacional		
Geração		
Fornecimento de energia elétrica	14.896	75.809
Suprimento de energia elétrica (*)	3.705.696	2.325.823
Energia de curto prazo (**)	856.977	467.819
Operação e Manutenção de usinas	560.947	543.127
Construção de usinas	90.602	103.967
Subtotal	5.229.118	3.516.545
Transmissão		
Operação e Manutenção de linhas de transmissão	856.738	726.879
Construção de linhas de transmissão	578.909	478.106
Remuneração financeira – retorno de investimento	212.283	172.204
Subtotal	1.647.930	1.377.189
Outras receitas	47.263	69.648
Subtotal	6.924.311	4.963.382
Deduções à receita operacional		
Impostos e contribuições sobre a receita		
ICMS	-	(12.235)
Pis/Pasep	(92.272)	(125.483)
Cofins	(425.076)	(369.682)
ISS	(1.852)	(3.052)
Subtotal	(519.200)	(510.452)
Encargos Setoriais		
Quota para a reserva global de reversão (RGR)	(134.890)	(91.004)
Conta de consumo de combustíveis (CCC)	-	(3.312)
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	(11.857)	(11.511)
Proinfra	(21.126)	(17.522)
Pesquisa e desenvolvimento	(55.223)	(37.386)
Subtotal	(223.096)	(160.735)
Subtotal	(742.296)	(671.187)
Receita Operacional Líquida	6.182.015	4.292.195

(*) Aumento proporcionado pela assinatura de contratos de suprimento de energia provenientes do Leilão A de energia existente, com entrega a partir de 1º de maio de 2014.

(**) Reflexo da apuração positiva da liquidação financeira na CCEE no período de janeiro a maio de 2014.

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

NOTA 31 – CUSTO OPERACIONAL

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.519.260)	(673.974)
Encargos de uso da rede elétrica	(423.634)	(400.711)
Total do custo com energia elétrica	(1.942.894)	(1.074.685)
Custo de operação		
Pessoal	(1.097.419)	(1.221.135)
Material	(32.035)	(36.930)
Serviços de terceiros	(727.175)	(692.066)
Depreciação e amortização	(222.476)	(185.816)
Utilização de recursos hídricos	(133.542)	(164.000)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(492.843)	(278.997)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(15.063)	(18.307)
Impostos e taxas	(9.252)	(6.000)
Total do custo de operação	(2.729.805)	(2.603.251)
Custo de construção		
Custo de construção - geração	(90.602)	(103.967)
Custo de construção - transmissão	(578.910)	(478.106)
Total do custo de construção	(669.512)	(582.073)
TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL	(5.342.211)	(4.260.009)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descritivo	31.12.2014		31.12.2013	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos iniciais/bilaterais	3.332.295	(1.519.260)	3.947.406	(673.974)
Total	3.332.295	(1.519.260)	3.947.406	(673.974)

(*) Informação não auditada.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de energia comprada por Furnas para revenda, no valor de R\$ 1.519.260 (31.12.2013 – R\$ 673.974), aumentou, basicamente, devido a maior exposição de Furnas à elevação dos níveis de PLD (preço de liquidação das diferenças) ao longo do ano na CCEE, além da redução na geração hidráulica diante dos baixos níveis dos reservatórios das usinas.

31.2 Principais Custos e Despesas Operacionais (inclui Treinamento e Benefícios Diversos)

Em 31 de dezembro de 2014, do montante de custos e de despesas operacionais, no valor de R\$ 4.837.153 (31.12.2013 - R\$ 4.585.517), estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais listamos os principais:

Descritivo	31.12.2014 (*)	31.12.2013(*)
Remuneração	625.233	726.236
Encargos sociais	243.615	384.622
Auxílio alimentação	58.801	59.482
Convênio assistencial e outros benefícios	48.736	335.952
Previdência privada	33.633	28.962
Saúde	133.167	117.876
Segurança e saúde no trabalho	9.968	9.796
Educação	3.945	3.836
Cultura	1.745	1.735
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.663	18.021
Creches ou auxílio creche	12.817	12.415
Provisão gratificação	72.372	72.403
Indenizações trabalhistas (constitucional)	166.706	62.821
(-) consumo de atividades	(49.305)	(64.213)
Demais despesas	569.189	529.185
Total	1.951.285	2.299.129

(*) Informação não auditada

NOTA 32 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013 Reclassificado
(Provisão) / Reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) ⁽¹⁾	11.848	(222.043)
Reversão de provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras ⁽²⁾	46.018	309.869
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(65.516)	(60.532)
(Provisão) / Reversão para baixa com ativo financeiro	496.195	(496.195)
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(23.499)	(6.933)
(Provisão) / Reversão de redução ao valor recuperável de ativo (<i>impairment</i>)	47.225	(32.066)
Doações e contribuições não vinculadas	(28.209)	(26.514)
Arrendamento e Aluguéis	(62.293)	(60.954)
Seguros	(14.638)	(14.324)
Demais receitas /(despesas)	8.661	(7.125)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(17.727)	(15.621)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(8.553)	(6.545)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(8.237)	(7.073)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(15.466)	(15.261)
Diferencial Alíquotas ICMS	(2.587)	(8.838)
Indenizações, perdas e danos	(1.404)	(2.093)
Gastos Ambientais	(197)	(414)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(4.242)	(2.489)
Ressarcimento por indisponibilidade de energia	-	(50.882)
Ganhos (perdas) atuariais	116.395	(88.471)
Reversão Contrato Oneroso ⁽³⁾	31.283	488.996
Total	505.058	(325.508)

(1) Vide nota 21

(2) Vide nota 25

(3) Valor de 2013 reclassificado para Receitas (Despesas) operacionais.

32.1 – Reversão para baixa com ativo financeiro

Em 16 de dezembro de 2014, a Aneel, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Com base neste fato novo, reverteremos as provisões para baixa de ativo financeiro, constituídas nos anos de 2013 e 2014 para os investimentos realizados em modernizações de usinas e aqueles relacionados a reforços e melhorias de ativos do contrato de transmissão nº 062/2001. O montante de R\$ 496.195 refere-se à reversão da provisão constituída em 2013. O valor de R\$ 539.164, referente a 2014, foi provisionado e revertido no próprio ano.

NOTA 33 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	76.195	42.793
Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. concedidos	58.821	67.806
VM s/ créditos de energia financiados e emprést. concedidos	22.480	34.150
VM e acréscimo moratório - energia vendida	31.563	895
Outras variações cambiais e monetárias ativas	2.527	56.468
VM e Juros indenização – Lei 12.783/13	368.891	333.038
Outras receitas financeiras	20.282	16.512
Subtotal	580.759	551.662
Despesa Financeira		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(708.911)	(509.576)
Encargos de dívidas - FRG	(19.129)	-
Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes)	(91.238)	(14.979)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(159.017)	(157.877)
Outras variações monetárias passivas	(2.279)	(944)
Multas Moratórias	(19.310)	(47.613)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(21.828)	(3.703)
Juros de mora – Adesão Refis Lei 12.865/13	-	(209.694)
Outras despesas financeiras	(17.042)	(131.355)
Subtotal	(1.038.754)	(1.075.741)
Total	(457.995)	(524.079)

33.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Encargos de dívida	(744.578)	(528.941)
Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado	35.667	19.365
Total	(708.911)	(509.576)

33.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Variação monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo	(209.554)	(189.064)
Variação monetária e cambial passiva transferido para ativo imobilizado	50.537	28.188
Total	(159.017)	(157.877)

NOTA 34 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descritivo	31.12.2014		31.12.2013	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Prejuízo antes dos impostos	(244)	(244)	(665.621)	(665.621)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	61	22	166.405	59.906
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	160.538	57.793	(47.683)	(17.166)
Provisões operacionais	(19.173)	(6.902)	(146.175)	(52.623)
Equivalência patrimonial	221.778	79.840	37.945	13.660
Outros				
Demais adições/exclusões	(67.787)	(24.976)	(10.493)	(3.777)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(450.483)	(162.622)	86.932	31.296
Ganho Contrato Oneroso	(7.821)	(2.815)	(122.249)	(44.010)
Ajuste Societário	(160.538)	(57.793)	(76.365)	(27.492)
Compensação de Prejuízos Fiscais	27.248	9.809	-	-
Incentivos Fiscais	(1.589)	-	-	-
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Corrente	-	-		
Diferido	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(297.766)	(107.644)	(111.683)	(40.206)
Total	(405.410)		(151.889)	

34.1 Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 2.973/2014

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, decorrente da conversão da Medida Provisória (MP) nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013, dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e outras considerações, impôs:

(i) alterações ao Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ), bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);

(ii) que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;

(iii) a exclusão de tratamento específico à tributação de lucros ou dividendos, para o período compreendido entre 01.01.2008 a 31.12.2013;

(iv) alteração do conceito de receita bruta para fins de incidência tributária sobre as espécies afetas, acima, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS;

(v) a inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e,

(vi) a inclusão de considerações sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, bem como sobre o ajuste a valor presente, teste de recuperabilidade, despesas pré-operacionais e/ou pré-industriais, debêntures, ágio; e,

(vii) a determinação da evidenciação contábil, por meio de subcontas, para permanência da neutralidade fiscal e tributária, quanto aos efeitos advindos da Lei nº 11.638/2007.

Considerando que as disposições expressas na Lei nº 12.793/2014 em aspecto fiscal e tributário vigoram a partir de 1º de janeiro 2015, que possibilitam a adoção antecipada à nova forma para este exercício de 2014, conforme indica seu Art. 75, a Administração da Empresa, firmando-se pelo exame, análise e discussão sobre os impactos que culminariam em alteração da atual condição fiscal-tributária e financeira desta, consubstancial e aderente a holding Eletrobrás, concluiu por declinar da antecipação tributária à luz da insegurança jurídico-tributária instalada, primordialmente pela ausência de regulamentação às apurações tributárias incorridas, da alteração do conceito de receita bruta que direta e/ou indiretamente ampliaria a base de cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro e faturamento, dentre outras constatações.

NOTA 35 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, foram de R\$ 61.031,09 e R\$ 1.672,51, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2014, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 40.956,87.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Honorários de Diretoria e Conselheiros	3.956	3.685
Encargos sociais	852	783
Benefícios + contribuições sociais diversas	131	138
Total	4.939	4.606

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

36.1 Empresas do grupo

Empresas	Clientes	Clientes Parcelamentos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar	AFAC	Saldo Líquido
Eletroacre	295	-	-	-	-	-	-	-	-	295
Eletrobras	-	-	(11)	(b)(3.956.659)	604	-	-	-	(g) (38.530)	(3.994.597)
Cgte	269	-	-	-	-	-	-	-	-	269
Chesf	11.730	-	(3.039)	-	30.118	(d) (30.096)	(h) 1.422	-	-	10.135
Eletrosul	62	-	(3.348)	-	123	-	-	-	-	(3.163)
Eletronorte	4.416	-	(3.220)	-	265	-	-	-	-	1.461
Ceron	889	-	-	-	26	-	-	-	-	915
Ceal	21.178	-	-	-	-	-	-	(2)	-	21.176
Cepisa	13.678	-	-	-	-	-	-	(1.490)	-	12.188
Eletronuclear	(c) 692	-	(88)	-	(c)155.791	-	-	(143)	-	156.252
Eletropar	-	-	-	-	21.197	(e) (15.740)	-	-	-	5.457
Amazonas	2.732	-	-	-	6	-	-	-	-	2.738
Celg-D	32.456	(a)248.087	(5)	-	-	(f) (248.087)	-	-	-	32.451
TOTAL 31.12.2014	88.397	248.087	(9.711)	(3.956.659)	208.130	(293.923)	1.422	(1.635)	(38.530)	(3.754.422)
TOTAL 31.12.2013	93.758	228.843	(12.929)	(3.415.415)	193.159	(261.751)	1.433	(6.957)	(34.740)	(3.214.599)

(a) R\$ 248.087 = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8.2

(b) R\$ 3.956.659 = R\$ 3.804.263 (MN) + R\$ 152.396 (ME), nota 19.1

(c) R\$ 692 (Cliente) + R\$ 155.791 (Contas a Receber) = R\$ 156.483, nota 14.1.1

(d) Nota 14.1.4 / (e) Nota 14.1.3 / (f) (R\$ 248.087) = R\$ 240.078 (circulante) + R\$ 8.009 (não circulante), nota 8

(g) Saldo de atualização monetária remanescente de (R\$ 38.530), nota 26.

(h) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo
Eletroacre	-	1.970	-	33	-	11	-	-	2.014
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	(428.420)	995	(427.425)
Cgte	-	-	-	2.340	-	-	-	-	2.340
Chesf	-	70.080	(26.482)	56.300	-	-	(10)	132	100.020
Eletrosul	-	-	(31.339)	719	-	-	-	276	(30.344)
Eletronorte	-	-	(26.213)	42.787	-	-	-	(532)	15.542
Ceron	-	2.082	-	6.445	-	-	-	(38)	8.489
Ceal	-	75.438	-	1.870	-	1.614	-	-	78.922
Cepisa	-	59.397	-	2.119	-	617	-	-	62.133
Eletronuclear	-	-	-	5.950	191	16.424	-	(765)	21.800
Amazonas	-	-	-	2.732	-	-	-	(486)	2.246
Celg-D	-	183.274	-	26.346	-	20.480	-	(32.434)	197.666
TOTAL 31.12.2014	-	392.241	(84.034)	147.141	191	39.146	(428.430)	(32.852)	33.403
TOTAL 31.12.2013	(648.562)	225.242	(63.396)	150.786	24	50.358	(398.192)	(10.532)	(694.272)

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

36.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo Líquido
Empresas de Geração											
Enerpeixe	-	232	-	-	26.059	-	555.860	-	-	-	582.151
Baguari	-	15	-	-	7.294	315	85.815	-	-	-	93.439
Retiro Baixo	-	-	-	-	-	2.695	111.906	-	-	-	114.601
Serra Facão Energia	-	-	-	-	2.289	-	1.640	-	-	-	3.929
Chapecoense	740	-	-	-	9.512	-	364.522	-	-	-	374.774
Foz do Chapecó	-	458	-	-	-	-	-	-	-	-	458
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	2.724.068	-	-	-	2.724.068
Santo Antonio Energia	311	4.174	-	-	-	-	-	-	-	-	4.485
Brasventos Eolo	-	60	-	-	-	316	20.750	-	-	-	21.126
Brasventos Miassaba	-	70	-	-	-	-	33.469	-	-	-	33.539
Rei dos Ventos 3	-	61	-	-	-	-	21.356	-	-	-	21.417
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	246.921	-	-	-	246.921
Energia dos Ventos I	-	-	-	-	-	-	7.254	-	-	-	7.254
Energia dos Ventos II	-	-	-	-	-	-	4.406	-	-	-	4.406
Energia dos Ventos III	-	-	-	-	-	-	6.535	-	-	-	6.535
Energia dos Ventos IV	-	-	-	-	-	-	9.535	-	-	-	9.535
Energia dos Ventos V	-	-	-	-	-	-	929	-	-	-	929
Energia dos Ventos VI	-	-	-	-	-	-	1.272	-	-	-	1.272
Energia dos Ventos VII	-	-	-	-	-	-	1.380	-	-	-	1.380
Energia dos Ventos VIII	-	-	-	-	-	-	910	-	-	-	910
Energia dos Ventos IX	-	-	-	-	-	-	975	-	-	-	975
Energia dos Ventos X	-	-	-	-	-	-	5.807	-	-	-	5.807

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Central Eolica Famosa I	-	-	-	-	-	1.059	838	-	-	-	1.897
Central Eolica Pau Brasil	-	-	-	-	-	706	548	-	-	-	1.254
Central Eolica São Paulo	-	-	-	-	-	823	648	-	-	-	1.471
Central Eolica Rosada	-	-	-	-	-	1.333	955	-	-	-	2.288
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.880	-	-	-	1.880
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.238	-	-	-	1.238
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	936	-	-	-	936
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	845	-	-	-	845
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.212	-	-	-	1.212
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.357	-	-	-	1.357
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	644	-	-	-	644
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.370	-	-	-	1.370
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	871	-	-	-	871
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.270	-	-	-	1.270
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	2.387	-	-	-	2.387
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.867	-	-	-	1.867
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	1.684	-	-	-	1.684
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.062	-	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.062	-	-	-	1.063
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	1	-	-	-	-	-	1.063	-	-	-	1.064
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	362	-	-	-	649	167	-	-	-	1.178
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	1.996	(299)	-	-	-	1.697
Empresa de Energia São Miguel S.A.	-	-	-	-	-	-	(594)	-	-	-	(594)
Subtotal de Geração	1.061	5.432	-	-	45.154	9.892	4.235.762	-	-	-	4.297.301
Empresas de Transmissão											
Transleste	-	-	-	-	-	-	15.616	-	(166)	-	15.450
Transudeste	25	-	-	-	1.033	-	14.978	-	(156)	-	15.880
Transirapé	-	-	-	-	-	-	16.134	-	(107)	-	16.027
Centroeste	10	-	-	-	894	-	20.825	-	(71)	-	21.658
Transenergia Renovável	-	-	-	-	15.648	-	96.813	-	(80)	-	112.381
IE Madeira	-	-	-	-	7.660	-	378.187	-	(1.783)	(579)	383.485
Transenergia São Paulo	75	-	-	-	15.934	1.960	83.116	-	(28)	-	101.057
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	29.179	-	-	-	29.179
MGE Transmissão	149	-	-	-	6.812	-	118.953	-	(100)	-	125.814
Goiás Transmissão	203	-	-	-	20.051	-	138.436	-	(225)	-	158.465
Caldas Novas Transmissão	72	-	-	-	-	-	12.846	-	(9)	-	12.909
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	724	-	-	-	-	6.223	36.246	-	-	-	43.193
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	142	-	-	-	-	-	67.383	-	-	-	67.525
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	-	-	-	-	16.863	-	(845)	-	16.018

Empresas	Contas a receber	Cientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC	Participação societária permanente (a)	Obrigações estimadas	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	229	-	-	-	-	-	16.128	-	-	-	16.357
Mata de Santa Genebra	1	-	-	-	-	-	26.177	-	-	-	26.178
Lago Azul Transmissora	1	-	-	-	-	-	1.970	-	-	-	1.971
Belo Monte Transmissora	1	-	-	-	-	-	6.119	-	-	-	6.120
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	(213)	-	-	-	(213)
Subtotal de Transmissão	1.632	-	-	-	68.032	8.183	1.095.756	-	(3.570)	(579)	1.169.454
TOTAL SPE	2.693	5.432	-	-	113.186	18.075	5.331.518	-	(3.570)	(579)	5.466.755
FRG	3.127	-	-	-	-	-	-	(5.466)	-	(403.810)	(406.149)
TOTAL 31.12.2014	5.820	5.432	-	-	113.186	18.075	5.331.518	(5.466)	(3.570)	(404.389)	5.060.606
TOTAL 31.12.2013	7.660	4.058	-	-	82.536	60.789	4.805.760	-	(701)	(203.482)	4.756.620

(a) Conforme nota 15 = R\$ 5.431.227 (investimentos) (-) R\$ 99.709 (provisões para perdas com SPEs)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Empresas de Geração										
Enerpeixe	-	-	56.539	-	2.220	255	-	-	-	59.014
Baguari	-	-	(850)	-	181	-	-	-	-	(669)
Retiro Baixo	-	-	(1.275)	-	-	-	111	-	-	(1.164)
Serra Facão Energia	-	-	(59.102)	-	-	80	-	-	-	(59.022)
Chapecoense	-	-	28.646	-	-	-	-	-	-	28.646
Foz do Chapecó	-	-	-	-	4.257	137	-	-	-	4.394
Madeira Energia	-	-	(861.144)	-	-	-	-	-	-	(861.144)
Santo Antônio Energia	-	-	-	-	40.602	3.481	-	-	268	44.351
Inambari	-	-	(6.024)	-	-	-	-	-	6.017	(7)
Brasventos Eolo	-	-	(1.495)	-	554	-	-	-	-	(941)
Brasventos Miassaba	-	-	2.338	-	649	-	-	-	-	2.987
Rei dos Ventos 3	-	-	908	-	570	-	-	-	-	1.478
Teles Pires Participações	-	-	(15.697)	-	-	-	-	-	-	(15.697)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	-	-	5.759	-	-	2.093	7.852
Energia dos Ventos I	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)
Energia dos Ventos II	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	(30)
Energia dos Ventos III	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-	(36)
Energia dos Ventos IV	-	-	(43)	-	-	-	-	-	-	(43)
Energia dos Ventos V	-	-	(6.722)	-	-	-	-	-	-	(6.722)
Energia dos Ventos VI	-	-	(9.159)	-	-	-	-	-	-	(9.159)
Energia dos Ventos VII	-	-	(9.160)	-	-	-	-	-	-	(9.160)
Energia dos Ventos VIII	-	-	(6.721)	-	-	-	-	-	157	(6.564)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Energia dos Ventos IX	-	-	(6.723)	-	-	-	-	-	-	(6.723)
Energia dos Ventos X	-	-	(34)	-	-	-	-	-	-	(34)
Central Eolica Famosa I	-	-	(6.425)	-	-	-	-	-	-	(6.425)
Central Eolica Pau Brasil	-	-	(4.292)	-	-	-	-	-	-	(4.292)
Central Eolica São Paulo	-	-	(4.803)	-	-	-	-	-	-	(4.803)
Central Eolica Rosada	-	-	(8.132)	-	-	-	-	-	-	(8.132)
Punaú I Eólica S.A.	-	-	(7.313)	-	-	-	-	-	-	(7.313)
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	(7.186)	-	-	-	-	-	-	(7.186)
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	(5.959)	-	-	-	-	-	-	(5.959)
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	(5.284)	-	-	-	-	-	-	(5.284)
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	(7.981)	-	-	-	-	-	-	(7.981)
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	(4.772)	-	-	-	-	-	-	(4.772)
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	(3.958)	-	-	-	-	-	-	(3.958)
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	(5.794)	-	-	-	-	-	-	(5.794)
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	(3.907)	-	-	-	-	-	-	(3.907)
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	(5.894)	-	-	-	-	-	-	(5.894)
São Caetano Eólica S.A.	-	-	(7.952)	-	-	-	-	-	-	(7.952)
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	(5.297)	-	-	-	-	-	-	(5.297)
São Galvão Eólica S.A.	-	-	(7.862)	-	-	-	-	-	-	(7.862)
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	(100)
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	-	-	(101)	-	-	-	-	-	-	(101)
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	-	167	-	825	-	-	-	-	992
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	(299)	-	-	-	-	-	-	(299)
Empresa de Energia São Manuel S.A.	-	-	(594)	-	-	-	-	-	1.029	435
Subtotal de Geração	-	-	(1.000.365)	-	49.858	9.712	111	-	9.564	(931.120)
Empresas de Transmissão										
Transleste	-	-	5.040	(1.539)	-	-	-	-	-	3.501
Transudeste	-	-	3.294	(968)	-	148	1.034	-	159	3.667
Transirapé	-	-	2.864	(666)	-	-	-	-	-	2.198
Centroeste	-	-	4.089	(666)	-	900	-	-	431	4.754
Transenergia Renovável	-	-	24.316	(754)	-	-	-	-	8	23.570
IE Madeira	-	-	30.539	(17.946)	-	2.153	-	-	-	14.746
Transenergia São Paulo	-	-	43.977	(276)	-	890	-	-	509	45.100
Transenergia Goiás	-	-	(1.212)	-	-	-	-	-	-	(1.212)
MGE Transmissão	-	-	(9.222)	(477)	-	2.974	-	-	67	(6.658)
Goiás Transmissão	-	-	(493)	(1.911)	-	2.293	-	-	-	(111)
Caldas Novas Transmissão	-	-	3.084	(61)	-	720	-	-	149	3.892
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	830	-	-	724	-	-	38	1.592

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação Societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas	Saldo Líquido
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	-	-	2.297	-	-	849	-	-	-	3.146
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	4.594	(41)	-	115	-	-	188	4.856
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	645	-	-	226	-	-	7.950	8.821
Mata de Santa Genebra	-	-	(1.019)	-	-	-	-	-	894	(125)
Lago Azul Transmissora	-	-	(151)	-	-	-	-	-	12	(139)
Belo Monte Transmissora	-	-	(5)	-	-	-	-	-	424	419
Energia Olímpica S.A.	-	-	(213)	-	-	-	-	-	1	(212)
Subtotal de Transmissão	-	-	113.254	(25.305)	-	11.992	1.034	-	10.830	111.805
Total SPEs	-	-	(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145	-	20.394	(819.315)
FRG	-	-	-	-	-	-	-	(20.795)	122.935	102.140
TOTAL 31.12.2014	-	-	(887.111)	(25.305)	49.858	21.704	1.145	(20.795)	143.329	(717.175)
TOTAL 31.12.2013	-	-	151.780	(9.528)	27.262	48.426	3.900	(41)	(19.678)	202.121

NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

37.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

37.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEE 2009 8 anos	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	LEE 2015 / 2017	RAG
2016	Volume MWh (*)	2.283.984	790.560	2.037.888	3.083.184	4.664.304	3.091.968	20.554.911
	Preço MWh (R\$/MWh)	151	166	180	89	271	201	31
	Total (R\$ Mil)	343.871	131.390	365.891	275.585	1.263.373	621.486	641.850
2017	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560	3.083.520	20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh)		166	180	90	271	201	31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922	619.788	640.096
2018	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560		20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh)		166	180	90	271		31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922		640.096
2019	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560		20.498.750
	Preço MWh (R\$/MWh)		166	180	90	271		31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585	1.259.922		640.096
2020	Volume MWh (*)		788.400	2.037.888	3.083.184			28.078.523
	Preço MWh (R\$/MWh)		166	180	89			31
	Total (R\$ Mil)		131.031	365.891	275.585			876.783
Após 2020	Volume MWh (*)		788.400	2.032.320	3.074.760			29.390.326
	Preço MWh (R\$/MWh)		166	180	90			31
	Total (R\$ Mil)		131.031	364.891	275.585			917.746
Data do término do contrato		31/12/2016	31/12/2039	31/12/2039	31/12/2026	31/12/2019	31/12/2017	31/12/2042
É parte relacionada? (Sim/Não)		não	não	não	não	não	não	não

(*) Informações não auditadas.

37.1.2 Compromissos – posições compradas

Gerador de Energia		Total compras
2016	Volume MWh (*)	3.345.704
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	155
	Total (R\$ Mil)	520.062
2017	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	156
	Total (R\$ Mil)	519.482
2018	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	513.594
2019	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	156
	Total (R\$ Mil)	520.323
2020	Volume MWh (*)	3.345.704
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	515.001
Após 2020	Volume MWh (*)	3.336.563
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	154
	Total (R\$ Mil)	512.753
Data do término do contrato		Fev/36

(*) Informações não auditadas.

37.2 Compromissos Socioambientais (Não auditada)

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.167	50.796
Subtotal	41.167	50.796
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	33.920	49.494
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	857	57
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.326	31.228
Subtotal	39.103	80.779
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	80.270	131.575

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

37.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Tais ações deverão estar concluídas até 2015. Atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejarão a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo Ibama, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 a R\$ 100, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;

1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;

1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;

1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;

1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e

1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LTs I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 a R\$ 100, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada

No âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

37.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental; de Recursos Hídricos; de Recursos Florestais; de Educação Ambiental; e de Gestão de Resíduos.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico e gestores da Empresa, além de representantes da sociedade.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Furnas, como uma das empresas do Sistema Eletrobras, também segue as diretrizes da política ambiental da holding, contribuindo para o desenvolvimento e revisões dessa política.

37.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs são como seguem:

SPEs/Ano	2015	2016	2017	2018
Famosa III	60.066	44.956	158.020	-
Serra do Mel	49.484	98.901	62.408	-
Acaraú	36.956	60.144	50.966	-
Itaguaçu da Bahia	103.530	162.794	77.579	-
Madeira Energia	142.740	-	-	-
Famosa	198.075	-	-	-
Energia dos Ventos (V a IX) Fortim	280.773	-	-	-
Teles Pires Participações	115.370	-	-	-
Punaú e Baleia	271.629	-	-	-
UHE São Manuel	117.150	73.000	14.000	45.000
MGE Transmissão	2.718	-	-	-
Luziânia Niquelândia	840	-	-	-
Transenergia Goiás	58.000	-	-	-
Triângulo Mineiro	28.758	-	-	-
Paranaíba	41.277	-	-	-
Vale do São Bartolomeu	39.986	2.543	-	-
IE Belo Monte	14.700	204.290	78.170	46.300
Lago Azul	3.412	1.050	-	-
Mata de Santa Genebra	20.700	263.300	-	-
Total	1.586.164	910.978	441.143	91.300

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa e suas investidas em conjunto operam com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes (Nota 8)	1.303.763	1.430.927
Ativo financeiro – concessão de serviço público (Nota 9)	7.529.487	6.389.473
Empréstimos concedidos (Nota 14.3)	6.233	9.505
Mantidos até o vencimento		
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013 (Nota 13)	1.344.476	2.130.352
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	667.750	715.812
Total Ativos financeiros	10.851.709	10.676.069
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.927.660	7.946.444
Fornecedores e outras obrigações (Nota 18)	750.285	411.869
Total Passivos financeiros	9.677.945	8.358.313

38.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada “Operação Lava-Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de divulgação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Empresa e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra a Empresa, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a “Operação Lava Jato”. A despeito disso, a Empresa adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com a Empresa e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema.

A Eletrobras em acréscimo às providências acima citadas encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da “Operação Lava Jato” que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Empresa não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Empresa até o momento, a avaliação da Administração é que não há impactos relacionados a este assunto nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.2.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Dólar norte-americano	(364.547)	(280.668)
YEN	(118.864)	(153.499)
Total	(483.411)	(434.167)

38.2.2 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

Exposição à taxa de juro	31.12.2014	31.12.2013
Passivos		
Selic	(787.968)	(143.968)
TJLP	(1.090.295)	(1.177.052)
CDI	(3.474.500)	(3.035.150)
IPCA	(2.928.182)	(2.965.938)
Total	(8.280.945)	(7.322.108)

38.2.3 Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de Furnas, alcançados por esta norma legal, possuem RAPs que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Cabe destacar que quando estas RAPs são insuficientes geram a necessidade de uma provisão para perda com contrato oneroso.

38.2.4 Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

38.2.5 Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descritivo	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	(507.770)	(1.570.997)	(3.945.094)	(2.903.799)	(8.927.660)

38.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

Descritivo	31.12.2014	31.12.2013
Financiamentos e empréstimos	8.927.660	7.946.444
Fornecedores	750.285	411.869
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(1.692)	(6.696)
Outros		
TVM	(667.750)	(715.812)
Dívida líquida (A)	9.008.503	7.635.805
Patrimônio líquido	10.373.564	11.177.327
Total do capital (B)	19.382.067	18.813.132
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	46,48%	40,59%

38.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31.12.2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	1.692	-	-	1.692
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	667.750	-	-	667.750
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 9)	-	7.529.487	-	7.529.487
Investimentos (participações societárias) (Nota 15)	5.331.518	-	-	5.331.518
Total	6.000.960	7.529.487	-	13.530.447

Descritivo	31.12.2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	6.696	-	-	6.696
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	715.812	-	-	715.812
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 9)	-	6.389.473	-	6.389.473
Investimentos (participações societárias) (Nota 15)	4.805.760	-	-	4.805.760
Total	5.528.268	6.389.473	-	11.917.741

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

38.5 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

38.5.1 - Ativo

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGP-M	279,748	783.295	5,67%	4,25%	2,84%	772.512	761.914
TOTAL	279,748	783.295				772.512	761.914

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGP-M	279,748	783.295	5,67%	7,09%	8,51%	793.940	804.586
TOTAL	279,748	783.295				793.940	804.586

38.5.2 – Passivo - Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar (R\$/US\$)	133,766	374.544	2,80000	2,100	1,400	280.908	187.272
YEN (R\$/¥)	33,065	92.582	0,02446	0,018	0,012	69.436	46.291
TOTAL	166,831	467.126				350.344	233.563

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar (R\$/US\$)	133,766	374.544	2,80000	3,500	4,200	468.181	561.817
YEN (R\$/¥)	33,065	92.582	0,02446	0,031	0,037	115.727	138.872
TOTAL	166,831	467.126				583.908	700.689

38.5.3 – Passivo - Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	358,405	1.003.534	5,50%	4,13%	2,75%	1.002.959	1.002.377
IPCA	1,028,246	2.879.088	6,60%	4,95%	3,30%	2.834.955	2.790.818
Selic/CDI	1,526,218	4.273.411	12,50%	9,38%	6,25%	4.245.699	4.217.506
TOTAL	2,912,869	8.156.033				8.083.613	8.010.701

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	358,405	1.003.534	5,50%	6,88%	8,25%	1.004.103	1.004.664
IPCA	1,028,246	2.879.088	6,60%	8,25%	9,90%	2.923.201	2.967.328
Selic/CDI	1,526,218	4.273.411	12,50%	15,63%	18,75%	4.300.664	4.327.479
TOTAL	2,912,869	8.156.033				8.227.968	8.299.471

38.5.4 Índices para análise de sensibilidade

		Data base 31.12.2014			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2015	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic (a.a.)	12,50%	9,38%	6,25%	15,63%	18,75%
TJLP (a.a.)	5,50%	4,13%	2,75%	6,88%	8,25%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2015				
EURO - R\$/€	3,4822	2,6116	1,7411	4,3527	5,2233
YEN - R\$/¥	0,0245	0,0183	0,0122	0,0306	0,0367
Dólar - R\$/US\$	2,8000	2,1000	1,4000	3,5000	4,2000

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2015				
IPCA (a.a.)	6,60%	4,95%	3,30%	8,25%	9,90%
IGPM (a.a.)	5,67%	4,25%	2,84%	7,09%	8,51%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2015				
Libor / R\$	0,26%	0,19%	0,13%	0,32%	0,38%

NOTA 39 – GARANTIAS E COVENANTS

Em 31 de dezembro de 2014, não houve cláusula restritiva não cumprida por Furnas.

39.1 Garantias corporativas

EMPRESA	TIPO	DESCRIÇÃO
Furnas	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por Furnas preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas as negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, a <i>Holding</i> Eletrobras. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da Eletrobras e Garantia do Tesouro Nacional.
	<i>Covenant</i>	Alguns contratos preveem o LAJIDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de Furnas, ora no da Eletrobras, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida – Em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 31.12.2014 (Em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2017	Término da Garantia
							2015	2016	2017		
2010	UHE Baguari (**)	BNDES	Corporativa	100,00%	60.153	43.436	39.575	35.706	31.837	-	15.07.2026
2010	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	181.118	164.686	148.218	131.749	-	15.12.2025
2008	UHE Simplício	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	768.640	702.428	636.057	569.686	-	15.07.2026
2012	DIVERSOS	BRASIL	Corporativa	100,00%	750.000	757.342	758.055	758.055	756.952	-	31.10.2018
2013	Rolagem BASA 2008	BRASIL	Corporativa	100,00%	208.312	218.334	218.944	218.944	218.835	-	07.02.2018
2013	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativa	100,00%	268.503	163.496	256.796	262.892	226.639	105.258	15.11.2023
2014	Recomposição de caixa	BRASIL	Corporativa	100,00%	400.000	424.689	426.664	426.442	425.998		06.12.2023

(*) Não revisado

(**) Financiamento contraído diretamente por Furnas (equity), em cujo empreendimento Furnas possui participação indireta de 15%.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) Em US\$ Mil	Saldo Devedor em 31.12.2014 (Em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2017	Término da Garantia
							2015	2016	2017		
2011	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID ^(a)	Contra garantia ao Tesouro Nacional consubstanciada no acesso à conta corrente centralizadora de Furnas	100,00%	128.660	330.853	331.391	310.679	289.967	10.893	15.12.2025

Premissas: Restante dos desembolso no decorrer de 2015. Início das amortizações em dez 2015. Cotação do R\$/US\$ foi de R\$2,6562/US\$ (31/12/2014)

(*) Não revisado

39.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

Ano	SPE do Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida - em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 31.12.2014 (em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2016	Término da Garantia
						2015	2016	2017		
2013	Santo Antônio Energia S.A	2ª emissão de Debêntures	39,0%	163.800	184.850	197.105	208.457	208.882	-	24.01.2023
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDES repasse	39,0%	1.574.659	1.839.674	2.052.566	2.029.258	1.958.774	232.050	15.03.2034
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDES direto	39,0%	1.594.159	1.776.992	1.987.107	1.963.073	1.895.856	232.050	15.03.2034
2009	Santo Antônio Energia S.A	Banco da Amazônia S.A. - FNO	39,0%	196.334	246.440	243.841	234.471	224.304	-	15.12.2030
2013	Santo Antônio Energia S.A	3ª emissão de Debêntures	39,0%	273.000	287.433	303.538	321.020	339.692	-	01.03.2024
2010	Foz do Chapecó Energia S.A.	BNDES	40,0%	435.508	438.637	404.234	369.831	335.428	-	15.09.2027
2010	Foz do Chapecó Energia S.A.	Repassadores	40,0%	217.754	221.980	204.570	187.160	169.749	-	15/09/2027
2010	Foz do Chapecó Energia S.A.	Síncrono	40,0%	4.009	3.334	3.072	2.811	2.549	-	15/09/2027
2011	LT Furnas Pimenta (Centro Oeste)	BNDES	49,0%	13.982	9.890	8.738	7.586	6.433	-	15/04/2023
2009	Serra do Facão Energia S.A.	BNDES	49,4737%	257.263	236.863	218.158	199.257	180.356	-	15/06/2027
2012	Interligação do Madeira S.A.	BNDES	24,5%	455.504	426.096	399.550	365.467	333.294	-	15/02/2030
2012	Interligação do Madeira S.A.	Banco da Amazônia S.A. - FNO	24,5%	65.415	72.714	75.897	77.397	74.933	-	10/07/2032
2013	Interligação do Madeira S.A.	Título de mercado regulado pela CVM	24,5%	85.750	101.593	110.608	116.160	121.933	-	18/03/2025
2012	Goiás Transmissão S.A.	BANCO DO BRASIL - FCO	49,0%	49.000	49.385	49.385	49.385	48.398	-	01/12/2031

Continua

Continuação

Ano	SPE ou Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida - em R\$ Mil)	Saldo Devedor em 30.09.2014 (em R\$ Mil)	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício (Em R\$ Mil) (*)			Saldo a desembolsar (em R\$ Mil) 2016	Término da Garantia
						2015	2016	2017		
2011	Goiás Transmissão S.A.	BNDES	49,0%	48.020	46.202	42.531	38.859	35.187	-	15/01/2027
2014	Goiás Transmissão S.A.	Banco do Brasil CP	49,0%	15.288	15.998	-	-	-	-	06/03/2015
2011	MGE Transmissão S.A.	BNDES	49,0%	58.359	53.385	48.966	44.548	40.130	-	15/01/2027
2011	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES LP Original	49,0%	18.963	24.797	22.809	20.799	18.788	-	15/08/2026
2014	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES LP Suplementar	49,0%	7.332	(***)	(***)	(***)	(***)	1.127	15/12/2028
2010	Transenergia Renovável S.A.	BNDES LP	49,0%	78.302	68.144	62.422	56.699	50.976	-	15/12/2028
2011	UEE Rei dos Ventos 1	BNDES LP	24,5%	30.851	30.180	28.145	26.111	24.076	-	15/10/2029
2011	UEE Miassaba 3	BNDES LP	24,5%	30.984	30.383	28.335	26.287	24.238	-	15/10/2029
2012	UHE Teles Pires	BNDES 12.2.0766.1	24,5%	296.940	289.368	302.814	298.904	266.897	-	15/02/2036
2012	UHE Teles Pires	BNDES/BB 21/007793-4	24,5%	294.000	289.368	302.814	295.964	263.957	-	15/02/2036
2012	UHE Teles Pires	FI FGTS	24,72%	160.680	204.302	204.302	210.203	197.407	-	31/05/2032
2011	UEE Rei dos Ventos 3	BNDES LP	24,5%	32.533	31.806	29.662	27.518	25.374	-	15/10/2029
2014	Caldas Novas Transmissão S.A	BNDES	49,90%	8.072	7.744	7.010	6.330	5.650	-	15/03/2028

(*) Não revisado

(***) Saldo devedor computado em conjunto com o BNDES LP original.

NOTA 40 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Individual			
	Vigência		R\$	
	Início	Término	Importância	Prêmio
Garantia de Fiel Cumprimento - APM Simplicio	01/04/2014	25/04/2015	144.151	277
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	31/08/2013	31/12/2016	294	4
Garantia Judicial - 62ª Vara do Trabalho	20/05/2014	20/05/2015	3.855	15
25ª Vara Cível – Rio de Janeiro/RJ	27/05/2014	12/02/2017	1.399	16
2ª Vara Cível - Vitória /ES	07/07/2014	07/03/2015	10.814	29
4ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	06/08/2014	06/08/2015	35.436	124
2ª Vara Cível - Piumhi/MG	26/09/2014	26/09/2015	967	3
2ª Vara do Trabalho de Uberlândia/MG	12/11/2014	12/11/2015	1.848	6
Vara Fazenda Comarca Gurupi/TO	10/12/2014	10/12/2015	1.145	4
Responsabilidade Civil Geral – Emp. Energia Elétrica	26/10/2014	26/10/2015	30.000	364
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos – Frota	15/08/2014	14/08/2016	50 por veículo	210
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos – Veículos Executivos (Toyotas / Corolla)	09/12/2014	08/12/2015	50 por veículo	11
Seguro Automóvel – Cobertura Compreensiva– Veículos Executivos - (Fords Fusion)	17/04/2014	17/04/2015	187 por veículo	6
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos – Fiat Pálio elétrico	16/03/2014	16/03/2015	50	4
Riscos Diversos (Equipamento de Trat. De Óleo)	07/03/2014	07/03/2015	400	14
Riscos Diversos (Antenas Micro ondas Ed. Argentina)	03/07/2014	03/07/2015	100	2
Riscos Diversos (Caminhão Laboratório)	06/08/2014	06/08/2015	210	9
Riscos Diversos (Caminhão Unimog)	14/07/2014	14/07/2015	138	3
Riscos Diversos (Estação de Meteorológica)	30/08/2013	30/08/2015	1.444	89
Aeronáutico	02/12/2014	02/12/2015	2.035	15
Transporte				
a) Internacional	23/06/2013	23/06/2015	5	
b) Interestadual;	23/06/2013	23/06/2015	313.857	67
c) Perímetro urbano/operação isolada.	23/06/2013	23/06/2015	90.515	97
c) Operação isolada.	23/06/2013	23/06/2015	162.493	120

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontra-se em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

Risco de Garantia: cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil: cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Aeronáutico: cobertura para prejuízos sofridos por aeronaves de propriedade do contratante e se subdivide em: a) casco, que trata da aeronave, motores, célula etc.; e b) reta que trata de prejuízos causados a terceiros como passageiros, carga, tripulação, pessoas e bens no solo (este seguro é obrigatório).

Transportes Nacionais e Internacionais: cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Riscos de Diversos: visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos, para equipamentos móveis (caminhões laboratório e Unimog, equipamento de tratamento de óleo) ou estacionários (antenas e estação meteorológica).

NOTA 41 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-0) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 14.5 dos CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) assinados com as seguintes empresas distribuidoras: Cia. Paulista de Força e Luz; Cia. Piratininga de Força e Luz; Elektro Eletricidade de Serviços S/A; e Ampla Energia e Serviços S/A. Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

b) Em 05 de fevereiro de 2015, Furnas celebrou contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A, cujo suprimento se dará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo ao pagamento, a título de adiantamento, do montante de R\$ 130.000, relativo à entrega futura dessa energia.

c) Em 02 de março de 2015, Furnas recebeu da Alupar Investimentos S.A. o montante de R\$ 47.452, referente a venda da totalidade de suas ações no Complexo Aracati, cujo detalhe da operação encontra-se descrito na nota 15.2.2.

FERNANDO SERGIO LOPES ROSA

Superintendência de Contabilidade
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA

Gerência de Operações e Análise Contábil
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Furnas - Centrais Elétricas S.A., no uso de nossas atribuições legais, considerando a decisão da Diretoria Executiva de 17 de março de 2015, homologada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015, **1.** Analisamos o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2014 e, assistidos pelo Contador da Sociedade, Sr. Fernando Sergio Lopes Rosa, CRC/RJ 061.286/O-3, e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes, analisamos também as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração de Outros Resultados Abrangentes, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; **2.** Analisamos a proposta de absorção dos Prejuízos do Exercício no valor de R\$ 405.653.770,80, (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta reais e oitenta centavos), utilizando a Conta Reserva de Capital, a qual antes da absorção do prejuízo apresenta um saldo de R\$ 5.528.985.703,88 (cinco bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e três reais e oitenta e oito centavos) e após a absorção do prejuízo restará um saldo de R\$ 5.123.331.933,08 (cinco bilhões, cento e vinte e três milhões, trezentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e três reais e oito centavos); **3.** Corroboramos o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2014, apresentado sem ressalvas; e **4.** De nossa análise, e também com base no Relatório dos Auditores Independentes, atendidos os preceitos formais e legais, consideramos que as Demonstrações Financeiras estão habilitadas para que o Conselho de Administração as submeta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do artigo 192, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

Sonia Regina Jung
Presidente do Conselho Fiscal

Ticiane Freitas de Sousa
Membro do Conselho Fiscal

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Membro do Conselho Fiscal

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	77,876386	77,876386	77,871286
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. S.Paulo - DAEE	0,113274	0,113274	0,117534
	Fundos de Pensão			
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021549	0,021549	0,022359
	% Governo	78,011209	78,011209	78,011179
Free Float	Pessoas Físicas	0,000793	0,000793	0,000822
	Pessoas Jurídicas	0,000026	0,000026	0,000027
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,000819	0,000819	0,000849
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028	78,012028
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	21,684322	21,684322	21,673053
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. S.Paulo - DAEE	0,140749	0,140749	0,146042
	Fundos de Pensão			
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021550	0,021550	0,022360
	% Governo	21,846621	21,846621	21,841455
Free Float	Pessoas Físicas	0,040979	0,040979	0,042452
	Pessoas Jurídicas	0,100372	0,100372	0,104065
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,141351	0,141351	0,146517
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972	21,987972
Total		100%	100%	100%

Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em outras sociedades

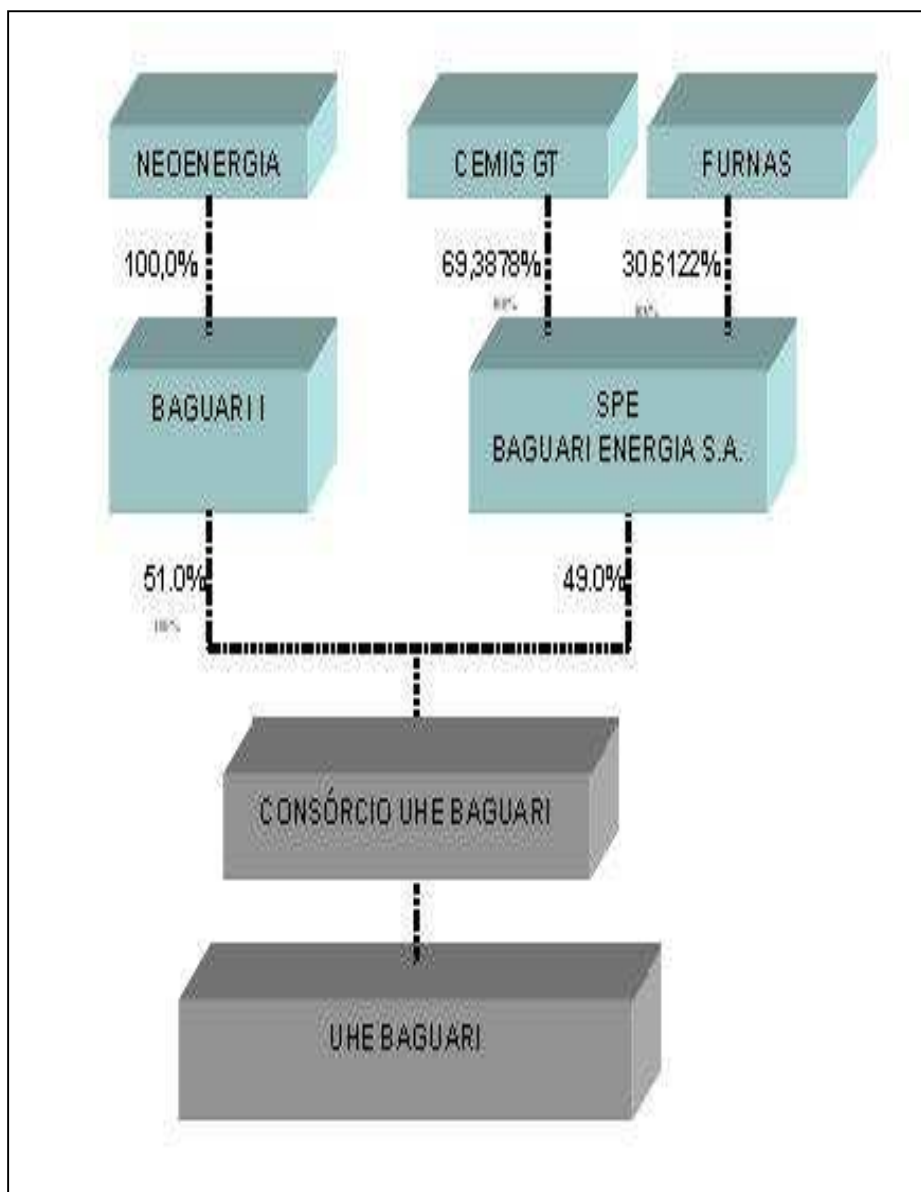
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora		FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
ENERPEIXE S.A.	40,00	40,00	40,0
BAGUARI ENERGIA S.A. (*)	30,61	30,61	30,61
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.	49,00	49,00	49,00
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	40,00	40,00	40,00
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. (**)	49,47	49,47	49,47
MADEIRA ENERGIA S.A.	39,00	39,00	39,00
INAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	19,60	19,60	19,60
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
TELES PÍRES PARTICIPAÇÕES S.A. (***)	24,72	24,72	24,72
CIA. TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	24,00	24,00	24,00
CIA. TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO	24,50	24,50	24,50
CIA. TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO	25,00	25,00	25,00
CIA. DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS	49,00	49,00	49,00
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	24,50	24,50	24,50
TRANSENERGIA GÓIAS S.A.	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00	49,00
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	49,00	49,00	49,00
MGE TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00
CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90	49,90
LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS V A IX – Fortim : (Central Eólica S.Januário, Central Eólica N.Sra. Fátima, Central Eólica. Jandaia, Central Eólica. S. Clemente, Central Eólica Jandaia I).	49,00	49,00	49,00
ENERGIA DOS VENTOS I, II, III,IV, X – Aracati : (Central Eólica Goiabeira, Central Eólica Ubatuba, Central Eólica Santa Catarina, Central Eólica Pitombeira, Central Eólica Horizonte).	-	49,00	49,00
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	-
VALE DO SÃO BARTOLOMEU S.A.	39,00	39,00	-
TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00	-
LAGO AZUL TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	-
MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90	-

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora		FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
COMPLEXO FAMOSA S.A.: (Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Rosada S.A.; Central Eólica Pau Brasil S.A e Central Eólica São Paulo S.A.).	49,00	49,00	-
COMPLEXO BALEIA: (Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A.; São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A; São Galvão Eólica S.A). COMPLEXO PUNAÚ: (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., Punaú I Eólica S.A.) .	49,00	49,00	-
COMPLEXO EÓLICO ITAGUAÇU DA BAHIA: (Parque Itaguaçu da Bahia, Parque Santa Luiza, Parque Santa Madalena, Parque Santa Marcela, Parque Santa Vera, Parque Santo Antônio, Parque São Bento, Parque São Cirilo, Parque São João e Parque São Rafael).	49,00	-	-
COMPLEXO ACARAÚ: (Parque Eólico Santa Rosa, Parque Eólico Uirapuru e Parque Eólico Ventos do Angelim) (****)	90,00	-	-
COMPLEXO SERRA DO MEL: (Parque Serra do Mel I, Parque Serra do Mel II e Parque Serra do Mel III) ****	90,00	-	-
COMPLEXO FAMOSA III: (Parque Arara Azul, Parque Bentevi, Parque Ouro VerdeI, Parque Ouro Verde II e Parque Ouro Verde III) (****)	90,00	-	-
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BELO MONTE S.A.	24,50	-	-
TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	49,90	-	-
ENERGIA OLÍMPICA S.A.	49,90	-	-
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	33,30	-	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. (**)	100,00	100,00	-

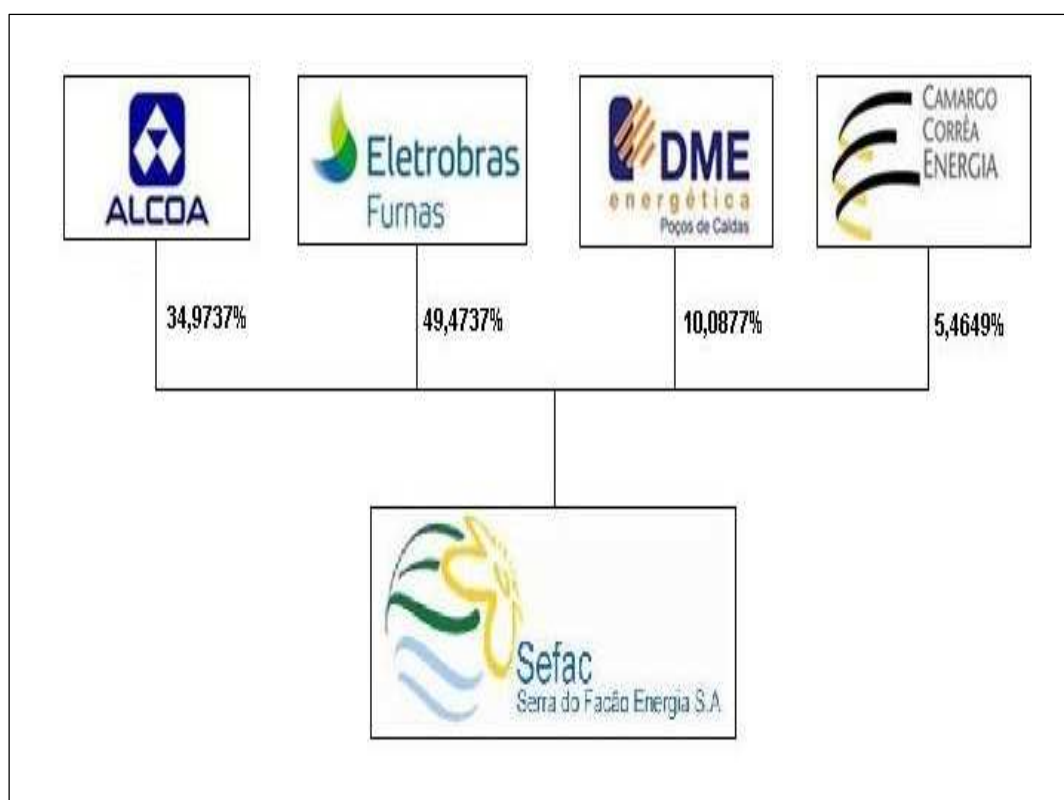
Fonte: Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N

Estruturas Societárias

(*) **Consórcio UHE Baguari:** Furnas (30,6122%) e Cemig GT (69,3878%) formam a **SPE Baguari Energia S.A.**, detentora de 49% de participação no Consórcio UHE Baguari. A participação de Furnas na UHE Baguari corresponde a 15% do total da formação Societária.

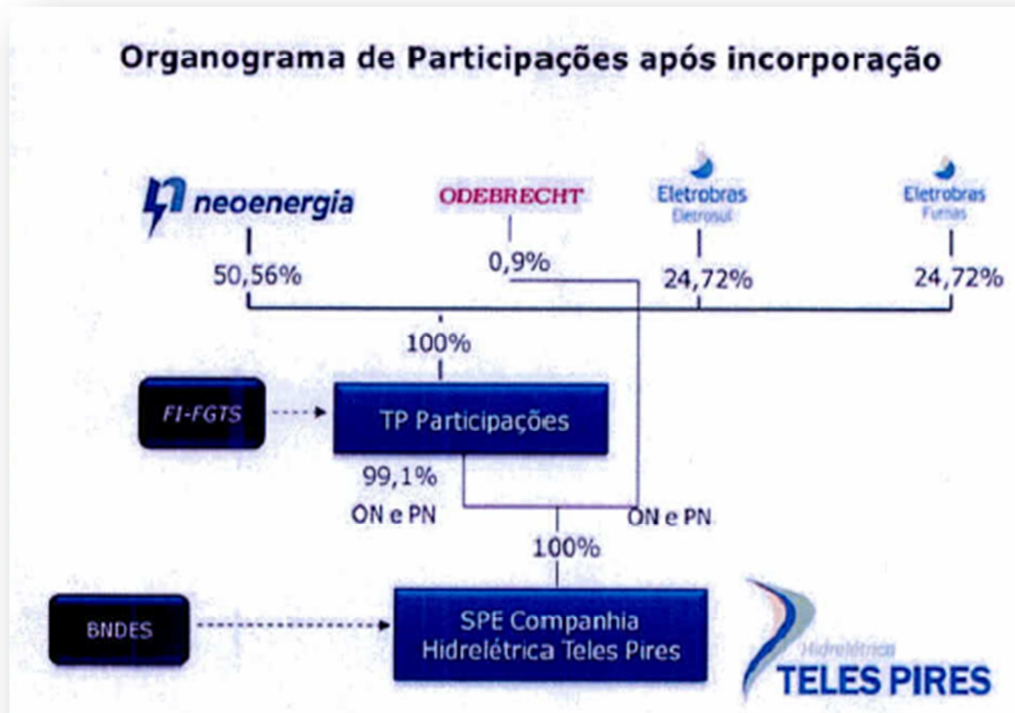


(**) **Serra do Facão Energia S.A:** Furnas detém 30,19% das ações ordinárias e 19,28% das ações preferenciais do total das ações da Sociedade, perfazendo um montante de 49,47% em sua participação na Serra do Facão Energia S.A.



FORMAÇÃO ACIONÁRIA DA SERRA DO FACÃO ENERGIA					
Tipo de ação	Acionistas	Qtd ações	% Total de ações ON	% Total de ações PN	% Total das ações
Ordinárias	Alcoa	61.012.578,00	34,974	-	
	CCEE	9.533.667,00	5,465	-	
	DME	17.598.269,00	10,088	-	
	FURNAS	52.666.523,00	30,190	-	30,19
Preferenciais	FURNAS	33.641.702,00	-	100,00	19,28
Total ações		174.452.739,00	Total ações de FURNAS		49,47

(***) **Teles Pires Participações S.A.:** A Teles Pires Participações detém 99,1% na CHTP, cuja participação acionária de Furnas na TPP perfaz em 24,72%.



(****) **Complexo Acaraú:** (Parque Eólico Santa Rosa, Parque Eólico Uirapuru e Parque Eólico Ventos do Angelim).

(****) **Complexo Serra do Mel:** (Parque Serra do Mel I, Parque Serra do Mel II e Parque Serra do Mel III)

(****) **Complexo Famosa III:** (Parque Arara Azul, Parque Bentevi, Parque Ouro Verde I, Parque Ouro Verde II e Parque Ouro Verde III): **Sociedades não constituídas - ainda em fase de consórcio.**

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Furnas Centrais Elétricas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras de Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A - em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito na Nota 2.3, a Empresa aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, bem como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, estão sendo avaliados pela Empresa e os respectivos laudos serão objetos de análise para posterior homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 4.530.060 mil e R\$ 995.718 mil, respectivamente, e foram determinados pela Empresa a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Adicionalmente, os saldos residuais dos investimentos em geração térmica, em 31 de dezembro de 2012, cujas concessões vencem-se entre 2015 e 2017 e abrangidas pela referida legislação, totalizando, em 31 de dezembro de 2014 R\$ 673.030 mil, foram determinados pela Empresa com base em suas melhores estimativas e interpretação da legislação. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente metodologia para cálculo do valor de indenização, podendo o mesmo sofrer alterações até a sua homologação final e realização. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Recuperação de ativos de investidas

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. ("MESA"), na qual a Empresa participa com 39%, apresenta, no seu consolidado, capital circulante negativo no montante de R\$ 481.704 mil. Ainda, a investida da MESA incorreu em gastos capitalizados no projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que totalizam R\$ 20.801.649 mil em 31 de dezembro de 2014.

A investida indireta Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, na qual a Empresa participa com 24,72%, vem incorrendo em gastos significativos de desenvolvimento e pre operação, cujo valor capitalizado na investida totaliza R\$ 4.438.738 mil em 31 de dezembro de 2014.

A recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado dessas investidas depende do sucesso das operações futuras das mesmas. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 38.2, em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento de empresas do setor elétrico no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a Administração da Empresa adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Empresa até o momento, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar, uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório datado de 27 de março de 2014, que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

- 1) Foi iniciada a revisão da Instrução Normativa, que regula procedimento de Manifestação a Ouvidoria, com intuito de aprimorar este canal e adequá-lo às novas regras do Programa de Conformidade e Instrução Normativa nº01 da Ouvidoria Geral da União/CGU, de 05/11/2014.

- 2) Furnas firmou Termo de Acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 30 de maio de 2012 para a execução do programa “Movimento ODM BRASIL 2015” de desenvolvimento de capacidades, de justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. O valor da contribuição de Furnas é de dois milhões de reais ao longo de quatro anos.

Até o momento, foram realizadas ações em diversos municípios que criaram núcleos municipais para a implementação do programa nos estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins

Nº Doc. Contábil	Data Repasse	Valor Repassado	CNPJ Beneficiado	FIA Beneficiado	Município	UF
1900613758	13/06/2014	R\$ 500.000,00	03723329000179	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD	Brasília	DF

Fonte: Gerência de Responsabilidade Sociocultural - GRS.P

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consciente de que Furnas é uma empresa controlada pela Eletrobras e, portanto, indiretamente pela União e que atua em um setor cujas atividades causam impactos significativos nas comunidades que com elas interagem, a atual administração sempre pautou sua conduta pela total transparência. A orientação é ir além das exigências da legislação no que diz respeito à comunicação com seus públicos de interesse, divulgando toda e qualquer informação que julgue relevante no que tange à atuação empresarial.

Na mesma linha, no afã de antecipar-se a demandas de acionistas, do mercado e da sociedade, a empresa vem aprimorando seus mecanismos de governança corporativa, para que as decisões empresariais sejam tomadas dentro das melhores práticas, em conformidade com controles internos, gestão de riscos e dentro da máxima transparência. Neste sentido, está prevista para o exercício de 2015 a criação de nova unidade organizacional, exclusivamente dedicada a esta matéria.

Ciosa de sua responsabilidade perante seus acionistas, a empresa busca obter remuneração justa por sua atividade enquanto concessionária. Assim sendo, foi iniciado, ao final do exercício, projeto que visa levantar, em detalhe, os valores dos ativos de transmissão que tiveram sua concessão prorrogada nos termos da Lei 12.783/2013, com o intuito de pleitear, junto à Aneel, complementação do valor recebido por Furnas a título de indenização por ativos não depreciados ou amortizados. O projeto deverá ser concluído nos primeiros meses de 2015, podendo-se antever que os números serão significativos.

Toda grande empresa passa por desafios. Não poderia ser diferente com Furnas, que já nasceu com um grande desafio, o de erguer, na década de 50, a então maior usina hidrelétrica do País, a Usina de Furnas, marcando a trajetória de sucesso, pioneirismo e expertise da companhia. Neste cenário adverso, de tempos difíceis para todo o setor elétrico brasileiro, porém, estamos confiantes de que estão sendo dados passos cruciais em direção a um futuro de renovação e prosperidade.

III. ANEXOS

Anexo I – Relatório de Auditoria Independente FRG.

Anexo II – Parecer Atuarial dos Planos BD e CD.

ANEXO I

Relatório dos Auditores Independentes

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

CONTEÚDO

1.	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2014	3-5
2.	Demonstrações Contábeis:	
2.1.	Balanço Patrimonial (Consolidado)	
	Ativo	6
	Passivo	7
2.2.	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	8
2.3.	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	9
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano BD	10
2.4.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano BD	11
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano BD	12
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano CD	13
2.5.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano CD	14
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano CD	15
3.	Notas Explicativas às demonstrações contábeis	16-62



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

continua...

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

5. Ênfases

Destaque especial para o divulgado na nota 10.5, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm promulgado jurisprudência contrária a tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$22.460 mil.

Continua...

Conforme mencionado na nota explicativa 17.1 o Conselho Deliberativo aprovou o plano de equacionamento do deficit acumulado referente ao Plano de Contribuição Definida – CD, estruturado na modalidade de contribuição variável, no montante de R\$8.372 mil e que as patrocinadoras firmarão contrato de dívidas para amortização do deficit referente à parcela de benefícios concedidos. Esse deficit foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos, observando a proporção contributiva, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 e alterações.

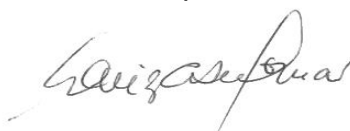
A nota explicativa 17.2 ressalta que a Fundação Real Grandeza, optou em promover os estudos técnicos em 2015, pertinentes a convergência das taxas de juros aplicadas aos planos BD e CD, com os custeios aprovados e o fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, assim como, os ajustes de precificação dos títulos públicos federais, considerando a variação da rentabilidade pela taxa da curva de aquisição e a taxa do passivo atuarial, de acordo com normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

CRCMG - 757/O -8 - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador – CRCRJ – 046.114/O

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
DISPONÍVEL	4	1.891	1.976
REALIZÁVEL		12.239.679	11.236.989
Gestão Previdencial	5	235.774	255.231
Gestão Administrativa	6	6.476	5.527
Investimentos	7	11.997.429	10.976.231
Créditos Privados e Depósitos		35.646	32.767
Ações		-	5.124
Fundos de Investimento		11.057.177	10.268.288
Investimentos Imobiliários		581.181	362.653
Empréstimos		322.574	307.289
Depósitos Judiciais/Recursais		851	110
PERMANENTE		2.287	2.678
Imobilizado		2.110	2.114
Diferido		177	564
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	122.352	110.991
TOTAL DO ATIVO		12.366.209	11.352.634

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
EXIGÍVEL OPERACIONAL		40.149	41.807
Gestão Previdencial	9.1	31.511	29.197
Gestão Administrativa	9.2	7.462	6.212
Investimentos	9.3	1.176	6.398
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		141.975	128.445
Gestão Previdencial	10.1	116.833	104.859
Gestão Administrativa	10.2	2.595	2.433
Investimentos	10.3	22.547	21.153
PATRIMÔNIO SOCIAL		12.061.733	11.071.391
Patrimônio de Cobertura do Plano		11.929.860	10.955.787
Provisões Matemáticas	11.2	11.230.112	10.550.576
Benefícios Concedidos		8.313.411	6.549.918
Benefícios a Conceder		2.925.073	4.000.658
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(8.372)	-
Equilíbrio técnico		699.748	405.211
Superavit Técnico Acumulado		699.748	405.211
Fundos	11.4	131.873	115.604
Fundos Administrativos		73.936	66.167
Fundos de investimentos		57.937	49.437
GESTÃO ASSISTENCIAL	12	122.352	110.991
TOTAL DO PASSIVO		12.366.209	11.352.634

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	11.165.792	12.038.287	(7,25)
1. Adições	1.965.861	448.105	338,71
Contribuições previdenciais	251.358	230.368	9,11
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	1.462.221	-	100,00
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	8.234	(100,00)
Receitas administrativas	61.345	58.509	4,85
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	7.640	2.848	168,26
Constituição de Fundos de Investimentos	8.500	-	100,00
Receitas assistenciais	174.797	148.146	17,99
2. Destinações	(969.686)	(1.320.600)	(26,57)
Benefícios	(727.532)	(584.916)	24,38
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(495.903)	(100,00)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(11.974)	-	100,00
Despesas administrativas	(61.054)	(57.605)	5,99
Constituição de contingências – Gestão Administrativa	(162)	(439)	(63,10)
Reversão de Fundos de Investimentos	-	(13.128)	(100,00)
Despesas assistenciais	(168.964)	(168.609)	0,21
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	996.175	(872.495)	214,18
Provisões matemáticas	679.536	1.136.246	(40,19)
Superavit (Deficit) técnico do exercício	294.537	(1.978.463)	114,89
Fundos administrativos	7.769	3.313	134,50
Fundos dos investimentos	8.500	(13.128)	164,75
Gestão assistencial	5.833	(20.463)	128,51
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3) (*)	12.161.967	11.165.792	8,92

(*) Inclui o patrimônio social da gestão assistencial no valor de R\$100.235 mil e R\$94.402 mil conforme Nota Explicativa item 12.

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	66.167	62.854	5,27
1. Custeio da gestão administrativa	68.985	61.357	12,43
1.1. Receitas	68.985	61.357	12,43
Custeio administrativo da gestão previdencial	40.076	39.122	2,44
Taxa de administração de empréstimos	599	594	0,84
Resultado positivo dos investimentos	7.640	2.848	168,26
Reembolso da gestão assistencial	20.490	18.793	9,03
Outras receitas	180	-	100,00
2. Despesas administrativas	(61.216)	(58.044)	5,46
2.1. Administração previdencial	(25.538)	(23.318)	9,52
Pessoal e encargos	(16.529)	(15.636)	5,71
Treinamentos/congressos e seminários	(117)	(81)	44,44
Viagens e estadias	(80)	(73)	9,59
Serviços de terceiros	(2.669)	(2.048)	30,32
Despesas gerais	(5.638)	(4.707)	19,78
Depreciações e amortizações	(343)	(334)	2,69
Contingências	(162)	(439)	(63,10)
2.2. Administração dos investimentos	(15.188)	(16.095)	(5,64)
Pessoal e encargos	(11.273)	(12.005)	(6,10)
Treinamentos/congressos e seminários	(70)	(80)	(12,50)
Viagens e estadias	(44)	(70)	(37,14)
Serviços de terceiros	(1.076)	(1.013)	6,22
Despesas gerais	(2.516)	(2.666)	(5,63)
Depreciações e amortizações	(209)	(261)	(19,92)
2.3. Administração assistencial	(20.490)	(18.631)	9,98
3. Sobra da gestão administrativa (1-2)	7.769	3.313	134,50
4. Constituição do fundo administrativo (3)	7.769	3.313	134,50
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 4)	73.936	66.167	11,74

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
1. Ativos	11.647.776	10.764.929	8,20
Disponível	1.555	1.581	(1,64)
Recebível	282.311	297.451	(5,09)
Investimentos	11.363.910	10.465.897	8,58
Créditos privados e depósitos	35.646	32.767	8,79
Ações	-	4.553	(100,00)
Fundos de Investimento	10.475.019	9.802.436	6,86
Investimentos Imobiliários	581.181	362.653	60,26
Empréstimos	271.213	263.378	2,97
Depósitos Judiciais / Recursais	851	110	673,64
2. Obrigações	176.462	166.126	6,22
Operacional	37.096	40.127	(7,55)
Contingencial	139.366	125.999	10,61
3. Fundos não previdenciais	113.239	99.607	13,69
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03
4. Ativo líquido (1-2-3)	11.358.075	10.499.196	8,18
Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61
Superavit Técnico	699.748	407.489	71,72

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Ativo líquido – Início do Período	10.499.196	11.379.940	(7,74)
1. Adições	1.630.534	213.858	662,44
Contribuições	217.614	205.624	5,83
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	1.412.920	-	100,00
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	8.234	(100,00)
2. Destinações	(771.655)	(1.094.602)	(29,50)
Benefícios	(723.318)	(581.518)	24,38
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(477.203)	(100,00)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(11.974)	-	100,00
Custeio Administrativo	(36.363)	(35.881)	1,34
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	858.879	(880.744)	(197,52)
Provisões Matemáticas	566.620	1.095.441	(48,27)
Superavit / Deficit Técnico do Exercício	292.259	(1.976.185)	(114,79)
B) Ativo líquido – Final do Período (A+3)	11.358.075	10.499.196	8,18
C) Fundos não previdenciais	113.239	99.607	13,69
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	11.590.659	10.713.279	8,19
1. Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61
1.1. Benefícios concedidos	8.289.815	6.534.657	26,86
Benefício Definido	8.289.815	6.534.657	26,86
1.2. Benefício a conceder	2.368.512	3.557.050	(33,41)
Benefício Definido	2.368.512	3.557.050	(33,41)
2. Equilíbrio Técnico	699.748	407.489	71,72
2.1. Resultados Realizados	699.748	407.489	71,72
Superavit Técnico Acumulado	699.748	407.489	71,72
Reserva de Contingência	699.748	407.489	71,72
3. Fundos	56.122	47.957	17,03
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	56.122	47.957	17,03
4. Exigível Operacional	37.096	40.127	(7,55)
4.1. Gestão Previdencial	36.207	33.810	7,09
4.2. Investimentos	889	6.317	(85,93)
5. Exigível Contingencial	139.366	125.999	10,61
5.1. Gestão Previdencial	116.833	104.859	11,42
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22.533	21.140	6,59

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO CD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
1. Ativos	591.379	473.245	24,96
Disponível	157	163	(3,68)
Recebível	27.418	23.954	14,46
Investimento	563.804	449.128	25,53
Ações	-	571	(100,00)
Fundos de Investimento	512.444	404.646	26,64
Empréstimos	51.360	43.911	16,96
2. Obrigações	960	657	46,12
Operacional	960	657	46,12
3. Fundos não Previdenciais	18.634	15.997	16,48
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64
4. Ativo líquido (1-2-3)	571.785	456.591	25,23
Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61
Deficit Técnico	-	(2.278)	(100,00)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO CD**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Ativo líquido – Início do período	456.591	418.064	9,22
1. Adições	123.121	63.865	92,78
Contribuições	73.820	63.865	15,59
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	49.301	-	100,00
2. Destinações	(7.927)	(25.338)	(68,71)
Benefícios	(4.214)	(3.398)	24,01
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(18.700)	(100,00)
Custeio Administrativo	(3.713)	(3.240)	14,60
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	115.194	38.527	199,00
Provisões Matemáticas	112.916	40.805	176,72
Superavit / Deficit Técnico do Exercício	2.278	(2.278)	200,00
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	571.785	456.591	25,23
C) Fundos não previdenciais	18.634	15.997	16,48
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	574.560	458.728	25,25
1. Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61
1.1. Benefícios concedidos	23.596	15.261	54,62
Contribuição Definida	5.785	4.512	28,21
Benefício Definido	17.811	10.749	65,70
1.2. Benefício a conceder	556.561	443.608	25,46
Contribuição Definida	531.051	426.404	24,54
Saldo de contas - Parcela patrocinadores	229.728	184.158	24,75
Saldo de contas - Parcela participantes	301.323	242.246	24,39
Benefício Definido	25.510	17.204	48,28
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(8.372)	-	100,00
(-) Deficit equacionado	(8.372)	-	100,00
(-) Patrocinadores	(4.186)	-	100,00
(-) Participantes	(4.144)	-	100,00
(-) Assistidos	(42)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	-	(2.278)	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	-	(2.278)	(100,00)
Deficit técnico acumulado	-	(2.278)	(100,00)
3. Fundos	1.815	1.480	22,64
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.815	1.480	22,64
4. Exigível Operacional	960	657	46,12
4.1. Gestão Previdencial	673	576	16,84
4.2. Investimentos	287	81	254,32

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza.

A Fundação não possui fins lucrativos e tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, sob sua administração.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido (BD), instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida (CD), o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e pronunciamentos contábeis aplicáveis às entidades de previdência complementar, e Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 8, de 31 de outubro de 2011; alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 9/08/2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011 e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores..

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa em virtude do ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa, Assistencial e o Fluxo dos Investimentos, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis referentes ao segmento de gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica registrados na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração Superavit ou Deficit

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Investimentos

b.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As aplicações em renda fixa são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição desses títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação** - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, são avaliados ao valor provável de realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo amortizado de forma proporcional, *pro rata* dia, até o vencimento.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

- a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.
- b) Divulgação das Técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
 - Informações de Nível 1** – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - Informações de Nível 2** – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
 - Informações de Nível 3** – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

b.2. Ações

As ações de companhias abertas estão registradas pelo custo de aquisição acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.

b.3. Fundos de Investimentos

Registrados pelo valor efetivo na aquisição de cotas, e de eventuais pagamentos de taxas e emolumentos. Os montantes são representados pelo valor unitário das cotas, mensalmente até o encerramento do exercício.

b.4. Investimentos Imobiliários

Reconhecidos pelo valor de custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, em conformidade com o normativo do órgão regulador.

A depreciação é calculada por método linear à taxa de 2% a.a. ou à taxa correspondente ao tempo vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. Os ajustes positivos ou negativos são contabilizados no resultado.

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução do CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

b.5. Operações com Participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.

A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Para os empréstimos com três prestações em atraso consecutivas ou não, a provisão para perdas é constituída em 100% dos valores vencidos e a vencer, uma vez que está previsto no regulamento a suspensão do empréstimo e a execução imediata da dívida.

b.6. Provisões para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos

São constituídas em consideração aos riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

c. Imobilizado e diferido

O imobilizado está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil. Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses. Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.

d. Provisões de férias e 13º salário, e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias (um terço), e 13º Salário são apropriados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), acrescido dos encargos sociais, conforme regime de competência.

e. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

f. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial externa, revisado pelo atuário interno. As hipóteses e premissas atuariais são aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

g. Superavit / Deficit Acumulados

Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.

h. Fundos

- **Administrativo** – formado pelo resultado entre receitas e despesas administrativas, acrescido ou deduzido do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências.
- **Investimentos** – formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal, acrescido ou deduzido do fluxo dos investimentos.

i. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemática; as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

j. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011 e nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

k. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa, no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superavit Técnico", "Deficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

4. DISPONÍVEL

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Caixa	3	2
Bancos	641	1.968
Vinculado	1.247	6
Total	1.891	1.976

O disponível vinculado representa o valor de bloqueio judicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Refere-se a recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são apresentados a seguir:

Realizável – gestão previdencial	Plano	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
Contribuições do mês	BD/CD	21.583	29.109
Contribuições contratadas		172.079	207.767
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	137.704	176.015
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	34.375	31.752
Outros valores a receber	BD	25	54
Depósitos Judiciais	BD	42.087	18.301
Total		235.774	255.231

5.1. Benefício definido

De acordo com o Regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio da Portaria nº 3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- *Participantes e assistidos*

Parcelas do salário real de contribuição	Taxa (%)
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

- *Patrocinadoras*

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

Por determinação da então Secretaria de Previdência Complementar, através do relatório de Fiscalização nº006/2007/ESRJ, os percentuais acima foram convertidos em contratos financeiros no montante de R\$79.929 mil, conforme indicado no parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., cabendo a patrocinadora Furnas a importância de R\$61.458 mil e a Eletronuclear a importância de R\$18.471 mil, sendo os valores referenciados a 31 de dezembro de 2010.

Conforme determinação do Departamento Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, junto às patrocinadoras, os contratos foram repactuados em 2014, recalculando os valores para a data de referência de 31 de dezembro de 2013, alterando os compromissos das patrocinadoras Furnas e Eletronuclear respectivamente para R\$44.535 mil e R\$16.104 mil.

- *Custo suplementar de provisões matemáticas*

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado *deficit* apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como “Provisões matemáticas a constituir”, por recomendação do atuário responsável.

Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

- *Fechamento do plano de benefício definido*

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem considerá-lo saldado.

5.2. Contribuição definida

De acordo com o Regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- (a) Contribuição básica de 2% (dois por cento) sobre o salário de contribuição;
- (b) Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0% sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- (c) Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição até o limite de 10,0%; e
- (d) Contribuição extraordinária efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR (Unidade de Referência), nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- (a) Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,29% até março de 2013, alterada para 0,067% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 para 0,72%);
- (b) Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 9,93% até março de 2013, alterada para 10,51% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 para 10,26%); e
- (c) Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a) 9,4%; e
- b) Soma, para o período de 12 (doze) meses anteriores ao mês em questão da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

5.3. Contribuição contratada

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do *deficit* remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123 mil, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2004.

Em 01 de outubro de 2012, a patrocinadora, Furnas, em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, assinou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$61.458 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$876 mil, a preço de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em 31 de dezembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$44.535 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referente ao período de novembro de 2012 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetária perfazendo um monte de R\$23.952 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total de Furnas para R\$68.487 mil.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza e Eletronuclear assinaram o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$18.471 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$263 mil, a preços de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados.

Em 10 de novembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$16.104 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referente ao período de março de 2013 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetária perfazendo um monte de R\$5.989 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total da Eletronuclear para R\$22.093 mil.

Na repactuação dos contratos, houve ainda, a mudança da taxa de juros para 5,5% ao ano e do número de parcelas, passando para 109 mensais e sucessivas

Com a repactuação, os valores repassados pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, a título de contribuições eternas de janeiro de 2011 até o mês anterior ao da assinatura dos contratos, passaram a ser devidas, eliminando o crédito inicial e as compensações contra o contrato.

Os valores repassados pela patrocinadora Furnas a título prestações até assinatura do aditamento ao contrato foram atualizados nos moldes do contrato e compensados contra as novas prestações do mesmo período, resultando em saldo credor a favor de Furnas no valor de R\$841 mil.

Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A.
Plano de Benefício Definido

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	128.821	177.880
Parcelas do período	(70.703)	(66.712)
Atualização	12.377	17.653
Saldo Final	70.495	128.821
<i>Deficit Técnico - Contrato em 01/10/2012</i>		
Saldo Inicial	47.194	53.712
Ajuste da Repactuação	21.293	-
Parcelas do período	(9.045)	(12.168)
Atualização	7.767	5.650
Saldo Final	67.209	47.194
Total	137.704	176.015

Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A.
Plano de Benefício Definido

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	17.568	24.258
Parcelas do período	(9.641)	(9.097)
Atualização	1.688	2.407
Saldo Final	9.615	17.568
<i>Deficit Técnico - Contrato em 07/02/2013</i>		
Saldo Inicial	14.184	18.471
Ajuste da Repactuação	7.909	-
Parcelas do período		(10.089)
Atualização	2.667	5.802
Saldo Final	24.760	14.184
Total	34.375	31.752

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em observância ao item 21 "K", do anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com a denominação – "Outros".

Realizável Gestão administrativa	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
CONTAS A RECEBER	3.794	2.867
Responsabilidade de empregados	202	198
Outros recursos a receber	3.592	2.669
Contas a receber de patrocinadoras	21	23
Imposto de renda a compensar	9	9
Valores a receber do assistencial	3.544	2.619
Outros Valores a Receber	18	18
DESPESAS ANTECIPADAS	8	9
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.674	2.651
Depósito judicial Ações Trabalhista	1.968	1.945
Depósito judicial PIS	99	99
Depósito judicial Cofins	607	607
Total	6.476	5.527

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS E COFINS referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e COFINS nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS**7.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimentos	Em 31.12.14			Total
	Plano BD	Plano CD	PGA	
Créditos privados e depósitos	35.646			35.646
Companhias abertas	35.646			35.646
Certificados de recebíveis imobiliários	35.646			35.646
Ações	-			-
Companhias abertas	-			-
Fundos de investimento	10.475.019	512.443	69.715	11.057.177
Ações	96.338	4.015	-	100.353
Multimercado	10.187.274	498.751	69.715	10.755.740
Participações	159.727	2.957	-	162.684
Imobiliário	31.680	6.720	-	38.400
Investimentos imobiliários	581.181			581.181
Edificações de uso próprio	47.303			47.303
Edificações locadas às patrocinadoras	530.421			530.421
Aluguéis a receber	3.457			3.457
Empréstimos e financiamento	271.213	51.361		322.574
Depósitos Judiciais	851			851
Total	11.363.910	563.804	69.715	11.997.429

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Em 31.12.13			
Investimentos	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	32.767			32.767
Companhias abertas	32.767			32.767
imobiliários	32.767			32.767
Ações	4.553	571		5.124
Companhias abertas	4.553	571		5.124
Fundos de investimento	9.802.436	404.646	61.206	10.268.288
Multimercado	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861
Participações	132.678	1.749		134.427
Imobiliário	30.525	6.475		37.000
Investimentos imobiliários	362.653			362.653
Edificações de uso próprio	31.844			31.844
Edificações locadas às patrocinadoras	304.474			304.474
Edificações locadas a terceiros	22.996			22.996
Aluguéis a receber	3.339			3.339
Empréstimos e financiamento	263.378	43.911		307.289
Depósitos Judiciais	110			110
Total	10.465.897	449.128	61.206	10.976.231

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Composição patrimonial dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

	Em 31.12.14			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	8.022.336	375.546	64.051	8.461.933
Notas do Tesouro Nacional	7.438.123	279.459	19.539	7.737.121
Títulos de Dívida Agrária	1.482	16	-	1.498
Letras do Tesouro Nacional	91.970	77.847	38.199	208.016
Debêntures não Conversíveis	72.118	1.520	-	73.638
Letras Financeiras	418.643	16.704	6.313	441.660
Renda Variável	2.157.739	122.796	5.648	2.286.183
Ações	2.157.739	122.796	5.648	2.286.183
Outros Valores	7.199	409	16	7.624
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	7.196	408	15	7.619
Total	10.187.274	498.751	69.715	10.755.740

	Em 31.12.13			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	7.365.881	277.402	55.479	7.698.762
Notas do Tesouro Nacional	6.675.546	253.717	49.815	6.979.078
Títulos de Dívida Agrária	2.704	30	-	2.734
Letras Financeiras	522.954	16.858	5.664	545.476
Debêntures não Conversíveis	164.677	6.797	-	171.474
Fundos de Investimentos	25.884	2.588		28.472
Cotas de Fundo de Direito Creditório	25.884	2.588		28.472
Renda Variável	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Ações	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Outros Valores	6.476	325	14	6.815
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.473	324	13	6.810
Total	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861

7.2 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores demonstramos a seguir os títulos classificados por categorias: "para negociação" e "mantidos até o vencimento", detalhados por tipo e prazo.

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.14	
	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Carteira Própria	37.878	35.646
Certificado de Recebíveis Imobiliários	37.878	35.646
Fundos Exclusivos	5.643.724	5.831.893
Notas do Tesouro Nacional	5.083.656	5.247.680
Letras do Tesouro Nacional	91.970	91.970
Títulos da Dívida Agrária	1.508	1.482
Letras Financeiras	403.011	418.643
Debêntures não conversíveis	63.579	72.118
Total da Carteira	5.681.602	5.867.539
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	627.548	627.744
Entre 1 a 5 anos	247.536	265.035
A partir de 5 anos	4.806.518	4.974.760
Total da Carteira	5.681.602	5.867.539

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.14	
	Custo	Valor de
Títulos mantidos até o vencimento	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	2.190.443	2.420.762
Notas do Tesouro Nacional	2.190.443	2.420.762
Por prazo de vencimento		
A partir de 5 anos	2.190.443	2.420.762

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.13	
	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Carteira Própria	35.012	32.767
Certificado de Recebíveis Imobiliários	35.012	32.767
Fundos Exclusivos	5.254.283	5.283.195
Notas do Tesouro Nacional	4.569.058	4.592.860
Títulos da Dívida Agrária	2.674	2.704
Letras Financeiras	521.708	522.954
Debêntures não conversíveis	160.843	164.677
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	493.580	495.577
Entre 1 a 5 anos	390.965	391.559
A partir de 5 anos	4.404.750	4.428.826
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.13	
	Custo	Valor de
Títulos mantidos até o vencimento	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	2.082.686	2.234.822
Notas do Tesouro Nacional	2.082.686	2.234.822
Por prazo de vencimento		
A partir de 5 anos	2.082.686	2.234.822

Plano de Contribuição Definida	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	373.768	375.546
Notas do Tesouro Nacional	277.145	279.459
Letras do Tesouro Nacional	77.847	77.847
Títulos da Dívida Agrária	16	16
Letras Financeiras	17.237	16.704
Debêntures não conversíveis	1.523	1.520
Total da Carteira	373.768	375.546
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	81.647	81.651
Entre 1 a 5 anos	4.200	4.167
A partir de 5 anos	287.921	289.728
Total da Carteira	373.768	375.546

Plano de Gestão Administrativa	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza dos títulos		
Fundos Exclusivos	64.903	64.051
Letras Financeiras	6.306	6.313
Letras do Tesouro Nacional	38.199	38.199
Notas do Tesouro Nacional	20.398	19.539
Total da Carteira	64.903	64.051
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	44.505	44.512
Entre 1 a 5 anos	20.398	19.539
Total da Carteira	64.903	64.051

Plano de Contribuição Definida		Em 31.12.13	
		Custo	Valor de
Títulos para negociação		Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos			
Fundos Exclusivos		285.193	277.402
Notas do Tesouro Nacional		261.295	253.717
Títulos da Dívida Agrária		29	30
Letras Financeiras		17.075	16.858
Debêntures não conversíveis		6.794	6.797
Total da Carteira		285.193	277.402
Por prazo de vencimento			
Até 1 ano		48.924	48.994
Entre 1 a 5 anos		7.263	7.259
A partir de 5 anos		229.006	221.149
Total da Carteira		285.193	277.402
Plano de Gestão Administrativa		Em 31.12.13	
		Custo	Valor de
Títulos para negociação		Atualizado	Mercado
Por natureza dos títulos			
Fundos Exclusivos		57.141	55.479
Letras Financeiras		5.656	5.664
Notas do Tesouro Nacional		51.485	49.815
Total da Carteira		57.141	55.479
Por prazo de vencimento			
Até 1 ano		31.823	31.823
Entre 1 a 5 anos		5.656	5.664
A partir de 5 anos		19.662	17.992
Total da Carteira		57.141	55.479

Nas aplicações em cotas de fundo de investimento os títulos componentes deste patrimônio estão classificados em "para negociação".

O valor financeiro do patrimônio é representado pelo valor unitário da cota na data do balanço.

	Exercício findo em	
Fundos de Investimento	31.12.14	31.12.13
Fundo de Direitos Creditórios	-	28.472
Fundo de Participação	162.684	134.427
Fundo Imobiliário	38.400	37.000
Total	201.084	199.899

7.3. PROVISÃO PARA PERDAS

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 121.180 mil (2014 e 2013), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

No exercício de 2010 foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho de 2010, no montante de R\$ 16.458 mil, e o segundo em janeiro de 2011 no valor de R\$ 29.623 mil.

Em 14 de janeiro de 2013, a Real Grandeza recebeu a importância de R\$10.630 mil, referente ao terceiro rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$57.711, o que representa uma recuperação de 18,5% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575mil.

Existe ainda provisão no valor de R\$231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança de valores devidos.

Foi constituída provisão no valor de R\$3.785 mil e R\$3.271 mil (2013) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, assim segregados: Para o Plano BD R\$ 3.393 mil (2014) e R\$3.066 mil (2013) e para o Plano CD R\$392 mil (2014) e 205 mil (2013).

7.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

7.4.1. REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

A Real Grandeza procedeu à reavaliação de todos os imóveis por intermédio dos avaliadores independentes, Analítica – Engenharia e Avaliações, Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. e Câmara de Consultores Associados Ltda. – CCA, atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O resultado positivo da reavaliação, R\$273.494 mil, foi registrado como receita do mercado imobiliário.

Localização dos Imóveis	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A – RJ	105.785	165.953	60.168
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B – RJ	59.646	113.777	54.131
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C – RJ	124.267	229.638	105.371
Rodovia Presidente Dutra, 238 – RJ	5.284	14.600	9.316
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 – Angra dos Reis	4.309	7.661	3.352
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 – SP	22.938	48.030	25.092
Rua Mena Barreto, 143 – RJ	31.336	47.400	16.064
Total	353.565	627.059	273.494

7.4.2. ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 07 de maio de 2014 foi concretizada a venda do imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina nº 845 – São Paulo, à Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela importância de R\$62.413 mil apurando um ganho de R\$ 14.383 mil.

8. GESTÃO ASSISTENCIAL - ATIVO

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	31.12.14	31.12.13
ATIVO CIRCULANTE	121.469	110.108
Disponível	215	317
Realizável	121.254	109.791
Aplicações	113.509	105.274
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.781	1.503
Títulos e Créditos a Receber	5.964	3.014
ATIVO NÃO CIRCULANTE	883	883
Realizável a Longo Prazo	883	883
Valores e Bens	883	883
TOTAL DO ATIVO	122.352	110.991

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL**9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL**

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos, vide composição abaixo:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios a pagar	10.132	4.476
Retenções a Recolher	18.812	17.610
Recursos Antecipados	841	6.806
Outras exigibilidades	1.726	305
Total	31.511	29.197

Em Recursos Antecipados estão registrados os valores das compensações referentes aos contratos citados na nota explicativa 5.3, que resultaram em crédito para patrocinadoras, Furnas e Eletronuclear.

9.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela EFPC com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contas a pagar	6.808	5.423
Retenções a Recolher	654	608
Outras exigibilidades	-	181
Total	7.462	6.212

9.3. INVESTIMENTOS

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos solicitados pelos participantes e não creditados.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Investimentos Imobiliários	26	5.906
Empréstimos e financiamentos	1.150	492
Total	1.176	6.398

Em 13 de dezembro de 2013 foi recebido da Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda. a importância de R\$5.890 mil, como sinal para compra do imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina nº 845 – São Paulo, o qual foi registrado como uma obrigação do investimento enquanto se aguardava a decisão do antigo locatário quanto ao exercício do direito de preferência na compra do imóvel para conclusão da venda.

10. CONTINGENCIAL**10.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL**

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora. Existem outras ações judiciais em que a Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente, diante de um determinado elenco de reclamantes. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Existe ainda, um terceiro segmento de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

E por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$116.833 mil (2014) e de R\$104.859mil (2013), refere-se a diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40;
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995;
- Diferenças salariais e revisões de benefícios diversos.

10.2 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A provisão constituída no montante de R\$2.595 mil (2014) e de R\$2.433 mil (2013) refere-se em sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados.

10.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$22.547 mil (2014) e de R\$21.153 mil (2013), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF e a demandas judiciais com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro onde se discute os valores de IPTU:

- Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 9347 mil (2014) e de R\$9.098 mil (2013);

- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$ 3.855 mil (2014) e de R\$3.687 mil (2013);
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$ 2.311 mil (2014) e de R\$2.249 mil (2013);
- Pelo não recolhimento da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$ 6.183 mil (2014) e de R\$6.009 mil (2013);
- A provisão para o I P T U no valor de R\$ 851 mil (2014) e de R\$ 110 mil (2013) refere-se a diferenças de impostos e a cobrança de valores passados onde se discute a prescrição, sendo R\$93 mil com a prefeitura do Rio de Janeiro; R\$ 758 mil (2014) e de R\$17mil (2013) com a prefeitura de São Paulo.

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

10.4 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A Real Grandeza, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987. Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFND's passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFND's, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs.

Em 30 de junho de 2011 foi protocolada a petição de início da execução da ação em referência, onde a expectativa do valor a receber pela Real Grandeza montava em R\$81.078 mil, de acordo com o posicionamento dos patronos responsáveis pela execução da sentença, os Drs. Walter Silva, do escritório Figueiredo e Silva, Carlos Eduardo Martins do escritório Carlos Mafra de Laet Advogados e Fábio Kurtz, do escritório Siqueira Castro Advogados.

10.5. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em junho de 2006 a Real Grandeza impetrou Mandato de Segurança objetivando o reconhecimento do seu direito de não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS, nos moldes estipulados pelo artigo 3º da Lei nº 9.718/98, obtendo sentença e acórdão em sentido favorável.

Com o entendimento jurídico, à época, amplamente favorável e com base em parecer dos patronos da ação, a Real Grandeza reverteu às provisões contábeis referentes ao PIS e COFINS.

Ocorre que quando do julgamento das ações de duas instituições financeiras de cunho comercial, foi novamente levantada à discussão sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS das instituições financeiras. A decisão ainda está pendente de julgamento final pelo Plenário do STF e será definida por meio da sistemática da repercussão geral.

Em virtude desses processos, todas as ações movidas por instituições financeiras sobre o tema tiveram seu julgamento sobrestado, aguardando o posicionamento da Corte Suprema. E as entidades fechadas de previdência complementar estão sendo equiparadas as instituições financeiras pela maioria dos julgadores.

Portanto, o desafio atual nas demandas relativas ao PIS e COFINS está em demonstrar que não podemos ser equiparados a instituições financeiras para esse fim específico.

Cabe ressaltar que o panorama atual da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais é, na sua grande maioria, desfavorável à tese jurídica defendida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Tendo em vista o contexto atual, informamos abaixo o montante referente ao PIS e COFINS, em discussão e os encargos do período.

	De 2007 a 2014		
	Principal	Encargos	Total
PIS	2.084	757	2.841
COFINS	14.961	4.658	19.619

11. PATRIMÔNIO SOCIAL**11.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos – totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras; e
- Benefícios a conceder – registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

11.2 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Plano de Benefício Definido	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios concedidos	8.289.815	6.534.657
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	8.289.815	6.534.657
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	7.788.827	6.078.975
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	500.988	455.682
Benefícios a conceder	2.368.512	3.557.050
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	2.326.238	3.512.617
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.515.500	3.709.653
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(94.631)	(98.518)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(94.631)	(98.518)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	42.274	44.433
Valor atual dos benefícios futuros não programados	46.474	48.389
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(2.100)	(1.978)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(2.100)	(1.978)
Total	10.658.327	10.091.707

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios concedidos	23.596	15.261
Contribuição definida - saldo de contas	5.785	4.512
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	17.811	10.749
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	10.411	5.051
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	7.400	5.698
Benefícios a conceder	556.561	443.608
Contribuição definida	531.051	426.404
Saldo de contas - parcela patrocinadores	229.728	184.158
Saldo de contas - parcela participantes	301.323	242.246
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. programado	1	4
Valor atual dos benefícios futuros programados	1	4
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	25.509	17.200
Valor atual dos benefícios futuros não programados	46.440	30.299
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(20.931)	(13.099)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.372)	-
(-) Deficit Equacionado	(8.372)	-
(-) Patrocinadores	(4.186)	-
(-) Participantes	(4.144)	-
(-) Assistidos	(42)	-
Total	571.785	458.869

11.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	3,60%	4,81%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	4,81%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%)	1% ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Hipótese familiar dos participantes	90% casados e esposa 4 anos mais jovem	90% casados e esposa 4 anos mais jovem
Hipótese familiar dos assistidos	Família Informada	Família Informada
Hipótese de aposentadoria:		
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

Destacamos que na avaliação atuarial de 2014 ocorreram as seguintes alterações nas hipóteses atuariais:

Hipóteses atuariais	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<u>Plano BD</u>		
Projeção de Crescimento Real de Salários		
Furnas	3,60%	2,00%
<u>Plano CD</u>		
Projeção de Crescimento Real de Salários		
Furnas	4,81%	2,00%
Real Grandeza	4,81%	2,50%
Rotatividade de pessoal	1,00%	T-1 Service Table

A seguir demonstramos os efeitos destas alterações nas provisões matemáticas dos Planos de Benefícios:

Hipóteses atuariais	Plano BD	Plano CD
Projeção de Crescimento Real de Salários	21.196	4.345
Rotatividade de pessoal	-	(415)

Destacamos ainda que o crescimento real dos salários acima do esperado também gerou acréscimos adicionais nas provisões matemáticas de R\$ 92.354 mil para o Plano BD e R\$ 2.137 mil para o Plano CD.

11.4 FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo – tem o objetivo de garantir os recursos futuros para suprir os gastos com a estrutura administrativa.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Fundo Administrativo	73.936	66.167
Plano BD	57.117	51.650
Plano CD	16.819	14.517

- Fundo dos investimentos – destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante.

No exercício de 2013 foi realizado um trabalho de reavaliação da carteira de empréstimo, analisando a efetiva possibilidade de cobrança de dívidas antigas no Plano BD, o que ocasionou uma maior utilização do Fundo para quitação dos empréstimos considerados incobráveis.

Plano BD	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Saldo Inicial do Exercício	47.957	61.297
Contribuições para Fundo	5.892	6.190
Utilizações por falecimento	(2.877)	(2.861)
Utilizações por quitação de dívidas	(303)	(13.549)
Fluxo de Investimento	5.453	(3.120)
Saldo Final do Exercício	56.122	47.957

Plano CD	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Saldo Inicial do Exercício	1.480	1.268
Contribuições para Fundo	300	376
Utilizações por falecimento	(140)	(79)
Utilizações por quitação de dívidas	-	(4)
Fluxo de Investimento	175	(81)
Saldo Final do Exercício	1.815	1.480
Total - Plano BD e CD	57.937	49.437

12. GESTÃO ASSISTENCIAL – PASSIVO

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
PASSIVO CIRCULANTE	21.465	16.035
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17.714	13.301
Provisão de Eventos a Liquidar	3.918	912
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	13.796	12.389
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	145	53
Tributos e Contribuições a Recolher	57	33
Débitos Diversos	3.549	2.648
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	652	554
Exigível a Longo Prazo	652	554
Provisões	652	554
PATRIMÔNIO SOCIAL	100.235	94.402
Patrimônio Social	100.235	94.402
TOTAL DO PASSIVO	122.352	110.991

13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

13.1 BASE DE APURAÇÃO

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades. As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato. Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar. As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

13.2 ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

Em 31.12.14				
Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(22.875)	(2.501)	(20.490)	(45.866)
Despesas comuns	(20.904)	(2.316)	(18.978)	(42.198)
Pessoal e encargos	(14.862)	(1.667)	(14.178)	(30.707)
Treinamentos/congressos	(104)	(13)	(96)	(213)
Viagens e estadias	(71)	(9)	(51)	(131)
Serviços de terceiros	(1.601)	(123)	(832)	(2.556)
Despesas gerais	(3.956)	(470)	(3.401)	(7.827)
Depreciação e amortização	(310)	(34)	(268)	(612)
Outras despesas (de Investimento)	-	-	(152)	(152)
Despesas específicas	(1.971)	(185)	(1.512)	(3.668)
Treinamentos/congressos	-	-	(20)	(20)
Serviços de terceiros	(824)	(121)	(1.015)	(1.960)
Despesas gerais	(1.147)	(64)	(477)	(1.688)
Administração dos investimentos	(14.515)	(673)	-	(15.188)
Despesas comuns	(14.243)	(673)	-	(14.916)
Despesas específicas	(272)	-	-	(272)
Serviços de terceiros	(272)	-	-	(272)
Total	(37.390)	(3.174)	(20.490)	(61.054)

A diferença de R\$ 162 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo fundo administrativo até a conclusão dos processos.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 31.12.13

Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(21.259)	(1.620)	(18.631)	(41.510)
Despesas comuns	(19.318)	(1.450)	(17.263)	(38.031)
Pessoal e encargos	(14.540)	(1.096)	(13.028)	(28.664)
Treinamentos/congressos	(75)	(6)	(92)	(173)
Viagens e estadias	(69)	(4)	(54)	(127)
Serviços de terceiros	(1.083)	(41)	(590)	(1.714)
Despesas gerais	(3.241)	(279)	(3.189)	(6.709)
Depreciação e amortização	(310)	(24)	(310)	(644)
Despesas específicas	(1.941)	(170)	(1.368)	(3.479)
Serviços de terceiros	(797)	(126)	(909)	(1.832)
Despesas gerais	(1.144)	(44)	(459)	(1.647)
Administração dos investimentos	(15.319)	(612)	(164)	(16.095)
Despesas comuns	(15.085)	(602)	(164)	(15.851)
Despesas específicas	(234)	(10)	-	(244)
Serviços de terceiros	(234)	(10)	-	(244)
Total	(36.578)	(2.232)	(18.795)	(57.605)

A diferença de R\$ 439 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo fundo administrativo até a conclusão dos processos.

13.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados tendo como base dezembro de 2014, foram R\$24.349,11 e R\$1.876,85 (R\$22.116,73 e R\$1.745,85 em 2013), respectivamente. Esses valores incluem salário, adicional por tempo de serviço e gratificação de função conforme política salarial da entidade.

Apresentamos abaixo o custo com a remuneração da administração, composta pelos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva e do quadro de Pessoal Próprio.

O custo de cessão representa os valores reembolsados às patrocinadoras pelos empregados cedidos que exercem cargos na diretoria executiva.

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Conselhos Deliberativo e Fiscal	1.093	1.143
Honorários	892	934
Encargos	201	209
Diretoria Executiva	3.625	4.250
Honorários	1.485	1.124
Custo de Cessão	1.783	2.864
Encargos	357	262
Pessoal Próprio	37.173	35.070
Remuneração	22.315	21.569
Encargos	14.858	13.501
Total	41.891	40.463

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de R\$57.117 mil (R\$51.650 mil em 2013) e R\$16.819 mil (R\$14.517 mil em 2014), os valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa, referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$5.350 mil (R\$5.183 mil em 2013) e o valor de R\$19 mil (R\$ 6 mil em 2013) a ser repassado pelo plano BD ao Plano CD.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES						
Em 31.12.14						
	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo Consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	1.555	157	179	-	-	1.891
Realizável	11.646.221	591.222	81.541	-	79.305	12.239.679
Gestão Previdencial	225.194	10.599	-	-	19	235.774
Gestão Administrativa	57.117	16.819	11.826	-	79.286	6.476
Investimentos	11.363.910	563.804	69.715	-	-	11.997.429
Permanente	-	-	2.287	-	-	2.287
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	122.352
Total do Ativo	11.647.776	591.379	84.007	-	79.305	12.366.209
Exigível Operacional	37.096	960	7.462	5.369	-	40.149
Gestão Previdencial	36.207	673	-	5.369	-	31.511
Gestão Administrativa	-	-	7.462	-	-	7.462
Investimentos	889	287	-	-	-	1.176
Exigível Contingencial	139.366	-	2.609	-	-	141.975
Gestão Previdencial	116.833	-	-	-	-	116.833
Gestão Administrativa	-	-	2.595	-	-	2.595
Investimentos	22.533	-	14	-	-	22.547
Patrimônio Social	11.471.314	590.419	73.936	73.936	-	12.061.733
Patrimônio de Cobertura	11.358.075	571.785	-	-	-	11.929.860
Fundos	113.239	18.634	73.936	73.936	-	131.873
Administrativos	57.117	16.819	73.936	73.936	-	73.936
Investimentos	56.122	1.815	-	-	-	57.937
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	122.352
Total do Passivo	11.647.776	591.379	84.007	79.305	-	12.366.209

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES						
Em 31.12.13						
	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo
				Débito	Crédito	Consolidado
Disponível	1.581	163	232	-	-	1.976
Realizável	10.763.348	473.082	71.915	-	71.356	11.236.989
Gestão Previdencial	245.801	9.436	-	-	6	255.231
Gestão Administrativa	51.650	14.518	10.709	-	71.350	5.527
Investimentos	10.465.897	449.128	61.206	-	-	10.976.231
Permanente	-	-	2.678	-	-	2.678
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Ativo	10.764.929	473.245	74.825	-	71.356	11.352.634
Exigível Operacional	40.127	657	6.212	5.189	-	41.807
Gestão Previdencial	33.810	576	-	5.189	-	29.197
Gestão Administrativa	-	-	6.212	-	-	6.212
Investimentos	6.317	81	-	-	-	6.398
Exigível Contingencial	125.999	-	2.446	-	-	128.445
Gestão Previdencial	104.859	-	-	-	-	104.859
Gestão Administrativa	-	-	2.433	-	-	2.433
Investimentos	21.140	-	13	-	-	21.153
Patrimônio Social	10.598.803	472.588	66.167	66.167	-	11.071.391
Patrimônio de Cobertura	10.499.196	456.591	-	-	-	10.955.787
Fundos	99.607	15.997	66.167	66.167	-	115.604
Administrativos	51.650	14.517	66.167	66.167	-	66.167
Investimentos	47.957	1.480	-	-	-	49.437
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Passivo	10.764.929	473.245	74.825	71.356	-	11.352.634

15. FISCALIZAÇÃO DA SPC

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames.

Seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

16. NOVO PLANO DE CUSTEIO – PLANO BD

Levando-se em consideração as exigências no citado Relatório de Fiscalização, com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo aprovou em 23 de novembro de 2009, por meio da RC nº 001/172, um novo plano de custeio definido em regulamento, visando equacionar o equilíbrio financeiro-atuarial e outros aspectos identificados pelo grupo de trabalho designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano.

Este plano de custeio e a alteração regulamentar foram encaminhados as Patrocinadoras e ao DEST para análise e aprovação. As negociações para aprovação junto ao DEST estenderam-se até o exercício de 2011, mas não obtiveram êxito.

Em virtude da não aprovação pelo DEST do plano de custeio apresentado em 2009, a REAL GRANDEZA elaborou novo plano de custeio para o Plano BD com novas taxas de contribuição, preservando-se, entretanto, a busca pelo equacionamento do equilíbrio financeiro-atuarial e das questões legais e atuariais identificadas pelo grupo de trabalho designado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo, em 27 de dezembro de 2011, através da RC nº 002/229 aprovou o novo plano de custeio do Plano BD onde as principais alterações são:

- Redução de contribuição para Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, visando eliminar o excesso de contribuição em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição em contrato de dívida, firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza conforme Nota Explicativa nº5.3.

Os percentuais definidos em faixas salariais e de benefícios a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela PREVIC. O Conselho Deliberativo determinou, ainda, que os percentuais de contribuição dos Assistidos correspondessem a 1/3 (um terço) da respectiva faixa de contribuição dos Ativos, restabelecendo a proporção contributiva de antes do Plano Especial de Custeio.

O novo plano está aprovado pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e também foi submetido à avaliação do DEST que apresentou algumas recomendações, as quais foram cumpridas através da RC 001/248.

No entanto, com a nova determinação do DEST junto às patrocinadoras para alteração da data de referência dos valores dos contratos, de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2013, é necessário reenviar todo o processo para análise e aprovação junto a PREVIC.

Cabe ressaltar que se o plano de custeio proposto fosse aplicado de imediato, o resultado do plano BD seria afetado negativamente em R\$730.771 mil, tendo em vista a redução das contribuições futuras.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

17.1. DEFICIT TÉCNICO DO PLANO CD

O deficit técnico acumulado apurado no exercício, R\$ 8.372 mil, excedeu aos 10% das provisões matemáticas referente às parcelas do plano estruturadas sob a forma de benefício definido, e como previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 14/2014, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo o plano de equacionamento do deficit, sendo registrado em Provisões Matemáticas a Constituir.

As contribuições extraordinárias incidem sobre os ativos, autopatrocinados e assistidos que optaram pelo benefício de renda vitalícia.

Abaixo apresentamos a divisão do deficit e as novas taxas de contribuições extraordinárias que serão aplicadas.

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

	<u>Deficit</u>	<u>Benefícios Concedidos</u>		<u>Benefícios a Conceder</u>	
		<u>Valor</u>	<u>Custeio %</u>	<u>Valor</u>	<u>Custeio %</u>
Patrocinadora	4.186	42	Contrato de Dívida	4.144	0,10%
Participante	4.144	-	-	4.144	0,10%
Assistido	42	42	0,23%		
Total	8.372	84		8.288	

17.2 TAXA DE JUROS REAL

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por meio da Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, não será mais aplicada a redução gradual da taxa de juros real para cálculo das provisões matemáticas como previsto na Resolução CNPC nº9, de 29 de novembro de 2012.

A nova redação estabelece que a taxa de juros real anual a ser utilizada para cálculo das provisões matemáticas corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos, mas deverá ser comprovada através de estudo técnico, a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A entidade poderá adotar taxa de juros reais anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

Para adoção de taxa de juros real anual fora deste intervalo, deverá ser enviado estudo técnico específico para autorização pela Previc.

A Real Grandeza, como previsto nas Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, optou por não adotar as novas regras para o exercício de 2014, portanto, a aplicação a partir do exercício seguinte poderá trazer impacto na situação econômica e financeira dos planos de benefícios.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

ARISTIDES LEITE FRANÇA

Diretor Presidente
CPF: 308.775.557-53

WILSON NEVES DOS SANTOS

Diretor de Administração e Finanças
CPF: 225.017.467-91

ROBERTO DE CARVALHO PANISSET

Diretor de Seguridade
CPF: 263.050.707-68

EDUARDO HENRIQUE GARCIA

Diretor de Investimentos
CPF: 815.247.496-72

HORÁCIO DE OLIVEIRA

Diretor - Ouvidor
CPF: 108.869.157-91

CONTADOR RESPONSÁVEL

MARCOS AURÉLIO NAVES MARTINS

Contador – CRC 75077-O/6-RJ
CPF: 617.721.007-49

ANEXO II

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/07/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que estavam suficientemente completos, havendo necessidade apenas da aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefício Definido.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza encontra-se em extinção desde 7/7/2005.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo Ofício nº 3.256 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder		31/07/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
– Número		1.843
– Idade média (em anos)		53,7
– Tempo de serviço médio (em anos)		26,9

Benefícios a Conceder		31/07/2014
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
– Número		60
– Idade média (em anos)		52,0

Benefícios Concedidos		31/07/2014
Número de aposentados válidos		
– Número		6.541
– Idade média (em anos)		66,6
– Benefício médio mensal		7.866
Número de aposentados inválidos ²		
– Número		216
– Idade média (em anos)		64,4
– Benefício médio mensal		3.037
Número de pensionistas (grupos familiares)		
– Número		1.465
– Idade média (em anos)		66,1
– Benefício médio mensal		1.889

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Projeção do crescimento real de salário	3,60% para Furnas e 2,00% para Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table – 20%	T-1 Service Table – 20%

Outras hipóteses	2014	2013
Probabilidade de aposentadoria ³	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
<i>Benefícios concedidos</i>		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
<i>Benefícios a conceder</i>		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

¹ Suavizada em 10%, específica por sexo.

² Tábua específica por sexo.

³ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%. Para os participantes que optaram pelo PREQ, a data de saída por aposentadoria se sobrepõe à hipótese de aposentadoria utilizada.

Foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela Fundação Real Grandeza para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em janeiro/2015 e pelo estudo de crescimento salarial elaborado pelos patrocinadores e enviados à Towers Watson, e considerando ainda as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 71%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. Com um intervalo de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 6,23% a.a. Assim, pode-se afirmar a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza e atestado pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a entidade optou por manter a taxa real anual de juros de 5,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2014.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Para atender aos dispositivos previstos na Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, que altera a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, a patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. realizou um estudo de crescimento salarial e com base nele a patrocinadora optou pela adoção da taxa de crescimento salarial de seu estudo de 3,60% ao ano. Por sua vez, a patrocinadora Eletronuclear baseou-se no cenário econômico, em sua política salarial projetada e proposta orçamentária para verificar quais seriam os percentuais que melhor estariam alinhados com a política de recursos humanos da empresa e optou pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% a.a.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, validamos os estudos e justificativas apresentadas pelos patrocinadores, uma vez que refletem as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes do Plano de Benefício Definido foi

realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência de hipóteses pela Towers Watson, cujo resultado indicou a manutenção de todas as tábuas demográficas que já vinham sendo utilizadas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Idade Normal de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial utilizado na avaliação dos benefícios gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo ter flutuações por ser usado para um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31/12/2014, o Patrimônio Social é de R\$ 11.471.314.120,80.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31/12/2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.358.075.090,96
Provisões Matemáticas	10.658.327.309,00
• <i>Benefícios Concedidos</i>	8.289.814.910,00
– Contribuição Definida	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.289.814.910,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.788.827.061,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	500.987.849,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>	2.368.512.399,00
– Contribuição Definida	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.326.238.426,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.515.501.324,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(94.631.449,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(94.631.449,00)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	42.273.973,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.474.309,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(2.100.168,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.100.168,00)
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	-
– Serviço Passado	-
– Déficit Equacionado	-
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	699.747.781,96
• <i>Resultados Realizados</i>	699.747.781,96
• <i>Superávit Técnico Acumulado</i>	699.747.781,96
– Reserva de Contingência	699.747.781,96
– Reserva Especial para Revisão de Plano	-
Fundos	113.239.029,84
• Fundo Previdencial	-
• Fundo Administrativo	57.117.419,43
• Fundo de Investimento	56.121.610,41

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 projetado para 31/12/2014.

Valores em R\$	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	10.658.327.309,00	10.623.113.122,00	0,3%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>8.289.814.910,00</i>	<i>9.011.200.763,00</i>	<i>-8,0%</i>
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	8.289.814.910,00	9.011.200.763,00	-8,0%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>2.368.512.399,00</i>	<i>1.611.912.359,00</i>	<i>46,9%</i>
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	2.368.512.399,00	1.611.912.359,00	46,9%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2014 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as alterações de hipóteses selecionadas.

A projeção dos números do exercício anterior, apresentada no quadro acima, considera que os participantes ativos iminentes teriam se aposentado durante o ano. Apesar de termos observado grande quantidade de aposentadorias durante o ano, o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza ainda conta com uma quantidade significativa de participantes ativos iminentes, que já possuem todas as elegibilidades necessárias para se aposentar, mas que ainda permanecem como ativos contribuintes e geram um ganho financeiro para o plano.

Essa situação pode ser verificada no quadro acima, que apresenta valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder acima do esperado, enquanto as provisões de benefícios concedidos do exercício encerrado ficaram abaixo do projetado.

Observamos ainda um acréscimo nas provisões matemáticas R\$ 21.196.185,00 devido à alteração da hipótese de crescimento salarial.

VI – Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

Em 2013, como resultado de uma nova fiscalização da Previc, o Ofício nº 128/ERRJ/PREVIC de 04/07/2013 recomendou que o regulamento do plano excluísse a menção a quaisquer taxas de contribuição, dada a natureza do Plano de Benefício Definido.

A exemplo dos Pareceres Atuariais de encerramento dos exercícios de 2007 a 2013, a Towers Watson realizou estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da então Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2014.

A Fundação Real Grandeza elaborou uma proposta de alteração regulamentar protocolizada no sistema CADPREVIC no dia 13/12/2012. Para análise do processo, a Previc solicitou a manifestação do Dest sobre alguns pontos, em especial sobre os contratos de dívida assinados, que por sua vez requereu que a data de referência dos valores mencionados no contrato seja a data de sua assinatura. Adicionalmente, o Dest solicitou a adequação das cláusulas 95 “b” e 96 do regulamento do Plano que foram realizadas pela Fundação Real Grandeza e patrocinadoras.

A Fundação Real Grandeza submeteu o processo para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc em 19/2/2015.

VII – Custo do Plano

O custo do plano apurado em percentual dos salários reais de contribuição é demonstrado na tabela a seguir:

Benefício	Custo em % do Salário
Aposentadorias	11,57
Aposentadoria por Invalidez	0,21
Pensão por Morte	0,16
Pecúlio/BPD	0,02
Custo Normal	11,96

VIII – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Benefício Definido no ano de 2014 foi de 13,84%.

IX – Plano de Custeio

Conforme mencionado no item VI, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações realizados pela Towers Watson.

Apresentaremos a seguir os resultados com o Plano de Custeio atualmente vigente, cujas taxas estão definidas em regulamento e o Plano de Custeio Proposto, o qual é fruto de uma simulação solicitada que considera taxas que equilibram o custeio ao custo do plano, conforme solicitação em Relatório de Fiscalização da atual Previc.

Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

Plano de Custeio Vigente

O plano de custeio vigente, denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2015 estão descritos abaixo:

- **Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos**

Faixa Salarial/Benefício	Taxa sobre a parcela salarial/benefício
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

- **Contribuição das Patrocinadoras**
 - **Contribuição paritária à dos Participantes Ativos**

Informamos que as contribuições eternas referentes a 5,09% da folha de salários das patrocinadoras foram transformadas em contratos de dívidas, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização da então SPC realizado em 2007. Entretanto, o Dest por meio do Ofício 1726, ratificou o seu entendimento de que a data de referência do contrato deve ser a data de sua assinatura, desaconselhando retroagir a data para 31/12/2010 como havia sido realizado. As patrocinadoras ajustaram os contratos conforme solicitado durante o ano de 2014.

A aplicação das taxas definidas no regulamento mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,59%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 17,18%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 7,34%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de julho de 2014, a contribuição média de assistidos é de 8,09% em relação à folha de benefícios do Plano.

Tendo em vista que o custeio dos benefícios de risco do plano e das despesas administrativas para os participantes do Plano de Benefício Definido deve seguir critérios uniformes e não discriminatórios, conforme disposto na Instrução SPC nº 5 de 9/12/2003, informamos que conforme Capítulo XXIII do Regulamento do Plano, os participantes optantes pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições de 0,37% para custeio dos benefícios de risco, a ser aplicado sobre o benefício proporcional calculado e reajustado conforme definido no item 48 e seus subitens do Regulamento do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo solicitou a realização de um estudo para verificar quais seriam as taxas de custeio que atualmente adequariam as contribuições ao custo do plano, proporcionando uma redução nas contribuições atualmente praticadas, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, levou em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido, além da situação do plano à época.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza

Assim, os percentuais definidos em faixas salariais e de benefício a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela Previc. O Conselho Deliberativo determinou, ainda, que os percentuais de contribuição dos Participantes Assistidos correspondessem a 1/3 (um terço) da respectiva faixa de contribuição dos ativos.

O Plano de Custeio estabelecido pelo Conselho Deliberativo está descrito abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos

Faixa Salarial	Taxa sobre a parcela salarial
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	9,00%

- Contribuição de Participantes Assistidos

Faixa Benefício da FRG	Taxa sobre a parcela benefício
Até ½ Teto Previdência Social	0,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	3,00%

- Contribuição das Patrocinadoras

- Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,89% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 11,78%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é 1,73%.

Caso o plano de custeio proposto acima pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 12,75% e o resultado seria deficitário em R\$ 31.023.070,04. Destacamos que as taxas de contribuição acima descritas foram desenvolvidas com base na Avaliação Atuarial de 2011, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano, considerando as hipóteses adotadas à época e a situação financeira de então. Dessa forma, recomendamos revisar o plano de custeio para adequação à nova realidade do plano.

Após a aprovação da alteração regulamentar, recomendamos uma avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição que serão aplicados e, além disso, que o custeio do plano possa ser ajustado anualmente ao custo normal, tendo em vista as variações inerentes a um plano de benefício definido.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2014 com os que deverão ser praticados em 2015.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	8,590	8,440
Amortizante	0,000	0,000
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Patrocinadores	8,590	8,440
Participantes		
Normal	8,590	8,440
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Participantes	8,590	8,440

X – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

O custeio previsto para o início de 2015 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial de R\$ 699.747.781,96, alocados como reserva de contingência e formado pela contínua manutenção do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

Conforme consta deste parecer, a Fundação Real Grandeza enviou à Previc processo de alteração regulamentar para adequação do Plano de Benefício Definido às exigências do Relatório de Fiscalização da então SPC, para novo envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Após a aprovação do órgão, recomendamos uma nova avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição adequados à realidade do plano no momento da aprovação.

Registramos que para o exercício 2014 não foram adotadas as alterações promovidas pelas Resoluções CNPC nº 15 e 16.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2015.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Víviam Alves
MIBA nº 1982

Jussie Monteiro
MIBA nº 2545

V:\Real Grandeza Fundacao de - 102980\14\RETIVAL\03 Deliver\Deliverables\Pareceres\FRG_ Parecer Atuarial
2014_BD_03032015_v3.docx

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/07/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificou-se que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Contribuição Definida.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria n.º 3.255 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder		31/07/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
– Número		2.525
– Idade média (em anos)		44,2
– Tempo de serviço médio (em anos)		8,9
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
– Número		32
– Idade média (em anos)		45,9

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos		31/07/2014
Número de aposentados válidos		
– Número		66
– Idade média (em anos)		63,1
– Benefício médio mensal		2.117
Número de aposentados inválidos ²		
– Número		8
– Idade média (em anos)		55,4
– Benefício médio mensal		1.023
Número de pensionistas (grupos familiares)		
– Número		22
– Idade média (em anos)		55,2
– Benefício médio mensal		1.856

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	4,81% para Furnas e Real Grandeza 0% autopatrocinados	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza 0% autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	100,00%	100,00%

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
– Benefícios do plano	100,00%	100,00%
– Benefícios do INSS	100,00%	100,00%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Desligamento	1% ao ano	T-1 Service Table

Outras hipóteses	2014	2013
Probabilidade de aposentadoria ³	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada
– Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
– Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

¹ AT-2000 Básica suavizada em 10%, específica por sexo.

² Tábua específica por sexo.

³ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013 deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela Fundação Real Grandeza para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em janeiro/2015 e pelo estudo de crescimento salarial elaborado pelos patrocinadores e enviados à Towers Watson, e considerando ainda as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 61%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. Com um intervalo de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,89% a.a. Assim, pode-se afirmar a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza e atestado pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a entidade optou por manter a taxa real anual de juros de 5,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2014.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Para atender aos dispositivos previstos na Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, que altera a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, a patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. realizou um estudo de crescimento salarial e com base nele a patrocinadora optou pela adoção da taxa de crescimento salarial de seu estudo de 4,81% ao ano. Por sua vez, a patrocinadora Real Grandeza informou que sua política de recursos humanos segue Furnas como referência, e, sendo assim, a taxa de crescimento salarial a ser adotada seria também de 4,81%.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, validamos os estudos e justificativas apresentadas pelos patrocinadores, uma vez que refletem as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes do Plano de Contribuição Definida foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência de hipóteses pela Towers Watson, cujo resultado indicou a manutenção de todas as tábuas demográficas que já vinham sendo utilizadas, com exceção da tábua de desligamento que foi substituída pelo percentual fixo de 1% ao ano.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Contribuição Definida são avaliados pelo regime de capitalização.

Crédito Unitário Projetado

O Crédito Unitário Projetado é usado para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o correspondente custo corrente do serviço. De acordo com este método, um “benefício acumulado projetado” é calculado com base no serviço creditado na data da avaliação e quando a fórmula de benefício utiliza níveis futuros de salário e benefício da Previdência Social, utiliza-se hipóteses para a projeção desses valores para a idade a qual se considera que o empregado deixe o serviço. Em circunstâncias normais o “benefício acumulado projetado” é calculado com base na fórmula de acumulação do plano.

Capitalização Individual – Saldo de Contas

Os demais benefícios, ou seja, Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Pensão por Morte – Participante Vinculado, Pensão por Morte – Participante Assistido, Complementação de Pecúlio, Resgate e Benefício Diferido são determinados pelo Saldo de Contas.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja desligamento superior à admitida nas hipóteses atuariais.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário de Participação, elas poderão aumentar nominalmente à medida que os salários e outros componentes da remuneração sofram reajustes.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$ 590.419.175,23.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	571.785.144,98
Provisões Matemáticas	571.785.144,98
• <i>Benefícios Concedidos</i>	23.596.128,52
– Contribuição Definida	5.784.715,52
– Saldo de Conta de Assistidos	5.784.715,52
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	17.811.413,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	10.411.546,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.399.867,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>	556.561.457,67
– Contribuição Definida	531.050.948,67
– Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	229.727.755,22
– Saldo de Contas – Parcela Participantes	301.323.193,45
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.345,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.352,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(7,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	25.509.164,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.440.184,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(20.931.020,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(8.372.441,21)
– Serviço Passado	-
– Déficit Equacionado	(8.372.441,21)
– Patrocinador(es)	(4.186.220,60)
– Participantes	(4.144.358,40)
– Assistidos	(41.862,21)
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	-
• <i>Resultados Realizados</i>	-

	Valores em R\$
• <i>Superávit Técnico Acumulado</i>	-
— Reserva de Contingência	-
— Reserva Especial para Revisão de Plano	-
• <i>Déficit Técnico Acumulado</i>	-
• <i>Resultados a Realizar</i>	-
Fundos	18.634.030,25
• Fundo Previdencial	-
• Fundo Administrativo	16.818.898,42
• Fundo de Investimento	1.815.131,83

O déficit apurado em 31/12/2014 se deveu principalmente à alteração da hipótese de crescimento salarial e o aumento dos salários acima do esperado e foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013 e pela Resolução CNPC nº 14/2014, cujo plano de equacionamento está descrito na Seção XII - Plano de custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza.

A divisão dos valores de déficit entre participantes e assistidos de um lado e patrocinadoras de outro considerou a proporção contributiva apurada de 50% e a divisão entre participantes e assistidos se deu em relação ao benefício efetivo ou projetado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 14/2014.

Assim, a patrocinadora deverá equacionar o valor de R\$ 4.186.220,60, dos quais R\$ 41.862,21 referem-se à parcela não coberta dos benefícios concedidos e deve ser realizado um contrato de dívidas com garantias, cujo prazo máximo é de 27 anos a partir de 31/12/2014, calculado como a expectativa de vida ponderada pelo benefício, conforme descrito na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Os R\$ 4.144.358,39 restantes, serão custeados por meio de contribuições extraordinárias pelo prazo máximo de 20 anos, contados a partir de 31/12/2014, conforme plano de custeio.

Os valores de déficit atribuídos aos participantes de R\$ 4.144.358,40 e aos assistidos de R\$ 41.862,21 serão custeados por, no máximo, 20 anos e 27 anos respectivamente, a partir de 31/12/2014 através de contribuições extraordinárias, conforme plano de custeio.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 projetado para 31/12/2014.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	580.157.586,19	566.872.462,80	2%
<i>Benefícios Concedidos</i>	23.596.128,52	17.011.427,91	39%
– Contribuição Definida	5.784.715,52	5.784.715,52	0%
– Benefício Definido	17.811.413,00	11.226.712,39	59%
<i>Benefícios a Conceder</i>	556.561.457,67	549.861.034,89	1%
– Contribuição Definida	531.050.948,67	531.050.948,67	0%
– Benefício Definido	25.510.509,00	18.810.086,22	36%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 580.157.586,19, apenas 7,47% (R\$ 43.321.922,00) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois correspondem à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 92,53% restantes (R\$ 536.835.664,19) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação Real Grandeza.

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos referente à parcela de benefício definido decorre de novas concessões de saldo de conta em renda vitalícia durante o exercício de 2014. As provisões de benefícios a conceder aumentaram principalmente em função dos aumentos salariais acima da hipótese e mudança da expectativa futura de crescimento salarial das patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Fundação Real Grandeza consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos. As alterações das hipóteses de desligamento e o aumento da taxa de crescimento salarial geraram um acréscimo nas provisões, conforme quadro abaixo:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Desligamento	(415.700)
Aumento da taxa Crescimento Salarial	4.345.310

VI – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Contribuição Definida no ano de 2014 foi de 10,44%.

VII – Plano de Custeio

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio de 2014 e no período de abril de 2015 a março de 2016 deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

Patrocinadoras

Segmento Benefício Definido:

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e o regulamento do plano, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição específica de 0,85%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano, sendo 0,39% referentes ao custo do pagamento de saldo projetado em caso de invalidez e 0,46% em caso de morte.

Segmento Contribuição Definida:

No exercício de 2014, com base no cadastro de julho/2014 informado pela Fundação Real Grandeza, observamos uma contribuição média de 7,35% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras.

A contribuição complementar, de 6,56% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,59% da Folha de Salários Reais de Contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 31/12/2014 em 8,95% da folha de salários.

Tendo em vista a natureza do plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão efetuar além das suas contribuições básicas, as contribuições regulares, as contribuições específicas que seriam feitas pela patrocinadora e as contribuições para despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido devem arcar com as despesas administrativas do plano.

Plano de Equacionamento de Déficit

O plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza apresentou déficit superior a 10% das provisões matemáticas de benefício definido e o Conselho Deliberativo aprovou o seguinte plano de custeio extraordinário para equacionamento do déficit:

Equacionamento do Déficit	Valor em R\$	Taxas de contribuição
<i>Patrocinadores</i>	4.186.220,60	
Benefícios Concedidos	41.862,21	Contrato de dívidas
Benefícios a Conceder	4.144.358,39	0,10% da folha
<i>Participantes</i>	4.144.358,40	0,10% do salário
<i>Assistidos</i>	41.862,21	0,23% do benefício
Contribuição Total	8.372.441,21	

As contribuições extraordinárias aplicam-se a participantes ativos, autopatrocinados e assistidos (aposentados, inválidos e pensionistas) que optaram pela renda vitalícia. Participantes aguardando o benefício proporcional diferido e assistidos que optaram pela renda certa ou percentual do saldo, cujas provisões matemáticas não tem características de benefício definido, não fazem parte do plano de equacionamento por não apresentarem risco atuarial ao plano.

Os autopatrocinados assumem integralmente todas as contribuições da patrocinadora, inclusive as para o custeio do déficit.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição normais definidas atuarialmente, contribuições administrativas e para equacionamento de déficit:

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Específica	0,85%	0,72%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,10%	0,00%
Custeio Administrativo	0,59%	0,88%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,54%	1,60%

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Participantes</i>		
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,10%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,10%	0,00%

Taxas de contribuição em % do benefício	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Assistidos (Renda Vitalícia)</i>		
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,23%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,23%	0,00%

VIII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, de acordo com os padrões atuariais de prática, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado, uma vez que foi implementado plano de custeio para equacionamento de déficit e que as patrocinadoras firmarão contrato de dívidas para amortização do déficit referente a parcela de benefícios concedidos.

Registramos que para o exercício 2014 não foram adotadas as alterações promovidas pelas Resoluções CNPC nº 15 e 16.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2015.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Víviam Alves
MIBA nº 1982

Jussê Monteiro
MIBA nº 2545

V:\Real Grandeza Fundacao de - 102980\14\RET\VAL\03 Deliver\Deliverables\Pareceres\FRG_ Parecer Atuarial 2014_CD_06032015_v5.docx